

Solange de Aragão

ENSAIO SOBRE A CASA BRASILEIRA DO SÉCULO XIX

2ª edição



Ensaio sobre a casa brasileira do século XIX

pós-doutorado de Solange de Aragão

2ª edição

Blucher

copyright © *by* Solange de Aragão

1ª edição: 2011

2ª edição: 2017

Todos os direitos reservados pela
Editora Edgard Blucher Ltda. 2017

É proibida a reprodução total ou parcial por
quaisquer meios sem autorização escrita da editora

Blucher

EDITORA EDGARD BLUCHER LTDA.
Rua Pedroso Alvarenga, 1245 – 4º andar
04531-012 – São Paulo, SP – Brasil
Fax: (55_11) 3079-2707
Tel.: (55_11) 3078-5366
e-mail: editora@blucher.com.br
Site: www.blucher.com.br

Impresso no Brasil *Printed in Brazil*

FICHA CATALOGRÁFICA

ARAGÃO, Solange de

Ensaio sobre a casa brasileira do século XIX [livro eletrônico]/
Solange de Aragão – São Paulo: Blucher, 2017.

ISBN 978-85-8039-178-7 (e-book)

1. Arquitetura – Brasil – História 2. Arquitetura – Brasil – História –
Século 19 3. Cidades 4. Freyre, Gilberto, 1900-1987. Sobrados
e mucambos 5. Habitações – Brasil – História 6. Moradias
7. Sociedade – Brasil – História 8. Tipologia edificatória 9. Urbanização
I. Título.

16-0597

CDD – 720.981

Índices para catálogo sistemático:

1. Tipologia da casa brasileira: Século 19: Brasil
Arquitetura: História



Universidade de
São Paulo

2010

Pós-Doutorado

TÍTULO ORIGINAL DA PESQUISA

Tipologia da casa brasileira do século XIX a partir da obra Sobrados e Mucambos de Gilberto Freyre

Solange de Aragão

SUPERVISÃO

Prof^a. Dr^a. Raquel Glezer

Aprovado pelo Conselho do Departamento
de História da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo em 20 de
agosto de 2010.

Este texto resulta de pesquisa de pós-doutorado desenvolvida junto ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a supervisão da Prof^a. Dr^a. Raquel Glezer, com apoio da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo).

Solange de Aragão

é Arquiteta (1996),
Urbanista (1996), Mestre
(2000) e Doutora (2005)
pela Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo
da Universidade de São
Paulo, com pós-doutorado
pela Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da USP -
Departamento de História.

Autora de *Ensaio sobre
o Jardim* (Global, 2008),
Saudades de BH (Plêiade,
2008) e *No interior do
quarteirão - um estudo
sobre as vilas da cidade
de São Paulo* (Annablume,
2010).

“Eu amo a minha [província] menos por causa de seus cajueiros, de seus coqueiros, de suas mangueiras, de suas jaqueiras, das águas dos seus rios, das suas noites de lua, de seus meios-dias de sol, do que por causa de sua gente e do seu passado e de tudo que a sua gente fez aqui e continua a fazer de expressivo de uma intensa personalidade regional e ao mesmo tempo de uma larga sensibilidade humana: os sobrados, as igrejas, as ruas estreitas calçadas a pedra de Lisboa, as jangadas, os mucambos, os engenhos, [...] os jardins.”

Gilberto Freyre,
Região e tradição, p. 264.

Sumário

| | | |
|----------|---|------------|
| | AGRADECIMENTOS | 11 |
| | LUGARES DE MORAR NO SÉCULO XIX Raquel Glezer | 13 |
| | GILBERTO FREYRE – O SOCIÓLOGO DA CASA BRASILEIRA | 17 |
| 1 | A CIDADE BRASILEIRA E A CASA NO SÉCULO XIX | 37 |
| 2 | PAISAGENS SOCIAIS DO OITOCENTOS | 79 |
| 3 | A CASA BRASILEIRA PELO OLHAR DOS VIAJANTES | 87 |
| 4 | A CASA BRASILEIRA NOS ANÚNCIOS DE JORNAL | 123 |

| | | |
|----------|--|------------|
| 5 | A CASA BRASILEIRA NA PINTURA PAISAGÍSTICA, NA FOTOGRAFIA DE PAISAGENS E NOS DESENHOS DOS VIAJANTES | 173 |
| 6 | A CASA BRASILEIRA EM <i>SOBRADOS E MUCAMBOS</i> – A TIPOLOGIA EDIFICATÓRIA NA OBRA DE GILBERTO FREYRE | 207 |
| | - O sobrado | 210 |
| | - O mucambo | 217 |
| | - O sobrado e o mucambo | 219 |
| | - Casas térreas | 221 |
| | - O sobrado de esquina | 222 |
| | - O chalé | 223 |
| | - O cortiço | 225 |
| | - Casas de sítio e casas de chácara | 228 |
| | - Ainda o chalé | 230 |
| | - O palacete | 235 |
| | - As vilas operárias | 238 |
| | - Casas de “enchamel” ou enxaimel | 242 |
| 7 | SIGNIFICADOS DA CASA BRASILEIRA | 247 |
| 8 | A CASA BRASILEIRA DO SÉCULO XIX | 259 |
| | APÊNDICE 1 - DESENHOS | 265 |
| | APÊNDICE 2 - VILA RICA | 271 |
| | REFERÊNCIAS | 285 |

Agradecimentos

Agradeço à Profa. Raquel Glezer, que tão gentilmente acolheu o projeto de pesquisa que deu origem a este livro, junto ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pelo apoio financeiro que tornou possível a realização deste trabalho.

Agradeço à Editora Edgard Blücher pelo interesse na publicação do livro, e em especial a Leandro Cunha Diniz Bras e a Paola Deodoro, que acompanharam o processo de editoração desde o início.

Agradeço ao Instituto Moreira Sales, que permitiu a análise de várias imagens fotográficas do século XIX, a Virgínia Maria Albertini e a Cídio Martins Neto, por acreditarem na importância desta pesquisa.

Agradeço aos funcionários das bibliotecas do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP), da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU-USP), da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP), da Escola de Comunicação e Artes (ECA-USP), da Escola Politécnica (Poli-USP), da Faculdade de Economia e Administração (FEA-USP), do Centro Cultural Vergueiro e da biblioteca Mário Schenberg, onde estive diversas vezes para realização de leituras, pesquisas e análises de imagens.

Agradeço à Fundação Biblioteca Nacional (FBN) pelo envio do microfilme do *Diário da Bahia* – indispensável para as análises dos anúncios de casas em periódicos nacionais do século XIX, realizadas também junto ao IEB, à FFLCH-USP, ao Arquivo Histórico Municipal e ao Acervo Digital da FBN.

Agradeço ao Prof. Carlos Lemos – quem primeiro chamou minha atenção para a importância da obra de Gilberto Freyre para o estudo da casa brasileira, e à própria Fundação Gilberto Freyre, que em muito contribuiu para o meu interesse pelas obras do sociólogo.

Agradeço ainda, e de uma forma muito especial, aos meus amigos historiadores, aos meus amigos de uma vida inteira e aos meus familiares pelo incentivo e pelo apoio dado em todos os momentos.

Lugares de morar no século XIX

Raquel Glezer *

*“Era uma casa
Muito engraçada
Não tinha teto
Não tinha nada
Ninguém podia
Entrar nela não
Porque na casa
Não tinha chão
Ninguém podia
Dormir na rede
Porque na casa
Não tinha parede...” ***

* Professora Titular do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; e-mail: raglezer@usp.br .

** A casa, composição de Vinícius de Moraes em <http://letras.terra.com.br/vinicius-de-moraes/49255/>; também em http://www.viniciusdemoraes.com.br/site/article.php3?id_article=296. Acesso em 14/05/2011.

Os livros sobre casas encontrados em nossas livrarias são geralmente os centrados nos exemplos de arquitetura destacada, quase objetos de arte, admirados pela beleza, exotismo ou como valorização de passado nobre – ‘table books’, para serem exibidos, vistos e não lidos. Casas construídas com projetos de arquitetos famosos, obras dos nomes referenciais de padrões arquitetônicos de vanguarda; casas remanescentes de eras lembradas como de apogeu econômico, como os solares de São Luiz do Maranhão e os das cidades das regiões mineradoras; casas de fazenda de regiões que tiveram destaque econômico, como o Vale do Paraíba. Para localizar obras de conteúdo sobre casas e formas de morar só através das bibliotecas, nos estudos especializados.

Mas e as casas em que as pessoas comuns – mesmo as de maior poder aquisitivo, mas sem capital econômico ou cultural para contratar um arquiteto renomado, as trabalhadoras e as pobres ou miseráveis viviam? Como eram? Que padrões arquitetônicos seguiam? Que programas de uso existiram?

A história urbana não responde as nossas questões, talvez porque até o momento não tenham sido objeto de atenção. Afinal, nossas casas comuns na história urbana são como a descrita por Vinicius de Moraes.

O livro de Solange de Aragão traz uma contribuição relevante aos estudos sobre a tipologia das casas brasileiras nos anos oitocentos. Poucos pesquisadores brasileiros estudaram as moradas, mas os que o fizeram, fixaram-se sempre em alguns locais e épocas determinadas.

A pesquisa realizada pela autora foi muito ampla e generosa na perspectiva: escrutinou as cidades do litoral e as do interior do país que existiam e/ou surgiram nos cem anos dos oitocentos, através de leitura sistemática de obras de viajantes, dos jornais de época, das diversas formas que a iconografia assumiu no transcurso do século, a partir de leitura de uma das obras clássicas de Gilberto Freyre, *Sobrados e Mucambos*. Explorou

todas as obras do referido autor que mencionaram casas, melhor dizendo, moradas. E ampliou o escopo, abrangendo as construções das cidades não estudadas por ele e das não-litorâneas.

Embora desde o último quartel do século XX os estudos históricos nacionais tenham dado especial atenção ao cotidiano de diversas classes sociais, o morar – ato essencial para preservação e sobrevivência da espécie humana – não aparece destacado nos estudos de história. Os autores referenciais são os da história urbana do século XX, Nestor Goulart Reis Filho, Carlos Lemos e Murillo de Azevedo Marx, que tanto contribuíram para nossa compreensão e conhecimento das cidades e casas brasileiras.

O morar no século XIX variou nos espaços que já eram habitados e nos que surgiram pela expansão da ocupação territorial, por condições econômicas, condições materiais, condições tecnológicas e tradições culturais.

De forma característica na nossa sociedade, as maneiras de construir e de morar eram (ou são) entendidas como individuais, mas na prática social são coletivas, condicionadas pelas vontades e/ou necessidades dos que nelas viveram ou sobreviveram. O Estado é ausente: não houve orientações ou normas de construção que na prática cotidiana fossem seguidas por todos os habitantes interessados em obter uma morada.

O morar é essencial para a sobrevivência dos seres humanos e cada grupo social criou e desenvolveu o que considerou necessário, ou melhor, o que lhe foi possível/acessível para garantir a sua elementar sobrevivência.

Como diz a autora, a casa brasileira “*foi o sobrado, o mucambo, a casa térrea, a casa assobradada, a casa de esquina, a casa com negócio, a casa nobre, a casa de sítio, a casa de chácara, a casa da roça, a casa de campo; a casa de pedra, a casa de taipa, a casa de tijolo, a casa de pau-a-pique e sapê...*” que foi se transformando no decorrer do século XIX, até adquirir características que hoje reconhecemos como as nossas.

A leitura do livro de Solange de Aragão ilumina o morar no século XIX, e traz importantes contribuições para a nossa compreensão das questões de moradia e das cidades contemporâneas no país.

Diante do fenômeno urbano, estudado em seus diversos enfoques, especialistas manifestaram e manifestam perspectivas opostas: repudiam o objeto como degradante ou o exaltam como o ápice da realização humana.

O texto de Solange de Aragão traz a compreensão do que era a casa, a morada nos anos oitocentos, com descrições e análises cuidadosas, demonstrando que o estudo das casas no espaço nacional pode ser realizado de forma analítica e generosa.

Gilberto Freyre – o sociólogo da casa brasileira

Gilberto Freyre nasceu no Recife em 1900. Aos dezoito anos, após concluir o curso de Bacharel em Ciências e Letras, seguiu para os Estados Unidos, matriculando-se na Universidade de Baylor, onde entrou em contato com professores norte-americanos de geologia, economia e sociologia. Em 1920, concluiu o curso de Bacharel em Artes nessa universidade e, a partir de 1921, passou a acompanhar aulas de graduação e de pós-graduação na Faculdade de Ciências Políticas da Universidade de Colúmbia, onde defendeu a tese intitulada *Social life in Brazil in the middle of the 19th century* para obtenção do grau de *Master of Arts*. Em 1922, viajou para a Europa, visitando países como França, Alemanha, Espanha e Portugal. Dois anos depois,

retornou ao Brasil onde deu prosseguimento às pesquisas para a elaboração de *Casa-grande & senzala*, sua primeira obra de vulto – concluída e publicada em 1933.

Os contatos estabelecidos nos Estados Unidos e na Europa, bem como a leitura de textos publicados naquele momento sobre tipos edificatórios, contribuíram para aumentar o interesse do sociólogo pela casa brasileira, mas não a casa analisada em si mesma, considerando-se apenas os aspectos arquitetônicos, e sim a casa que influiu na formação do brasileiro e que foi influenciada por diversas culturas – indígena, portuguesa e africana nos três primeiros séculos de colonização; francesa e inglesa a partir do oitocentos; norte-americana durante o século XX. A casa que interessava ao sociólogo era a casa em sua relação com o jardim, com o quintal, com a senzala, com a rua, com a estrada, com o entorno, com a paisagem, com a região. Homem, casa e paisagem são indissociáveis em seus estudos.

Freyre relaciona os materiais construtivos ao tipo de casa, ao entorno e ao morador; verifica as influências do meio e as influências culturais na construção da residência; analisa os cômodos internos não apenas segundo a sua função, mas também pelo modo de vida que por um lado corroboravam e, por outro, proporcionavam, estabelecendo relações entre a forma de distribuição interna dos cômodos e os costumes dos moradores, e verificando como se davam as relações sociais e familiares no interior da habitação.

É sempre o olhar do sociólogo sobre a casa ou uma leitura sociológica da habitação. Esse interesse no entanto não se esgota na primeira obra, aparecendo de modo ainda mais intenso no segundo livro e em diversos outros textos produzidos posteriormente.

Por que a casa brasileira? Porque em seus interiores e exteriores ela revela a sociedade em seus gostos e preferências, em suas diferenças e antagonismos, em suas hierarquias e condutas, em seu modo de vida. A partir dessa percepção, o soci-

ólogo não mais se desvencilha do estudo da casa pautado em questões de cunho social.

Segundo o próprio Gilberto Freyre, os trabalhos que contêm páginas (e alguns até capítulos) em que a casa é considerada de importância decisiva para a formação brasileira são os seguintes: *Casa-grande & senzala*, *Sobrados e mucambos*, *Ordem e progresso*, *Nordeste*, *Região e tradição*, *Açúcar*, *Problemas brasileiros de antropologia*, *Um engenheiro francês no Brasil*, *Interpretação do Brasil* (ampliado em *Novo Mundo nos trópicos*) e *Mucambos do Nordeste* – além do texto *Oh de casa!* que apresenta extratos desses livros¹.

Em *Casa-grande & senzala*, Gilberto Freyre trabalha principalmente com a questão da miscigenação das raças formadoras da sociedade brasileira nos três primeiros séculos de colonização: o índio, o português e o negro. Discute aspectos culturais de cada um desses componentes da tríade que constituiu a base de formação do país. Escreve sobre a influência portuguesa na cultura indígena, particularmente por meio da ação dos missionários e jesuítas, e sobre a influência indígena na cultura brasileira; salienta que os portugueses que vieram povoar a colônia descendiam muitas vezes da mistura de brancos e negros, de brancos e mouros, estando já acostumados ao sistema de trabalho escravo adotado na metrópole; trata ainda da diversidade de origens dos africanos e de suas diferenças culturais e sociais, observando que os negros que vieram ao Brasil provinham de outras áreas além de Angola.

Pode-se dizer que o texto corresponde a um tratado sobre as raças formadoras da sociedade brasileira, pleno de interpretações e re-interpretações do sociólogo. Nesse primeiro ensaio, entretanto, Freyre tece poucas considerações referentes aos tipos de habitação – mesmo sobre a casa-grande e a senzala.

1 FREYRE, Gilberto. *Oh de casa!* Em torno da casa brasileira e de sua projeção sobre um tipo nacional de homem. Recife: Artenova: Fundação Joaquim Nabuco, 1979. p. 42.

As observações mais significativas sobre a criação de um tipo habitacional no Brasil aparecem no prefácio da obra:

“(...) A Casa-Grande de engenho, que o colonizador começou, ainda no século XVI a levantar no Brasil – grossas paredes de taipa ou de pedra e cal, coberta de palha ou telha-vã, alpendre na frente e dos lados, telhados caídos num máximo de proteção contra o sol forte e as chuvas tropicais – não foi nenhuma reprodução das casas portuguesas, mas uma expressão nova, correspondendo ao nosso ambiente físico e a uma fase surpreendente, inesperada, do imperialismo português: sua atividade agrária e sedentária nos trópicos; seu patriarcalismo rural e escravocrata. Desde esse momento que o português (...) tornou-se luso-brasileiro; o fundador de uma nova ordem econômica e social; o criador de um novo tipo de habitação.”²

Freyre classifica a casa-grande de engenho como um novo tipo de habitação, criado pelo português transformado em luso-brasileiro nos trópicos. Um tipo de habitação distinto das construções de Portugal pela sua interdependência com o meio, com o entorno. Freyre caracteriza e analisa esse tipo de casa que se tornou comum na área rural do Brasil durante os três primeiros séculos de colonização. O material construtivo: taipa ou pedra e cal (o emprego da taipa resultando em casas de paredes grossas); a cobertura: palha ou telha-vã; seu elemento externo característico: o alpendre, com o telhado prolongado protegendo as áreas internas do sol forte e das chuvas tropicais. Ao longo do texto, Freyre inter-relaciona, do ponto de vista sociológico, essa casa-grande de engenho à senzala, no sentido da dominação e do controle de senhores sobre escravos e da necessidade destes últimos para garantir e aumentar a riqueza dos primeiros.

2 FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. 2. ed. Rio de Janeiro: Schmidt, 1936. p. 48. (Primeira edição: 1933).

Todavia é na segunda obra, *Sobrados e mucambos*, que o sociólogo estabelece de fato uma tipologia edificatória ou uma análise tipológica – entendida como o estudo dos tipos edificatórios que prevê comparações, inter-relações, a indicação de semelhanças e diferenças entre os tipos analisados e sua hierarquização. Adotando a casa como centro de interesse para seus estudos sobre os choques entre raças, culturas e idades, e sobre os antagonismos sociais, Freyre analisa “*a casa maior em relação com a menor; as duas em relação com a rua, com a praça, com a terra, com o solo, com o mato, com o próprio mar*”³.

Enquanto na área rural do país situavam-se a casa-grande e a senzala (o tipo de habitação mais requintado e o tipo de habitação mais simples, representando dois extremos sociais – o senhor de engenho e o escravo), na cidade eram implantados o sobrado e o mucambo. O primeiro, o “*tipo de arquitetura nobre mais intransigentemente urbana que se desenvolveu no Brasil*”, variando em número de andares e na qualidade do material – alguns de pedra ou tijolo, outros de taipa⁴. O segundo, construído com “*folha de buriti, palha de coqueiro, palha de cana, capim, sapé, lata velha, pedaços de flandres ou de madeira, cipó ou prego*”; sendo mais africano em algumas regiões, mais indígena em outras⁵. Entre o campo e a cidade, localizavam-se as casas de sítio e de chácara, cercadas por árvores de fruto.

É importante observar que Freyre caracteriza os tipos de habitação não apenas uns em relação aos outros, como também de acordo com a região onde estão implantados – a qual define muitas vezes o tipo de material, a técnica construtiva, o tipo de influência (africana, indígena, portuguesa, holandesa) e outros aspectos da arquitetura.

3 FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. São Paulo: Record, 2000. p. 12. (Primeira edição: 1936).

4 Idem, *ibid.*, p. 221.

5 Idem, *ibid.*, p. 258.

Ordem e progresso completa a trilogia iniciada com *Casa-grande & senzala*. Para sua elaboração Gilberto Freyre fez uso de 183 respostas dadas a um questionário-base enviado a pessoas das mais distintas classes sociais, originárias de diversas regiões do país e nascidas entre 1850 e 1900. Esse questionário trazia perguntas sobre o nome, o local de nascimento, as escolas frequentadas, os jogos e brinquedos, os heróis de infância, a profissão, a atitude em relação à Europa, as danças e modinhas, os alfaiates e o vestuário, os periódicos preferidos, as viagens realizadas, a atitude em relação aos negros e mulatos e outras reminiscências, resultando suas respostas muitas vezes em pequenas autobiografias “provocadas” pelo sociólogo⁶.

Nesse livro, Freyre aborda diversos assuntos associados ao período que vai de fins do Segundo Reinado às primeiras décadas do século XX, como a campanha abolicionista, o monarquismo, a instauração da República, o positivismo de Comte e sua influência na sociedade brasileira, a retórica de Rui Barbosa e a repercussão de sua conferência em Haia, as transformações da língua portuguesa por meio da inserção de vocábulos estrangeiros, a influência dos imigrantes nos modos e costumes da sociedade brasileira de fins do século XIX, a influência norte-americana em contraposição à europeia, a industrialização e a ausência de uma preocupação maior com o proletariado e com outras questões sociais (como a necessidade de instrução e formação dos trabalhadores) nos primeiros anos da República. Em meio a essas discussões surgem, aqui e ali, comentários sobre a arquitetura brasileira (civil e religiosa) e informações a respeito do chalé – forma de moradia urbana que se difundiu nesse período: “*A voga desse tipo de construção rural, importado da Suíça, e indevidamente situado no Brasil em ruas até de comércio, não foi somente no Rio de Janeiro que alcançou extremos por vezes ridículos: também no Recife (...)*”⁷. No-

6 v. FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*. 6. ed. São Paulo: Global, 2004. p. 65. (Primeira edição: 1959).

7 Idem, *ibid.*, p. 432.

vamente a casa. Não mais a casa-grande de engenho, um tipo de habitação criado pelo brasileiro (ou luso-brasileiro adaptado aos trópicos); não mais o sobrado ou o mucambo – resultantes de sincretismos culturais; mas o chalé suíço, um modelo de habitação importado da Europa, que se difundiu na paisagem urbana do Brasil de fins do oitocentos, tornando-se característico de algumas cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Recife.

O texto *Nordeste* trata antes da relação ou, melhor dizendo, dos resultados que a monocultura da cana produziu sobre a terra, sobre a água, sobre a mata pré-existente, sobre a fauna e sobre o homem, que diretamente da casa brasileira. Mas apresenta considerações importantes sobre esta última em um capítulo ou outro:

*“Sem massapé, sem argila, sem humus, a paisagem do Nordeste – desde o Recôncavo, na Bahia, até certos trechos do Maranhão – não teria se alterado tão decisivamente no sentido em que se alterou desde os meados do século XVI: no sentido da cana-de-açúcar. No sentido da casa-grande de pedra-e-cal.”*⁸

Freyre demonstra como o tipo de solo favoreceu o cultivo da cana-de-açúcar, que por sua vez resultou na transformação da paisagem, tanto com o plantio de grandes áreas, como com a implantação das casas-grandes, de pedra e cal, com senzala e capela. Na paisagem do Nordeste de massapé, afirma o sociólogo, o triângulo rural (engenho-casa-capela) se impôs, “*como a sua primeira nota de ordem européia*”⁹.

Região e tradição é um conjunto de ensaios sobre temas variados, que apresenta desde um texto escrito por Freyre aos dezesseis anos, referente ao colégio onde estudara, até reflexões sobre a então “*nova geração do Brasil*”. Trata também da

8 FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 1989. p. 43. (Primeira edição: 1937).

9 Idem, *ibid.*, p. 54.

necessidade de uma pintura que retratasse a paisagem e a vida do nordeste; das transformações da paisagem nordestina em um século (de 1825 a 1925) – texto aliás bastante relacionado a *Casa-grande & senzala* e a *Sobrados e mucambos*; da cozinha brasileira de formação portuguesa e suas tradições regionais; e do problema da casa popular, entre outros temas desenvolvidos. A questão da casa aparece de modo mais expressivo em dois capítulos: “Aspectos de um século de transição no Nordeste do Brasil” e “Região, tradição e casa”. No primeiro, Freyre escreve sobre os “*casarões geométricos, quadrangulares, caiados de branco ou de cor de ocre, de alpendre vasto, que durante grande parte do século passado [século XIX] foram – depois das igrejas – o elemento mais nobre da paisagem regional*”; além disso, coloca algumas informações acerca dos sobrados do Recife e sobre a introdução de outros tipos de casa à época do Conde da Boa Vista:

*“Tem-se acusado a antiga arquitetura dos casarões de engenho e de sítio de uma simplicidade ascética: e assim deve ter pensado o barão da Boa Vista, introduzindo no Recife o estilo toscano, o chalé suíço e outros tipos de casa em que se antecipou o bricabraque de hoje.”*¹⁰

No segundo capítulo mencionado, Freyre aborda a questão dos cortiços, das favelas e dos mucambos, ressaltando a necessidade de se aumentar a capacidade aquisitiva dos brasileiros que se alimentam mal, andam descalços e vivem em habitações a que “*faltam os rudimentos de higiene*”¹¹. Do ponto de vista de Gilberto Freyre, de nada adianta retirar esses tipos de habitação da paisagem, sem resolver o verdadeiro problema por trás da questão habitacional. Nesse texto, não é o estudo dos tipos que interessa ao sociólogo, mas o problema da habitação brasileira.

10 FREYRE, Gilberto. *Região e tradição*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941. p. 169.

11 Idem, *ibid.*, p. 221.

Açúcar, cuja primeira edição data de 1939 (três anos depois da publicação de *Sobrados e mucambos*), traz como subtítulo “Uma sociologia do doce, com receitas de bolos e doces do Nordeste do Brasil”. Nesse livro, em meio às considerações sobre o açúcar e sua difusão no país desde o século XVI, Gilberto Freyre trata algumas vezes da arquitetura das “*casas-grandes de engenho*” – embora o texto se refira de fato predominantemente aos doces do Brasil, apresentando ora a história, ora as estórias, ora diversas receitas de doces, bolos e sorvetes, com dados curiosos, como as preferências de personagens ilustres, de Machado de Assis a Burle Marx.

Problemas brasileiros de antropologia apresenta discussões intrínsecas à área de formação de Freyre, como as distinções entre antropologia social e antropologia cultural, o significado da palavra “cultura” em antropologia social e em sociologia, tendências da antropologia e questões relacionadas à cultura de um modo geral. Entre os vários capítulos elaborados, dois capítulos em particular abordam de forma mais direta o tema da casa brasileira. O primeiro intitula-se “Sugestões para o estudo histórico-social do sobrado no Rio Grande do Sul”, e evidencia a influência açoriana nas casas do Rio Grande do Sul e o emprego mais vasto da vidraça, da janela de guilhotina e da claboia em seus sobrados em comparação aos antigos sobrados do nordeste do país. Apresenta, contudo, antes sugestões que conclusões para uma análise mais detalhada da casa. O segundo capítulo tem como título “Homens, terras e águas na formação agrária do Brasil: sugestões para um estudo de inter-relações”, e abrange aspectos da paisagem das casas-grandes, da arquitetura rural e questões como arquitetura e clima, arquitetura e lugar, a situação das casas rurais e a escolha dos lugares altos para a implantação das habitações do norte do país e de baixadas e depressões para a construção das residências pelos paulistas, sendo mencionado o trabalho de João Vampré¹².

12 v. FREYRE, Gilberto. *Problemas brasileiros de antropologia*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959. p. 222-3. (Primeira edição: 1943).

Um engenheiro francês no Brasil aborda inicialmente a questão da presença dos franceses no Brasil antes e depois da chegada da Corte e, mais especificamente, as consequências dessa presença no Recife de meados do século XIX e sua influência na religião, na arte, nas ciências, nas letras e na técnica, marcando a paisagem, a cultura e a vida dos brasileiros – influência esta exercida por meio de pequenos artistas, técnicos, professores de francês, modistas, alfaiates, cozinheiros e outros profissionais. Em seguida, ressalta o papel de Vauthier nos melhoramentos da cidade e os problemas enfrentados pelo engenheiro nessa tarefa. De acordo com Freyre, Vauthier estava preocupado com o problema da distribuição de água, da coleta de esgoto, da arborização urbana, com a necessidade de aterros para a ampliação das áreas de residência e “*sonhava com um plano geral de melhoramentos para Pernambuco*”¹³.

O segundo tomo traz o “Diário íntimo de Louis Léger Vauthier”, com observações sobre o Brasil e sobre fatos ocorridos durante sua permanência em Pernambuco. Sendo um texto de cunho pessoal, apresenta as dificuldades enfrentadas pelo engenheiro na construção do Teatro Santa Isabel, seus dilemas e preocupações. De maior interesse para a história da casa brasileira são no entanto as “Cartas brasileiras de Vauthier” – que também integram esse segundo tomo. Nessas cartas, Vauthier apresenta um estudo minucioso das casas de residência no Brasil do oitocentos, com descrições dos cômodos internos, do mobiliário, da atmosfera das salas de visita, da cozinha, da varanda, do térreo das edificações. Para exemplificar suas descrições Vauthier anexa ao texto desenhos de fachada e de planta do sobrado brasileiro. Gilberto Freyre, sociólogo e estudioso da casa, foi um dos primeiros a perceber a importância desse material, prontificando-se a publicá-lo com suas notas, análises e observações.

13 FREYRE, Gilberto. *Um engenheiro francês no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960. p. 309. (Primeira edição: 1940).

Em *Novo Mundo nos trópicos*, Freyre dedica um capítulo inteiro ao estudo da arquitetura brasileira. Sob o título “A moderna arquitetura brasileira: ‘moura’ e ‘romana’”, o texto retoma as características da casa-grande de engenho, das fazendas brasileiras e das casas do período colonial: a aparência, as dimensões, o número de quartos, os vários usos da casa-grande (que era também hospital, igreja, asilo de órfãos, fortaleza e banco, de acordo com o sociólogo), as janelas de madeira (“*em estilo mouro*”), as camarinhas e alcovas, o assoalho, o pátio, as cores vivas e tropicais da fachada, o uso do azulejo, a distribuição simétrica das janelas, o jardim ligado a hortas, as plantas do jardim. Aborda em seguida as transformações da arquitetura brasileira no século XIX, sob influência europeia, para introduzir uma discussão sobre a arquitetura moderna residencial em suas relações com a arquitetura tradicional brasileira. Trata-se da visão do sociólogo sobre a casa e sobre a arquitetura do Brasil de uso residencial.

Mucambos do Nordeste – texto que possui como subtítulo “Algumas notas sobre o tipo de casa popular mais primitivo do Nordeste do Brasil” – refere-se a esse tipo específico de habitação, mas apresenta no início uma comparação entre este e outros tipos edificatórios, segundo as influências que receberam:

“Na arquitetura doméstica mais nobre do Nordeste – a casa grande de engenho, o sobrado de azulejo, a casa dura e forte de pedra-e-cal – a influência do português – neste ponto, como em tantos outros, enriquecido pela experiência asiática e pelos contatos com os mouros, foi decisiva. Surpreende-se apenas um ou outro vestígio da influência holandesa ou italiana, destoando do gosto português e da técnica portuguesa, dominantes na arquitetura dos primeiros séculos de colonização.

Só no século XIX viriam certas modas européias de casa quebrar a uniformidade portuguesa – a moda

do florentino, do gótico e principalmente do chalé. O chalé, este incorporou-se de tal modo à paisagem regional que em alguns trechos venceu a casa acachapada de quatro águas.

Na construção da casa popular mais simples é que a influência dominante foi e é ainda a africana ou a indígena.”¹⁴

Ao longo do texto, o sociólogo analisa as variações de técnicas e de materiais construtivos segundo a região onde foram implantados os mucambos. Em relação à técnica de construção observa ora uma influência maior da cultura indígena, ora da africana e, por vezes, a persistência de traços da choupana portuguesa¹⁵.

Freyre assinala ainda que o tipo de mucambo variava não apenas de acordo com as influências culturais, mas em função da vegetação existente no entorno, havendo mucambos de palmeira inajá, de pati, de gravatá, de caiçara¹⁶. A cobertura do mucambo também variava: palha, capim-assú, folha de zinco¹⁷. Desse modo, o autor elabora um estudo sobre os tipos de mucambo, principalmente aqueles implantados na região nordeste do país, ainda que não estabeleça uma classificação segundo os critérios adotados. As ilustrações de M. Bandeira que aparecem ao fim do texto evidenciam algumas diferenças tipológicas dos mucambos analisados por Freyre.

Oh de casa! reúne diversos escritos do sociólogo sobre a casa – não apenas a brasileira mas também a portuguesa. Parte desses escritos era inédita até então; outra parte corresponde a textos inteiros ou fragmentos de textos publicados anteriormente. Apesar de reunir uma série de observações sobre a

14 FREYRE, Gilberto. *Mucambos do Nordeste*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, s. d., p. 19-20. (Primeira edição: 1937).

15 Idem, *ibid.*, p. 21.

16 Idem, *ibid.*, p. 23-4.

17 Idem, *ibid.*, p. 33.

casa brasileira, *Oh de casa!* não apresenta as características de uma tipologia edificatória, como *Sobrados e mucambos*. Não obstante, revela aspectos importantes da elaboração das obras clássicas do sociólogo. Em primeiro lugar, evidencia que, para escrevê-las, Freyre visitou diversos sobrados e casas de engenho, realizando entrevistas com seus moradores e tomando nota dos fatos e acontecimentos restritos ao círculo familiar – sua investigação transcende a pesquisa em livros, arquivos e acervos de jornal ao incluir o registro da história oral. Em segundo lugar, deixa clara a importância atribuída a aspectos psicológicos (ou psico-sociais e culturais) no estudo da casa brasileira.

Para Freyre, a casa de residência é “*uma das mais significativas expressões da cultura brasileira*” e “*constitui um conjunto de valores, mitos, tradições, símbolos, social e regionalmente dispersos*”¹⁸. A casa caracteriza a “*fisionomia da nossa cultura*” e o “*ritmo da paisagem*” – “*da paisagem em que a cultura representada pelas formas e cores da casa de residência modifica a natureza, harmonizando-se com ela ou sacrificando-se a artifícios dos valores transplantados*”¹⁹.

Em *Oh de casa!*, Freyre trabalha com o olhar estrangeiro sobre a casa brasileira (Vauthier, Debret), com o olhar português sobre a casa portuguesa (Eça, Ramalho), com a influência da casa sobre brasileiros ilustres como Joaquim Nabuco e ele próprio, Freyre, com a questão da educação do brasileiro (no sentido de se respeitarem as diferenças regionais de cultura e de formas de habitação), com os mucambos da Amazônia e do nordeste e com o tipo “*weberianamente ‘ideal’ ou simbólico de Casa-Grande brasileira*”. Interessam ao sociólogo a casa, a sociologia da casa, a psicologia da casa; a casa que deixa de ser objeto para ser sujeito na formação do homem brasileiro²⁰.

Para fundamentar sua pesquisa, Gilberto Freyre recorre muitas vezes a relatos de viagem, anúncios de jornal e textos

18 FREYRE, *Op. cit.*, p. 43 e 68.

19 Idem, *ibid.*, p. 73.

20 Idem, *ibid.*, p. 35.

de historiadores – além de arquivos pessoais, ofícios e outros “*papéis burocráticos*”. Já em *Casa-grande & senzala*, deixa evidente que selecionou os viajantes “*bons e honestos da marca de Léry, Hans Staden, Koster, Saint-Hilaire, Rendu, Spix, Martius, Burton, Tollenare, Gardener, Mawe, Maria Graham, Kidder, Fletcher*”²¹. Nos relatos de viagem selecionados por Freyre, há diversas descrições de casas urbanas e de casas de sítio (ou chácaras), com seus respectivos jardins, e das paisagens em que essas casas aparecem – normalmente em meio à vegetação.

Dos jornais selecionados para seus estudos, dois merecem destaque: o *Diário do Rio de Janeiro* e o *Diário de Pernambuco*, em que aparecem muitas descrições de residências urbanas e semiurbanas, nos anúncios de venda e aluguel de imóveis. Por meio dessas descrições, é possível caracterizar alguns tipos de casa, com seu programa de necessidades e sua forma de implantação no lote. Em alguns casos é possível estabelecer também uma relação com o entorno, especialmente quando são mencionados o mar, a estrada ou as vistas que se tinha a partir da construção.

Além dos relatos e anúncios, o sociólogo recorre a textos de caráter histórico, em que é possível encontrar características dos espaços rurais e urbanos. Nos textos considerados para a elaboração de *Sobrados e mucambos*, especificamente, observa-se uma frequente caracterização das cidades (ou do espaço urbano) onde estavam implantadas as construções em estudo, como os escritos de Joaquim Manoel de Macedo (que apresentam aspectos do Rio de Janeiro em meados do século XIX), de Moreira de Azevedo (com dados e fatos históricos sobre o Rio de Janeiro e seus monumentos), de Afonso de Taunay (sobre São Paulo) e de Teodoro Sampaio (em trabalho sobre a cidade de Salvador, na Bahia).

21 FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. 51. ed. São Paulo: Global, 2006. p. 47. (Primeira edição: 1933).

Os levantamentos de campo, com visitas às casas de engenheiro e aos sobrados que ainda não haviam sido demolidos à época da elaboração de seus textos, bem como as entrevistas com pessoas nascidas na segunda metade do século XIX foram outros recursos adotados pelo sociólogo como embasamento, neste caso empírico, de seu trabalho.

Ao adotar a casa como centro de interesse em vários de seus estudos, Gilberto Freyre se torna um dos autores cujos textos são de leitura imprescindível tanto para os arquitetos como para os historiadores da arquitetura brasileira. A influência de sua obra é patente nos textos de arquitetos historiadores da categoria de Nestor Goulart Reis Filho e de Carlos Lemos, como em *Quadro da arquitetura no Brasil*, *Arquitetura brasileira*, *Alvenaria burguesa* e *História da casa brasileira*. Nestor Goulart trabalha com as mudanças na forma de ocupação dos lotes e as transformações da arquitetura brasileira do período colonial à construção de Brasília, ressaltando a relação entre a arquitetura e o tipo de lote em que está implantada: os lotes medievos-renascentistas, estreitos e compridos, correspondendo à arquitetura do período colonial, com as edificações no alinhamento; os lotes mais amplos de fins do século XIX e das primeiras décadas do século XX correspondendo às casas ou palacetes cercados por jardins particulares; as superquadras derivando de programas residenciais mais complexos, recomendados pelo urbanismo contemporâneo²². Para cada época, um tipo de lote; para cada tipo de lote, uma arquitetura diferente, uma forma distinta de habitação²³.

Nos textos de Carlos Lemos, a maneira de abordar o estudo da casa, a atenção conferida não apenas às residências de luxo, mas também às construções mais simples e às intermédias, e o estabelecimento de inter-relações entre as camadas sociais

22 REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva: 1970. p. 16.

23 v. ARAGÃO, Solange de. *Ensaio sobre o jardim*. São Paulo: Global, 2008. p. 22.

que produziram essas construções (ou para as quais foram produzidas) denotam a importância que o arquiteto e historiador atribui aos textos do sociólogo.

Percebe-se assim a relevância da obra de Gilberto Freyre tanto para a historiografia da arquitetura brasileira, de um modo geral, como para o estudo da casa em seus aspectos físicos e sociais.

Neste ensaio, apresenta-se um estudo e uma tipologia da casa brasileira do século XIX, analisando-se especialmente as residências urbanas e semiurbanas e estabelecendo-se relações entre essas construções, o entorno (a cidade), a sociedade e o período histórico, tendo como ponto de partida a obra *Sobrados e mucambos*, de Gilberto Freyre.

Para sua elaboração, fez-se praticamente o mesmo percurso do sociólogo, sendo pesquisados relatos de viagem do século XIX, anúncios de jornal do oitocentos, o material iconográfico disponível, textos e documentos históricos, alterando-se contudo o objeto de estudo – que deixou de ser a sociedade (analisada a partir da casa) e passou a ser a casa (analisada considerando-se a sociedade). No texto de Freyre, as descrições e as considerações a respeito dos tipos de habitação aparecem em meio a capítulos que tratam de aspectos da sociedade brasileira. Neste texto, os tipos de habitação descritos por Freyre (acrescidos de outros tipos edificatórios que se espalharam pela cidade brasileira em fins do século XIX, como o cortiço, o palacete e a vila operária) são analisados em si mesmos, do ponto de vista arquitetônico (materiais, programa, distribuição e características dos cômodos internos, forma de implantação no lote, fachada, influências externas) e na maneira como foram apropriados pelos moradores e vistos pela sociedade brasileira e pelos estrangeiros.

O objeto de estudo é, portanto, a casa – urbana (sobrados, mucambos, cortiços e vilas, chalés, palacetes, casas térreas, sobrados de esquina) e semiurbana (casas de sítio, casas de

chácara). O recorte temporal corresponde ao século XIX – período de grandes transformações na cidade brasileira, caracterizado pelo processo de re-europeização, que levou a mudanças na paisagem, na forma de construir e no modo de conceber o espaço urbano no Brasil. O recorte espacial abrange, principalmente, quatro cidades, as quais aparecem com frequência no texto de Freyre: Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Recife – cidades onde era flagrante o contraste entre as residências mais ricas e as residências mais pobres –, além de cidades brasileiras situadas em outras regiões do país, como Belém e Manaus, Cuiabá e Goiás Velho, Pelotas e Joinville, cuja análise permite uma contraposição entre os tipos de residência urbana e semiurbana localizados nas proximidades da faixa litorânea e os tipos de residência implantados em áreas mais ao interior do Brasil, constatando-se a existência de um número mais expressivo de sobrados nas cidades litorâneas e o predomínio de casas térreas no interior.

O primeiro capítulo apresenta as características da cidade brasileira do século XIX, onde foram implantados os tipos de edificação analisados ao longo do texto. As transformações urbanas que ocorreram nesse século, as influências europeias na cidade, as mudanças no cenário e na paisagem, bem como os casos de permanências, são abordados nesse capítulo.

O segundo capítulo se refere aos aspectos sociais da paisagem ou à paisagem social do período, considerando-se os senhores de escravos, os escravos e ex-escravos, a mulher, a criança, e as diferenças sociais que se traduziram em formas distintas de morar. Seu embasamento teórico é a própria obra de Gilberto Freyre, que trata também das mudanças da paisagem social do Brasil na passagem do século XVIII para o século XIX e das mudanças sociais de fins do oitocentos.

O terceiro capítulo foi elaborado a partir da leitura dos relatos de viagem do século XIX, particularmente aqueles mencionados por Freyre em *Sobrados e mucambos*. Ressalta-se não

apenas o modo como os viajantes descreveram as residências urbanas e semiurbanas do Brasil, mas também o olhar estrangeiro – que criticava o emprego de técnicas e materiais pouco requintados, a simplicidade das construções, a falta de ordem e de simetria no arranjo e na concepção do espaço e, por vezes, a sujeira dos espaços internos (como a cozinha instalada sobre o chão de terra batida), sem considerar entretanto que no Brasil, naquele momento, se construía quase sempre com o material disponível no entorno.

No quarto capítulo, é o olhar brasileiro que aparece na descrição das casas colocadas à venda nos anúncios de jornal. Mas a casa descrita é aquela que se pretende vender ou alugar e são, portanto, apenas as qualidades dos edifícios e dos espaços livres que aparecem na descrição. É possível observar também as diferenças entre as descrições que não demonstram a influência do gosto europeu e aquelas em que tal influência é patente. Neste caso, destaca-se a simetria (quando existente) na composição e no arranjo das construções e dos espaços livres – uma simetria ainda bastante elementar em relação ao padrão europeu.

O quinto capítulo foi escrito a partir da análise do material iconográfico (pinturas, fotografias, desenhos e plantas de residências do século XIX), investigando-se o número de pavimentos das edificações, o material construtivo, a cobertura, o número de portas e janelas da fachada principal, e a relação do edifício com o entorno, especialmente a rua.

No sexto capítulo, apresenta-se a caracterização de cada um dos tipos de residência urbana e semiurbana do século XIX. As casas são descritas e analisadas em seus aspectos arquitetônicos (materiais empregados, programa, distribuição dos cômodos, características das fachadas, implantação no lote) e sociais (revelando-se os “*tipos sociais*” que habitavam esses tipos de residência e contrapondo-se as residências mais ricas às residências mais pobres: o sobrado e a casa térrea, o sobrado e o mucambo, o palacete e a vila operária).

O sétimo capítulo traz alguns significados da casa brasileira, especialmente o sobrado e o mucambo – o significado dos cômodos e de sua ordenação espacial, o significado do térreo e dos pavimentos superiores do sobrado, a função da sala de visitas, da cozinha, das alcovas, dos corredores e varandas, das lojas, armazéns e quartos de escravos no térreo, o mucambo em oposição ao sobrado, os sonhos de abrigo. Trata ainda de alguns aspectos simbólicos do palacete, das vilas operárias e dos cortiços de fins do oitocentos.

No último capítulo, são feitas observações finais sobre a casa brasileira do século XIX, enfatizando-se a importância desses tipos edificatórios para a conformação da paisagem urbana do Brasil oitocentista.

1

A cidade brasileira e a casa no século XIX

“À maneira de contas num colar; na cidade brasileira tradicional, as casas térreas e os sobrados se amoldam à topografia.”

Murillo Marx, Cidade brasileira, p. 98.

A cidade brasileira do início do século XIX era ainda a cidade tradicional, com as construções erguidas lado a lado no alinhamento de ruas tortuosas, acompanhando o sobe-e-desce dos terrenos e da topografia do lugar. Era a cidade com ruas de terra ou de pedra, com pouca ou nenhuma iluminação pública, sem transporte coletivo, sem água encanada ou sistema de esgoto; a cidade das janelas de rótula e dos beirais que protegiam as paredes contra as águas da chuva; a cidade das procissões e

do sagrado, dos adros das igrejas onde as pessoas se reuniam; a cidade onde os jardins públicos constituíam exceções, onde a vegetação ficava atrás dos muros e das casas; cidade das casas térreas de porta e janela e dos sobrados de dois, três, quatro, cinco pavimentos.

No século da Independência, do Império e da República, essa cidade se transformou ou começou a se transformar, havendo evidentemente casos de permanências.

Na arquitetura, rótulas e gelosias foram substituídas por vidraças importadas da Inglaterra; os “tigres” (ou barris), outrora carregados por escravos que despejavam seu conteúdo nas ruas e nos mares, foram substituídos por sistemas de esgoto; da mesma forma a água, anteriormente trazida da fonte pelos escravos, começou a chegar às residências por tubulações importadas da Europa. As construções se afastaram dos limites do lote, dando lugar, inicialmente, ao jardim lateral e, em seguida, ao jardim frontal.

Nas cidades, surgiram os primeiros sistemas de iluminação pública e os meios de transporte conduzidos por animais de carga em substituição aos escravos. A rua ganhou status; deixou de ser um corredor escuro, “*para ir se iluminando a lampião de azeite de peixe*”²⁴.

Já em fins do século, muitas construções antigas foram demolidas e substituídas por edificações ecléticas. Às mudanças de ordem econômica, política e social corresponderam transformações na paisagem urbana.

Quatro cidades (três litorâneas e uma próxima ao litoral) acompanharam as intensas transformações do período em graus e momentos diferenciados: Rio de Janeiro, Recife, Salvador e São Paulo. Em outras cidades brasileiras, mais afastadas do litoral e, portanto, em menor contato com a Europa, essas mudanças se processaram de forma mais lenta e menos intensa,

24 FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. 16. ed. São Paulo: Global, 2006. p. 32. (Primeira edição: 1936).

tanto em relação às ruas, como em relação à arquitetura e à paisagem urbana. Essas quatro cidades são, portanto, exemplos da transformação acelerada do espaço urbano, podendo ser contrapostas a exemplares de permanências.

No Rio de Janeiro, a topografia levou a uma forma de ocupação em que as casas mais ricas, as igrejas e os conventos foram dispostos, inicialmente, no alto dos morros, enquanto as construções mais simples foram erguidas nas partes mais baixas da cidade. Somente depois de aterradas as áreas alagadiças – menos por esforços do governo que pela construção sucessiva de casebres “*quase dentro da própria lama*” –, os ricos desceram os morros, assenhoreando-se também das áreas mais baixas do espaço urbano, comprimindo a população pobre, que se viu forçada a habitar pequenos e desprezíveis pedaços de terra²⁵.

Nas primeiras décadas do século XIX, parte das construções de uso residencial do Rio de Janeiro correspondia a sobrados de dois pavimentos (alguns chegavam a três andares), feitos de granito ou tijolo, com paredes revestidas de cal de marisco²⁶. Internamente, possuíam sala de visitas, varanda, alcovas e cozinha²⁷. Após a chegada da Corte, o sobrado passou a apresentar detalhes neoclássicos na fachada e maior variedade programática. Alterou-se o sobrado; transformou-se a paisagem – não apenas com as modificações da casa, mas também com a construção de edifícios públicos, escolas, bancos, teatros, com o aterro de áreas alagadiças, com o calçamento de ruas e outras melhorias urbanas²⁸.

25 FREYRE, *Op. cit.*, p. 300-1.

26 Idem, *ibid.*, p. 306.

27 Idem, *ibid.*, p. 309.

28 Entre abril e novembro de 1808, foram fundados vários estabelecimentos no Rio de Janeiro, entre eles, a Fábrica de Pólvora, a Imprensa Régia, a Junta do Comércio, o Banco do Brasil e a Escola Médico-Cirúrgica. Nos anos seguintes, foram criados a Biblioteca Nacional, a Academia de Belas Artes, o Jardim Botânico, o Teatro de São João, a Contadoria da Marinha e a Guarda Real. (v. FLEIUSS, Max. *História da cidade do Rio de Janeiro*. São Paulo: Melhoramentos, 1928. p. 154.) Nesse mesmo período,

Em 1821, a população da cidade era composta por 112.695 habitantes – denotando um crescimento de mais de 100% em relação à população do ano de 1799²⁹. Parte desse crescimento deveu-se à transferência da Corte, que “*tomou as proporções de verdadeira invasão, superlotando o Rio de Janeiro*”³⁰. Considerando-se que a cidade não apresentava opções de habitação para os recém-chegados, o problema foi resolvido por meio do decreto da Aposentadoria Real, que intimava o proprietário ou morador a desocupar o imóvel para o estabelecimento de funcionários e fidalgos portugueses, mediante uma solicitação feita ao juiz aposentador, o qual mandava o meirinho escrever as iniciais “P. R.” (Príncipe Regente) junto à porta do edifício requisitado³¹. É provável que a maioria das edificações solicitadas correspondesse a sobrados – o tipo de habitação urbana mais requintado da época. O fato comprova, por outro lado, a inexistência de casas (ou sobrados) excedentes, uma vez que foi necessário que os moradores deixassem suas residências para dar abrigo aos europeus³².

foram aterrados pântanos, atoleiros, lagoas “*infectas*” e a área de mangues, para edificação da Cidade Nova. Junto às grandes chácaras existentes, abriram-se ruas e construíram-se outras residências com alpendre e capela. (Idem, *ibid.*, p. 158.) Na “*Cidade Velha*”, foram proibidas as rótulas. (v. COARACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. 3.ed. São Paulo: Edusp, 1988, p. 162 / Primeira edição: 1955.) Os trabalhos de calçamento e melhoria das ruas teve início ainda na década de 1820. (v. TOURINHO, Eduardo. *Revelação do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, p. 258.)

29 Em 1799, o Rio de Janeiro possuía uma população de 43.376 habitantes. (FLEIUSS, *Op. cit.*, p. 163 e 144.)

30 Estas iniciais eram interpretadas segundo um outro significado pelos moradores despejados de suas residências, para os quais “P. R.” era equivalente a “*Ponha-se na Rua*”. (COARACY, *Op. cit.*, p. 83.)

31 Idem, *ibid.*, p. 84.

32 O Rio de Janeiro não era ainda uma cidade de grandes proporções, como as grandes cidades europeias. Em 1828, possuía “*noventa ruas, onze largos, duas praças, dezesseis travessas, trinta e cinco becos, treze praias, uma ladeira e seis morros*”. (FLEIUSS, *Op. cit.*, p. 172.) Suas ruas eram iluminadas por cerca de 550 lâmpões públicos, (Idem, *ibid.*,

Ao longo de todo o século XIX, foram muito comuns também as chácaras nos bairros nobres do Rio de Janeiro ou nos arredores da cidade. Em meados do oitocentos, existiam várias delas na Glória, em São Cristóvão, no Andaraí e em Santa Teresa³³. Na segunda metade do século XIX houve um aumento considerável tanto no número de chácaras como no número de solares nos bairros mais ricos da cidade, habitados então por portugueses e brasileiros abastados, por latifundiários e donos de fazendas, por senhores de engenho e criadores de gado que almejavam uma casa junto à Corte³⁴. Com o crescimento urbano, esse tipo de habitação chegou a ser, em alguns casos, preferido em relação ao sobrado, seja pelo modo de vida que proporcionava, seja pelas áreas ajardinadas que circundavam a residência, garantindo melhor iluminação e ventilação aos cômodos internos.

Das melhorias urbanas realizadas no Rio de Janeiro e em outras cidades brasileiras durante o século XIX, duas merecem destaque pelas alterações que provocaram na casa: a implantação da rede de esgoto e a implantação do sistema de água encanada.

A primeira teve início apenas em 1862³⁵. Até então, os escravos eram incumbidos da tarefa de transportar os resíduos das residências para as praias ou locais destinados a este fim

p. 172) e só foram cobertas com paralelepípedos em meados do século XIX. (v. CRULS, Gastão. *Aparência do Rio de Janeiro. Notícia histórica e descritiva da cidade*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952. p. 371.)

33 TOURINHO, *Op. cit.*, p. 259.

34 CRULS, *Op. cit.*, p. 377. A difusão das chácaras ajardinadas teve de certa forma um efeito semelhante ao da abertura de fazendas, com a destruição da vegetação nativa. Na Tijuca, as fazendas abertas no início do século e as queimadas subsequentes praticamente acabaram com a vegetação, de tal modo que em 1861 teve início o trabalho de reflorestamento dessa parte da cidade, com sementes e mudas da flora fluminense. Em apenas um ano foram plantadas cerca de oito mil árvores, como o pau-brasil, o jacarandá e o jequitibá. (Idem, *ibid.*, p. 373)

35 COARACY, *Op. cit.*, p. 145.

– como o Campo de Santana –, em barris denominados “tigres”. Ao entardecer, as ruas do Rio de Janeiro eram “abandonadas” pelos usuários comuns no momento em que os escravos, com os tigres à cabeça, passavam de um lado para o outro, deixando para trás um rastro de sujeira e imundícies, tantas vezes observado pelos viajantes.

As obras para fornecimento de água encanada foram iniciadas na década seguinte, em 1876. Entretanto, dois anos depois, em 1878, muitos habitantes da cidade ainda se serviam dos chafarizes – alguns do período colonial³⁶.

Os palácios e palacetes que se difundiram na paisagem urbana da segunda metade do século XIX já possuíam tubulação de água e esgoto (importada da Europa), apresentando em seu programa de necessidades banheiros e cozinhas com água encanada.

“Palácios e palacetes mandados construir pelos grandes da terra, frequentemente fazendeiros de café a que o braço escravo trazia o dinheiro fácil e farto – nas suas plantas, confiadas a arquitetos de escola, predominava a linha clássica e repetiam-se modelos já experimentados na França e na Itália.”³⁷

Pela primeira vez no Brasil, um número significativo de residências urbanas passou a ser projetado por “*arquitetos de escola*”. Até então a maior parte das casas era erguida por pedreiros, canteiros, carpinteiros, marceneiros e outros profissionais da construção civil³⁸.

36 COARACY, *Op. cit.*, p. 164-5.

37 CRULS, *Op. cit.*, p. 383.

38 CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. p. 315. Eram imprescindíveis, nessa produção, o pedreiro e o carpinteiro. O primeiro ficava responsável pela fundação e pelas paredes do edifício; o segundo, pela cobertura, assoalho, forro e demais partes da construção em que era empregada a madeira. (Idem, *ibid.*, p. 315)

A cidade iniciou o século com sobrados e casas térreas erguidos à maneira tradicional, em ruas pouco iluminadas, sem arborização urbana e sem calçamento, e finalizou o período com solares e palacetes ajardinados, implantados em ruas arborizadas, iluminadas e calçadas, com rede de esgoto e sistema de água encanada. Em contraposição, o Rio de Janeiro se transformou também na cidade dos cortiços e estalagens – as habitações dos homens livres sem recursos, alguns deles, antigos escravos.

O Recife, já à época do domínio holandês, apresentou um desenvolvimento urbano bastante expressivo em comparação às outras cidades brasileiras do período colonial. Nele, foram construídos sobrados de quatro andares, palácios, pontes³⁹, canais, igrejas, sinagogas, lojas, armazéns e oficinas, alguns dos quais permaneceram na paisagem recifense do oitocentos⁴⁰.

Freyre caracteriza a cidade como um “*meio termo entre ilha e península*”, inter-relacionando a essa característica física a difusão do sobrado quase sem quintal. Um sobrado fechado em si mesmo, às vezes com a fachada (principal ou posterior) dando para o rio; um tipo de casa “*mais estreito e magro*”⁴¹.

Nos últimos anos do período colonial e nos primeiros da Independência, tornou-se comum também no Recife a casa-grande de sítio, onde os moradores mais ricos da cidade podiam descansar sem se afastar muito dos sobrados urbanos. Eram casas de um pavimento, cobertas por telhados de quatro águas, com terraços “*acachapados*” e áreas ajardinadas onde eram frequentes as laranjeiras, as goiabeiras, os coqueiros e os cajueiros⁴².

39 A construção de pontes, desde a época do domínio holandês, viabilizou a passagem de parte da população mais rica da “*quase-ilha do Recife para a ilha de Antônio Vaz*”, onde se implantaram casas quase de campo, ficando a “*quase-ilha do Recife*”, como bairro do comércio, dos judeus e dos pequenos funcionários. (FREYRE, *Op. cit.*, p. 273-4)

40 Idem, *ibid.*, p. 107.

41 Idem, *ibid.*, p. 272.

42 Idem, *ibid.*, p. 308.

Em oposição a essas construções semiurbanas e ao sobrado de cidade, surgiram os mucambos nas áreas alagadiças, caracterizando um tipo de habitação mais vegetal, coberto com sapé ou com folhas de palmeira. Aos antagonismos sociais correspondeu um antagonismo de qualidade de material e de zona ou de localização da casa – com os sobrados nas áreas privilegiadas do espaço urbano e o mucambo na “*zona-lama, mangue, beira de riacho*”⁴³.

Recife, no século XIX, foi de fato a cidade do sobrado e do mucambo – e das casas de sítio situadas em seus arredores. Cidade de contrastes entre o terreno enxuto e as áreas alagadiças; entre o senhor e o escravo; o branco e o negro – e o mulato. Cidade banhada por rios, a exigir outras soluções arquitetônicas e urbanísticas, resultando em uma paisagem urbana bastante peculiar.

– *O Recife é realmente tão bonito como dizem?*

– *Creio que poucas cidades do mundo lhe poderão disputar em encantos de perspectiva e beleza de situação.*

– *Nem o nosso Rio de Janeiro? Perguntou Aurélia com um sorriso.*

– *O Rio de Janeiro é sem dúvida superior na majestade da natureza; o Recife porém prima pela graça e louçania. A nossa Corte parece uma rainha altiva em seu trono de montanhas; a capital de Pernambuco será a princesa gentil que se debruça sobre as ondas dentre as moitas de seus jardins.*

– *É por isso que a chamam Veneza brasileira.*

– *Não conheço Veneza; mas pelo que sei dela, não posso compreender que se compare (...) com as lindas várzeas do Capibaribe, toucadas de seus verdes coqueirais, a cuja sombra a campina e o mar se abraçam carinhosamente.*⁴⁴

43 FREYRE, *Op. cit.*, p. 350.

44 ALENCAR, José de. *Senhora*. 15 .ed. São Paulo: Ática, 1987. p. 53. (Primeira edição: 1875).

Na “*Veneza Brasileira*”, diversas pontes foram reconstruídas no século XIX, ruas e bairros foram aterrados, ruas foram alinhadas, calçadas e iluminadas⁴⁵; foram criados hospitais, escolas, casas de caridade, jornais⁴⁶; ergueram-se caixas d’água e reservatórios; expandiu-se o sistema de água encanada⁴⁷.

Em meados do século XIX, o Recife já era a terceira cidade do Brasil, com uma população de aproximadamente 50.000 habitantes⁴⁸. Havia então quatro bairros de maior importância: os bairros do Recife e de Santo Antônio (onde era intenso o comércio), a Boa Vista (local das chácaras e residências mais amplas) e o bairro de São José. Por essa época surgiram as primeiras pequenas indústrias ligadas aos setores algodoeiro e açucareiro, voltados à exportação⁴⁹.

45 Em 1822, a então denominada Vila do Recife (elevada à categoria de cidade em 1823) foi iluminada com azeite de carrapato (mamona), sendo levantado nesse mesmo ano o Farol da Barra. (v. FRAGOSO, Danilo. *Velhas ruas do Recife*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1971. p. 19.) Destaca-se, entretanto, a atuação de Francisco do Rêgo Barros, o Conde da Boa Vista, presidente de Pernambuco de 1837 a 1844, que trouxe para o Brasil engenheiros como Pierre Victor Boulitreau e Louis Leger Vauthier, com a intenção de realizar melhorias urbanas. (Idem, *ibid.*, p. 19) Durante seu governo, foram aterradas as áreas situadas atrás do Convento do Carmo e em frente ao Hospício dos Frades de Jerusalém; ampliou-se o calçamento das ruas, foram realizadas obras no cais e expandiu-se o sistema de água encanada. (v. SETTE, Mário. *Arruar: história pitoresca do Recife antigo*. 2 .ed. Rio de Janeiro: Casa do Estudante, 1952. p. 48 / Primeira edição: 1948) A instalação do sistema de iluminação a gás na cidade teve início ainda na década de 1840. (FRAGOSO, *Op. cit.*, p. 30)

46 O primeiro jornal do Recife, a *Aurora Pernambucana*, foi publicado em 1821.

47 Nas primeiras décadas do século XIX, a água era colhida em cacimbas ou trazida em canoas de Olinda. (v. GOMES, Edvânia Torres Aguiar. *Recortes de paisagens na cidade do Recife: uma abordagem geográfica*. Tese de doutoramento. São Paulo: FFLCH-USP, 1997. p. 98.) Somente em 1837 foi autorizada a contratação de serviço para implantação de sistema de água encanada, pela Companhia do Beberibe. Quase dez anos depois, em 1846, foi inaugurada a caixa d’água da rua do Pires, que se tornou o reservatório mais importante da cidade. (SETTE, *Op. cit.*, p. 215)

48 GUERRA, Flávio. *Evolução histórica de Pernambuco*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1972. p. 43.

49 GOMES, *Op. cit.*, p. 269.

Nos últimos anos do século XIX, a maioria das ruas da cidade já estava coberta com paralelepípedos, e nas vias de maior importância existiam árvores plantadas ao longo do calçamento⁵⁰. A população, em 1893, era de 150.000 habitantes – três vezes a população de meados do século⁵¹.

Foi também nesse momento que se consolidou o Ecletismo nas construções do Recife, principalmente na “*arquitetura de arrabalde, modificada desde a primeira metade do século com franceses e sobretudo ingleses*”⁵². Enquanto isso, multiplicavam-se os mucambos nas áreas alagadiças – a paisagem das construções mais simples, erguidas com a técnica mais rudimentar, em oposição à paisagem das construções de tijolo, mais amplas, erguidas segundo os moldes do ecletismo.

Mas se Recife era uma cidade caracterizada pelos rios e o Rio de Janeiro, uma cidade marcada pelos morros e colinas, Salvador era marcada por uma grande falha, que dividia a cidade em duas: Cidade Alta e Cidade Baixa⁵³.

*“A cidade baixa da Bahia, como a do Porto, é estreita, pois há pouco espaço entre a colina e a água. Por isso as casas são mais elevadas que na cidade alta e, mesmo no século XVIII, elas se estendiam em fileira delgada e estreita (...). No meio da área central, atravancada de docas e mercados, localizam-se as grandes rampas de subida, de inclinação acentuada, cortando em diagonal a face da escarpa, exatamente como no Porto e Lisboa. No alto ficavam as portas de S. Bento, a extremidade sul da cidade alta.”*⁵⁴

50 GOMES, *Op. cit.*, p. 100.

51 *Idem, ibid.*, p. 270.

52 ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar. *O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. Tese de doutoramento. São Paulo: FFLCH-USP, 2001. p. 320-1.

53 MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. p. 45.

54 ALVES, Marieta. *História, arte e tradição da Bahia*. Salvador: Prefeitura Municipal do Salvador, Departamento de Cultura, Museu da Cidade, 1974. p. 8.

Essa característica topográfica, aliada ao tipo de solo, criou empecilhos para o estabelecimento das edificações e muitas vezes favoreceu o desbarrancamento. Suas terras eram boas para hortas e pomares, mas pouco recomendáveis para a construção de edifícios⁵⁵. Segundo Kátia Mattoso, a própria morfologia do solo, quase sempre inclinado e úmido, o clima e a falta de conservação conjugaram-se desde os primeiros tempos de urbanização para provocar deslizamentos de terra e desabamentos de casas⁵⁶.

Em Salvador, desde os primeiros tempos, foi comum a rua comprida e larga, ladeada por residências. Suas casas se fechavam contra a rua e apresentavam quintais com palmeiras, coqueiros, tamareiras, laranjeiras, figueiras e outras árvores frutíferas⁵⁷. Fechavam-se contra a rua, mas davam as costas para o mar – sendo este avistado a partir dos quintais das habitações e das janelas da fachada posterior. As construções em meio à natureza, as áreas ajardinadas junto às construções, o mar ao fundo e as ruas compridas subindo e descendo ladeiras; aqui e ali, uma igreja, um largo, um pelourinho. Essa era a paisagem de Salvador.

A determinação do número de habitantes da cidade no início do século XIX não é precisa, uma vez que os limites da capitania mudaram, as divisões administrativas também e a Bahia perdeu territórios na década de 1820. O primeiro levantamento controlado data de 1872 e atribui à cidade de Salvador e seu termo 129.109 habitantes e cerca de 15.000 casas⁵⁸.

A cidade, em geral, era mal abastecida de gêneros alimentícios. A atividade principal de Salvador era o comércio, sendo frustradas as tentativas de implantação da indústria em meados do oitocentos⁵⁹. Essa feição comercial determinou a

55 MATTOSO, *Op. cit.*, p. 46.

56 Idem, *ibid.*, p. 449.

57 SOUSA, Gabriel Soares de. *Notícias do Brasil*. São Paulo, s. n., s. d., cap. VII *apud* FREYRE, *Op. cit.*, p. 272.

58 MATTOSO, *Op. cit.*, p. 87 e 121.

59 Idem, *ibid.*, p. 487.

característica de certos trechos da cidade, como as áreas junto ao mar, onde havia bazares, lojas e mercados, sendo possível encontrar todo tipo de mercadoria – desde legumes frescos até escravos⁶⁰.

Sobre as ruas, lançavam-se os detritos e as águas usadas – não obstante as tentativas da Câmara Municipal de disciplinar a população e dirimir essa falta de higiene. A situação era pior na Cidade Baixa, que “*recebia forçosamente o afluxo de todas as valas e todas as imundícies das casas construídas acima, embora regulamentos obrigassem os habitantes da Cidade Alta a recolher os dejetos longe do mar*”⁶¹.

Não havia sistema de esgoto e o odor era ainda pior nas áreas da Cidade Baixa onde se vendiam produtos perecíveis, como carnes, peixes ou frutas. A Cidade Baixa era sempre descrita como uma cidade suja⁶². A Cidade Alta “*era apenas um pouco menos suja que a Cidade Baixa*”, multiplicando-se em relação a essa área as posturas que proibiam o lançamento de detritos e águas usadas nas ruas ou mesmo a passagem de animais. A questão da higiene, mais do que a do calçamento ou pavimentação das ruas, era tema constante nos debates dos conselhos do município⁶³.

Não obstante, na segunda metade do oitocentos, o panorama geral era de uma cidade marcada pelo verde – e pelo início da segregação espacial, com o bairro de Vitória tornando-se cada vez mais aristocrático e o bairro (ou paróquia) da Penha assumindo um caráter popular⁶⁴. Aliás, uma das mudanças mais expressivas em relação aos espaços livres de Salvador deu-se com a difusão do jardim particular. Nas primeiras décadas do século XIX, Wetherell observou que se tornava comum o jardim ao redor das residências – jardim afrancesado que substituía

60 MATTOSO, *Op. cit.*, p. 436.

61 Idem, *ibid.*, p. 438.

62 Idem, *ibid.*, p. 438.

63 Idem, *ibid.*, p. 442.

64 Idem, *ibid.*, p. 440.

as áreas ajardinadas com poucas plantas, roseiras e árvores de fruto⁶⁵. Nestor Goulart chamou atenção para um “*fenômeno curioso*” que se processou em Salvador na segunda metade do século XIX, também relacionado ao jardim, quando a ladeira de São Bento, ao ser calçada, permitiu a incorporação de espaços necessários à formação de áreas ajardinadas em frente aos sobrados. Os limites dos lotes avançaram, não sendo possível recuar-se a arquitetura⁶⁶.

O ajardinamento, o calçamento das vias, a iluminação das ruas⁶⁷, a canalização de rios⁶⁸, mudanças na arquitetura e nos meios de transporte fizeram parte das transformações de Salvador no século XIX. Sua paisagem se modificou também com a construção das primeiras vilas operárias, situadas junto às fábricas, que anunciavam uma outra época, em que o trabalho escravo seria substituído pela mão-de-obra livre⁶⁹.

Da paisagem urbana de São Paulo, sabe-se que permaneceu praticamente inalterada do século XVI às primeiras décadas do século XIX⁷⁰. As ruas da cidade eram estreitas e tortuosas,

65 WETHERELL, James. *Stray notes from Bahia*. Liverpool: s. n., 1860. p. 149 *apud* FREYRE, *Op. cit.*, p. 254.

66 REIS FILHO, *Op. cit.*, p. 50.

67 Até 1826, não houve iluminação pública na cidade. Em 1829, foram instalados os primeiros lampiões a óleo de baleia, que forneciam pouca luz. A iluminação a gás generalizou-se apenas em 1862. (MATTOSO, *Op. cit.*, p. 443)

68 Na década de 1850, foram realizadas obras de canalização que cobriam parcialmente o rio das Tripas, sendo eliminadas da paisagem urbana as várias pontes e passarelas da era colonial. (MATTOSO, *Op. cit.*, p. 440)

69 v. BLAY, Eva. *Eu não tenho onde morar: vilas operárias da cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1985. p. 31.

70 Segundo Pierre Monbeig, entre 1800 e 1820, São Paulo era ainda “*uma boa cidadezinha provincial*”. (v. MONBEIG, Pierre. *Aspectos geográficos do crescimento de São Paulo*. São Paulo: Anhambí, 1958. p. 186) Mesmo na década de 1830, de acordo com Ernani da Silva Bruno, São Paulo “*não passava de uma povoação pobre*”. (v. BRUNO, Ernani da Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954. p. 441 / Primeira edição: 1953) Até o aparecimento da imprensa em São Paulo foi tardio – seu primeiro jornal não-manual, o *Farol Paulistano*, surgiu apenas em 1827, ou seja, quase duas décadas

ladeadas por casas térreas e sobrados erguidos no alinhamento de lotes compridos e estreitos. Na linha do horizonte, destacavam-se apenas as torres das igrejas.

Os sobrados, em geral de dois pavimentos, eram construídos, da mesma forma que as casas térreas, com a técnica da taipa – característica das construções paulistanas dos três primeiros séculos de colonização. Mas era nas chácaras, onde as casas eram cercadas por jabuticabeiras, limoeiros e laranjais, que “os paulistas mais abonados preferiam morar, guardando melhor nessa vida semi-urbana o possível sabor da rural”⁷¹.

Segundo Carlos Lemos, do final do século XVIII até aproximadamente 1850⁷², a capital paulista apresentou escassas novidades arquitetônicas. Apesar de situar-se nas proximidades do Rio de Janeiro, não conheceu a difusão do neoclássico trazido pela Missão Artística Francesa, com raras exceções⁷³.

depois do primeiro periódico publicado no Rio de Janeiro. (v. TAUNAY, Afonso de E. *História da cidade de São Paulo sob o Império: 1842-1854*. São Paulo: Divisão do Arquivo Histórico, 1956-1977. p. 293) Por outro lado, segundo Gilberto Freyre, nas primeiras décadas do século XIX, São Paulo já era uma capital de certa importância, possuindo alguns sobrados, uma sucursal do Banco do Brasil, teatros, chácaras e lojas – “tão bem sortidas quanto as da Corte”. (FREYRE, *Op. cit.*, p. 144) A principal função econômica da cidade era a comercial, concentrada basicamente em duas ruas do velho núcleo: a rua da Quitanda e a rua das Casinhas. (v. MATOS, Odilon Nogueira de. “São Paulo no século XIX”. In: AZEVEDO, Aroldo de. *A cidade de São Paulo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958, vol.II, p. 61)

71 FREYRE, *Op. cit.*, p. 307.

72 Em meados do oitocentos, surgiram as primeiras preocupações do poder público em relação à arborização de ruas e praças da cidade. (BRUNO, *Op. cit.*, p. 536) Desse período são também medidas mais amplas do poder municipal no sentido de valorizar as ruas e largos, como a proibição de que fossem despejadas águas residuais nas vias públicas e de que as rótulas de portas e janelas se abrissem para fora. Determinou-se ainda que os muros fossem caiados e cobertos de telhas e criou-se um serviço de limpeza com algumas carroças passando a recolher o lixo das casas mais pobres. As ruas centrais foram macadamizadas e certas ruas e largos foram arborizados nesse momento. (Idem, *ibid.*, p. 504)

73 LEMOS, Carlos. “Eclétismo em São Paulo”. In: FABRIS, Annateresa. *Eclétismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel: Edusp, 1987. p. 72.

As alterações mais significativas na arquitetura paulistana ocorreram somente a partir da década de 1870, acompanhando as mudanças que se processaram na cidade de São Paulo. Essas mudanças, de acordo com Aroldo de Azevedo, podem ser explicadas por diversos fatores, entre eles: a expansão da cultura cafeeira; a ampliação das vias férreas no planalto paulista; a imigração; a entrada de capital estrangeiro; a criação do parque industrial paulistano; o êxodo da população rural e urbana em direção à capital paulista; e o loteamento de grandes propriedades, com a criação de novos bairros⁷⁴.

Para Ernani da Silva Bruno, foi de fato nas três últimas décadas do oitocentos que a cidade começou “*a perder certos elementos que lhe davam um caráter acentuadamente provinciano*”⁷⁵. Algumas obras de vulto, como a construção de pontes e viadutos (como o Viaduto do Chá), os aterramentos, o saneamento de certas áreas, a implantação dos serviços de água e esgoto e a difusão da iluminação a gás (posteriormente substituída pela iluminação elétrica), contribuíram para dar a São Paulo um aspecto moderno⁷⁶. De 1890 a 1900, a população passou de 64.934 habitantes para 239.934, refletindo esse crescimento o afluxo de imigrantes, principalmente italianos⁷⁷.

Na arquitetura e em sua forma de implantação no lote, as mudanças se consolidaram nesse período com a imigração e a

74 AZEVEDO, Aroldo de. “São Paulo, cidade trilionária”. In: *A cidade de São Paulo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958. p. 12-3.

75 BRUNO, *Op. cit.*, p. 908. Esse período foi marcado pela abertura de novas ruas e pelo calçamento de ruas antigas pelo sistema de paralelepípedos; (Idem, *ibid.*, p. 970) pela substituição dos lampiões a gás durante a presidência de João Teodoro (de 1872 a 1875); (v. TOLEDO, Benedito Lima de. *São Paulo: três cidades em um século*. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1983. p. 70) pelo aterro da várzea do Carmo, pela melhoria das ruas do Brás e pela ligação deste bairro ao centro da cidade; (TAUNAY, *Op. cit.*, p. 204) pela constituição da Companhia Cantareira, em 1877, com o objetivo de amenizar o problema do abastecimento de água potável; (v. TAUNAY, *Op. cit.*, p. 442 e TOLEDO, *Op. cit.*, p. 71) e por outras melhorias urbanas.

76 MATOS, *Op. cit.*, p. 94.

77 Idem, *ibid.*, p. 61.

difusão do Ecletismo. Da mesma forma que no Rio de Janeiro e em outras cidades brasileiras, inicialmente as construções foram se libertando dos limites laterais do terreno. Surgiu a casa de porão alto, com recuo lateral e jardim ao lado da residência. Em seguida, a construção se despreendeu do alinhamento, dando lugar ao jardim frontal. Em um terceiro momento, apareceu isolada no lote, cercada por jardins – já à época das vilas e palacetes⁷⁸. Por outro lado, espalhavam-se pela cidade os cortiços – construções precárias que abrigavam as camadas mais pobres da sociedade. Desse modo, São Paulo passou a compor-se por duas cidades: a cidade dos palacetes, das ruas largas e arborizadas, calçadas e iluminadas, e a cidade dos cortiços e vilas operárias, das ruas sem calçamento e sem arborização.

Os antigos sobrados de taipa, com seus largos beirais, foram substituídos por casas e palacetes de tijolo erguidos segundo um outro padrão arquitetônico. Mudaram a forma de implantação no lote e o programa da residência paulistana; alterou-se igualmente a fachada – o aspecto externo da habitação. Os cortiços e as vilas operárias, construídos junto às fábricas, conferiram um aspecto diverso à paisagem; os antagonismos sociais ficaram mais evidentes na forma de construção do espaço urbano da capital paulista. As ruas dos bairros ricos se modernizaram; mas nos bairros mais pobres, muitos deles situados além Tamanduateí (o rio que separava as duas cidades), os problemas urbanos se agravaram acompanhando o crescimento da cidade – não faltavam apenas habitações salubres nesses lugares, faltava água encanada, faltava sistema de esgoto, faltava arborização, iluminação pública, pavimentação. As casas eram construídas com materiais de menor custo; alguns cortiços sequer poderiam ser considerados casas no sentido do abrigo mínimo necessário.

No caso de São Paulo especificamente, a economia do café, a industrialização e a imigração foram responsáveis por boa parte dessas mudanças na casa e na paisagem. Os ricos fazendeiros

78 v. REIS FILHO, *Op. cit.*

e industriais ergueram palacetes projetados segundo modelos europeus; a imigração trouxe a mão-de-obra excedente para a indústria, gerando uma demanda por habitação e por infraestrutura urbana para a qual a cidade não estava preparada. A expansão urbana transformou a paisagem com a construção de casas em áreas cada vez mais distantes do centro. A paisagem homogênea de princípios do oitocentos deu lugar a uma paisagem de contrastes entre casas e bairros mais ricos e casas e bairros extremamente pobres.

Considerando-se essas quatro cidades brasileiras (Rio de Janeiro, Recife, Salvador e São Paulo) – exemplares de áreas urbanas que se modificaram de maneira expressiva durante o século XIX –, constata-se uma certa semelhança nas alterações de seus elementos morfológicos.

Em relação ao sítio, foram frequentes as modificações no relevo, com trabalhos de aterro e drenagem de áreas alagadiças; a canalização ou retificação de córregos e rios; a retirada da vegetação local para o estabelecimento das construções e a abertura de ruas (as quais foram posteriormente arborizadas empregando-se uma única espécie arbórea em contraposição à vegetação existente, composta por espécies variadas); e o ajardinamento de algumas áreas com espécies escolhidas pelo homem.

Nas construções, de um modo geral, observou-se a substituição das rótulas pelas janelas envidraçadas (mudança na fachada que alterava a relação do espaço interno da residência com o exterior); a substituição dos beirais por platibandas e dos telhados de duas águas por telhados de quatro águas; alterações no programa de necessidades com mudanças na forma de distribuição interna dos cômodos e com a criação de áreas com novas funções (como o *hall* de distribuição e o banheiro, assim que foi instalada a rede de esgoto); a substituição das alcovas por dormitórios com janelas (iluminados e ventilados); mudanças nos materiais e técnicas construtivas; a passagem do estilo tradicional para o neoclássico ou eclético de influência europeia; a

separação das funções de trabalho e moradia, que no início do século aconteciam na mesma edificação e em fins do oitocentos foram dissociadas, sendo distintos o local de trabalho e de moradia urbana; e mudanças na forma de distinguir a casa mais rica da casa mais pobre (enquanto no início do século XIX essa distinção se fazia pelo número de pavimentos e pela existência ou não de pisos assoalhados, sendo a casa térrea de porta e janela e chão de terra batida a construção urbana de uso residencial mais simples e os sobrados de dois, três ou quatro pavimentos, com piso assoalhado nos pavimentos superiores, as casas urbanas mais ricas, em fins do oitocentos distinguia-se uma da outra pela localização no espaço urbano e pela superposição ou não de funções nos cômodos internos – estar, repouso e serviço).

No que diz respeito ao lote, tornaram-se mais comuns aqueles com frente de maiores dimensões e menor extensão em contraposição aos antigos – estreitos e compridos. A forma de ocupação também mudou. As casas deixaram de ser erguidas no alinhamento e sem recuos laterais, isolando-se no lote – o que permitiu a criação de jardins (laterais e frontais) e possibilitou melhorias na iluminação e ventilação dos cômodos internos. Além disso, grades e muros passaram a ser empregados em maior número para marcar o limite dos lotes em relação ao espaço público (limite este antes determinado pela própria fachada do edifício) e os antigos muros de taipa ou de pedra deram lugar aos muros de tijolo.

As ruas antigas foram alinhadas e retificadas, calçadas e iluminadas, arborizadas ao longo de passeios criados ou pavimentados. Para as novas ruas adotou-se uma outra largura padrão, em virtude das modificações dos meios de transporte e do considerável aumento de sua quantidade no espaço urbano – algumas vias foram dimensionadas levando-se em conta a arborização, sendo ainda mais largas em comparação às antigas.

Na passagem da cidade colonial para a cidade imperial ou republicana, perderam a função o pelourinho e o chafariz;

surgiram os postes de iluminação e outros tipos de mobiliário urbano. As praças deixaram de ser os espaços vazios (ou adros) situados em frente às igrejas, delimitados pela fachada das construções, sem ajardinamento ou arborização, com a função de local de encontro e reunião, passando a ser o espaço delimitado por ruas, ajardinado e arborizado, com funções de estar, passagem e contemplação. O jardim particular perdeu a característica de “jardim-horta-pomar”, com as flores misturadas às hortaliças e às árvores frutíferas, tornando-se um jardim ornamental, onde predominavam as rosas; o jardim público tornou-se local de passeio, contemplação e encontro e não apenas um “jardim de plantas”, como foi inicialmente, com o cultivo de espécies para exploração econômica. Em relação aos equipamentos urbanos, essas quatro cidades brasileiras, como muitas outras, também se transformaram em seus subterrâneos, com a disposição de tubulações e galerias para abastecimento de água, com a rede de esgoto e com o sistema para recolhimento das águas pluviais – os elementos urbanísticos que não se vêem, mas transformam o sítio em profundidade, como observa Murillo Marx⁷⁹.

Ao norte do país, a floresta amazônica praticamente impôs uma localização peculiar às vilas, cidades e povoações: às margens de rios que constituíam o único meio de comunicação com outras cidades e com o exterior. Circundados pela floresta, esses aglomerados urbanos mantinham um contato restrito com outras áreas e cidades do país. Assim, as influências que recebiam ou eram de cidades próximas ou da Europa, especialmente de Portugal. A população resultava quase sempre da mistura de imigrantes portugueses (ou de descendentes de lusitanos) com índios, sendo menor o contingente africano nessas localidades.

Segundo o “Relatório sobre o estado das povoações do Rio Negro”, publicado em 1862, a maior parte das povoações situadas ao longo desse rio possuía um número extremamente reduzido de casas, algumas das quais inacabadas. Na Vila de Barcelos, por

79 MARX, Murillo. *Cidade brasileira*. São Paulo: Edusp, 1980. p. 113.

exemplo, havia dezenove casas particulares, todas elas habitadas, mas apenas nove rebocadas. Em Castanheiro havia, em 1861, seis casas, seis telheiros e uma igreja – todos cobertos de palha. Na povoação de São Pedro existiam cinco residências cobertas de palha, além da igreja local. Nessas povoações, não havia mais do que uma ou duas ruas, normalmente paralelas às margens do rio⁸⁰. A maior parte de seus habitantes ou era índio ou mameluco, sendo raros os brancos que habitavam essas localidades⁸¹. De acordo com esse mesmo relatório, as povoações do Rio Negro entraram em decadência a partir de 1833, tanto pelos ataques contínuos de “tribos selvagens”, como pelas “febres intermitentes”, que levaram ao desaparecimento de alguns dos antigos povoados⁸².

Considerando-se essas povoações, com cinco, seis, oito casas, ou mesmo dezessete, dezenove, vinte e uma ou trinta e três casas (como São Gabriel), algumas vezes rebocadas e caiadas, outras vezes cobertas de palha, localidades com cerca de cinquenta, cem ou duzentas construções eram, comparativamente, de maior importância para a região – como Manaus e Belém do Pará.

A província do Amazonas foi criada em 1850, separando-se, depois de um longo período, da província do Grão-Pará – a maior do Império, constituída pelos territórios que hoje correspondem aos Estados do Pará, do Amazonas, do Amapá, de Roraima e de parte do Estado de Rondônia⁸³. Como capital da província foi escolhida a cidade da Barra do Rio Negro, antiga denominação de Manaus⁸⁴.

As origens desta cidade remontam a 1669, quando foi erguida a fortaleza de São José do Rio Negro. Ao redor dessa

80 “Relatório sobre o estado das povoações do Rio Negro”. *Relatório da Província do Amazonas*. Assembléia Legislativa Provincial. Documento 4. Manaus: Typographia de Francisco José da Silva Ramos, 1862. p. 5-7.

81 Idem, *ibid.*, p. 21.

82 Idem, *ibid.*, p. 21.

83 TAPAJÓS, Vicente. *A Amazônia no século XIX*. Manaus: Fundação Cultural do Amazonas, 1979. p. 29 e 117.

84 Idem, *ibid.*, p. 117.

fortaleza, estabeleceu-se, em 1791, a sede da capitania de São José do Rio Negro, mas somente em 1832 o lugar da Barra passou a vila com o nome de Manaus, e apenas em 1848 Manaus foi elevada à categoria de cidade⁸⁵.

Em fins do século XVIII, Alexandre Rodrigues Ferreira esteve na “Fortaleza da Barra”, durante sua “Viagem filosófica ao Rio Negro”. Ferreira descreve o lugar da seguinte forma:

“Está a fortaleza fundada na frente de uma povoação de índios e alguns moradores brancos, a qual se divide em dois bairros ao longo da margem boreal: ambos ocupam uma porção da barreira que medeia entre os dois igarapés da Tapera dos Maués, e dito dos Manaus. Porém a porção da barreira, que serve de base ao primeiro bairro, onde estavam situadas a matriz e ambas as residências do reverendo vigário e do comandante, é mais alta e mais avançada sobre o rio, do que a do segundo bairro, onde só há oito casas. Uma e outra são bordadas de grandes lajes de pedra, com interrupções pouco sensíveis.

Pelo tabuleiro superior da barreira ao primeiro bairro, está disposto o arruamento das casas sobre três linhas de fundo; contam-se dez na frente, incluídas as residências (...). Na segunda linha ao fundo contei onze e na terceira catorze. Havia em todas elas algum vazio por encher; além de seu alinhamento não ser o mais geométrico.”⁸⁶

Ao anunciar-se o século XIX, Manaus era ainda uma pequena povoação, com cerca de quarenta casas térreas – muitas cobertas de palha. Não havia adquirido a categoria de vila e menos ainda a de cidade. E segundo Ferreira, antes de se formalizar essa povoação, não existiam nela mais dos que algumas palhoças habitadas por índios⁸⁷.

85 TAPAJÓS, *Op. cit.*, p. 123.

86 FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem filosófica ao Rio Negro*. s. n.t., p. 576-7. (Século XVIII)

87 Idem, *ibid.*, p. 579.

Spix e Martius estiveram em Manaus entre 1817 e 1820. De acordo com informações que receberam, o número da população estava em torno de três mil, considerando-se as famílias que moravam nas fazendas e pesqueiros. As construções eram todas de pau-a-pique, quase exclusivamente térreas, e distribuídas em ruas irregulares⁸⁸.

Em meados do século, segundo a descrição de Alfred Wallace, essas ruas ainda não apresentavam qualquer tipo de calçamento, sendo “*esburacadas e cheias de altos e baixos*”. A população era calculada, nessa época, em cinco ou seis mil pessoas, e composta em sua maior parte por índios e mestiços⁸⁹.

Na década de 1850, Manaus ainda não parecia exatamente uma cidade ao olhar estrangeiro:

*“Manaus está na verdade lindamente situada. As ruas da cidade, se é que se pode falar de ruas ou duma cidade, consistem em meros lanços, términos, esquinas e interrupções. Sobe-se e desce-se. Quase por toda a parte, o largo, tranquilo e escuro rio (...).”*⁹⁰

E mesmo na década seguinte, entre 1865 e 1866, Manaus era descrita como “*um pequeno aglomerado de casas, metade das quais (...) prestes a cair em ruínas*”⁹¹. Ou seja, entre 1800 e 1860, foram poucas as transformações ou melhorias urbanas processadas em Manaus. Nem o número de casas aumentou demasiadamente, nem a qualidade das ruas e das edificações melhorou de modo considerável.

88 SPIX, Johann Baptist Von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Trad. Lúcia Furquim Lahmeyer. São Paulo: Edusp, 1981. p. 139-40. (Primeira edição: 1824-1832). Nessa época, a povoação era denominada “Fortaleza da Barra do Rio Negro”.

89 WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelos rios Amazonas e Negro*. Trad. Eugênio Amado. São Paulo: Edusp, 1979. p. 109-10. (Primeira edição: 1853).

90 AVÉ-LALLEMANT, Robert. *No rio Amazonas*. Trad. Eduardo de Lima Castro. São Paulo: Edusp, 1980. p. 101. (Primeira edição: 1860).

91 AGASSIZ, Louis. *Viagem ao Brasil: 1865-1866*. Trad. João Etienne Filho. São Paulo: Edusp, 1975. p. 127. (Primeira edição: 1868).

O exame dos Relatórios da Província do Amazonas e da Província de Manaus, publicados entre 1861 e 1887, revela que a preocupação com a melhoria das ruas apareceu tardiamente (na década de 1870), e que a iluminação a querosene foi substituída pela iluminação a gás apenas na década de 1880 – quando tiveram início também as obras referentes ao projeto de abastecimento de água do engenheiro Lauro Baptista Bitencourt, com a criação da Represa da Cachoeira Grande⁹². Tudo um pouco tardio em comparação com algumas cidades litorâneas, como o Rio de Janeiro, Recife e Salvador.

Essas transformações urbanas, tanto em Manaus como em outras cidades situadas ao norte do país, dependeram das condições econômicas geradas no período áureo da borracha, sem as quais muitas cidades teriam permanecido estagnadas nas últimas décadas do século XIX.

Mesmo Belém, apesar de sua posição estratégica (interligando o interior da região amazônica ao mar), teve um crescimento difícil e lento ao longo do oitocentos, como os demais núcleos da região.

As primeiras décadas do século XIX foram marcadas por um declínio econômico (decorrente da queda do preço do cacau) e por problemas políticos que tiveram seu ápice na Cabanagem⁹³. Além disso, em meados do século (mais precisamente em maio de 1855), chegou ao Pará o navio “Deffensor”, que vinha do Porto com colonos para o Brasil. Esse navio, com capacidade para 222 passageiros, transportou 322 pessoas, das quais 36 morreram a bordo, vítimas de cólera, sendo a verdadeira

92 v. *Relatórios da Província do Amazonas*. Assembléia Legislativa Provincial. Manaus: Typographia de Francisco José da Silva Ramos, 1861-1868. v. *Relatórios da Província de Manaus*. Manaus: Typographia do Amazonas, 1869-1887.

93 VEIGA, Débora de Fátima Lima. *Os mercados de Belém: um estudo sobre a preservação da arquitetura do ferro*. Dissertação de mestrado. São Paulo: FAU-USP, 2007. p. 21-4. A Cabanagem foi um movimento de camponeses, escravos e soldados que tomaram o poder durante cerca de dezesseis meses na capital da província do Grão-Pará.

causa da morte desses passageiros ocultada pelas autoridades portuguesas, que temiam prejuízos econômicos caso a pandemia fosse notificada⁹⁴. Com a chegada desse navio, surgiu uma “moléstia de caráter maligno” em Belém, que em seguida assolou a Bahia e o Rio de Janeiro⁹⁵. Na *Exposição feita ao Excellentíssimo Senhor Presidente da Província do Amazonas*, publicada em 1856, fez-se referência à moléstia:

“O Vapor Tapajós, que ancorou no porto d’esta Cidade a 9 de Junho do anno passado foi o portador de desagradavel noticia, de que no Pará tinha apparecido uma molestia de caracter mortifero, que os Profissionaes a classificavão de Cholérina; dei as precisas providencias para que fossem examinadas 40 praças de linha, que vierão no referido Vapor, visto se acharem algumas doentes, e sendo recolhidas ao Quartel se restabelecerão sem incidente algum.”⁹⁶

Em outro trecho, menciona-se a exata denominação:

“(...) a chegada do Vapor Marajó no fim do referido mez de Junho causou mui desagradavel sensação, visto que no Pará se havia conhecido que a molestia reinante era o Cholera-morbus (...).”⁹⁷

Com esses problemas de saúde pública que se seguiram aos problemas de ordem política, o processo de expansão e desenvolvimento urbano de Belém permaneceu estagnado por um longo período. O próprio número de habitantes da capital do Pará teve um aumento pouco expressivo. Eram 24.500 habitantes nas primeiras décadas do século XIX, à época da visita de

94 BELTRÃO, Jane Felipe. *Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará*. Belém: Goeldi: UFPA, 2004. p. 79.

95 Idem, *ibid.*, p. 79.

96 MIRANDA, Manoel Gomes Corrêa de. *Exposição feita ao Excellentíssimo Senhor Presidente da Província do Amazonas*. Manaus: Typographia de F. J. da S. Ramos, 1856. p. 3.

97 Idem, *ibid.*, p. 4.

Spix e Martius – entre 1817 e 1820⁹⁸. Em 1848, Alfred Wallace relata a existência de uma população de cerca de 15.000 habitantes⁹⁹. Henry Bates, que esteve em Belém entre 1850 e 1851, observa essa redução no número de habitantes (de 24.500 em 1819 para 15.000 em 1848), que atribui às “*rebeliões, provocadas pelo ódio existente entre brasileiros e portugueses*”¹⁰⁰. Finalmente, em 1859 havia 25.000 habitantes em Belém do Pará – um número bastante reduzido, levando-se em consideração que em 1819 eram 24.500 os habitantes da cidade¹⁰¹.

Somente com a produção e exportação do látex, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, Belém passou por um processo de transformação urbana mais amplo ao se tornar o principal porto de escoamento dessa produção¹⁰². Esse processo abrangeu a pavimentação das ruas¹⁰³, o alinhamento das construções, a ornamentação de antigas praças, a construção do Mercado Municipal (entre 1860 e 1870) e de outros edifícios públicos¹⁰⁴, a implantação do sistema de iluminação a

98 SPIX & MARTIUS, *Op. cit.*, p. 25.

99 WALLACE, *Op. cit.*, p. 17.

100 BATES, Henry Walter. *Um naturalista no rio Amazonas*. Trad. Regina Régis Junqueira. São Paulo: Edusp, 1979. p. 21. (Primeira edição: 1863).

101 v. ROCQUE, Carlos. *História geral de Belém e do Grão-Pará*. Belém: Distribel, 2001. p. 62.

102 VEIGA, *Op. cit.*, p. 25.

103 A primeira rua de Belém a ser calçada foi a rua da Paixão, ainda em 1757. Mas esse calçamento era precário, feito de pedras irregulares de grés ferruginoso. Apesar de sua precariedade, continuou sendo empregado até a segunda metade do século XIX. Somente em fins do oitocentos esse tipo de pavimentação foi substituído por paralelepípedos de granito, importados do exterior – da mesma forma que as luminárias e outros equipamentos urbanos. (“As primeiras ruas de Belém”. In: BARATA, *Op. cit.*, p. 376)

104 v. VICENTINI, Yara. *Cidade e história na Amazônia*. Tese de doutoramento. São Paulo: FAU-USP, 1994. p. 104. No *Relatório do Segundo Vice-Presidente da Província do Grão-Pará*, publicado em 1870, lê-se: “A província está empenhada com obras de grande importância. O palacete para repartições publicas, (...) o novo caes de Belem, (...) o teatro de N. S. da Paz, (...) o encanamento d’agua potavel (...) formão sem duvida uma galeria importante de obras que hão

gás carbônico¹⁰⁵ e de um sistema mecânico de abastecimento de água¹⁰⁶, bem como a reformulação dos planos urbanísticos

de trazer grande utilidade e embelesamento para esta província, tão pobre de edifícios públicos.” (Relatorio do Segundo Vice-Presidente da Província do Gram-Pará. Pará: Typographia do Diario do Gram-Pará, 1870. p. 6-7)

- 105 Em relação à iluminação, sabe-se que durante todo o período colonial e nos anos seguintes à Independência, a cidade de Belém não possuiu qualquer tipo de iluminação pública. Somente em 1838 foi aprovada uma lei que autorizou a compra de 150 lampiões e armações de ferro, que chegaram da Inglaterra em 1840 – ano que marcou o início da iluminação pública na cidade, com os lampiões bastante espaçados uns dos outros, e suspensos nas esquinas das ruas. (v. “A iluminação pública”. *Folha do Norte*, 26.03.1915. In: BARATA, Mario. *Formação histórica do Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973. p. 359-60). Em 1855, o governo contratou a iluminação a petróleo (então denominado gás líquido), permanecendo também a iluminação a azeite de iandiroba. Eram 140 lampiões para iluminação a petróleo e 140 para iluminação a azeite, totalizando 280 lampiões distribuídos pela cidade. (Idem, *ibid.*, p. 360) Em 1861, esse tipo de iluminação (a petróleo e azeite) foi substituído pela iluminação a gás carbônico, inicialmente com 700 combustores, atingindo-se o número de 1639 em 1887. Em fins do século XIX, mais precisamente no ano de 1896, foi inaugurada a iluminação elétrica em Belém, que passou a ser iluminada por cerca de 1.800 lâmpadas incandescentes. (v. BARATA, *Op. cit.*, p. 361). Ou seja, até 1840 a cidade de Belém não conheceu qualquer tipo de iluminação pública. De 1840 a 1896, foi iluminada por lampiões a azeite, a petróleo e a gás carbônico, e antes de findar o século XIX já possuía iluminação elétrica.
- 106 No que diz respeito ao sistema de abastecimento de água, até fins do século XIX, quando foi implantado o processo mecânico de abastecimento iniciado pela Companhia das Águas do Grão-Pará, composta essencialmente por técnicos ingleses (denotando mais uma vez a influência europeia nas transformações urbanas), foram empregados na cidade poços e fontes para atender à população. (v. MEIRA FILHO, Augusto. *Evolução histórica de Belém do Grão-Pará: fundação e história*. vol. II: O século XVIII. Belém: Grafisa, 1976. p. 776) Havia em 1840 dez poços públicos, localizados em áreas quase pantanosas, nos arredores da cidade. Seis eram forrados de pedra e quatro possuíam estrutura de madeira. Além destes, havia os poços particulares, cujas águas eram vendidas por seus proprietários. (BELTRÃO, *Op. cit.*, p. 221) Segundo Jane Felipe Beltrão, a discussão sobre a qualidade das águas era constante em Belém, e causava polêmica entre os médicos da cidade. (Idem, *ibid.*, p. 222). Os primeiros estudos para a implantação de chafarizes na área urbana datam de 1840, mas em 1855, à época da cólera, ainda não havia chafariz na capital do Pará. (Idem, *ibid.*, p. 222) A ausência de

da capital¹⁰⁷. Observa-se assim um progresso considerável em um espaço de tempo relativamente curto, especialmente no que concerne às melhorias urbanas – quase sempre tardias em relação às cidades da costa leste¹⁰⁸.

No centro-oeste do país, algumas cidades surgiram no século XVIII como resultado das Bandeiras e da descoberta do ouro, sendo este o caso de Cuiabá¹⁰⁹, no Mato Grosso, e de Goiás Velho (ou Vila Boa de Goiás), em Goiás. Mas nem sempre, esgotado o minério, essas cidades continuaram apresentando um desenvolvimento econômico ou mesmo uma expansão urbana expressiva. Parte delas permaneceu praticamente estagnada

um sistema de abastecimento de água adequado certamente contribuiu para a disseminação da moléstia nesse período. Mas seriam necessárias ainda algumas décadas para que fossem tomadas as devidas providências em relação a esse problema de ordem pública.

107 VEIGA, *Op. cit.*, p. 21.

108 Contrariamente às obras de pavimentação das ruas e de implantação de um sistema de abastecimento de água mais conveniente, as obras de drenagem e aterro de algumas áreas da cidade, bem como o início da arborização urbana, não foram tardios em comparação às outras cidades brasileiras. Ainda à época do Conde dos Arcos (que governou a Província do Grão-Pará de 1803 a 1806), foram relatadas obras de drenagem e aterro de ruas e estradas de Belém. (MEIRA FILHO, *Op. cit.*, p. 785) E em meados do século XIX, Jerônimo Coelho deu continuidade ao processo de arborização urbana em Belém, determinando o plantio de diversas mangueiras ao longo das ruas da cidade. (Idem, *ibid.*, p. 789) Na arquitetura também se observa uma antecipação na difusão do neoclássico (ou do “barroco-luso-tropical”) nas obras assinadas por Antonio José Landi – casas, igrejas, capelas e palacetes que conferiram um tom peculiar a essa cidade situada ao norte do país. (v. MEIRA FILHO, *Op. cit.*, p. 844)

109 Em 1718, Pascoal Moreira Cabral Leme descobriu o então mais “novo e riquíssimo eldorado” do Brasil: Cuiabá. (v. TAUNAY, Afonso de E. *História das bandeiras paulistas*. 3 .ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975, Tomo I, p. 307 / Primeira edição: 1961). Quase dez anos depois, em 1726, Rodrigo César de Meneses desembarcou no “Arraial do Bom Jesus”, anunciando que este seria elevado a vila sob o título de “Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá” – o que aconteceu em 1727, com a instalação do pelourinho, o “símbolo consagrado das municipalidades”. (Idem, *ibid.*, Tomo II, p. 55)

no tempo e no espaço – à sombra de seus antigos sobrados.

Segundo Afonso Taunay, à época em que foi elevada a vila, em 1727, Cuiabá possuía “148 fogos dos quais alguns cobertos de telhas”¹¹⁰. Dois anos depois, parte considerável dos habitantes de Cuiabá, vendo esgotado o minério, retirou-se para o Rio de Povoado (o Tietê) e para terras de São Paulo¹¹¹. Essa característica histórica de rápida ocupação seguida de abandono não passou despercebida aos viajantes que estiveram na cidade nas primeiras décadas do século XIX, como Hercules Florence, que visitou Cuiabá entre 1825 e 1829:

*“Cuiabá deve sua fundação à grande quantidade de ouro que deu o terreno em que se assenta, cujas escavações e buracos atestam hoje quanto foi revolvido. Nos primeiros tempos dos descobrimentos dos paulistas encontraram-se ‘folhetas’ que pesavam até uma arroba, único incentivo que chamou uns sertanistas ávidos de riquezas e os impeliu em solidões desconhecidas, levando tão-somente espingardas, pólvora, bala e sal.”*¹¹²

E acrescenta adiante:

“A população não passa de 6.000 habitantes, (...) sem contar os índios mansos e muito menos os bravios. (...)

Tão pouca população provém de que não há 125 anos que Cuiabá foi descoberta e todos quantos procuraram essas terras atraídos só pela posse do ouro, uma vez conseguido esse fim, trataram de se ir embora para go-

110 TAUNAY, *Op. cit.*, Tomo II, p. 55.

111 *Idem, ibid.*, Tomo II, p. 55.

112 FLORENCE, Hercules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas: 1825 a 1829*. Trad. Visconde de Taunay. São Paulo: Cultrix: Edusp, 1977. p. 144. (Primeira edição: 1875).

zarem das riquezas ganhas em país mais civilizado."¹¹³

Por volta de 1850, Cuiabá era ainda uma “*pequena e pobre cidade incrustada no sertão, cuja população não chegava a onze mil habitantes entre homens e mulheres, livres e escravos*”¹¹⁴. As casas de Cuiabá, nesse período, eram muito simples, de adobe e de taipa, cobertas de telha, quase sempre térreas, com loja, sala, alcovas, varanda e cozinha¹¹⁵.

Na segunda metade do século XIX, os problemas mais sérios enfrentados pela cidade foram o desabastecimento da região, em virtude do bloqueio da navegação do Prata decorrente da Guerra do Paraguai, a enchente do rio Cuiabá, em 1865, e dois anos depois, em 1867, a epidemia de varíola¹¹⁶. Além destes, a cidade apresentava outros problemas como a questão do abastecimento de água potável. Os córregos e rios da cidade, que serviram de fonte de abastecimento de água por um longo período, tornaram-se local de despejo de lixo e dejetos com o aumento da população, tendo seu uso comprometido¹¹⁷.

A preocupação com a ordenação do espaço urbano, com o alinhamento das ruas, com a construção de calçadas, com o escoamento das águas usadas e com a eliminação do lixo e dos dejetos já constava no Primeiro Código de Posturas Municipais, de 1832¹¹⁸. Mas foi necessário ainda algum tempo para que esses problemas fossem resolvidos. A cidade de Cuiabá, devido ao

113 Idem, *ibid.*, p. 146.

114 VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá, 1850-1888*. Tese de doutoramento. São Paulo: FFLCH-USP, 1990. p. 35.

115 Idem, *ibid.*, p. 39.

116 Idem, *ibid.*, p. 19.

117 Para amenizar o problema, foram construídas bicas em alguns pontos da cidade. Em meados do século XIX existiam sete bicas em Cuiabá, todas localizadas na freguesia da Sé – número este insuficiente para atender a demanda. Havia também as cisternas nos quintais das residências; ainda assim era necessário recorrer aos córregos e mesmo ao rio Cuiabá. (Idem, *ibid.*, p. 40)

118 Idem, *ibid.*, p. 41.

esgotamento do minério, às enchentes, às epidemias e à guerra, foi uma das cidades brasileiras que permaneceram praticamente estagnadas durante o século XIX. Somente no século XX Cuiabá apresentou um desenvolvimento econômico e urbano considerável, tendo sua paisagem definitivamente transformada.

A busca pelo ouro e o esgotamento do minério também marcaram a história econômica e urbana de Vila Boa de Goiás¹¹⁹. Segundo Saint-Hilaire, foi tão-somente a existência do ouro que determinou a fundação desta cidade situada em área distante da costa, longe dos rios navegáveis da época, e de comunicação difícil com outras partes do Império¹²⁰.

“A distância enorme da província de Goiás aos portos do mar é, sem dúvida, a principal fonte de suas misérias; mas, pelo menos, se abriram estradas que permitem aos habitantes não ficarem sem comunicações com a costa e penetrarem nas partes mais remotas do interior. Sem falar numa infinidade de caminhos de menor importância, partem (1819) de Vila-Boa quatro estradas principais (...). Estas estradas, como a maior parte das do Brasil, foram traçadas sem nenhuma arte e, em seguida, quase que completamente abandonadas aos caprichos das estações (...); todavia, tais como são, parecem bastar às necessidades

119 A criação da vila deu-se em julho de 1739 – três anos depois de D. João V elaborar a carta régia que determinou a constituição de uma vila na povoação mais importante daquele território. (TAUNAY, *Op. cit.*, Tomo II, p. 116 e 239) D. Luís de Mascarenhas demarcou o lugar da praça principal, da igreja matriz, da câmara, da cadeia e dos principais edifícios. (v. TAUNAY, *Op. cit.*, Tomo II, p. 239) A implantação do pelourinho simbolizou a passagem do arraial a vila. Em 1818, por decreto promulgado por D. João VI, a vila foi elevada à categoria de cidade, passando a ser denominada Cidade de Goiás. (v. SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goiás*. Trad. Clado Ribeiro de Lessa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944, Tomo II, p. 77 / Publicação do resumo das viagens: 1822; publicação do texto completo: 1887).

120 SAINT-HILAIRE, *Op. cit.*, Tomo II, p. 78.

*atuais da província.*¹²¹

À época da visita de Saint-Hilaire, em 1819, as ruas da cidade, em geral largas e bem traçadas, possuíam pavimentação precária. O naturalista apresenta uma estimativa de cerca de 900 casas de argamassa e madeira, caiadas na frente e cobertas de telhas, várias delas com um andar além do rés-do-chão¹²².

Luiz D'Alincourt, que esteve em Vila Boa em 1811, caracteriza as casas de Goiás como "*mediócras e irregulares nos frontispícios, feitas de taipa*" e quase todas térreas¹²³. Este viajante calcula pouco mais de 700 fogos na cidade e cerca de 11.000 habitantes¹²⁴. Johann Emanuel Pohl, em sua viagem pelo Brasil nos anos de 1817 a 1821, também atribui a Goiás cerca de 700 casas – "*a maioria construída de madeira e barro, de um só andar*" – e uma população de "*9.424 almas*"¹²⁵.

Ferdinand Denis descreve a cidade de fins da década de 1820 do seguinte modo:

*"(...) Está situada num lugar baixo, nas margens do Rio Vermelho, que a divide em dois bairros quase iguais. Seus edifícios são grandes, mas não têm elegância nem muita solidez (...). A população inteira é avaliada em oito mil habitantes."*¹²⁶

Ou seja, esse viajante assinala um número de habitantes menor que o avaliado nas primeiras décadas do século XIX por

121 Idem, *ibid.*, Tomo I, p. 334-5.

122 SAINT-HILAIRE, *Op. cit.*, Tomo II, p. 79-80.

123 ALINCOURT, Luís d'. *Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá*. São Paulo: Edusp, 1975. p. 95. (Primeira edição: 1825).

124 Idem, *ibid.*, p. 96.

125 POHL, Johann Emanuel. *Viagem no interior do Brasil empreendida nos anos de 1817 a 1821*. Trad. Milton Amando e Eugênio Amado. São Paulo: Edusp, 1976. p. 140-1. (Primeira edição: 1832-1837).

126 DENIS, Ferdinand. *Brasil*. Trad. João Etienne Filho e Malta Lima. São Paulo: Edusp, 1980. p. 347. (Primeira edição: 1838).

Luiz D'Alincourt ou mesmo por Johann Emanuel Pohl.

A leitura dos relatórios da Província de Goiás, publicados entre 1858 e 1888, evidencia o atraso em termos de desenvolvimento urbano em relação a outras cidades brasileiras de maior porte. As obras públicas mencionadas nos relatórios da década de 1860 referem-se à implantação de estradas de comunicação, ao reparo e calçamento de ruas, ao reparo de pontes e de edifícios públicos¹²⁷. A implantação de canos de esgoto aparece no relatório de 1876, ao lado de obras de reparo em canos d'água e de construção de sarjetas em certos pontos da cidade¹²⁸. Em relação à iluminação pública, no relatório de 1882 constata-se que a empresa Perillo & Viggiano e Cincinnato da Motta Pedreira, contratada para a iluminação da capital, teve seu contrato rescindido – de acordo com a resolução provincial n.660, de 31 de dezembro de 1881 – após distribuir cerca de 120 lampiões pelas ruas de Goiás. Com isso, alguns moradores da cidade (96 cidadãos) passaram a custear a iluminação das principais ruas de Goiás Velho, onde estavam funcionando 48 lampiões a querosene nesse período¹²⁹. Este fato, por si só, dá uma ideia da precariedade da municipalidade em determinadas áreas situadas mais ao interior do país. Percebe-se, assim, como era lento o processo de transformação urbana em algumas cidades brasileiras do oitocentos.

No extremo sul do Brasil, à semelhança do que acontecia ao norte, existiam “*florestas seculares, imensas e quase im-*

127 *Relatorios da Provincia de Goyaz*. Goyaz: Typographia Goyazense, 1858-1888. v. Relatórios, 1860-1870. No relatório de 1872, menciona-se o encanamento de uma nova vertente para o chafariz da praça Municipal e o calçamento da rua Direita. (Idem, 1872) No relatório de 1873, observa-se que teve continuidade a obra de calçamento da rua Direita (o calçamento desta rua levou mais de um ano para ser concluído) e iniciou-se o nivelamento de outras ruas, como a rua do Araguaia e a rua das Flores; além disso, foram substituídas as antigas bicas do chafariz da praça Municipal por torneiras vindas da Corte – obras relativamente simples para um relatório de fins do século XIX. (Idem, 1873)

128 Idem, 1876.

129 Idem, 1882.

penetráveis”, que impediam a comunicação com outras áreas¹³⁰. De tal forma que muitas vezes foram as “colonizações” germânica e açoriana que garantiram a ocupação de vários trechos dessa região. Os imigrantes vinham atraídos pelas possibilidades de enriquecimento em novas terras, estabelecendo-se em colônias quase sempre situadas nas proximidades dos rios – especialmente nas margens do Guaíba e do São Gonçalo. Jorge Salis Goulart defende a tese de que foi a proximidade dos rios que garantiu o crescimento dessa população. Para Goulart, Porto Alegre se tornou o grande empório do Rio Grande do Sul graças à sua localização – na margem do Guaíba; e Pelotas foi uma “*dádiva do São Gonçalo*” – não existisse este rio, afirma Goulart, as charqueadas teriam se estabelecido no Rio Grande¹³¹.

Enquanto na costa leste observa-se uma nítida influência da França e da Inglaterra ao longo do século XIX; ao norte do país constata-se a influência predominante de Portugal e da cultura indígena em princípios do oitocentos; e a centro-oeste percebe-se a influência dos próprios bandeirantes (no modo de vida, nos costumes, nas habitações); no extremo sul predominaram, no século XIX, as influências açorianas, germânicas e nórdicas, determinando formas distintas de concepção do espaço construído. As casas do sul construídas nessa época apresentam diversas particularidades nesse sentido.

Saliente-se ainda o fato de que muitas colônias que deram origem a cidades foram criadas durante o século XIX. As cidades do sul eram, portanto, ainda mais recentes que as cidades do centro-oeste do país, com algumas exceções. Como exemplo pode-se mencionar a cidade de Joinville, que apresenta uma pe-

130 GOULART, Jorge Salis. *A formação do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Livraria do Globo, 1927. p. 2. Essas florestas a que se refere o autor são florestas de araucária – ou florestas ombrófilas mistas –, também denominadas “matas de araucárias”, em sua maior parte devastadas a partir de fins do século XIX.

131 Idem, *ibid.*, p. 8.

culiaridade histórica digna de nota.

As terras de Joinville faziam parte do dote da princesa Francisca Carolina, filha de D. Pedro I e de D. Leopoldina, que foi concedido ao príncipe de Joinville – François Ferdinand Philippe Louis Marie. Com a Revolução de 1848, o príncipe de Joinville e a princesa Francisca Carolina se refugiaram na Inglaterra e, diante de dificuldades econômicas, resolveram negociar a ocupação de suas terras no Brasil com o senador Cristiano Matias Schroeder, que pretendia fundar em Hamburgo uma nova empresa de imigração, denominada “Sociedade Colonizadora Hamburguesa” – ou “Sociedade Hamburguesa de Colonização”¹³².

Em maio de 1850, desembarcaram, às margens do rio Cachoeira, os primeiros moradores da Colônia Dona Francisca – a qual deu origem à cidade de Joinville¹³³. As casas desses primeiros habitantes eram feitas de “troncos de palmitos ligados com cipó e cobertas com feixes de folhas de palmeiras”¹³⁴.

A Colônia Dona Francisca formou-se basicamente com imigrantes suíços, noruegueses e alemães¹³⁵. Como se tratava de uma colônia criada por uma Sociedade Colonizadora, de tempos em tempos eram elaborados relatórios com um registro do número total de colonos e do número total de habitações na vila e na zona rural. Assim, observa-se no relatório de 1856 que havia 1.428 colonos nessa área e 68 casas na vila, além das 147 residências da zona rural¹³⁶. Em 1861, a população chegou a 3.050 colonos, existindo 689 casas habitadas na colônia, 465 ranchos e 134 casas no perímetro definido para a cidade de Joinville – essa área correspondia à sede da colônia, tendo sido integrada a

132 v. FICKER, Carlos. *História de Joinville*: subsídios para a crônica da colônia de Dona Francisca. 2. ed. Joinville: Imprensa Ipiranga, 1965. p. 15-36. (Primeira edição: 1965).

133 Idem, *ibid.*, p. 57-8.

134 Idem, *ibid.*, p. 59.

135 Idem, *ibid.*, p. 81.

136 Idem, *ibid.*, p. 180.

ela posteriormente, passando ambas a constituir o mesmo aglomerado urbano¹³⁷.

Avé-Lallemant, que esteve na Colônia Dona Francisca em 1858, escreve sobre as estradas que cortavam a colônia em ângulos retos, formando quadrângulos que estavam parcelados em terrenos – quase todos com sua casa afastada da orla da estrada. De acordo com o viajante, eram cerca de setenta terrenos “*arejadamente espaçados, de modo que o conjunto das casas lembra[va] menos uma cidade do que as casas ajardinadas de um subúrbio rico*”¹³⁸.

*“Esta graciosa cidadezinha composta de casas ajardinadas chama-se Joinville. É o ponto central de toda a colônia, a residência da nova pequena Alemanha que se está formando (...).”*¹³⁹

Além da história e da forma de ocupação peculiares, outras particularidades marcaram a Colônia Dona Francisca. Em primeiro lugar, a organização em sistema de Comuna, cujos atos comunais eram absolutos desde que não estivessem em contradição com as leis brasileiras ou com os estatutos da Sociedade Colonizadora¹⁴⁰. Em segundo lugar, a proibição do trabalho escravo nas terras cedidas pelo príncipe de Joinville à Sociedade Colonizadora de Hamburgo – iniciativa que partiu da direção da sociedade que solicitou a medida proibitiva ao Imperador D. Pedro II em 1849¹⁴¹.

Em 1867, Joinville ainda não era servida por uma rede de

137 Idem, *ibid.*, p. 71 e 223.

138 AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo* (1858). Trad. Teodoro Cabral. São Paulo: Edusp, 1980. p. 181. (Primeira edição: 1859).

139 Idem, *ibid.*, p. 182.

140 v. LOBO, Marinho de Souza. “Colônia Da. Francisca – fundação e desenvolvimento nos primeiros anos”. In: *Álbum histórico do centenário de Joinville, 1851-1951*. Curitiba: Gráfica Mundial Ltda., 1951. p. 29.

141 v. HERKENHOFF, Elly. “Escravos Joinvillenses”. *Arquivo Histórico de Joinville*, vol.5-6, 1988. p. 9.

água. Os moradores utilizavam as águas do ribeirão Matias para beber, cozinhar e lavar roupa¹⁴². A instalação dessa rede ocorreu apenas em 1885¹⁴³ – uma instalação tão tardia quanto a do sistema de iluminação pública, posterior a 1899, quando foi aprovada a verba para a iluminação da cidade. Por esses tempos, a população do município já era calculada em cerca de 19.000 habitantes¹⁴⁴.

Além das cidades que resultaram da implantação de colônias de imigrantes europeus, havia outras cidades ao sul do país de formação extremamente recente no século XIX. Entre elas, Pelotas¹⁴⁵, que chegou a ser quase tão importante quanto Porto Alegre nesse período.

O traçado em grelha de Pelotas – tão distinto da cidade tradicional brasileira – foi definido nas primeiras décadas do século XIX. Em mapa de 1835, observam-se as ruas retilíneas e os quarteirões em forma quadrangular ou retangular repetindo-se ao longo do núcleo urbano¹⁴⁶.

Entre 1820 e 1821, Saint-Hilaire esteve em Pelotas (então

142 FICKER, *Op. cit.*, p. 25. Os trabalhos para a instalação da rede de água potável tiveram início dez anos depois, em 1877 – ano em que a sede da Colônia Dona Francisca, Joinville, foi elevada à categoria de cidade. (Idem, *ibid.*, p. 299-300) De acordo com o Relatório da Sociedade Colonizadora de 1877, a população da colônia nesse período era de 9.298 pessoas, das quais 1.158 moravam em São Bento. (Idem, *ibid.*, p. 301)

143 FICKER, *Op. cit.*, p. 323.

144 Idem, *ibid.*, p. 359-61. A inauguração da luz elétrica em Joinville ocorreu apenas no século seguinte, em 1909, sendo motivo de solenidade e noticiados. (v. “Energia elétrica em Joinville – inauguração dos serviços. In: *Álbum histórico do centenário de Joinville, 1851-1951*. Curitiba: Gráfica Mundial Ltda., 1951. p. 136)

145 A origem da cidade de Pelotas remonta à união das terras compreendidas entre o arroio Grande e o rio Piratini em fins do século XVIII. (v. SCHLEE, Andrey Rosenthal. *A arquitetura das charqueadas desaparecidas*. Tese de doutoramento. São Paulo: FAUUSP, 1998. p. 53) Com o crescimento econômico advindo das charqueadas, a comunidade ali existente se organizou, solicitando, em 1810, a criação de uma freguesia – que se efetivou em 1812. (Idem, *ibid.*, p. 58) Em 1830, a freguesia foi elevada à categoria de vila (Vila de São Francisco de Paula) e, em 1835, tornou-se cidade. (Idem, *ibid.*, p. 58)

146 Idem, *ibid.*, p. 61.

denominada “povoação de São Francisco de Paula”), onde constatou esse traçado retilíneo das vias:

“(...) seguimos para a aldeia, distante, já dito, meio quarto de légua do Rio São Gonçalo e situada em vasta planície. É sede da paróquia e conta para mais de 100 casas, construídas segundo um plano regular de edificação da aldeia. As ruas são largas e retas. A praça em que fica a igreja é pequena porém muito bonita. A frente da maior parte das casas é asseada.”¹⁴⁷

Esse detalhe também não passou despercebido a Nicolau Dreys, que esteve na cidade em 1839:

“As ruas principais da cidade de Pelotas seguem quase todas uma direção perpendicular ao rio de S. Gonçalo; são largas e direitas, com seus competentes lajeados no correr das casas (...).”¹⁴⁸

Décadas depois, por volta de 1865, o traçado retilíneo das ruas da cidade continuava a chamar a atenção dos viajantes:

“(...) Pelotas aparece aos olhos encantados do viajante como uma bela e próspera cidade. As suas ruas largas e bem alinhadas, as carruagens que as percorrem (...), sobretudo os seus edifícios (...) com as suas elegantes fachadas, dão ideia de uma população opulenta.”¹⁴⁹

Havia então na cidade cerca de 10.000 habitantes – núme-

147 SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*, 1820-1821. São Paulo: Edusp, 1974. p. 69. (Publicação do resumo das viagens: 1822; publicação do texto completo: 1887).

148 DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1961. p. 117. (Primeira edição: 1839).

149 CONDE D'EU. *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*. São Paulo: Edusp, 1981. p. 134-5. (Primeira edição: 1936).

ro reduzido se comparado a cidades brasileiras de maior porte, mas que não distava muito do contingente populacional de Porto Alegre, capital da província do Rio Grande, que estava em torno de 17.000¹⁵⁰. O Conde D'Eu observa, em seu relato de viagem, “*que os 10 anos da guerra civil, 1835-1845, foram especialmente para Pelotas um período de misérias e de estacionamento*”¹⁵¹.

Segundo o *Almanaque Literário e Estatístico da Província do Rio Grande*, a população da cidade de Pelotas em 1888 era de cerca de 25.000 habitantes, distribuídos em aproximadamente 4.000 edifícios – o que demonstra um crescimento populacional pouco expressivo mesmo nas últimas décadas do século XIX (Porto Alegre, a essa altura já apresentava uma população de cerca de 44.000 pessoas)¹⁵².

Em 1900, o engenheiro civil Alfredo Lisboa publica seu *Projeto de Esgotos da Cidade de Pelotas*, complementado pelo *Projeto do Novo Abastecimento de Água*. Nesse texto, o engenheiro apresenta um panorama detalhado da cidade de Pelotas na passagem do século XIX para o século XX. Caracteriza as ruas da cidade como largas e relativamente alinhadas, interceptando-se em ângulos quase retos¹⁵³ e conformando quadras

150 CONDE D'EU, *Op cit.*, p. 135.

151 Idem, *ibid.*, p. 135.

152 RODRIGUES, Alfredo Ferreira (org.). *Almanak Litterario e Estatistico da Provincia do Rio Grande do Sul para 1889*. 2. ed. Pelotas: Typographia da Livraria Americana, 1889. p. 263 e 266. Dois anos depois, segundo o recenseamento de 1890, a cidade de Pelotas apresentava uma população de 37.256 habitantes – enquanto em Porto Alegre eram 52.186. (v. RODRIGUES, Alfredo Ferreira (org.). *Almanak Litterario e Estatistico da Provincia do Rio Grande do Sul para 1895*. Rio Grande: Livraria Americana, 1895. p. 233)

153 LISBOA, Alfredo. *Projeto de esgotos da cidade de Pelotas*. Pelotas: Livraria Universal de Echenique Irmãos & Cia., 1900. p. 9. A largura média dessas ruas, segundo Alfredo Lisboa, era de 17,60 metros, incluindo-se os passeios de 1,55 metro cada um. Eram poucos os largos e praças da cidade, destacando-se a praça da República, com mais de três hectares de superfície e a praça Júlio de Castilhos, onde se delineava um “futuro

ou quarteirões retangulares dentro do perímetro urbano¹⁵⁴.

No início de 1899, existiam 4.731 edifícios na cidade, dos quais 4.146 eram térreos, 415 assobradados e 170 “de sobrado”, havendo quarteirões a leste e a sul onde não se encontrava edificação alguma¹⁵⁵. O engenheiro afirma que eram péssimas as condições de higiene na maior parte das habitações, uma vez que eram baixas, sem ventilação e edificadas sobre um solo impregnado de matérias orgânicas¹⁵⁶.

À insalubridade, o engenheiro acrescenta a escassez de água potável. A Companhia Hidráulica Pelotense não conseguia atender a demanda por água na cidade. Os moradores muitas vezes utilizavam as águas das chuvas armazenadas em cisternas e a água retirada de poços ou cacimbas existentes nos quintais das residências – nociva à saúde pública por estar poluída pelas infiltrações do conteúdo dos sumidouros¹⁵⁷.

Em 1900, a cidade de Pelotas ainda não possuía rede de esgoto e sistema de água potável apropriado à população. O calçamento das ruas era feito com materiais de baixa qua-

parque”. Lisboa destaca também a avenida Bento Gonçalves, com seus 42 metros de largura, toda arborizada e ladeada por “villas e cottages, circundados de jardins”. (Idem, *ibid.*, p. 9). O sistema de calçamento empregado naquele momento era o de “alvenaria com pequenas pedras de granito, mais ou menos faceadas em prismas, colocadas sobre camada de areia grossa”. (Idem, *ibid.*, p. 9) As calçadas eram compostas de lajes de grés vermelho, proveniente de Porto Alegre – sistema que estava sendo substituído pelo de ladrilhos de cimento fabricados na própria cidade. (Idem, *ibid.*, p. 10)

154 LISBOA, *Op. cit.*, p. 10. Segundo Lisboa, havia 194 quarteirões nessa área em 1900.

155 Idem, *ibid.*, p. 10.

156 Idem, *ibid.*, p. 11. Havia uma empresa encarregada da remoção dos dejetos e águas servidas, cujo contrato estaria em vigor até que se implantasse a rede de esgotos. Essa empresa era aparelhada com veículos apropriados e vasilhames distribuídos aos assinantes – cerca de 1.700, correspondendo a pouco mais de um terço das habitações. A população não atendida por esse serviço lançava os dejetos nos quintais, em fossas ou sumidouros e, por vezes, até nas sarjetas. (Idem, *ibid.*, p. 11)

157 Idem, *ibid.*, p. 11.

lidade e as construções não apresentavam boas condições de higiene – à exceção das *villas* e *cottages*, circundadas por jardins. Dos quase cinco mil edifícios da área urbana, apenas 170 eram sobrados, persistindo a predominância de casas térreas na cidade. E o traçado em grelha de princípios do oitocentos continuava sendo um aspecto marcante de sua paisagem urbana.

Observa-se assim que, se por um lado, as cidades litorâneas do nordeste e do sudeste do país, como Rio de Janeiro, Salvador e Recife, apresentaram um desenvolvimento urbano marcante ao longo do século XIX, com a pavimentação e a abertura de novas vias, a implantação de sistemas de abastecimento de água e de coleta de esgoto, o plantio de árvores no espaço urbano, a iluminação das ruas e alterações na arquitetura acompanhadas de novas formas de implantação das construções no lote, esse mesmo processo ocorreu de maneira mais lenta em outras cidades brasileiras.

Ao norte do país, a floresta limitou e por vezes impediu o contato por terra de vilas, povoados e cidades com outras áreas do Brasil, sendo muitas vezes o rio o único meio de comunicação entre uma povoação e outra.

No extremo sul, verifica-se fato semelhante, com a floresta (ou mata) de araucária de certa forma segregando as cidades em relação a outras áreas do país e os rios servindo de meios de comunicação quase exclusivos.

No centro-oeste, o contato por terra com outras cidades brasileiras era possível apesar das dificuldades encontradas; entretanto, muitas das vilas e povoações criadas no século XVIII em decorrência do ouro passaram por um processo de estagnação ou mesmo de decadência econômica no século XIX, sem falar nos problemas advindos da Guerra do Paraguai – país localizado às margens dessa área do Brasil.

Se o Rio de Janeiro cresceu vertiginosamente, Salvador e Recife apresentaram um crescimento considerável em comparação com outras cidades brasileiras, e São Paulo teve

sua paisagem sob diversos aspectos alterada, principalmente a partir das últimas décadas do século XIX, as cidades brasileiras situadas em pontos mais distantes dessa faixa litorânea devem ser consideradas tendo em vista suas peculiaridades históricas e geográficas. Eram em alguns casos cidades recentes – ou recentíssimas; em outros, cidades isoladas pela densa floresta, muitas vezes apartadas das influências da Corte. Suas construções eram quase sempre mais simples, erguidas com os materiais disponíveis no entorno: terra, madeira, folhas de palmeira e outros tipos de vegetação. Apenas algumas cidades do norte, como Belém, apresentaram construções de pedra – que vinha de Portugal, como lastro de navios, seguindo em embarcações pelo rio com destino a núcleos urbanos mais distantes do litoral. As mudanças arquitetônicas levaram mais tempo para se processar nessas localidades – em Manaus, por exemplo, ocorreram nas últimas décadas do século XIX, à época do apogeu da borracha; em Cuiabá e Goiás Velho não foram verificadas mudanças profundas nesse período – Goiás Velho ainda hoje preserva parte de seu cenário arquitetônico do século XVIII, tendo se tornado patrimônio da humanidade; Joinville apresentou desde a sua fundação uma concepção arquitetônica distinta, sob influência alemã e anglo-saxônica, e Pelotas também teve de aguardar a entrada de um novo século para ter suas construções produzidas segundo novos parâmetros.

Considerando-se ainda que algumas dessas cidades se tornaram importantes centros urbanos no século XX, é possível imaginar o que aconteceu nas cidades menores, nas vilas menores, nas pequenas povoações, com pouco mais de dez ou vinte casas habitadas. Em uma cidade como Belém, por exemplo, a população esperou mais de um ano pela chegada de lâmpões e combustores importados da Europa, décadas para a pavimentação ou calçamento das ruas com um material menos rudimentar e décadas para dar-se início à implantação de um sistema de abastecimento de água potável; imagine-se então o período de espera nas

pequenas povoações. Estas permaneceram por um longo tempo com suas ruas de terra, sem calçamento e sem iluminação pública, com poços e fontes fornecendo água a seus habitantes.

Os sobrados altos, com quatro, cinco ou seis pavimentos, foram característicos das cidades maiores, junto à costa leste do Brasil. Nas outras áreas do país, o sobrado atingiu no máximo três pavimentos; nas povoações e cidades menores, foram extremamente raros, predominando as casas térreas de taipa, de pau-a-pique e sapé, ou mesmo de pedra, com cobertura de telha vã. Este aspecto, por si só, levou à constituição de paisagens urbanas diferenciadas: no litoral, mais verticais; no interior, predominantemente horizontais; no litoral, os edifícios mais sólidos; no interior, um tipo mais vegetal de casa.

Em relação às ruas, observa-se que foram, na cidade brasileira, em geral estreitas e irregulares, tanto no litoral como no interior – à exceção de ruas de bairros e cidades que surgiram no século XIX, com um traçado mais regular, em grelha.

A arborização urbana surgiu com uma certa antecedência em Belém e Salvador, instituindo-se, posteriormente, quase como regra em cidades como São Paulo, Belo Horizonte e tantas outras onde as árvores passaram a ser plantadas com frequência no espaço público, especialmente nas ruas e praças. Por outro lado, os problemas de abastecimento de água, de coleta de esgoto e de iluminação pública foram quase uma constante na cidade brasileira do oitocentos. Em algumas cidades, as soluções começaram a ser aplicadas mais cedo, mas o crescimento urbano contínuo impediu que atendessem à demanda de um modo satisfatório (havia sempre os bairros e lugares favorecidos e os bairros e lugares desfavorecidos, em geral, as áreas mais pobres e mais distantes do centro); em outras cidades, as soluções chegaram tardiamente, o que dificultou ainda mais um adequado atendimento à demanda. Houve de fato um descompasso resultante de diferenças nos estágios de desenvolvimento econômico, da localização geográfica dos núcleos urbanos e de seu contexto histórico.

2

Paisagens sociais do oitocentos

Ao primeiro capítulo de *Sobrados e mucambos*, Gilberto Freyre confere o seguinte título: “O sentido em que se modificou a paisagem social do Brasil patriarcal durante o século XVIII e a primeira metade do século XIX”.

Um geógrafo, quando analisa a paisagem, considera seus “estratos”. Parte da paisagem natural (aquela que não sofreu qualquer tipo de intervenção humana), investiga e analisa a paisagem cultural (aquela que foi alterada pelo homem, por um povo, por uma comunidade), e estuda, enfim, a paisagem urbana (que passou por uma modificação bastante expressiva e apresenta diversos estratos sobrepostos ao longo do tempo, com as construções mais recentes dispostas ao lado de construções mais antigas, com o asfalto sobre ruas de paralelepípedos

que a princípio eram de terra). Como método de análise, considera os componentes naturais e os componentes construídos (edificações, ruas, praças, jardins) separadamente, embora tenha consciência de que aparecem integrados na paisagem. Do ponto de vista geográfico, toda paisagem, indistintamente, está em contínuo processo de transformação.

Para o arquiteto, a paisagem resulta da sociedade e dos fatores fisiográficos e bióticos do lugar (clima, solo, tipo de vegetação, hidrografia, relevo, fauna e flora). E ainda que entenda a paisagem como sendo mais do que tudo aquilo que se observa estando-se em determinado ponto da esfera terrestre, do ponto de vista da arquitetura e do urbanismo, não existe paisagem sem o homem, sem o observador, estabelecendo-se desse modo uma relação entre a paisagem e as imagens, as lembranças, a memória do lugar.

Qual seria, então, o sentido da expressão empregada pelo sociólogo: “paisagem social”? Em determinados parágrafos do texto, Gilberto Freyre trabalha com figuras de linguagem nas quais representantes de camadas da sociedade são apresentados como elementos da paisagem:

“(...) Política contrária aos excessos de turbulência individual e de predomínio de família: às autonomias baseadas, às vezes, em verdadeiros fanatismos em torno de senhores velhos. Contrária, por conseguinte, aos interesses mais caros das oligarquias agrárias que formavam ainda as grandes montanhas da nossa paisagem social, ao iniciar-se o reinado de certo modo antipatriarcal de Pedro II.”¹⁵⁸

O sociólogo é capaz de visualizar a paisagem social do Brasil do século XIX. Mas a paisagem social para Freyre é mais do que a paisagem observada, formada por vários e distintos estratos sociais (o fazendeiro-aristocrata, o burguês, o escravo),

158 FREYRE, *Op. cit.*, p. 193-4.

por várias e distintas figuras humanas (o homem, a mulher, o menino, a negra, o negro, a índia, o índio, o caboclo, o pardo, o mulato). Trata-se de uma paisagem analisada em um período histórico (relacionada, portanto, aos acontecimentos da época), em determinado contexto social (patriarcal e escravocrata) e em determinado espaço social (não subdividido segundo regiões geográficas). Uma paisagem que passava por intenso processo de transformação em virtude da chegada da Corte ao Rio de Janeiro, do advento da imprensa nacional, dos folhetins, do teatro, da difusão das músicas e costumes europeus, da luta pela abolição, dos conflitos entre nacionais e estrangeiros.

A paisagem retratada por Freyre é a paisagem do patriarcado rural em declínio, endividado, roubando ou fazendo roubar escravos das cidades para trabalhar em suas fazendas, perdendo o domínio sobre seus filhos, sobre as mulheres, sobre os escravos, e perdendo o poder para homens mais jovens.

Os filhos dos grandes fazendeiros que outrora nutriam extremo respeito pelos mais velhos e tinham medo ou temor a seus pais, segundo o sociólogo, pelas formas de opressão, repressão e domínio que estes exerciam sobre eles, passaram a ser encaminhados com maior frequência aos internatos e colégios de padres, onde sofreram outras formas de repressão, mas das mãos de representantes do clero, tornando-se muitas vezes insubmissos às ordens paternas.

A mulher, que nos tempos coloniais, sequer aparecia durante o jantar quando havia um visitante na casa-grande de engenho, vivendo reclusa e oculta aos olhos de estranhos e estrangeiros, nos sobrados urbanos do século XIX observou a rua da varanda, leu romances que incitaram a sua imaginação, foi ao teatro, a bailes de máscaras, fugiu com namorados e amantes, indignando pais e maridos – no século XIX tornaram-se comuns os raptos de namoradas para casamentos não consentidos pelos pais ou pela figura paterna, tornaram-se comuns também os estabelecimentos onde essas filhas ou esposas ficaram reclusas

quando descobertas e capturadas, predominando a autoridade masculina sobre a mulher.

Os escravos ou conquistavam sua liberdade – individualmente ou com ajuda mútua – ou fugiam para os mucambos, para os quilombos, para as cidades. Escravos estes que muitas vezes eram vendidos ou alugados em anúncios de jornal (moleques, homens fortes, raparigas, mulheres prendadas, doceiras, quituteiras) da mesma forma que as casas térreas e os sobrados, os móveis e as carruagens, tendo de submeter-se – homens, mulheres e crianças – aos desejos de seus senhores.

E o poder, anteriormente outorgado aos mais velhos, a partir de D. Pedro II, principalmente, passou a ser concedido aos mais jovens – bacharéis com vasto conhecimento dos livros, e pouca experiência de vida, pouca experiência prática para lidar com situações diversas e adversas, que assumiram o governo de províncias, bispados e cargos importantes no espaço urbano, passando a dar ordens aos antigos senhores de engenho. Era o declínio do patriarcado rural e a ascensão do burguês, do bacharel, do profissional liberal.

Gilberto Freyre atrela ainda as mudanças da paisagem social à passagem da casa-grande (rural) ao sobrado (urbano):

*“Quando a paisagem social começou a se alterar entre nós, no sentido das casas-grandes se urbanizarem em sobrados mais requintadamente europeus, com as senzalas reduzidas quase a quartos de criado, as moças namorando das janelas para a rua, as aldeias de mucambos, os ‘quadros’, os cortiços crescendo ao lado dos sobrados, mas quase sem se comunicarem com eles, (...) aquela acomodação quebrou-se e novas relações de subordinação, novas distâncias sociais, começaram a desenvolver-se entre o rico e o pobre, entre o branco e a gente de cor, entre a casa grande e a casa pequena. (...) Maiores antagonismos entre dominadores e dominados.”*¹⁵⁹

159 FREYRE, *Op. cit.*, p. 31.

“Quando a paisagem social começou a se alterar entre nós”, as casas grandes rurais foram “urbanizadas” em sobrados (houve uma passagem do campo para a cidade); a arquitetura de feição tradicional deu lugar à arquitetura de características europeias (houve uma mudança de valores, atribuindo-se importância a tudo que era europeu, não apenas na arquitetura, como no vestuário, na mobília, nos objetos, nos alimentos, nas flores do jardim, e desprezando-se o que era nativo, aclimatado, aculturado, tradicional ou o que recebera outras influências – orientais, africanas, mouriscas); as senzalas diminuíram de tamanho, porque nas cidades os escravos desempenhavam funções relacionadas aos serviços de casa, de comércio ou de escritório, não sendo necessários em grande número, como nas fazendas (mais uma vez a oposição “campo x cidade”, interferindo, inclusive no partido arquitetônico – se nas fazendas havia senzalas como forma de abrigo aos trabalhadores compulsórios, nas cidades os escravos habitavam o térreo dos sobrados); a mulher passou a ter um contato maior com a rua, por meio das janelas e varandas dos sobrados e, conseqüentemente, um contato maior, mesmo que apenas visual, com pessoas fora de seu convívio familiar; surgiram nas proximidades das áreas urbanizadas ou em seu interior, as aldeias de mucambos, os “quadros” e cortiços para dar abrigo aos escravos fugidos ou libertos, destituídos de trabalho remunerado – construções que por vezes apareceram ao lado dos sobrados, mas as distâncias sociais impediram que se comunicassem (o cortiço com o sobrado, o negro com o branco, o pobre com o rico); surgiram outras formas de subordinação e aumentaram os antagonismos sociais entre dominadores e dominados.

A paisagem social do século XIX foi uma paisagem marcada pela passagem do trabalho escravo para o trabalho livre e por um movimento denominado “abolicionismo”:

“Em 1850, queria-se suprimir a escravidão, acabando com o tráfico; em 1871, libertando desde o berço, mas de fato depois dos vinte e um anos de idade, os filhos de escrava ainda por nascer. Hoje quer-se suprimi-la

*emancipando os escravos em massa e resgatando os ingênuos da servidão da lei de 28 de setembro. É este último movimento que se chama abolicionismo, e só este resolve o verdadeiro problema dos escravos, que é a sua própria liberdade.*¹⁶⁰

A paisagem social que se transformava era histórica, urbana, rural; compunha-se não apenas de camadas sociais, mas também de seus costumes, de suas tradições (e contradições), de sua cultura (nos dois sentidos: de modo de vida e de produção artística, acadêmica ou literária) e da maneira como se adaptavam, interferiam e interagiam com o meio. Era uma paisagem rica de fatos, acontecimentos, de pessoas, de camadas sociais, de mudanças (de interesses, de formas de morar, de formas de domínio e de subordinação) transcorridas em um espaço social comum igualmente rico e abrangente.

Enquanto a sociedade brasileira dos três primeiros séculos de colonização correspondeu a uma sociedade em processo de formação – por meio da mistura de raças ou da miscigenação do índio com o branco, do negro com o branco, do índio com o negro –, a sociedade brasileira do século XIX, já formada, constituiu uma sociedade em transformação, em boa parte sob influência europeia.

Em apenas um século essa sociedade deixou de ser escravocrata e colonial (ainda que muitas das características sociais do período anterior tenham permanecido arraigadas aos modos e costumes do brasileiro por um longo tempo); passou de uma sociedade pouco afeita à leitura para uma sociedade na qual se valorizava a leitura de textos em inglês e em francês; deixou de ser uma sociedade em que a arte era vista como atividade pouco valorizada por seu vínculo com o trabalho manual para ser uma sociedade que valorizava a pintura e a escultura como manifestações do espírito; passou de uma sociedade em que a mulher permanecia enclausurada em sua residência para uma

160 NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 2. (Primeira edição: 1883).

sociedade em que a mulher podia percorrer as ruas da cidade (desde que devidamente acompanhada); deixou de ser uma sociedade com um número restrito de médicos, advogados e professores para se tornar uma sociedade com um número significativo de bacharéis e profissionais liberais (ainda que estrangeiros). Da escravidão à imigração e ao trabalho livre, do tradicionalismo à re-europeização, do artífice ao artista, da reclusão à sociabilidade, da carência de profissionais liberais e bacharéis à sua consagração na urbe. Mudava a sociedade, alterava-se a paisagem – ou melhor dizendo as paisagens: a paisagem social, a paisagem física, a paisagem política, a paisagem econômica, a paisagem intelectual, podendo-se acrescentar a esses termos empregados por Gilberto Freyre a paisagem urbana.

Em *Ordem e progresso*, outra obra de Gilberto Freyre que aborda o século XIX – neste caso as últimas décadas do oitocentos – o sociólogo não menciona o termo “paisagem social” e já não descreve as camadas da sociedade como componentes dessa paisagem, mas trata das questões sociais que surgiram com a abolição da escravidão, com a chegada dos imigrantes e com o processo de industrialização do país. Questões estas negligenciadas pelos instauradores da República e por aqueles que ocuparam altos postos nesse novo sistema de governo.

Concretizada a abolição, o governo não se preocupou com a massa de ex-escravos que partiu da área rural para a área urbana, ou com a necessidade de instrução e de novas possibilidades de vida e de trabalho para aqueles que haviam garantido a produtividade agrícola até fins do Segundo Reinado; não se preocupou também com o proletariado emergente, estabelecendo regras que limitassem a ação do patronato (acostumado ainda ao sistema de trabalho compulsório) e protegessem o operariado contra os abusos de autoridade. Em vez disso, o novo governo se limitou a garantir e incentivar a imigração necessária à produção do café.

Se no início do século XIX era o açúcar a base da economia, os senhores de engenho os componentes da aristocracia

rural, os escravos a mão-de-obra fundamental à produção agrícola, e o nordeste uma das regiões mais ricas do país; em fins do oitocentos constatou-se o início do auge do café, com os fazendeiros enriquecidos substituindo os senhores de engenho na aristocracia rural, os imigrantes substituindo os escravos como mão-de-obra essencial, e a região sudeste se transformando em uma das áreas de maior importância econômica para o país. Houve, desse modo, uma substancial mudança da paisagem social brasileira nas últimas décadas do século XIX, à qual corresponderam modificações na paisagem rural, na paisagem urbana, nos modos e costumes da sociedade, na arquitetura e, mais especificamente, na casa brasileira.

As últimas décadas do século XIX foram a época da difusão do chalé – habitado pela burguesia; do palacete – moradia dos ricos fazendeiros e industriais; e do cortiço – habitação dos imigrantes operários. A paisagem social dos senhores de engenho e dos escravos transformou-se na paisagem social dos fazendeiros de café, dos ricos industriais e do proletariado ou trabalhador imigrante – em sua maior parte, europeu. À margem dessa paisagem, foram mantidos muitos dos ex-escravos – sem instrução suficiente para competir com os imigrantes europeus e sem a intenção muitas vezes de se submeterem a novos “senhores” ainda que na condição de trabalhadores livres.

Na República da retórica de Rui Barbosa, do positivismo de Augusto Comte, da diplomacia eugênica do Barão do Rio Branco, da política de valorização do produto nacional, da industrialização quase sempre superficial, de montagem, com a importação de máquinas e de componentes dos produtos finais não raro feitos com matéria-prima brasileira exportada para a Europa, não havia lugar para o negro, para o ex-escravo, nem proteção, por meio de leis, aos novos trabalhadores; não havia uma preocupação com a questão humana e a formação dos trabalhadores que desse suporte às novas tecnologias – importadas – do processo de industrialização. À paisagem social da República corresponderam outras questões sociais.

3

A casa brasileira pelo olhar dos viajantes

Na maior parte dos relatos de viagem do século XIX, aparecem descrições de casas de campo e de casas de cidade (casas térreas e sobrados). Poucas vezes, no entanto, são descritas as construções mais simples na área urbana ou em suas proximidades.

Contrapondo-se as casas de campo às casas urbanas, o olhar estrangeiro é sempre mais crítico em relação a estas últimas. As outras, erguidas em meio a jardins e junto à natureza, quase sempre parecem um lugar confortável e aprazível aos viajantes.

Em meio às descrições dos edifícios, surgem aqui e ali detalhes sobre o modo de vida e os costumes dos habitantes do Novo Continente. O descansar na varanda após as refeições, o

trajar-se de maneira simples e à vontade no interior da residência, a convivência de senhores e escravos na moradia urbana. Surgem também detalhes sobre os espaços livres de edificação situados no interior do lote – pátios, quintais e jardins; sobre a escassez de mobiliário nas salas de visita; e sobre a técnica ou os materiais construtivos empregados. Alguns autores estabelecem ainda comparações entre um tipo de edificação e outro, como Robert Burford que, ao descrever o interior das casas térreas e sobrados do Rio de Janeiro na década de 1820, enfatiza sua diferenciação social – com as casas de dois ou três pavimentos destinadas às pessoas mais ricas da sociedade, e as casas térreas, habitadas pelos mais simples:

“(...) The houses of a single story consist of one good room, floored with boards, with alcoves for sleeping, a kitchen, and an enclosed yard, with stable, &c. the only passage to which is through the best apartment. The houses of two or three stories for the higher classes, have usually an open space in front, with large folding gates; a broad flight of steps leads to the upper story, consisting of the sala or drawing room, gorgeously painted and gilt, with folding doors leading to the sleeping alcoves, beyond which is the varanda, in which the family generally take their meals, and receive visits during the day, the lower parts are occupied by the slaves, cattle, and for domestic purposes.”¹⁶¹

As casas térreas descritas por Burford eram compostas por sala, alcovas, cozinha, e por um pátio ao qual se tinha acesso atravessando-se o cômodo principal; os sobrados seguiam o mesmo esquema no pavimento superior, ficando o térreo para os escravos, animais e para outros propósitos domésticos. Ou seja, enquanto nas casas mais ricas, o térreo não era ocupado

161 BURFORD, Robert. *Description of a view of the city of St. Sebastian, and bay of Rio de Janeiro (1823)*. London: J. and C. Adlard, Bartholomew Close, 1827. p. 7.

pelos proprietários da residência, nas casas mais simples, era o local de estar e repouso da família.

Debret também analisa as casas do Rio de Janeiro, afirmando serem estreitas e profundas, com uma sala de visitas dando para a rua, seguida pelos quartos de dormir, e com um corredor que conduzia à sala de jantar, à cozinha e aos aposentos dos escravos. Segundo Debret, a maioria dessas casas era composta por um rés-do-chão e algumas possuíam sótão com abertura para a rua¹⁶². Essas casas, com apenas um pavimento e fachada estreita, erguidas em lotes extensos, compunham a paisagem do Rio de Janeiro em princípios do século XIX.

Da mesma forma que Debret, Johann Emmanuel Pohl observa em seus relatos de viagem que eram poucas as casas do Rio de Janeiro que possuíam mais de um andar¹⁶³. Mas para este viajante chama a atenção o estilo uniforme dessas construções e seu material construtivo: a pedra¹⁶⁴.

Spix e Martius são mais detalhistas nesse sentido, afirmando que a maioria das casas do Rio era feita “*com granito miúdo, ou madeira nos pavimentos superiores, e cobertas de telhas*”. Os naturalistas relatam ainda as transformações que se processaram na fachada dos edifícios após a chegada da Corte: as sacadas, “*fechadas e sombrias, à moda oriental*”, haviam sido “*rasgadas em balcões abertos diante das janelas*”, por ordem superior¹⁶⁵.

162 DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Edusp, 1978. p. 306. (Primeira edição: 1834-1839).

163 POHL, Johann Emanuel. *Viagem ao interior do Brasil, empreendida nos anos de 1817 a 1821*. Trad. Milton Amado e Eugênio Amado. São Paulo: Edusp, 1976. p. 38. (Primeira edição: 1832-1837).

164 Idem, *ibid.*, p. 39. Para Pohl, essas residências eram “mesquinhas”, dando abrigo a dez ou doze pessoas que viviam em pequenas dependências e alcovas. (Idem, *ibid.*, p. 39)

165 SPIX, Johan Baptist von & MARTIUS, Carl Friedrich Philipp Von. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Melhoramentos, 1968. p. 18. (Primeira edição: 1824-1832).

Além das mudanças na fachada, parece ter havido um aumento no número de sobrados nas primeiras décadas do século XIX. George Gardner, que esteve no Rio de Janeiro em 1837 (mais de dez anos depois da visita de Johan Emmanuel Pohl), fala de “*casas edificadas solidamente e na maior parte de pedra*”, em geral de dois ou três pavimentos¹⁶⁶. Maria Graham, de modo semelhante, escreve sobre “*casas de três ou quatro pavimentos, com tetos salientes, toleravelmente belas*”¹⁶⁷. A viajante inglesa se detém na descrição de uma casa do Rio de Janeiro que já apresentava forte influência europeia. Neste caso, a residência é descrita como “magnífica”, possuindo um salão de baile, um salão de música, gruta e fontes nos jardins, e aposentos que considera “extremamente belos”, com louças da China, relógios franceses, cortinas de seda e molduras douradas¹⁶⁸. Graham registra mudanças no interior da casa brasileira e em seus espaços livres que de certa forma acompanharam as modificações em seus aspectos externos nesse processo de re-europeização da cidade, da sociedade e da residência (urbana e semiurbana).

Rugendas, por sua vez, estabelece uma caracterização das residências do Rio de Janeiro segundo sua localização geográfica:

“O Rio de Janeiro é inteiramente desprovido de edifícios realmente belos. Entretanto alguns há que impressionam pelo tamanho e pela posição. (...) Na parte antiga da cidade as ruas são estreitas mas regulares; cortam-se em ângulos retos e quase todas são calçadas e providas de passeios. As casas desse bairro são em geral altas e estreitas. O telhado é pontudo e

166 GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*. Trad. Milton Amado. São Paulo: Edusp, 1975. p. 21. (Primeira edição: 1846).

167 GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: Edusp, 1990. p. 207. (Primeira edição: 1824).

168 Idem, *ibid.*, p. 273.

nada na sua construção lembra o clima dos trópicos. Têm quase sempre três ou quatro andares e somente três janelas nas fachadas. Como as janelas são muito compridas, a desproporção existente entre a altura e a largura das casas torna-se mais chocante. A arquitetura é muito melhor nas partes modernas da cidade e principalmente no bairro de Santana; as casas aí são mais baixas, com telhados menos pontudos, e estão-se construindo agora edifícios de muito bom gosto. Nos bairros mais feios, na costa setentrional, (...) as ruas são bastante irregulares e sujas. As residências não passam em geral de miseráveis choupanas, esparsas ao acaso ou empilhadas umas contra as outras, entre as colinas e o mar.”¹⁶⁹

As casas altas e estreitas, situadas na parte mais antiga do Rio de Janeiro, parecem desproporcionais ao olhar do pintor estrangeiro; as construções baixas das partes “*mais modernas*” da cidade e os edifícios novos (provavelmente concebidos à maneira europeia) são para ele “*de muito bom gosto*”; e nos bairros mais pobres, as residências não passam de “*miseráveis choupanas*”. Estão aí colocados os contrastes entre o novo e o velho, o antigo e o “*moderno*”, o estilo tradicional e o estilo europeu (ou re-europeizado), as construções mais ricas e as construções mais pobres. Uma paisagem de contrastes ainda na primeira metade do século XIX. Está colocada também a visão do europeu em relação à casa brasileira – só era considerada de bom gosto a construção elaborada sob influência europeia, especialmente francesa ou inglesa. Às construções mais rústicas concorria toda a crítica estética (de proporção, de materiais construtivos, de tipo de piso, de organização interna e dos aspectos externos).

À semelhança de outras cidades brasileiras (como São Paulo, Recife ou Salvador), nos bairros mais afastados do

169 RUGENDAS, Johann Moritz. *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro, s. d., p. 20. (Primeira edição: 1835).

centro, estavam implantadas as chácaras. E o olhar europeu era quase sempre mais complacente no que diz respeito a esse tipo de habitação.

“(...) *The houses in the suburbs are large, more convenient, and abound in the comforts of Europe: they are generally in large gardens, which during a great part of the year resemble huge bouquets (...).*”¹⁷⁰

Saint-Hilaire apresenta uma visão mais crítica em relação a essas casas de campo situadas nos arredores do Rio de Janeiro¹⁷¹. Avistadas por toda parte, não possuíam magnificência alguma para o naturalista e não seguiam os preceitos artísticos esperados pelo viajante europeu, o qual afirma, no entanto, que a originalidade de seu aspecto contribuía para tornar a paisagem mais pitoresca¹⁷².

Para Maria Graham havia uma diferença entre as casas de campo localizadas nas proximidades do bairro das Laranjeiras e as casas de campo na vizinhança do Catete. As primeiras não eram nem grandes, nem luxuosas, mas decoradas com varandas, possuindo uma escadaria que conduzia à residência do dono. Entre esta e o portão de entrada, cultivava-se ao menos uma aleia com várias espécies de flores¹⁷³. Na vizinhança do Catete, as casas eram quase sempre construídas como as do sul da Europa, com pátios e áreas ajardinadas junto à construção¹⁷⁴. As varandas e aleias de flores conferiam uma certa beleza às casas

170 BURFORD, *Op. cit.*, p. 7.

171 SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Trad. Vivaldi Moreira. São Paulo: Edusp, 1975. p. 37. (Publicação do resumo das viagens: 1822; publicação do texto completo: 1887). Segundo Saint-Hilaire, o termo “chácara” anteriormente empregado pelos índios para designar as pequenas extensões de terra que cultivavam, foi apropriado pelos brasileiros que passaram a aplicá-lo em suas casas de campo. (Idem, *ibid.*, p. 37)

172 Idem, *ibid.*, p. 35.

173 GRAHAM, *Op. cit.*, p. 198.

174 Idem, *ibid.*, p. 198.

erguidas sem luxo; mas há uma nítida preferência da viajante inglesa pelas construções que lembravam as do sul da Europa.

Segundo George Gardner, o bairro do Catete, assim como Botafogo e Flamengo, era um dos locais favoritos de residência dos europeus, especialmente os comerciantes, em sua maioria ingleses, que preferiam antes residir nas casas de campo dos subúrbios que na cidade. Gardner menciona ainda o distrito de Engenho Velho como outro entre os preferidos pelos estrangeiros¹⁷⁵. Sendo habitados por europeus, evidentemente algumas das características desses bairros rememoravam se não a forma de construir, ao menos a forma de implantação da casa europeia – cercada por jardins.

Debret chama atenção para a existência da varanda (ênfaticamente também por Maria Graham), bastante comum nas casas de campo, com a face externa formada por um muro de apoio no qual se assentavam colunas curtas e grossas, de estilo mouresco, que sustentavam a cobertura de telhas capa-canal¹⁷⁶.

O pintor francês elabora ainda uma hierarquia entre a chácara, a roça¹⁷⁷, o engenho¹⁷⁸ e a estância¹⁷⁹, os quais constituíam quatro tipos de propriedades rurais. Destes, a chácara era a menos importante; uma “*simples propriedade de recreio onde*

175 GARDNER, *Op. cit.*, p. 22.

176 DEBRET, *Op. cit.*, p. 200-1.

177 A roça, cujo diminutivo, de acordo com Debret, era “sítio”, correspondia a “*uma propriedade rural mais inculta que a chácara, destinada à cultura do café, da laranja, da cana-de-açúcar, etc.*”, cujo produto constituía a base da fortuna de seu proprietário. (Idem, *ibid.*, p. 227)

178 O engenho (ou fazenda) era um tipo de propriedade em que os processos mecânicos e químicos secundavam a exploração – serrarias, moendas, máquinas de beneficiar arroz e café, alambiques, etc. Eram propriedades de nove a doze léguas de extensão, que exigiam de duzentos a quatrocentos escravos para o trabalho, constituindo uma “*fortuna colossal*”. (Idem, *ibid.*, p. 228)

179 A estância era um “*vasto domínio, entrecortado de florestas e campos*”, destinado à criação de cavalos, mulas, carneiros e gado. A residência do proprietário era uma casa ampla, de vários andares, com oratório no térreo. (Idem, *ibid.*, p. 228)

se cultivam frutas, legumes e flores e necessariamente alguns pés de café”:

“Quase não há brasileiro que não possua uma chácara hereditária; mas a diferença de fortuna faz delas às vezes uma simples barraca de duas peças com um teto prolongado por trás, para abrigar uma cozinha baixa ligada a uma sala para dois negros. O jardim, fechado por uma sebe, contém, ademais, um chiqueiro e um casebre de barro para o negro jardineiro; algumas árvores frutíferas, legumes e flores completam essa humilde propriedade.

As chácaras mais ricas e elegantes dos arrabaldes da cidade encontram-se nos arrabaldes de São Cristóvão, de Mata-Porcos, de Engenho Novo, do Morro de Nossa Senhora da Glória, do Catete ou da linda enseada de Botafogo. Estas últimas, principalmente, de um aspecto encantador, agrupam-se pitorescamente sobre as colinas arborizadas dos contrafortes do Corcovado (...). Essas habitações são a residência habitual dos ricos negociantes brasileiros e ingleses ou dos chefes das grandes administrações, cujas carruagens, fabricadas em Londres, percorrem duas vezes por dia a distância que as separa da cidade. (...)

A entrada dessas propriedades consiste num enorme portão de arquitetura portuguesa, construído de tijolos ou de pedras e revestido de estuque. (...)

E no Rio de Janeiro, como em Paris, o centro do pátio de entrada é ocupado por um maciço de vegetação cercado de caminhos circulares que conduzem ao peristilo do corpo principal do edifício.

Somente duas casas de campo são notáveis pelo gosto que presidiu a sua construção; as suas plantas se devem ao senhor Grand-Jean, nosso compatriota, professor de arquitetura da Academia de Belas Artes

*do Rio de Janeiro. Uma delas se situa em Catumbi e a outra na estrada de Mata-Porcos. A que esse sábio professor construiu para si, perto do Jardim Botânico, pode rivalizar com as outras e com elas dá novo encanto às casas rurais chamadas chácaras.”*¹⁸⁰

As duas únicas casas de campo que parecem notáveis para Debret (além da chácara nas proximidades do Jardim Botânico) são exatamente as projetadas pelo arquiteto Grand-Jean de Montigny, que veio para o Brasil com a Missão Artística Francesa, contribuindo sobremaneira para a difusão do neoclássico, especialmente no Rio de Janeiro. Isso demonstra o peso que o repertório de imagens e lembranças da Europa tinha na avaliação das residências urbanas e semiurbanas pelos estrangeiros. Desejava-se que as construções do Brasil fossem semelhantes às europeias, desconsiderando-se sempre as características do lugar. E essa ideia se difundiu durante todo o século XIX, inclusive entre os brasileiros, resultando em alterações no gosto e nos padrões de beleza e naquela obsessão por tudo que fosse europeu, tantas vezes ressaltada por Gilberto Freyre.

Veja-se também o modo como Debret descreve as casas cobertas com sapé, encontradas no interior:

*“No interior, o sapé é empregado para cobrir as choças e guarnecer as paredes quando não são feitas de barro.”*¹⁸¹

Ou seja, são apenas choças implantadas em áreas distantes da cidade e do mar; distantes das influências da civilização europeia.

No Recife, as “cabanas”, com paredes e tetos de folhagens – as casas de pescadores ou mucambos – situavam-se junto à costa, representando uma forma de resistência ou de não-assimilação dessas influências:

180 DEBRET, *Op. cit.*, p. 226-7.

181 Idem, *ibid.*, p. 250.

“Em contraste, por toda parte, na costa, em pontos onde a ressaca não projeta as vagas com muita força, verá, disseminados entre os coqueiros, cabanas de pescadores, com paredes e tetos de folhagens. Essas construções pouco espaçosas, abertas a todos os ventos, lhe revelarão que aqueles que as habitam não conhecem os requintes de uma civilização complicada, mas, por outro lado, não têm muito a recear dos rigores do clima ou das intempéries das estações.”¹⁸²

Nas residências urbanas, Vauthier constata o mesmo sistema de distribuição interna dos cômodos das casas do Rio de Janeiro e de São Paulo: uma sala na frente, outra nos fundos e, entre elas, uma ou duas alcovas fechadas com portas envidraçadas; interligando as salas, um corredor relativamente extenso, de onde partia a escada e para onde se abriam cubículos sem iluminação¹⁸³.

Charles Mansfield ressalta o aspecto externo dessas construções. Para ele, as casas recifenses eram solidamente construídas e elegantemente desenhadas; possuíam uma beleza peculiar e uma aparência pitoresca decorrente de seu colorido¹⁸⁴.

Havia, em alguns bairros, casas “*de tijolos, com três, quatro e mesmo cinco andares*”, como as observadas por Henry Koster, ao lado das construções mais antigas com apenas um andar ou somente o térreo¹⁸⁵. Em Santo Antônio, as casas eram altas em sua maioria, com lojas, armazéns, oficinas e cocheiras no térreo¹⁸⁶. Na Boa Vista, à exceção das construções implantadas na rua principal, as casas eram pequenas e esparsas, prolongando-se extremamente o bairro¹⁸⁷.

182 VAUTHIER, Louis, Léger. “Casas de residência no Brasil”. In: *Arquitetura Civil I*. São Paulo: FAU-USP: MEC-IPHAN, 1975. p. 30. (Cartas escritas entre 1840 e 1846).

183 Idem, *ibid.*, p. 37-9.

184 MANSFIELD, Charles B. *Paraguay, Brazil and the Plate. Letters written in 1852-1853*. Cambridge: Macmillan, 1858. p. 29.

185 KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. p. 34. (Primeira edição: 1816).

186 Idem, *ibid.*, p. 35.

187 Idem, *ibid.*, p. 35-6.

Casas térreas e sobrados parecem ter existido em vários bairros do Recife. Maria Graham salienta as características destes últimos:

“(...) As casas são de três ou quatro andares, feitas de pedra clara e são todas caiadas, com as molduras das portas e janelas de pedra parda. O andar térreo consiste em lojas ou alojamentos para negros ou cavaliças, o andar de cima é geralmente adequado para escritórios e armazéns. Os apartamentos para residência são mais acima, ficando a cozinha geralmente no alto. Por este meio a parte inferior da casa conserva-se fresca.”¹⁸⁸

Nos sobrados mais antigos do Recife, Rugendas observa uma certa influência europeia – as casas altas e estreitas, os tetos “*pontudos*”, muitas janelas e sacadas. Mas conclui que os edifícios erguidos nas primeiras décadas do século XIX mostravam “*mais gosto na construção*”, com as residências cercadas por jardins¹⁸⁹. Eram de fato muitas vezes os jardins ou as áreas ajardinadas, mais do que a arquitetura em si, que agregavam valor às habitações para o olhar europeu. Por isso as casas de campo ou “sítios” (como eram denominados no Recife), onde o tamarindo, a paineira e a palmeira davam abrigo aos visitantes e uma grande variedade de arbustos ornava os muros das áreas ajardinadas¹⁹⁰, eram considerados belos. Junto ao Capibaribe, essas residências eram “*adornadas de pomares e jardins*”¹⁹¹.

Graham visitou uma dessas casas de campo, registrando suas principais características em seu diário de viagem. Tratava-se de uma construção térrea, circundada por uma varanda, implantada em meio a um pequeno campo, composto por plantações e pastos e rodeado por rosas, limoeiros e outras árvores

188 GRAHAM, *Op. cit.*, p. 132.

189 RUGENDAS, *Op. cit.*, p. 79.

190 Idem, *ibid.*, p. 136.

191 Idem, *ibid.*, p. 145.

frutíferas¹⁹². De acordo com a viajante inglesa, essas características eram comuns a outros “*sítios campestres*”, havendo algumas diferenças decorrentes das variações do terreno e do gosto do morador ou proprietário¹⁹³.

Koster denomina essas casas de “*residências de verão*”, sendo sua descrição bastante semelhante à de Graham: “*pequenas, asseadas e brancas casinhas de andar térreo, com jardins na porta e nos flancos, plantados de laranjeiras, limões, romãs e muitas espécies de árvores de fruto*”¹⁹⁴.

Em Salvador, as casas ajardinadas ficavam no bairro denominado “Vitória”, um dos subúrbios favoritos da Bahia e local escolhido para implantação de inúmeras chácaras¹⁹⁵. Vitória era o bairro onde habitava a maior parte dos comerciantes ingleses, em casas ajardinadas, com flores e frutos se derramando sobre os muros “*até junto do mar*”¹⁹⁶.

Mas enquanto na cidade alta os edifícios apareciam cercados por bosques e jardins, conferindo um “*aspecto bastante pitoresco*” à paisagem¹⁹⁷, nas proximidades da alfândega e do cais de desembarque, as casas possuíam “*em geral, três, quatro e mesmo cinco andares*” e não comportavam mais do que três ou quatro janelas na fachada¹⁹⁸. As áreas mais antigas de Salvador eram marcadas pela existência dos altos sobrados, com sacadas nas janelas e telhado “*chato*”; construídos “*à moda europeia*”, segundo o parecer de Rugendas¹⁹⁹.

O pintor viajante confirma a existência de uma divisão sócio-espacial nesse momento: na cidade baixa, dos sobrados de três, quatro ou cinco pavimentos, habitavam os comerciantes;

192 RUGENDAS, *Op. cit.*, p. 160.

193 Idem, *ibid.*, p. 160.

194 KOSTER, *Op. cit.*, p. 43.

195 OUSELEY, W. M. Gore. *Description of views in South America*. London: Thomas Mc Lean, 1852. p. 13.

196 GRAHAM, *Op. cit.*, p. 166.

197 Idem, *ibid.*, p. 74.

198 Idem, *ibid.*, p. 75.

199 RUGENDAS, *Op. cit.*, p. 75.

os mais ricos, especialmente os estrangeiros, habitavam as casas de campo ou de chácara, cercadas por jardins, localizadas fora da área central²⁰⁰.

Maria Graham também percebe diferenças marcantes entre a cidade alta e cidade baixa de Salvador, considerando a primeira “*incomparavelmente mais limpa*”²⁰¹. Percebe ainda contrastes significativos entre as casas mais pobres e as construções de pedra ou tijolo da Bahia:

*“(...) As cabanas dos pobres são feitas de estacas verticais com galhos de árvore trançados entre elas, cobertos e revestidos seja com folhas de coqueiros, seja com barro. Os tetos são também cobertos de palha. As melhores casas são feitas ou com uma bela pedra azul, tirada da praia da Vitória, ou de tijolo. São todas caiadas; onde o chão não é calçado de madeira, há um belo tijolo vermelho, de seis por nove polegadas e três de grossura; são cobertas com telhas vermelhas redondas. As casas são geralmente de um só andar, com um ou dois quartos em cima como sótão. Em baixo da casa há geralmente uma espécie de porão no qual vivem os escravos.”*²⁰²

As “cabanas dos pobres” eram mucambos, erguidos com estacas verticais, com paredes de barro ou com um trançado de folhas de coqueiro e cobertura de palha; as casas “melhores” eram construções de pedra, com assoalho ou piso de tijolo e cobertura de telhas capa-canal. A utilização de tijolos como piso nas edificações, muito comum no Brasil até então, é um registro importante nos relatos de Graham, mas talvez mais importante seja a descrição das casas mais pobres que poucas vezes aparece nessas fontes documentais. Os viajantes estavam quase sempre mais interessados nas construções mais sólidas.

200 RUGENDAS, *Op. cit.*, p. 75.

201 GRAHAM, *Op. cit.*, p. 169-70.

202 Idem, *ibid.*, p. 183.

“A maioria das casas desta parte da cidade são construídas de pedra, tendo três a cinco pavimentos, e, em geral, são de aparência agradável, faltando-lhes, porém, no interior, quase sempre, uma certa comodidade, sem a qual o asseio das ruas nada tem a lucrar.”²⁰³

Spix e Martius referem-se ao material construtivo dos sobrados de Salvador, destacando o emprego da pedra, e discretamente comentam a falta de asseio nas ruas. Nesse sentido, Maria Graham é mais enfática, afirmando em relação à rua principal da cidade baixa da Bahia que era, sem nenhuma exceção, o lugar mais sujo onde havia estado²⁰⁴.

A ausência de “*uma certa comodidade*” no interior dos sobrados contribuiu em grande medida para a sujeira das ruas – “*escoadouro das águas servidas dos sobrados*”, nos dizeres de Gilberto Freyre²⁰⁵. Algumas cidades, entretanto, eram favorecidas pela maior frequência das chuvas, dando uma certa impressão de limpeza ao olhar estrangeiro, como foi o caso da cidade de São Paulo, onde estiveram Saint-Hilaire, Spix e Martius, John Mawe e Daniel Kidder nas primeiras décadas do século XIX.

Saint-Hilaire elabora uma descrição minuciosa da casa paulistana desse período. Segundo o naturalista, eram casas de taipa, bastante sólidas, caiadas e cobertas de telha. Não sugeriam opulência, mas grande parte dos sobrados chamava atenção pelo aspecto vistoso e limpo. Os telhados protegiam as paredes das águas da chuva e as janelas eram mais afastadas umas das outras em comparação com as casas do Rio de Janeiro. Em vez dos muxarabis, tão comuns no Rio como em Recife, havia na cidade de São Paulo janelas envidraçadas, com sacadas, e postigos pintados de verde. Apenas as casas térreas possuíam gelsias nas aberturas²⁰⁶.

203 SPIX & MARTIUS, *Op. cit.*, p. 157.

204 GRAHAM, *Op. cit.*, p. 165.

205 FREYRE, *Op. cit.*, p. 32.

206 SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de São Paulo*. Trad. Regina Regis Junqueira. São Paulo: Edusp, 1976. p. 28. (Publicação do resumo das viagens: 1822; publicação do texto completo: 1887).

Para o naturalista, as residências urbanas dos habitantes mais distintos de São Paulo pareceram bonitas por fora e por dentro – com a sala, onde os visitantes eram recebidos, limpa e mobiliada com gosto. As paredes eram pintadas de cores claras e, nas construções mais antigas, ornadas com figuras e arabescos. Existiam também paredes lisas, em edifícios então recém-construídos, com “*cercaduras e lambris*”, à maneira europeia²⁰⁷.

Spix e Martius, ao tratarem das casas da cidade de São Paulo, ressaltam a técnica construtiva – “*raramente se constrói com tijolo, ainda menos com cantaria; levantam-se as paredes com duas filas de fortes mourões ou gradeado, entre os quais se calca o barro (‘casas de taipa’), sistema muito parecido com o ‘pisé’ francês*”. Dão ênfase também aos aspectos externos da arquitetura paulistana – “*casas com sacadas de gradil*” –, observando em seus relatos que a maior parte das casas possuía dois pavimentos²⁰⁸ – uma impressão de viagem, pois segundo a historiadora Raquel Glezer eram raros os sobrados na cidade nesse período²⁰⁹.

Diferentemente de Saint-Hilaire, para quem “*as moradas dos habitantes mais graduados de São Paulo*” eram bonitas, para Spix e Martius, o aspecto da arquitetura paulistana era insignificante e burguês; cuidava-se mais “*do asseio e da comodidade na disposição da casa*” do que de sua “*elegância e suntuosidade*”²¹⁰.

John Mawe comenta sobre o aspecto das casas que eram “*estucadas em várias cores*”, as das ruas principais possuindo de dois a três andares – outra impressão de viagem, pois eram raros os sobrados de três pavimentos em São Paulo, mesmo em meados do século XIX²¹¹. Mawe explica detalhadamente a

207 SAINT-HILAIRE, *Op. cit.*, p. 128.

208 SPIX & MARTIUS, *Op. cit.*, p. 144.

209 GLEZER, Raquel. *Chão de terra e outros ensaios sobre São Paulo*. São Paulo: Alameda, 2007. p. 169.

210 SPIX & MARTIUS, *Op. cit.*, p. 144-8.

211 MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. Trad. Selena Benevides Viana. São Paulo: Edusp, 1978. p. 63. (Primeira edição: 1812).

técnica da taipa de pilão, desde a construção do arcabouço com pranchas móveis e justapostas para colocação da terra umedecida até a pintura das paredes lisas da área interna e sua ornamentação com “*engenhosos enfeites*”. Descreve também a cobertura usual da casa paulistana, com telhados projetados de dois a três pés além da parede, para distanciar as águas da chuva da base da construção, e telhas curvas, destacando a falta de conhecimento do emprego da calha²¹². Não faz, contudo, qualquer referência à forma de distribuição interna dos cômodos. Esta aparece nos relatos de viagem não de um europeu, mas de um norte-americano que esteve na cidade em 1855, Daniel Kidder, após uma descrição igualmente detalhada da técnica construtiva:

*“Já que estamos no assunto, descreveremos o arranjo interno das moradias paulistas, descrição essa que se aplica também às de outras regiões do império. Varia muito a divisão das casas; quase todas, porém, são construídas de forma a deixar uma área interna que serve para arejar os dormitórios, sistema esse tanto mais indispensável quanto é hábito generalizado manterem fechadas com pesadas folhas as janelas que dão para a rua. Nas cidades, o andar inferior raramente é ocupado para moradia; serve às vezes para casas de comércio, outras vezes para cocheira ou estábulo. As dependências mais comuns, em cima, são: a sala de visitas e a de jantar, entre as quais existem, invariavelmente, alcovas que servem de dormitórios.”*²¹³

Observe-se a contradição do viajante ao afirmar inicialmente que a divisão das casas variava muito para em seguida registrar que as dependências do pavimento superior eram a sala de visitas e de jantar e entre estas, invariavelmente, as alcovas.

212 MAWE, *Op. cit.*, p. 63-4.

213 KIDDER, Daniel. *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Sul do Brasil: Rio de Janeiro e província de São Paulo*. São Paulo: Edusp, 1980. p. 206-7. (Primeira edição: 1845).

Praticamente o mesmo esquema observado por Vauthier no Recife, que o levaria a afirmar: “*quem viu uma casa brasileira, viu quase todas*”²¹⁴.

Em relação às casas paulistanas, Kidder relata ainda que as paredes de taipa eram muito espessas, mas passíveis de receber um bom acabamento; que os telhados eram suficientemente amplos para proteger essas paredes das águas da chuva; que normalmente possuíam dois pavimentos e sacadas com rótulas; que eram revestidas e caiadas e que a brancura das paredes externas contrastava com os telhados vermelhos, havendo casas pintadas de amarelo palha e de rosa pálido; e que o aspecto externo dessas construções era de um modo geral alegre e asseado²¹⁵.

Boa parte dos viajantes que esteve na cidade de São Paulo na primeira metade do século XIX parece ter considerado importante registrar a técnica da taipa de pilão – característica da arquitetura local e determinante de outros fatores, como a largura dos beirais e das paredes.

Na entrada da cidade e em suas proximidades, havia outros tipos edificatórios, mas sempre o mesmo material construtivo: a taipa – com uma ou outra exceção. Nos arredores de São Paulo, Saint-Hilaire vislumbrou “*bonitas casas espalhadas pelo campo*”²¹⁶ e numerosas chácaras embelezando a paisagem:

“(…) *Se as fazendas não são tão comuns nesse distrito como na maioria dos outros, pelo menos contam-se nos arredores da cidade numerosas chácaras. A não ser nas redondezas do Rio de Janeiro, não vi no decorrer de minhas viagens nenhum outro lugar onde houvesse uma tão grande quantidade delas, espalhadas por todos os lados. Essas chácaras contribuem singularmente para embelezar a paisagem. Várias*

214 VAUTHIER, *Op. cit.*, p. 37.

215 KIDDER, *Op. cit.*, p. 206-7.

216 SAINT-HILAIRE, *Op. cit.*, p. 127.

*delas têm grandes terrenos cercados, onde se vêem simétricas plantações de cafeeiros, de laranjeiras, de jabuticabeiras e de outras árvores.*²¹⁷

Em seus relatos, Saint-Hilaire descreve a “Chácara Água Branca”, pertencente a Joaquim Roberto de Carvalho. A casa ficava ao fundo de um grande pátio murado. Possuía apenas um pavimento, com uma extensa varanda na frente, limitada de um lado por uma capela e, do outro, por um salão. No vasto terreno dessa casa de chácara, existiam aleias de laranjeiras, pessegueiros, pitangueiras e jabuticabeiras²¹⁸. Como era comum nas chácaras paulistas, havia verdadeira profusão de árvores de fruto.

Daniel Kidder considera a cidade o “*centro de convergência de toda a província*”, uma vez que os fazendeiros que possuíam casas em São Paulo passavam pouco tempo em suas fazendas. Para esse viajante, eram elegantes as residências cercadas de jardins dos subúrbios e arredores da cidade²¹⁹.

Cabe aqui ressaltar mais uma vez o papel do jardim na qualificação das casas de campo e chácaras. Enquanto as residências urbanas eram erguidas umas ao lado das outras, sem recuo lateral, no alinhamento das ruas, com um “jardim-hortapomar” atrás dos muros, no recuo posterior, as casas de campo e de chácara estavam isoladas no lote e cercadas por áreas ajardinadas. As árvores e flores dessas áreas qualificavam a paisagem e a arquitetura, estando em consonância com a natureza ao redor. É possível que, se as casas urbanas fossem implantadas em meio a jardins no início do século XIX (como de fato seriam na passagem do século XIX para o século XX), o olhar europeu talvez não tivesse sido tão crítico em relação a elas.

Esse olhar quase sempre comparava a casa do Novo Continente à casa da Europa. Isso porque era a casa europeia que o viajante trazia na memória, que possuía em seu repertório de recordações. Era a casa sonhada, que aprendera a admirar e almejar.

217 SAINT-HILAIRE, *Op. cit.*, p. 148.

218 Idem, *ibid.*, p. 149.

219 KIDDER, *Op. cit.*, p. 209.

As casas do Novo Continente, particularmente aquelas dos primeiros tempos, que persistiram na paisagem urbana do início do século XIX, foram construídas com o material que havia no entorno, sendo portanto essencialmente rudimentares. Aqui ainda não haviam sido desenvolvidas as técnicas construtivas da Europa com todo o seu requinte para a época – não havia meios para isso.

E essa foi a diferença circunstancial ou temporal (no que diz respeito às etapas de desenvolvimento das técnicas construtivas) que poucas vezes o olhar europeu levou em consideração. Importava antes comparar a casa brasileira à casa europeia para que o próprio leitor dos relatos de viagem pudesse ter uma ideia de suas características construtivas – porque o leitor dos relatos de viagem era também, muitas vezes, europeu.

E porque a casa europeia constituía o repertório dos viajantes e dos leitores de relatos de viagem, tornou-se o parâmetro de avaliação. Está-se aqui tomando como exemplo a casa – objeto central deste estudo –, mas o mesmo pode ser dito em relação aos outros edifícios, à arte aqui produzida, ao mobiliário, ao vestuário, aos costumes e modo de vida, às ruas e ao espaço urbano. Ou seja, para tudo o que fosse produzido ou construído pelo homem, o parâmetro era a Europa. Mas no que diz respeito à beleza natural nada podiam fazer os viajantes europeus a não ser confessar sua surpresa e encanto, porque em relação à Natureza, tudo era novidade e deslumbramento. As paisagens naturais eram estarrecedoras; as paisagens urbanas, pitorescas quando observadas ao longe, em meio à Natureza. As casas, por sua vez, ressentiam-se ainda do requinte europeu – mais imparcial talvez fosse o olhar estrangeiro de um “não-europeu”, como Daniel Kidder.

Nos relatos de viagem, muitas vezes foi constatado o contraste da habitação do século XIX: casas térreas urbanas x sobrados; casas urbanas x casas de campo – contraste este enfatizado pela distribuição geográfica das construções. Relegadas

a segundo plano, mesmo nos relatos dos viajantes, estavam as construções mais simples, a habitação mais pobre e rudimentar.

A CASA BRASILEIRA DE OUTRAS REGIÕES DO PAÍS

Se a leitura dos relatos de viagem do século XIX indica a existência de altos sobrados – de três, quatro, cinco e até seis pavimentos – em algumas cidades situadas junto ou nas proximidades da costa leste do Brasil, por outro lado demonstra que, afora algumas cidades próximas ao litoral norte ou sul do país, onde se tornaram comuns as construções com dois ou mais pavimentos, na maior parte das cidades brasileiras, o sobrado constituiu verdadeira exceção – o que pode ser explicado por diversos fatores. Antes de tudo, as construções do Brasil colonial e da primeira metade do século XIX foram erguidas essencialmente com o material existente no entorno: madeira, barro, folhas de palmeira, palha, capim, cipó. Esse tipo de material muitas vezes determinou o emprego de técnicas construtivas rudimentares (construções de pau-a-pique e sapé, de taipa de mão, de taipa de pilão, de adobe) e limitou o número de pavimentos dos edifícios. A existência de pedra nos arredores das cidades litorâneas e de algumas cidades de Minas possibilitou, neste caso, a construção de um número mais expressivo de sobrados. As pedras de cantaria (pedras talhadas ou trabalhadas) comumente vinham da Europa, como lastro de navios, sendo este o segundo fator que explica a difusão do sobrado em algumas cidades brasileiras: a proximidade do litoral e, conseqüentemente, um contato mais direto com a Europa. Cidades como Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Belém do Pará e São Luís do Maranhão foram favorecidas por esse contato no sentido de uma maior urbanidade. Tem-se então o terceiro fator que contribuiu para a construção de edifícios mais altos junto à faixa litorânea: a influência cultural. Quanto mais afastada a cidade da costa, mais significativa a mistura de culturas – indígena, africana e europeia – no espaço urbano e na construção. A maior proximidade do litoral resultou quase sempre no predomínio da influên-

cia europeia, particularmente a partir da chegada da Corte e da abertura dos portos, em 1808. Desse modo, a influência cultural predominante foi determinada também pela localização geográfica do aglomerado urbano, que favoreceu ou limitou um maior contato com o exterior; que possibilitou ou não a importação de materiais construtivos e de equipamentos urbanos, interferindo na concepção arquitetônica do lugar e no desenho da paisagem.

Em *Sobrados e mucambos*, Gilberto Freyre afirma em relação à natureza do material dos sobrados, que variou desde o primeiro século de colonização segundo o recurso de seus proprietários, segundo um maior ou menor contato com a civilização europeia e conforme o caráter do solo da região onde se estabeleceram²²⁰. Essas observações podem ser estendidas para a casa brasileira de um modo geral, como se constata por meio da leitura dos textos dos viajantes, acrescentando-se outro fator determinante para a existência e difusão do sobrado: o grau de desenvolvimento econômico das freguesias, vilas e cidades. Em Manaus, até o apogeu da borracha, foram raríssimas as construções de dois pavimentos – em contraposição aos vários sobrados existentes no Recife desde a época dos holandeses e aos sobrados que caracterizaram as paisagens de Salvador e do Rio de Janeiro. Deste fator decorre outro que já se conhecia mesmo antes da instituição da Lei de Terras de 1850: o valor da terra – relacionado às características topográficas do lugar. Sobre o Recife, Freyre chega a afirmar que em função de suas condições topográficas (“*fisicamente um meio-termo entre ilha e península*”), “*o sobrado quase sem quintal se impôs*”²²¹. Neste caso, observa-se que o meio determinou não apenas o material construtivo das residências urbanas, mas também a sua verticalidade – “*questão de espaço que era pouco*”²²².

Alguns dos viajantes que percorreram cidades como Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, estiveram também

220 FREYRE, *Op. cit.*, p. 301-2.

221 Idem, *ibid.*, p. 272.

222 Idem, *ibid.*, p. 272.

em cidades situadas ao norte e ao sul do país, e em cidades do centro-oeste, deixando registradas mais uma vez em seus relatos de viagem as características da casa brasileira.

Nesses relatos, as construções são descritas inter-relacionadas ao entorno (às ruas, bairros, paisagens, à vegetação existente), fazendo-se referência aos materiais e técnicas construtivas, ao número de pavimentos, ao tipo de cobertura, às áreas externas de caráter privado (pátios, quintais e jardins) e, mais raramente, à divisão dos cômodos internos.

A visão dos viajantes, especialmente os europeus, permanece quase sempre crítica em relação a essas construções. Muitas vezes, ainda, são os elementos externos (jardim, natureza) que amenizam a crítica contundente do viajante europeu. Um dos exemplos mais expressivos dessa interferência dos elementos externos ao norte do país aparece na descrição de Cameté em 1859, elaborada por Avé-Lallemant. Inicialmente, o viajante demonstra um certo desprezo pelas construções de madeira erigidas sem o auxílio de um carpinteiro:

“(...) Por toda parte se vêem escadas de madeira, pilares de madeira, varandas e pontes de madeira. E como essas construções de madeira não estão novas e certamente não foram sempre erigidas por carpinteiros ou construtores, formam verdadeira confusão de madeira, dando-lhe um aspecto de cidade malaia, parcialmente suspensa sobre andas.”²²³

Mas ao chegar ao outro extremo da cidade, surpreende-se com a paisagem formada por rios, tendo ao fundo a floresta:

“Fizemo-nos transportar até o fim da cidade, subimos uma escada de madeira de 20 pés, e vi-me diante dum cenário tão encantador que não se pode traduzir em palavras.

223 AVÉ-LALLEMANT, *Op. cit.*, p. 36.

Uma pequena praça, em forma de terraço, no meio dum largo e comprido balcão, estendendo-se para além da orla do rio. Na orla da praça, enorme mangueira e, por trás desta, uma linda casa. Para o seu arranjo, o proprietário acumulou bastante bom gosto em dez anos de residência na Inglaterra, e fortuna suficiente numa ativa vida comercial no Tocantins. Essa casa, rodeada de dois lados por uma varanda, é tão larga que forma duas salas conjugadas abertas em volta. Ao lado, um jardim conquistado à floresta virgem, onde diversos grupos de astrocárias, providas de espinhos, uma gutífera parasita, alta e viçosa, asfixia uma palmeira; um enorme eriodendro e uma palmeira pupunha falam da floresta, enquanto flores de jardim, cuidadosamente tratadas, espalham longe seu perfume. Desse belíssimo belvedere goza-se de todo o panorama do rio a jusante, do rio a montante e do rio defronte, em cuja margem, uma ilha após outra velam parte da colossal largura do Tocantins. Tudo isso moldurado pela orla encantadora da floresta, tendo por cima um céu profundamente azul, cuja límpida abóbada parece suportada pelos troncos-pilastras das miritis. Essa a minha pousada de Páscoa, na extremidade mais baixa de Cameté, tão encantadora como nunca possuía igual.”²²⁴

A crítica referente às construções de madeira dá lugar ao fascínio pelo entorno. A casa é descrita como “linda”; o belvedere como “belíssimo”; e a visão dos rios e da floresta completa o panorama encantador. Observe-se também as informações colocadas por Avé-Lallemant sobre o proprietário da residência: em primeiro lugar, “acumulou bastante bom gosto em dez anos de residência na Inglaterra” – o viajante evidencia a importância atribuída à influência europeia na valorização do espaço produzido, como se tal influência contribuísse para a

224 AVÉ-LALLEMANT, *Op. cit.*, p. 37.

concepção de espaços de melhor qualidade; em segundo lugar, o proprietário acumulou fortuna suficiente em sua vida comercial no Tocantins – Avé-Lallemant estabelece uma relação entre os recursos do proprietário e a qualidade de sua habitação.

Henry Bates também esteve em Cametá em meados do século XIX (por volta de 1850, 1851), afirmando que suas casas eram muito simples e erguidas com “*um sólido arcabouço de madeira e barro, caiado de branco*”, da mesma forma que a maioria das casas da região²²⁵.

De fato, o emprego da madeira e do barro foi muito comum ao norte do país – constituindo exceções cidades como Belém, onde eram usuais as construções de pedra.

Spix e Martius, que estiveram em Manaus em sua viagem ao Brasil (entre 1817 e 1820), descrevem as casas da então denominada Fortaleza da Barra do Rio Negro como construções quase exclusivamente de um só pavimento, com paredes de pau-a-pique e barro e cobertura de folhas de palmeira²²⁶.

Em meados do oitocentos, outros viajantes estiveram em Manaus. Entre eles, Alfred Wallace, Henry Bates, Avé-Lallemant e Loius Agassiz. Wallace registra algumas modificações na casa desse período: em vez da cobertura de folhas de palmeira assinalada por Spix e Martius, havia coberturas de telhas vermelhas nas residências; no chão das habitações, Wallace encontra piso de tijolos; e as paredes estavam pintadas de branco e amarelo, contrastando com as portas e janelas pintadas de verde²²⁷. Ainda eram raros os sobrados por esses tempos:

*“A casa do Sr. Balbino é conhecida por quase todos como ‘o Sobrado’, por ser a única desse tipo a montante da Barra. Seu estado, porém, era bastante arruinado.”*²²⁸

225 BATES, *Op. cit.*, p. 69.

226 SPIX & MARTIUS, *Op. cit.*, p. 140.

227 WALLACE, *Op. cit.*, p. 109.

228 Idem, *ibid.*, p. 111.

Henry Bates salienta apenas o conforto das residências de Manaus em seus relatos, sem entrar em detalhes construtivos²²⁹. Avé-Lallemant (em 1859) escreve sobre o contraste entre os “sólidos edifícios em estilo europeu” e as “primitivas casas tapuias de barro”²³⁰. Ao fazer referência aos sobrados, afirma:

“A casa defronte de mim, (...) um sobrado com seis janelas de frente, era muito mal construída. Só edificaram alguns novos sobrados; tudo parecia esperar alguma coisa, que deveria dar o verdadeiro impulso.”²³¹

Esse verdadeiro impulso ocorreu apenas anos depois, com o ciclo da borracha. Mas até que os recursos advindos do período áureo da borracha transformassem a paisagem e as construções, Manaus continuou parecendo, para o olhar dos viajantes, “um pequeno aglomerado de casas, metade das quais (...) prestes a cair em ruínas”, com seus “castelos oscilantes decorados com o nome de edifícios públicos”²³².

Em outros aglomerados urbanos situados ao norte do país, parte das construções, ainda em meados do século XIX, era coberta com folhas de palmeira. Como materiais construtivos, continuava-se empregando o barro e a madeira.

Louis e Elizabeth Agassiz observam que em Tefé essas construções eram sempre “rodeadas por pequeno pomar; cercado de estacas e plantado de laranjeira e palmeiras tais como coqueiros, açais, pupunhas e outras plantas”²³³. Esse aspecto atraiu, da mesma forma, o olhar de Avé-Lallemant, que afirma em seus relatos:

“(...) Nos quintais sem cerca, cresciam laranjeiras, espôndias e alguns coqueiros, que chamaram minha atenção por nunca tê-los visto tão longe do mar.”²³⁴

229 BATES, *Op. cit.*, p. 133.

230 AVÉ-LALLEMANT, *Op. cit.*, p. 100.

231 Idem, *ibid.*, p. 102.

232 AGASSIZ, *Op. cit.*, p. 127.

233 Idem, *ibid.*, p. 137.

234 AVÉ-LALLEMANT, *Op. cit.*, p. 166.

Avé-Lallemant sublinha o fato de que a maior parte das casas de Tefé era de barro, com “*telhados de palha*”. Mas o viajante encontra também “*algumas casas de alvenaria*”²³⁵.

Henry Bates apresenta uma descrição mais crítica dessas construções:

“(…) *Existem ali exatamente 107 casas, metade das quais não passa de miseráveis casebres de barro cobertos de folhas de palmeira.*”²³⁶

As casas de Tefé compunham uma paisagem horizontal onde se destacavam coqueiros e palmeiras. Eram casas simples, de barro, pintadas de branco, a maior parte com cobertura vegetal; quase mucambos; resultado em parte da distância entre a cidade e a região litorânea, do afastamento do mar e do oceano – distância esta vencida somente por meio dos rios.

Em Santarém, a “*vila mais importante de todo o Amazonas*” à época da visita de Spix e Martius, as casas eram de pau-a-pique, térreas, barreadas e caiadas de branco, com telhas côncavas ou folhas de palmeira na cobertura. Eram poucas as residências com alicerces de alvenaria ou tijolo. O chão raras vezes era assoalhado, sendo comumente revestido de tijolo – nas casas mais simples, era de terra batida. Nas janelas, em vez de vidraça, era comum o emprego de venezianas. Os quintais, atrás das residências, eram separados uns dos outros por muros baixos de barro – nesse espaço externo, normalmente existia um telheiro, sob o qual se cozinhava, e senzalas para a “*criadagem da casa*” quase sempre composta por índios. As salas eram espaçosas e os quartos, muitas vezes dispostos em fila, podendo servir de moradia a várias famílias²³⁷.

Alfred Wallace, já em meados do século XIX, chama atenção para as cores das casas, a maioria sendo pintada de bran-

235 AVÉ-LALLEMANT, *Op. cit.*, p. 166.

236 BATES, *Op. cit.*, p. 205.

237 SPIX & MARTIUS, *Op. cit.*, p. 98-9.

co ou amarelo, com “*portas e janelas verdes e berrantes*”²³⁸. Henry Bates descreve as casas de Santarém como “*razoavelmente uniformes, de paredes caiadas de branco e telhados vermelhos, rodeadas por verdejantes jardins e pomares*”²³⁹. Bates também observa a existência de jardins nos arredores da cidade, como na residência onde se hospedou em 1851, cuja varanda pequena e alta “*dava para um jardim cheio de lindas flores*”. Essa casa possuía apenas três cômodos, um dos quais com piso de tijolo, os outros dois, forrados de tábuas. A cozinha, como era usual em várias partes do país, “*ficava separada da casa alguns metros*”²⁴⁰.

Ao olhar de Avé-Lallemant, que visitou a cidade em meados do oitocentos, as casas de Santarém pareceram sólidas. De acordo com esse viajante, as residências urbanas eram construídas nesse período de alvenaria, indicando uma alteração na predominância do sistema construtivo e dos materiais de construção²⁴¹.

Diferentemente do que aconteceu em boa parte dos aglomerados urbanos implantados na bacia do Amazonas, em Belém existiram construções de pedra desde o período colonial em virtude de sua localização – junto à faixa litorânea – e, conseqüentemente, de uma comunicação mais efetiva com a Europa. Assim, à época da visita de Spix e Martius (por volta de 1820), a cidade já apresentava “*casas sólidas, construídas, em sua maior parte, de pedras de cantaria*”²⁴².

Hercules Florence encontrou, no bairro da Campina, “*grande quantidade de bonitas casas de negociantes (...)* feitas em parte de cantaria vinda de Portugal como lastro de navios”²⁴³.

238 WALLACE, *Op. cit.*, p. 94.

239 BATES, *Op. cit.*, p. 139.

240 Idem, *ibid.*, p. 140.

241 AVÉ-LALLEMANT, *Op. cit.*, p. 77.

242 SPIX & MARTIUS, *Op. cit.*, p. 23.

243 FLORENCE, *Op. cit.*, p. 308.

Em meados do século XIX, o aspecto das construções parecia não haver mudado de modo significativo. Em relação às casas, Alfred Wallace afirma que eram geralmente brancas, em sua maioria térreas, “*irregulares e baixas*”, feitas de um arenito ferruginoso sobre o qual se aplicava o reboco; as janelas continuavam sem vidraça, sendo fechadas por treliças de madeira. Na decoração das portas e janelas, empregava-se com frequência o azul e o amarelo, sendo as casas, como as demais construções, erguidas segundo um “*estilo italiano adulterado, porém pitoresco*”²⁴⁴. Para Avé-Lallemant, essas casas eram “*distintas, grandes e bonitas, verdadeiros palácios em miniatura, mas todas antigas*”²⁴⁵.

À época de sua visita, Henry Bates encontrou as residências de Belém em “*mau estado de conservação, com matos e arbustos nascendo de grandes rachaduras nas paredes*” – consequência dos problemas de ordem política e econômica e das epidemias que assolavam a cidade. Do mesmo modo que Wallace, atribui a essas construções um “*estilo italiano*”²⁴⁶.

Como em diversas outras cidades brasileiras, em Belém foram comuns as casas de campo ou de chácara, muitas vezes denominadas “*rocinhas*”:

“Atrás das ruas da cidade estende-se um vasto terreno cortado por estradas e caminhos que se cruzam em ângulo reto, formando quadras que são ocupadas por uma, duas ou mais ‘rocinhas’. Estas são de um só pavimento e têm diversos cômodos, todos espaçosos possuindo também uma ampla varanda, onde geralmente se fazem as refeições, e que é a melhor parte da casa para descansar ou trabalhar. Os quintais são geralmente tomados por charcos, matos ou por árvores frutíferas. Eventualmente, planta-se um jardim num trecho do quín-

244 WALLACE, *Op. cit.*, p. 17, 19 e 20.

245 AVÉ-LALLEMANT, *Op. cit.*, p. 29.

246 BATES, *Op. cit.*, p. 22.

*tal, raramente com esmero e bom gosto, preferindo-se cultivar as folhagens e flores européias, ao invés das esplêndidas e ornamentais plantas da região.*²⁴⁷

A visão de Henry Bates em relação aos jardins das chácaras (ou rocinhas) difere muito do olhar de Alfred Wallace. Para Bates, esse tipo de residência situava-se em meio a “*luxuriantes e ensombrados jardins*”²⁴⁸.

Avé-Lallement compara a área das casas de campo e rocinhas a um vasto parque, com aleias ornadas de palmeiras, e bananeiras sombreando as construções:

*“(...) viçosas bananeiras ensombram lindas casas de campo (...). E mais, mangueiras, artocarpos e numerosas anonáceas, laranjeiras, cafeeiros e tudo o mais que a viçosa vegetação tropical pode apresentar; tudo isso se aglomera em redor das bonitas casas de campo, nas quais o paraense procura escapar à canícula tropical.*²⁴⁹

Enquanto as casas urbanas eram no máximo consideradas “bonitas” por alguns viajantes mais gentis em sua descrição, as casas de campo em meio às árvores de fruto podiam parecer “lindas” na atribuição de valores do olhar europeu. Observe-se que é a presença da vegetação que altera a qualificação da residência do ponto de vista europeu: em vez de bonitas, lindas casas de campo – ou mais que lindas, “*belas chácaras ou rocinhas*”, como as denominou Henry Bates²⁵⁰. Neste caso, interessa ao viajante enfatizar a beleza do lugar e da paisagem, mais do que as características construtivas das residências.

Ainda no que diz respeito às construções da área urbana, alguns viajantes, como Spix e Martius, estabeleceram relações entre as casas de Belém e as casas do Maranhão:

247 WALLACE, *Op. cit.*, p. 20.

248 BATES, *Op. cit.*, p. 21.

249 AVÉ-LALLEMENT, *Op. cit.*, p. 30.

250 BATES, *Op. cit.*, p. 21.

“(...) A arquitetura é singela, raro tendo as casas mais de dois pavimentos; quase sempre térreas, são mesmo construídas em menos grandes proporções e menos decoradas do que as do Maranhão, simplesmente caiadas e em geral sem vidraça (...).”²⁵¹

À semelhança de outras cidades do nordeste, em São Luís do Maranhão – não obstante algumas diferenças no tipo de revestimento, com o emprego mais vasto do azulejo – as casas possuíam dois ou três pavimentos, sendo em sua maior parte construídas de pedra de grés talhada e, segundo Alcide d’Orbigny, *“bem distribuídas no interior”*.²⁵² Constata-se mais uma vez a predominância do sobrado junto à faixa litorânea, especialmente o sobrado mais alto, mais magro, mais vertical – analisado por Gilberto Freyre.

Mas as pedras que chegavam nas cidades litorâneas como lastro de navios não alcançavam as cidades situadas mais ao interior do Brasil. A centro-oeste do país, em cidades como Cuiabá e Goiás Velho, tornaram-se comuns as construções de taipa, seja por influência dos bandeirantes, seja pelo tipo de solo disponível no entorno.

Hercules Florence destaca o escasso número de sobrados em Cuiabá, bem como a existência de jardins junto às habitações e o material construtivo destas últimas:

“(...) Não há senão 18 ou 20 casas de sobrado, esse mesmo pequeno: todas as demais são térreas. Cada casa tem nos fundos um jardim plantado de laranjeiras, limoeiros, goiabeiras e tamarindeiros (...). Rebocam-se por fora as habitações com tabatinga, que lhes dá extrema alvura; entretanto muitas há,

251 SPIX & MARTIUS, *Op. cit.*, p. 23.

252 ORBIGNY, Alcide d’. *Viagem pitoresca através do Brasil, 1826-1833*. Trad. David Jardim. São Paulo: Edusp, 1976. p. 85. (Primeira edição: 1824-1847).

*principalmente nos arredores, que conservam a cor sombria da taipa de que são feitas, bem como todos os muros e cercados.*²⁵³

Ferdinand Denis estabelece uma relação entre o sistema construtivo e os fundadores da cidade:

*(...) Apesar de sua posição remota, Vila Real de Cuiabá é uma cidade populosa e florescente (...). Como esta cidade foi fundada pelos paulistas, as casas e os edifícios ali construídos são de taipa.*²⁵⁴

Mas foi também a localização “remota” de Cuiabá que determinou o emprego desse sistema construtivo à época de sua fundação e ao longo do século XIX.

A utilização da taipa foi constatada, da mesma forma, em Vila Boa de Goiás, por Saint-Hilaire, que observou ainda o emprego curioso de lâminas de talco nas janelas em substituição aos vidros – que também não alcançavam as cidades do interior do país:

*“A cidade conta com cerca de 900 casas, feitas de barro e madeira, sendo pequenas, mas bastante altas para a região. Várias delas são sobrados, e algumas janelas têm vidraças feitas de lâminas de talco.*²⁵⁵

Constatação semelhante foi feita por Johann Emanuel Pohl – apesar da variação no cálculo do número de residências do espaço urbano:

“(...) A cidade inteira tem cerca de 700 casas, a maioria construída de madeira e barro, de um só andar.

253 FLORENCE, *Op. cit.*, p. 137 e 142.

254 DENIS, *Op. cit.*, p. 337.

255 SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de Goiás*. Trad. Regina Regis Junqueira. São Paulo: Edusp, 1975. p. 50. (Publicação do resumo das viagens: 1822; publicação do texto completo: 1887).

*Na estação chuvosa frequentemente nelas penetra água e então desabam muitos desses casebres mal construídos. São raras as janelas envidraçadas. Habitualmente a mica extraída na capitania substitui os vidros. Tem a vantagem de permitir ver muito bem, através da janela, de dentro para fora, enquanto de fora para dentro nada se pode distinguir. Mas, após alguns anos, perdem esta qualidade.*²⁵⁶

Construía-se e improvisava-se com o material disponível no entorno. A taipa possibilitava nessa área, pelo tipo de solo existente, a construção de sobrados. Contudo, nem sempre o olhar do viajante era complacente no que diz respeito a esse tipo de construção. Além de Pohl, Luiz d'Alincourt critica com veemência as residências de Goiás:

*“As casas são mediócras e irregulares nos frontispícios, feitas de taipa, e mui poucas há que não sejam térreas.”*²⁵⁷

Construções de pedra ou, de um modo mais geral, de alvenaria, eram mais bem apreciadas pelo olhar estrangeiro. De pedra eram as casas de Belém, de São Luís, do Rio de Janeiro, de Salvador, de Recife, de outras cidades junto à faixa litorânea, e de algumas cidades do interior de Minas, como Vila Rica:

*“A cidade de Vila Rica principia por algumas pequenas casas de pedra, térreas, solidamente construídas, e ocupa dois morros e o vale existente entre eles.”*²⁵⁸

No extremo sul do país, havia construções de pedra em cidades de maior importância, como Porto Alegre. Ferdinand Denis escreve que as casas desta cidade, em 1838, eram em geral

256 POHL, *Op. cit.*, p. 140-1.

257 ALINCOURT, *Op. cit.*, p. 95.

258 POHL, *Op. cit.*, p. 386.

térreas, “*construídas de tijolos ou de pedra de cantaria*”²⁵⁹. Não obstante, Saint-Hilaire surpreendera-se, anos antes (entre 1820 e 1821), com o “*grande número de edifícios de dois andares*” existentes na cidade, afirmando serem as casas “*cobertas de telhas, caiadas na frente, construídas em tijolo sobre alicerces de pedra*”²⁶⁰. De qualquer modo, constata-se o emprego da pedra nas construções de Porto Alegre.

Casas feitas de pedra o naturalista francês encontrou em Curitiba – casas térreas, cobertas de telha, com “*macieiras, pessegueiros e outras árvores frutíferas européias*” no quintal²⁶¹ – e na “*cidade de Santa Catarina*”:

“*A cidade de Santa Catarina, também chamada do Desterro, tem grande extensão e pouca largura. (...)*

As casas, edificadas de tijolo ou de pedra, caiadas e cobertas de telha, são, em sua maior parte, bem conservadas (...), existindo muitas de um andar, enviaçadas e construídas com muito gosto.”²⁶²

No que concerne ao tipo de cobertura das edificações, em algumas cidades ao sul do país, foram proibidas as casas cobertas de capim, como aconteceu em Pelotas, a partir do estabelecimento do Código de Posturas Policiais de 1829²⁶³. Anos antes

259 DENIS, *Op. cit.*, p. 172.

260 SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820-1821*. Trad. Leonam de Azeredo Penna. São Paulo: Edusp, 1974. p. 29 e 41. (Publicação do resumo das viagens: 1822; publicação do texto completo: 1887).

261 SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem a Curitiba e Santa Catarina, 1820*. Trad. Regina Regis Junqueira. São Paulo: Edusp, 1978. p. 71. (Publicação do resumo das viagens: 1822; publicação do texto completo: 1887).

262 SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de Santa Catarina, 1820*. Trad. Carlos da Costa Pereira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. p. 152-3. (Publicação do resumo das viagens: 1822; publicação do texto completo: 1887).

263 v. SCHLEE, *Op. cit.*, p. 121.

Saint-Hilaire notara que em São Francisco de Paula (antiga denominação da cidade) não se via “*uma palhoça sequer*” e que as casas térreas eram “*cobertas de telhas e guarneçadas de janelas envidraçadas*”²⁶⁴. O naturalista, entretanto, não faz menção em seus relatos ao sistema construtivo empregado.

Em cidades originárias de colônias alemãs, implantadas ao sul do país, cuja fundação se deu em pleno século XIX, como a cidade de Joinville, que surgiu a partir da colônia Dona Francisca, empregaram-se outras técnicas construtivas no período.

Avé-Lallemant visitou essa colônia em 1858, descrevendo o modo de construção das casas:

*“Quase diria que a morada do colono já nasceu feita. Querendo-se dar desde logo certa firmeza à casinha, plantam-se nos quatro cantos do terreno quatro troncos retos de araçá, lisos de natureza, ligando-os em cima e em baixo com troncos de açá (Euterpe oleracea). A mesma palmeira, tronco comprido contra tronco, deve encher os intervalos. Como não há pregos à mão, tudo é amarrado. As cordas para esse fim se acham na mata, em muitos milhares de exemplares.”*²⁶⁵

As “cordas” a que Avé-Lallemant se refere eram os cipós:

*“E, antes de tudo, com o cipó de arácea constrói o colono sua casa.”*²⁶⁶

Madeira, cipó e folha de palmeira (da qual se extraía a ripa utilizada na confecção das “*telhas naturais*”) eram os materiais empregados na construção das casas dos colonos, de aparência “*rudimentar, primitiva*” para o olhar europeu²⁶⁷.

264 SAINT-HILAIRE, *Op. cit.*, p. 69.

265 AVÉ-LALLEMANT, *Op. cit.*, p. 192.

266 Idem, *ibid.*, p. 193.

267 v. AVÉ-LALLEMANT, *ibid.*, p. 195.

Em Joinville, cidade-sede da colônia, foram erguidas casas de “enchamel” ou enxaimel – construções com estrutura de madeira, paredes de tijolo, piso elevado e telhas planas, de fabricação manual²⁶⁸.

Esse tipo de construção diferenciada ao sul do país revela a importância das influências culturais na concepção da casa brasileira do oitocentos. As influências indígena e africana tornaram familiares ao brasileiro as casas cobertas com palha ou folhas de palmeira erguidas tão-somente com os materiais disponíveis no entorno; a influência portuguesa levou ao emprego da pedra de cantaria ou mesmo da taipa nas construções; a influência inglesa, ao emprego do vidro nas janelas em substituição às rótulas, gelosias e muxarabis; a influência alemã ou anglo-saxônica resultou em casas com estrutura de madeira, muitas vezes erguidas sem o uso de pregos. Essas influências tão distintas tiveram muitas vezes como resultado a construção de tipos de residência urbana e semiurbana peculiares a determinadas áreas e regiões do país, traduzindo a riqueza cultural que fundamentou a produção da casa brasileira do século XIX.

O olhar do viajante poucas vezes foi capaz de perceber essa riqueza e a forte inter-relação da casa com o entorno, com as características geográficas do lugar, especialmente no que diz respeito ao tipo de solo, às espécies vegetais existentes e à maior ou menor proximidade da faixa litorânea. As “miseráveis choupanas” ou os “miseráveis casebres” descritos pelos viajantes estavam em plena harmonia com a paisagem que integravam; eram “ecológicos” no sentido de uma melhor adaptação ao meio, assim como os mucambos, e discriminados da mesma forma tanto por europeus como por brasileiros influenciados pela civilização europeia.

268 v. KELLER, Paul Hellmuth. “Joinville na arquitetura”. In: *Álbum histórico do centenário de Joinville, 1851-1951*. Curitiba: Gráfica mundial Ltda., 1951. p. 67.

4

A casa brasileira nos anúncios de jornal

“Com efeito! a imprensa era mais que uma descoberta maravilhosa, era uma redenção.” Machado de Assis, “O jornal e o livro” (1859), Obra completa, p. 945.

Em *Raízes do Brasil*, ao estabelecer uma comparação entre a vida intelectual na América Espanhola e a vida intelectual no Brasil, Sérgio Buarque de Holanda chama atenção ao surpreendente contraste entre as Américas (espanhola e portuguesa) no que diz respeito à introdução da imprensa – importante instrumento de cultura. Em 1535 já se imprimiam livros na Cidade do México e no ano de 1584 foi autorizada a criação de uma oficina impressora em Lima, no Peru; todas as principais cidades da América espanhola possuíam estabelecimentos gráficos por volta de 1747, quando surgiu no Rio de Janeiro a oficina

de Antônio Isidoro da Fonseca – fechada logo em seguida por ordem real. No Brasil, os livros e papéis impressos vinham do reino, não sendo permitida sua impressão sequer nos centros urbanos de maior importância. A introdução da imprensa brasileira remonta às primeiras décadas do século XIX, com a chegada da Família Real²⁶⁹.

O primeiro periódico editado por brasileiro (Hipólito José da Costa) foi o *Correio Braziliense* ou *Armazem Literario*, que era, entretanto, impresso em Londres. Tratava de assuntos políticos, comerciais, literários e científicos, tendo sido publicado de 1808 a 1822. Mas o primeiro jornal do Brasil, ou o primeiro jornal impresso em terras brasileiras, foi a *Gazeta do Rio de Janeiro*, cujo número inicial foi publicado a 10 de setembro de 1808 – meses depois da criação da Imprensa Régia no Rio de Janeiro, a 13 de maio desse mesmo ano²⁷⁰. O segundo jornal efetivamente brasileiro foi *A Idade d'Ouro do Brazil*, impresso a partir de 1811 – ano em que surgiu a primeira tipografia na Bahia, pertencente a Manuel A. da Silva Serva. Em Pernambuco, a primeira tipografia apareceu em 1817, com o primeiro jornal (a *Aurora Pernambucana*) publicado em 1821 – a impressão do *Diário de Pernambuco* teve início somente em 1825. Na cidade de São Paulo, a imprensa ingressou tardiamente, em 1827, com o número inicial do *Farol Paulistano*, fundado por José da Costa Carvalho²⁷¹. Dessa forma, os jornais foram surgindo e se consolidando na cidade brasileira, onde se desenvolveram ao longo do século XIX:

*“Ao século XIX cabe sem dúvida a glória de ter aperfeiçoado e desenvolvido esta grandiosa epopéia da vida íntima dos povos, sempre palpitante de ideias.”*²⁷²

269 HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 .ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 119-20. (Primeira edição: 1936).

270 TAUNAY, *Op. cit.*, p. 292.

271 Idem, *ibid.*, p. 293.

272 ASSIS, Machado de. “O jornal e o livro” (1859). *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997, vol. III, p. 946.

Dos primeiros periódicos, de cunho altamente político, aos periódicos de fins do século XIX – alguns de teor artístico e literário, como *A Semana*, dirigido por Max Fleiuss, observa-se variações na forma, no conteúdo, na periodicidade, e na intenção do fundador ou editor. Alguns possuíam um caráter mais informativo; outros, uma feição política; outros ainda, um tom sarcástico:

“Agora sim!

*Agora é que a república vai em maré de rosas. Estabelecendo, no Cassino, a sede de suas reuniões, o partido – que tantas adesões públicas e tantas simpatias conta – dá o mais agigantado dos passos na senda do progresso.”*²⁷³

Do ponto de vista cultural, todos os periódicos são relevantes para o estudo e análise da casa brasileira, por revelarem a sociedade, a cultura, o modo de vida, as ideias de um determinado período. Em um âmbito mais específico interessam, contudo, os próprios anúncios de venda e aluguel de casas, uma vez que sua análise permite averiguar o número de pavimentos das residências (casas térreas, sobrados, sobrados de três ou quatro pavimentos), a existência de sótãos e mirantes, o comprimento da fachada principal e a extensão do terreno, o número de portas e janelas, a relação de cômodos internos, os materiais construtivos, a existência de quintais, jardins e “chácaras” – no sentido de espaço com horta e pomar junto à habitação, o aluguel de sótãos ou andares inteiros para outras famílias ou pessoas solteiras e a localização das construções de uso residencial para vender ou alugar no espaço urbano. As transformações da casa são apreendidas a partir da análise comparativa de anúncios publicados em períodos distintos: a substituição de rótulas e gelosias por janelas de vidro, o emprego do tijolo no lugar da pedra e

²⁷³ *Vida fluminense: folha joco-seria-illustrada*. Rio de Janeiro, 28.12.1872. (Microfilme da Fundação Biblioteca Nacional. Acervo da FFLCH-USP).

da taipa, a introdução do jardim lateral ou frontal, alterações no número de portas e janelas, o afastamento da residência em relação à rua, a utilização do térreo para moradia dos proprietários, o aparecimento e difusão de chalés, cortiços e palacetes.

Nem todo jornal publicado no século XIX apresentava anúncios de venda e aluguel de casas. Nos primeiros periódicos brasileiros, esses anúncios apareciam muitas vezes misturados a avisos referentes ao desaparecimento de escravos ou a anúncios que promoviam a venda destes ou a venda de livros, móveis e objetos. Com o tempo, os anúncios de casas receberam uma seção específica, especialmente em jornais como o *Diário do Rio de Janeiro* – distribuídos em maior escala.

Os primeiros anúncios de venda e aluguel de casas não continham uma descrição muito detalhada da residência, particularmente a urbana. Mencionava-se o tipo de moradia (casa térrea ou sobrado), a localização e o lugar onde encontrar o responsável pela negociação. A análise desses anúncios fornece poucas informações no que diz respeito à arquitetura da cidade, sendo a descrição de sítios, chácaras e fazendas mais detalhada.

Aos poucos a moradia urbana passou a ser descrita com especificações não apenas em relação ao número de pavimentos, mas também no que diz respeito ao tipo de material construtivo ou ao comprimento da fachada.

Em 1822, já era possível encontrar anúncios de jornal que faziam menção aos cômodos internos de residências situadas no espaço urbano. A existência de sótãos nas construções e o aluguel destes para pessoas solteiras ou famílias (denotando a possibilidade de renda por meio do aluguel de determinados espaços internos da casa urbana) também são evidenciados nos anúncios de jornal desse período.

Nos periódicos publicados a partir da terceira década do século XIX, passa a ser possível avaliar a arquitetura urbana que aparece nos anúncios segundo alguns detalhes da fachada, como a existência de janelas com grades de ferro. O número de

portas e janelas na fachada também assume papel importante na caracterização da moradia urbana – as casas mais simples ditas “de porta e janela”; as casas mais ricas possuindo várias janelas na fachada.

Em meados do século XIX, já havia se tornado comum a inclusão dos espaços e elementos externos à residência como atrativos de venda nos anúncios de casas urbanas: quintal, jardim, chácara, poço com boa água, sendo mais frequente a menção a esses elementos que a descrição dos cômodos internos.

Nos anúncios das últimas décadas do oitocentos, começou a aparecer com maior frequência o valor das casas à venda e do aluguel de cômodos, sobrados, casas térreas e chácaras. O valor do imóvel tornou-se elemento determinante nas negociações, sendo mais importante que as próprias características da casa no processo de compra, venda e aluguel, aparecendo, muitas vezes, logo na primeira linha do anúncio.

Nesse período, também, contrariamente às expectativas – considerando-se que as cidades estavam em contínuo processo de expansão urbana – os anúncios de venda e aluguel de imóveis em vez de aumentarem proporcionalmente à área construída do espaço urbano diminuíram nos periódicos, tornando-se mais escassos. Isso se deu, entretanto, não em função de uma diminuição do número de imóveis para venda ou aluguel, mas em função do aparecimento de escritórios especializados no ramo imobiliário, que passaram a anunciar seus serviços, disponibilizando um número significativo de casas para compra e aluguel.

A casa brasileira dos anúncios de jornal acompanhou as transformações urbanas e sociais – a implantação de sistemas de distribuição de água e coleta de esgoto, o fim da escravidão, o início da industrialização, a chegada dos imigrantes, a europeização do espaço urbano, dos costumes e do modo de morar. Era uma casa em transformação, que no entanto revelava permanências, como a existência de dependências para os empregados nas casas de fins do século XIX em substituição

aos quartos destinados aos escravos do sobrado patriarcal; ou o pomar e a horta junto ao palacete; ou ainda e, muitas vezes, a sala principal voltada para a rua e a área de serviço nos fundos da residência.

Rio de Janeiro

Nas primeiras décadas do século XIX, eram anunciados sobrados, casas térreas, casas assobradadas, casas sem menção ao número de pavimentos, chácaras e casas de campo nos jornais do Rio de Janeiro.

O sobrado, que aparecia nos anúncios como “*casas de sobrado*”, “*morada de casas de sobrado*” ou simplesmente “*sobrado*”, apresentava duas, três ou quatro janelas na fachada principal, algumas vezes com grades de ferro na sacada e vidraça. Podia ter sótão, “*sobre-sótão*” e mirante; possuía quase sempre quintal com poço d’água e, não raro, cocheira e cavalariça. Algumas vezes continha armazém no térreo; outras vezes era descrito como a morada de casas de pedra e cal. Nele sempre havia “*cômodos suficientes para uma família*”: salas, quartos, alcovas, cozinha e despensa ou cozinha e copa avarandada. Era um sobrado estreito, com poucas braças de frente:

*“Ha para vender huma morada de casas de sobrado acabadas a 3 mezes, bem construidas, e repartidas, com commodos para grande familia, a pesar de serem com a largura de 2 braças, todas envidraçadas, com seu quintal, bom poço, paredes mestras, e boas madeiras, citas na rua nova da Princeza n° 58, quem as quizer comprar dirija-se a Valongo n° 79, que là achará com quem as ajustar.”*²⁷⁴

Os sobrados do Rio de Janeiro situavam-se na travessa de S. Francisco de Paula, na rua do Sabão, na rua que ia para o Catete, na rua Nova da Princesa, na rua da Cadeia, na Lapa do

274 *Diário do Rio de Janeiro*. 09.02.1822. (Microfilme da Fundação Biblioteca Nacional. Acervo da FFLCH-USP).

Desterro, na rua do Conde, na rua de Matacavalos, na rua larga de S. Joaquim, estando espalhados pelo espaço urbano.

Eram elementos de valorização desse tipo edificatório nesse momento: as grades de ferro na sacada, as janelas envidraçadas, o sótão, o mirante, o “*forro de papel*”, a cavaliariça, a cocheira, o quintal com poço d’água e o jardim – apesar de ser raras vezes citado nesses anúncios.

As casas térreas eram normalmente pequenas – casas de porta e janela, casas de duas ou três portas ou de duas janelas e uma porta na fachada estreita, geralmente com cerca de três braças de frente. Evidentemente, havia exceções: casas térreas com sete ou mais braças de frente. Essas construções possuíam “*cômodos para uma família*”, “*boas paredes mestras*”, bom poço d’água, quintal, às vezes sótão, terraço, “*corredor separado*”, “*telheiro para cavalos*”, “*verduras e hortaliças*” ou uma venda. Podiam ser de pedra e cal e, as janelas, de rótula ou vidraça. Algumas eram pintadas de amarelo; outras, assoalhadas “*da porta da rua até a cozinha*”. Eram vendidas por “*preço cômodo*” ou alugadas para famílias inteiras. Havia dessas casas na rua de Santa Luzia, na rua dos Latoeiros, na rua do Sabão, na rua do Aljube, na rua da Conceição, na rua de São Francisco de Paula, na rua das Mangueiras; no “*interior da cidade*” ou na “*Cidade Nova*”, na praia do Flamengo, na Lagoa da Sentinela e até na Ilha das Cobras. Juntamente com os sobrados, compunham a paisagem urbana do Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XIX de modo bastante expressivo, como é possível inferir a partir da análise desses anúncios.

As casas assobradadas (ou moradas de casas assobradadas) algumas vezes se assemelhavam às casas térreas; outras vezes, ao sobrado. No primeiro caso, podiam ser descritas simplesmente como moradas de casas assobradadas de três portas ou três janelas de peitoril. No segundo caso, apresentavam janelas envidraçadas, forro e assoalho, quintal com poço d’água, cavaliariça, às vezes chácara nos fundos com arvoredo, de três

a sete janelas na fachada principal e cômodos suficientes para uma família – havia construções com mais de quinze quartos (todos com janelas envidraçadas); ou simplesmente com sala, três quartos, sala de jantar contígua à cozinha e quarto por baixo para escravos; ou, ainda, com três salas grandes, quatro quartos grandes, vários quartos para escravos, duas cozinhas, dois quintais separados (um para criação, outro para plantação) – existindo variações no programa de necessidades.

As casas assobradadas podiam ser encontradas em Mata-porcos, no Castelo (junto ao “*Largo da Sé Velha*”), no Campo de São Cristóvão, na praia da Gamboa, na rua da Pedreira da Glória, e apareciam com frequência nos anúncios de jornal. Um dos anúncios mais detalhados de casa assobradada foi publicado no *Diário do Rio de Janeiro* no dia seis de outubro de 1821:

“Vende-se huma caza assobradada acabada ha muito pouco tempo de construir com perfeição e fortaleza, na rua do Catete, lado esquerdo hindo da Cidade N° 78, com grandes accomodações para numerosa familia; cuja caza he de architettura ellegante, e alguns tetos das salas de estuques, todas as sallas, gabinetes e quartos forrados de papeis do ultimo gosto fóra do uso vulgar; com boa cocheira, cavalharice para sete animaes, quartos de criados, duaz cozinhas, tanques de beberem animaes, e de lavar roupa, jardim, horta, e chacara ajardinada, com plantação de capim no centro, poço impedrado com muita e boa agua, e seu tanque, todas as ruas, e o jardim guarnecidos de murta, e por toda a chacara e pelo mesmo pedestaes com figuras e vasos de louça fina, e pilastras, e cazas de fresco de muito bom gosto, e muito arvoredo: esta caza se vende só, ou com toda ou parte da mobilia que tem dentro, que he rica e de gosto: assim como escravos de ambos os sexos, prata, casquinha, cristaes, louça, sege, traquitana, e carrinho, parelhas de cavalos, e de muares, quem tudo isto quizer comprar

procure o seu dono Francisco Antonio Dimichelis nas ditas casas (...)."²⁷⁵

A residência anunciada localizava-se no Catete, bairro das chácaras ajardinadas; possuía “arquitetura elegante” e cômodos “fornados de papéis” – o que denota uma nítida influência europeia ainda nas primeiras décadas do século XIX; não possuía quartos para escravos, mas “quartos para criados” – embora os escravos sejam mencionados logo em seguida; nos espaços externos, havia jardins, horta e chácara, e nos jardins, figuras e vasos de louça fina e pilastras, de influência neoclássica. Resultava, portanto, do processo de re-europeização iniciado com a chegada da Corte ao Rio de Janeiro.

Como esta, existiam outras casas assobradadas com ares de sobrado, descritas às vezes simplesmente como “*casas nobres*”. Na hierarquia dos tipos de habitação estariam acima da casa térrea, com algumas exceções.

Ainda no espaço urbano, uma variação do sobrado ou da casa térrea era a casa de esquina – embora fossem raros os anúncios que evidenciavam o fato de se tratar de uma “casa de canto de rua”, como se dizia à época. Nestes, não se mencionavam os cômodos internos da residência, mas sugeria-se o uso para moradia ou para fins comerciais como, por exemplo, o estabelecimento de casas de molhados. O fato de possuir entradas voltadas para duas ruas favorecia o uso comercial dessas construções.

*“A pessoa que quizer tomar de aluguel huma casa inteira, cita na Lapa do Desterro em hum canto de rua, boa para moradia, ou para casa de molhados, por não haver naquella rua outra, dirija-se a rua do Alecrim n.º 74.”*²⁷⁶

275 *Diário do Rio de Janeiro*. 06.10.1821. (Microfilme da Fundação Biblioteca Nacional. Acervo da FFLCH-USP).

276 *Diário do Rio de Janeiro*. 14.01.1822. (Microfilme da Fundação Biblioteca Nacional. Acervo da FFLCH-USP).

*“Vende-se huma caza de molhados com bons commodos para morar qualquer familia no Largo do Rocio, na esquina da rua dos Siganos, quem a quizer comprar falle com seu dono até meio dia em a mesma caza.”*²⁷⁷

*“Vende-se huma morada de cazas de sobrado no canto da rua da Pedreira, indo do Aljube, de grades de ferro, toda envidraçada, com commodos para mais de 20 escravos, commodos para huma grande cavalhariça, quem as quizer comprar dirija-se á mesma, que se lhe dará o preço.”*²⁷⁸

Como se percebe neste último anúncio, de nove de junho de 1821, algumas casas de esquina apresentavam características do sobrado mais nobre, como grades de ferro, janelas envidraçadas, cavalariça e cômodos para um número significativo de escravos.

Nos anúncios, nem sempre se fazia referência ao número de pavimentos da habitação, não sendo possível definir com precisão se se tratava de sobrados, casas térreas ou casas assobradadas. Essas casas sem especificações quanto ao número de pavimentos algumas vezes apareciam definidas como “*casas nobres*” – como algumas construções assobradadas. Podiam ter como atrativo apenas oficinas e poço d’água; ou cômodos para família, cocheiras, cavalariças, cozinha independente e chácara com água dentro; ou ainda cômodos para família, cocheira, cavalariça e grande quintal – variando a caracterização do espaço livre de uso particular, que podia ser descrito como chácara com água dentro ou grande quintal, quase sempre com poço d’água. Poucas eram as descrições de “*casas nobres*” com um detalhamento maior dos espaços internos, como a publicada no *Diário do Rio de Janeiro* em seis de junho de 1821:

277 *Gazeta do Rio de Janeiro*. 26.05.1821. (Acervo da Fundação Biblioteca Nacional).

278 *Gazeta do Rio de Janeiro*. 09.06.1821. (Acervo da Fundação Biblioteca Nacional).

*“Vende-se huma caza nobre, sita no principio da praia do Botafogo com onze janellas de frente, com bons commodos, bastantes quartos capazes de acomodar huma grande familia, com boa cozinha, e moderna, grande coxeira, e cavalharice, com sala de espera, boa sala de jantar, e duas grandes salas para a frente do mar, com dois quartos iguaes, com jardim, poço e diversas obras, e quintal murado, pegada com o portão do Coronel Rocha, quem quizer comprar dirija-se a cáza Nº 38 da rua Direita.”*²⁷⁹

O número de janelas na fachada principal, as variações de salas e a existência do jardim podem ser considerados indicadores da “nobreza” da casa – ainda que esta não tenha sido definida como sobrado. A própria localização da residência, na praia de Botafogo, é indicativa de seu valor.

Em outros anúncios, de construções relativamente mais simples, destacava-se a existência do sótão, do forro, da vidraça, dos próprios cômodos, do quintal (ou terreno) e do poço. Desse modo, era possível encontrar à venda ou para alugar casas com grande sótão, forradas e envidraçadas, com bons cômodos, bom quintal e bom poço; casas com bonito sótão, terreno “*curiosamente plantado*” e bom poço; moradas de casas forradas, com grandes cômodos, poço e quintal; e casas forradas prontas para serem habitadas, com quintal e poço, cocheira, cavalaria, quarto para escravos e cozinha separada com despensa e copa. Outros elementos de valorização dessas casas eram o jardim, a chácara (no sentido de local plantado de arvoredo ou capim), o terreno plantado de flores e as vistas (do mar e da cidade) que se vislumbrava através das janelas da sala e do sótão.

Havia ainda as casas “*com negócio*” – desde um armário com fazendas, ou uma loja com louça, até armazéns – e, finalmente, as residências mais simples com programa de

279 *Diário do Rio de Janeiro*. 06.06.1821. (Microfilme da Fundação Biblioteca Nacional. Acervo da FFLCH-USP).

necessidades quase mínimo (casas com sala, alcovas, varanda e cozinha, às vezes com quintal e poço) e fachada estreita (de duas ou três braças), algumas ditas “*de telha*” com acomodações para uma família. Estas últimas eram provavelmente térreas – o extremo oposto das “*casas nobres*” nos anúncios sem definição quanto ao número de pavimentos.

Além da venda e do aluguel de sobrados, casas térreas, casas assobradadas, casas nobres e outras casas isoladas, promoveu-se a venda de casas em conjunto. Vendiam-se duas, três, quatro moradas de casas – juntas ou separadas; normalmente, casas térreas e sobrados com algumas braças de frente.

*“Vendem-se na Pedreira de N. S. Da Gloria; duas moradas de cazas terreas de pedra e cal novas, huma mais por telhar e cinco ditas de pao a pique, com 22 braças de testada e 30 de fundo. Quem as quizer comprar falle com Custodio de Souza Guimarães, na rua do Valongo N° 8, que tem ordem para as vender.”*²⁸⁰

*“Quem quizer comprar tres moradas de cazas terreas no Largo da Carioca, esquina da rua do Piolho, que fazem frente para a rua da Valla, procure na rua do Rozario N° 60, a Francisco Nunes.”*²⁸¹

No que diz respeito ao aluguel, além das casas de sobrado, casas térreas, casas assobradadas, casas nobres e outras casas alugadas integralmente, constata-se o aluguel de metade de certas casas urbanas (com bons cômodos, quintal e poço), bem como o aluguel do primeiro e do terceiro andares dos sobrados, de sótãos (ou águas furtadas) e de mirantes. O sótão para alugar podia conter desde uma simples “*saleta*”, com alcova, até sala, dois quartos, casa para jantar e cozinha, salientando-se a

280 *Gazeta do Rio de Janeiro*. 24.02.1821. (Acervo da Fundação Biblioteca Nacional).

281 *Gazeta do Rio de Janeiro*. 14.02.1821. (Acervo da Fundação Biblioteca Nacional).

existência de corredor separado ou entrada independente. O mirante possuía “*comodidade para uma ou duas pessoas*” e “*lindas vistas*”. Alugavam-se também salas e alcovas dos sobrados ou mesmo a loja do térreo. Conclui-se assim que parte dos sobrados e das casas urbanas do Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XIX era multifamiliar, sendo o aluguel de cômodos ou pavimentos da construção um meio de aumentar a renda de seus proprietários.

Em relação à área semiurbana, eram anunciadas nesse período chácaras e casas de campo. O termo “chácara” não designava exatamente a “*habitação campestre*”, mas o terreno plantado de arvoredo ou capim, que podia apresentar jardim, horta ou pomar. Estava mais próximo do sentido de “quinta”, embora nem sempre correspondesse a uma “*grande propriedade*”, sendo muitas vezes uma propriedade pequena ou mediana, com vinte ou trinta braças de frente e cerca de cinquenta ou cem braças de fundo. O termo estava antes relacionado aos espaços livres de edificação que à habitação em si. Por isso nos anúncios era possível encontrar tanto casas de sobrado com chácara como chácaras com casas de sobrado ou casas de vivenda. Por isso também poucas vezes se lia a descrição dos cômodos internos das residências nesses anúncios. Interessava ressaltar os atrativos do terreno onde se situava a casa para promover sua venda ou aluguel.

*“Vende-se no caminho que vai para a Praia Vermelha, segunda caza, huma chacara com 16 braças de frente e 90 de fundo, plantada de capim e arvoredos de espinho, com poço de muito boa agoa e tanque, rio corrente nos fundos, jardim na frente, caza nova com muitos bons commodos para huma grande familia, cavalharice para 3 ou 4 cavallos, quem a pertender dirija-se á loja de José Luiz de Souza, rua Direita N° 11.”*²⁸²

282 *Gazeta do Rio de Janeiro*. 19.05.1821. (Acervo da Fundação Biblioteca Nacional).

Mas se por um lado os sobrados ou casas *com* chácara situavam-se no espaço urbano, as chácaras estavam, na maioria das vezes, em caminhos ou estradas ou nas proximidades das praias do Rio de Janeiro. Havia chácaras no “*caminho novo do Botafogo*”, na estrada Real, no caminho que ia de Copacabana para a praia Vermelha, na praia do Flamengo, na estrada da Lagoa (perto da praia de Botafogo), no caminho do Brocó, na estrada de S. Clemente, no Andaraí, na Vila Real da Praia Grande, mas também na rua das Flores, na rua de S. Domingo, na rua do Senado – sendo as chácaras destas ruas comumente de menores dimensões.

A frente das chácaras variava, nos anúncios analisados, de cerca de seis a trinta e cinco braças (ou de dez a sessenta e três metros), havendo, todavia, chácaras com cento e quinze braças de frente (ou duzentos e sete metros). O comprimento variava de cerca de dezesseis a cento e vinte braças (ou de trinta a duzentos e dezesseis metros) e a área total ficava entre aproximadamente 2.000 e 12.000m². Não compunham de fato grandes propriedades.

Eram comuns às chácaras do Rio de Janeiro os arvoredos (muita árvore de fruto), plantações e enxertos, às vezes horta e pomar, capinzal, poço d’água ou rio de água doce nos fundos ou cortando a propriedade, cocheiras, cavalariças, senzala e casa de vivenda. Esta última possuía “*cômodos para família*”, podendo ser térrea ou sobrado – algumas com sótão. Na maior parte das vezes, eram simplesmente mencionadas nos anúncios, que apresentavam poucos dados em relação à edificação. Quando apareciam referiam-se, predominantemente, aos aspectos externos, como o número de portas e janelas e a existência de vidraças. Vez ou outra surgia um detalhe sobre a parte interna da casa (“*forrada e assoalhada*”) ou a definição do material construtivo (“*pedra e cal*”). Sobressaía a descrição das benfeitorias em detrimento da descrição da casa e dos cômodos internos – mais comum aos anúncios de imóveis urbanos.

Os anúncios de casas de campo no Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XIX eram raros em comparação aos de chácaras e pouco diferenciavam destes últimos – a maior diferença estava na ênfase ao arvoredo e às áreas plantadas da chacara, nem sempre destacados nos anúncios das casas de campo:

*“Quem quizer comprar huma casa de campo com bastantes commodos para huma grande familia, coxeira, cavalharice e quintal, e cozinha separada, tendo de frente 7 braças e de fundo 57, e corre no mesmo fundo o rio do Catete, sita na praia do Flamengo, immediata as casas do Capitão Antonio da Cunha, queira dirijir-se a traveça do Paço 7º andar N. 5 para se lhe mandar mostrar.”*²⁸³

*“Aluga-se huma chacara no caminho que vai do Botafogo para a Lagoa, lado direito que tem 20 braças de frente, e 117 de fundos, boa casa de vivenda, com huma coxeira com suficiencia para ter 3 ou 4 animaes, e huma sege, todo o terreno está cultivado, com huma peça de horta, muito bem plantada, e o resto plantado de capim, com suas ruas de passeio todas guarnecidas de arvoredos de varias qualidades, com hum rio que passa no fundo da mesma chacara com agoa todo o anno, muito boa para lavaje de roupa; quem a pertender alugar dirija-se a mesma chacara que la tratara com seu dono, o signal he onde virem huma taboleta com huma Onça e hum Leão pintados, que està posta na frente de huma venda.”*²⁸⁴

Enquanto as casas de campo e as chácaras localizavam-se nas proximidades da cidade, os sítios do Rio de Janeiro

283 *Diário do Rio de Janeiro*. 28.05.1822. (Microfilme da Fundação Biblioteca Nacional. Acervo da FFLCH-USP).

284 *Diário do Rio de Janeiro*. 31.05.1822. (Microfilme da Fundação Biblioteca Nacional. Acervo da FFLCH-USP).

situavam-se em lugares mais distantes, perto da área rural – fora portanto do contexto das residências semiurbanas.

Nos anúncios de meados do oitocentos permaneceram basicamente os mesmos tipos edificatórios do início do século XIX na área urbana: casas de sobrado, casas térreas (algumas de porta e janela, outras com sótão) e casas assobradadas, aparecendo também anúncios de casa em que não se mencionava o número de pavimentos e anúncios de casas ditas “*com negócio*” ou para estabelecimentos comerciais. Na área semiurbana, eram comuns ainda as chácaras – com suas casas térreas, casas de sobrado ou casas assobradadas. O termo continuava sendo empregado em relação às características dos espaços livres, sendo frequentes os anúncios de casas *com chácara*.

O aluguel de sótãos, mirantes, pavimentos inteiros e de partes do sobrado (salas e alcovas) ou das casas térreas continuou corrente nesse período, assim como a venda de casas em conjunto.

*“Aluga-se uma sala, alcova, e um gabinete com mobília ou sem ella, no primeiro andar de uma casa na rua de S. José, está pintada e forrada de novo; quem a pretender dirija-se á rua da Quitanda n. 47, loja.”*²⁸⁵

*“Vendem-se, juntas ou separadas, sete moradas de casas de porta e janella, na rua Nova do Conde ns. 113, 115, 117, 119 e 121; na rua de Matacavallos ns. 81 e 83; para tratar, dirijão-se à rua de Paula Mattos, primeiro sobrado á direita.”*²⁸⁶

O material construtivo, quando mencionado, era “*pedra e cal*”, embora se difundisse o emprego do tijolo, como indica o anúncio da “*Machina Excelsior, para fazer tijolos*”:

285 *Jornal do Comércio*. 12.02.1853. (Microfilme da Fundação Biblioteca Nacional. Acervo da FFLCH-USP).

286 *Jornal do Comércio*. 01.07.1853. (Microfilme da Fundação Biblioteca Nacional. Acervo da FFLCH-USP).

“Esta machina é geralmente reconhecida como a melhor que se tem inventado, e a sua descoberta veio modificar inteiramente o modo até então adoptado de se fazer os tijolos; podem-se apromptar 40,000 por dia, todos muito bem feitos e acabados. (...)”

*(...) A’ venda em casa de Nathaniel Sands e C. rua da Alfandega n.20.*²⁸⁷

Em relação às janelas, já não se mencionava a vidraça, ficando subentendido seu uso. Nas áreas atrás das residências urbanas permaneciam o quintal e o poço d’água como atrativos de venda.

A figura do jardim começava a aparecer com maior frequência nesse momento tanto junto às residências urbanas como junto às chácaras:

*“Aluga-se, no Cosme Velho, pouco antes de chegar ás aguas ferreas, uma boa casa assobradada, com excellentes commodos para familia, tendo ao lado um bonito jardim com repuxo, etc.; para ver, achão-se as chaves na casa n.88, que lhe fica em frente, e para tratar, na rua de S. Pedro n.54, das 8 horas da manhã ás 3 da tarde, e dahi por diante na mesma casa n.88.*²⁸⁸

“Vende-se a chacara n.3A da rua do Vianna, em S. Christovão, perto do Campo, com 15 braças de frente e 80 de fundos. O lugar é arejado e muito saudavel, e o terreno está bem plantado com arvores fructiferas e capim. A casa é nova e contém uma sala grande, sala de jantar, cinco quartos de dormir, dispensa, cozinha, dous quartos para os pretos, e ha tambem uma estrebaria para tres animaes. O jardim está bem plantado

287 *Diário do Rio de Janeiro*. 12.06.1853. (Microfilme da Fundação Biblioteca Nacional. Acervo da FFLCH-USP).

288 *Jornal do Comércio*. 26.01.1853. (Microfilme da Fundação Biblioteca Nacional. Acervo da FFLCH-USP).

*de flores, e tudo se acha no melhor estado possível, a agua é excellente e nunca falta. Raras vezes se apresenta igual occasião para quem quer cousa de bom gosto, e no mais perfeito estado. Trata-se na rua do Ouvidor n. 79, sobrado.*²⁸⁹

As próprias pessoas que procuravam casas e chácaras para compra ou aluguel as desejavam com jardim:

*“Se houver alguma casa que tenha boa vista com terraço, jardim ou mesmo chacara, em cima do Castello ou nas immediações, e que pretendam alugar, podem dirigir-se á esta typographia com as iniciaes A. F. T.”*²⁹⁰

Por esses tempos surgiu nos anúncios do Rio de Janeiro – embora muito raramente – a figura do “palacete”:

*“Aluga-se o lindo palacete da praia de Botafogo n.26, onde tambem se aluga huma grande cocheira para cavallarice para 12 animaes; trata-se na mesma praia n.30.”*²⁹¹

Difundiam-se o gosto pelo jardim e o palacete como ideal de moradia urbana, precedendo os palacetes ajardinados que seriam denominados “villas”.

Em fins do século XIX, os anúncios de venda e aluguel de casas foram rareando em alguns jornais como o *Diário do Rio de Janeiro*. Observa-se, contudo, a permanência da maior parte dos tipos edificatórios de princípios e de meados do século: sobrados, casas térreas, casas assobradadas e chácaras, bem como do aluguel de sótãos, salas e alcovas e de pavimentos inteiros dos sobrados. Um elemento novo que apareceu nesses

289 *Jornal do Comércio*. 05.05.1853. (Microfilme da Fundação Biblioteca Nacional. Acervo da FFLCH-USP).

290 *Diário do Rio de Janeiro*. 11.08.1853. (Microfilme da Fundação Biblioteca Nacional. Acervo da FFLCH-USP).

291 *Diário do Rio de Janeiro*. 23.08.1853. (Microfilme da Fundação Biblioteca Nacional. Acervo da FFLCH-USP).

anúncios, sendo empregado como atrativo de venda foi o gás, que podia ou não estar em toda a casa.

A indicação de um mesmo local para negociações distintas de compra e venda de residências urbanas e semiurbanas sugere a existência de escritórios ou pessoas responsáveis pelos negócios imobiliários – o que justificaria ao menos em parte a redução do número de anúncios:

*“Vende-se por 6:200\$ uma boa chacara com casa asso-
bradada tendo duas salas, quatro quartos, despensa e
cozinha; a chacara tem duas frentes sendo situada na
melhor localidade do Andarahy Grande. Trata-se na
rua do Visconde do Rio Branco n.57.”²⁹²*

*“Vende-se predios e chacaras em diferentes logares
para todos os preços na rua do Visconde do Rio Bran-
co n.57.”²⁹³*

Se a figura do palacete começou a aparecer nos anúncios de meados do século XIX, em fins do oitocentos propagou-se a figura do chalé:

*“Vende-se um chalet na rua da Conceição, perto da
estação do Riachuelo, n.16, bem construído, em terre-
no proprio, e com commodos para familia; tracta-se
na rua da Lapa n.41.”²⁹⁴*

O chalé difundiu-se no espaço urbano em meio aos sobrados e casas térreas, destacando-se na paisagem com sua empena voltada para a rua. Muitas vezes apresentava um pequeno jardim frontal – que nem sempre era mencionado nos anúncios.

292 *Diário do Rio de Janeiro*. 11.04.1878. (Microfilme da Fundação Biblioteca Nacional. Acervo da FFLCH-USP).

293 *Diário do Rio de Janeiro*. 15.04.1878. (Microfilme da Fundação Biblioteca Nacional. Acervo da FFLCH-USP).

294 *Diário do Rio de Janeiro*. 10.09.1878. (Microfilme da Fundação Biblioteca Nacional. Acervo da FFLCH-USP).

A implantação e difusão desses tipos edificatórios europeizados – como o palacete e o chalé – foram transformando aos poucos a paisagem urbana do Rio de Janeiro, enquanto muitos dos antigos sobrados tinham sua fachada alterada com o acréscimo de detalhes e ornamentos neoclássicos e ecléticos. A cidade também se transformava com a multiplicação dos jardins frontais e laterais junto às residências. Alteravam-se o edifício e sua forma de implantação. As construções deixavam de ser geminadas para se isolar em relação aos limites do lote. A extensão do quintal diminuía e aumentava a frente do terreno. Não havia mais resquícios da janela de rótula – ao menos na fachada principal da casa urbana, onde todas as janelas possuíam vidraça. Os escravos, libertos, libertaram-se também da função de carregar água até o sobrado e de despejar o conteúdo dos tigres junto aos rios e mares. As casas mais ricas do Rio de Janeiro de fins do século XIX eram guarnecidas com tubulação de água e esgoto e algumas possuíam “gás” em todos os cômodos.

Em oposição ao palacete, espalhou-se o cortiço pelo espaço urbano. Relegado na paisagem urbana e social, também não apareceu nos anúncios do Rio de Janeiro.

Recife

A leitura dos anúncios de jornal publicados em Recife na primeira metade do século XIX indica a existência de dois tipos de residência urbana (o sobrado e a casa térrea) e de dois tipos de residência semiurbana: o sítio (residência permanente) e a casa de campo (para alugar ou para “passar a festa”). Além disso, constata-se o aluguel de sótãos, mirantes e pavimentos inteiros dos sobrados recifenses e a venda de casas em conjunto.

No Recife das primeiras décadas do oitocentos, segundo a análise dos anúncios, havia sobrados de um, dois e três andares, algumas vezes com sótão (onde poderia estar situada a cozinha da habitação), outras vezes com mirante. A fachada desses sobrados era estreita (normalmente possuindo de quatro a seis metros de largura) e o terreno, extenso (variando entre

dezessete e trinta metros sua extensão). Comumente estavam implantados em “chãos próprios”, sendo mais raros os sobrados em terras foreiras. Muitos deles possuíam quintal murado, onde era possível encontrar árvores de fruto ou mesmo jardins. Em alguns anúncios, era citada a “cacimba” ou poço d’água no quintal; em outros, fazia-se menção ao armazém no térreo. Raras vezes, no entanto, eram descritos os compartimentos internos do sobrado recifense, como neste anúncio publicado no *Diário de Pernambuco* no dia cinco de abril de 1827:

*“Qualquer pessoa que pertender alugar huma casa de dois andares, e hum sotaõ, na rua da Sanzalla nova Nº 15, com lojas, Armazem, quintal murado, e portaõ para o porto das canoas, com 21 palmos de frente, e 81 e meio de fundo, fornos de paõ, para assados, e fugaõ Inglez de 4 fogos no mesmo quintal cobertos de telheiro; no 1º andar 2 sallas, e 2 alcouvas, cozinha, e no 2º andar com as ditas sallas, e alcouvas, huma a frente, outra atraz, e huma camarinha boa no corredor, alem do dito sotaõ, com huma cozinha, e hum grande quarto para despejos, ou outro qualquer mister. Pertende alugar-se a huma só familia, ou Pessoa, que poderá entender-se com o Proprietário, que alugará commodamente ou alias se annunciará por este Diarrio o pertendente.”*²⁹⁵

O sobrado do Recife era mesmo estreito e magro, como afirma Gilberto Freyre, e às vezes tinha a cozinha no sótão e o armazém no térreo, mas contrariamente às colocações do sociólogo parece ter sido comum também no Recife o sobrado com quintal murado – como indica a análise dos anúncios de jornal – e não apenas o sobrado quase sem quintal.

Em relação às casas térreas do Recife, observa-se que eram de taipa ou de pedra e cal. A casa térrea de taipa podia

295 *Diário de Pernambuco*. 05.04.1827. (Microfilme da Fundação Biblioteca Nacional. Acervo do IEB-USP).

ser pequena e simples ou estar implantada em terrenos relativamente amplos, com mais de 1.000m², em “*terras próprias*”, com “*fundos murados e algum arvoredo frutífero*”.

Algumas eram rebocadas de cal, bem construídas e possuíam árvores de fruto nos espaços livres de edificação:

*“Vende-se huma caza terrea, na rua da Povoação da Caza Forte, de taipa, bem construida de materiaes, rebocada de cal, caiada, tem hum grande quintal com arvores de fructos; he dividida em trez, a do meio com porta, e duas janelas, e hum quarto de cada lado com porta na frente, cozinha fora; quem a pertender dirija-se a rua das Cruzes, caza N^o 166, onde achará com quem tratar.”*²⁹⁶

Muitas vezes, apesar de não revelarem opulência no material construtivo ou na técnica de construção, recebiam cuidados de seus proprietários, que valorizavam o edifício.

Casas térreas de pedra e cal havia “*no lugar da Casa Forte*”, junto à Praia, na rua do Jogo de Bola. Algumas eram erguidas em chãos próprios e possuíam quintais bastante extensos.

Existiam no Recife casas térreas relativamente amplas, com seis quartos e três salas, cozinha fora e bom quintal; havia também casas térreas com sótão e casas térreas com mirante – e bons cômodos e quintal todo plantado. Aliás, da mesma forma que nos anúncios de sobrados, a figura do quintal aparece com frequência nos anúncios de casas térreas, tanto as pequenas, como as grandes ou medianas.

Mas enquanto os sobrados e as casas térreas estavam implantados na área urbana – havia sobrados na rua do Rosário, na rua do Livramento, na rua da Senzala Nova, na rua das Águas Verdes, e casas térreas em frente à Igreja de Nossa Senhora da Soledade, no Aterro da Boa Vista, na rua de Santa Rita, na rua

296 *Diário de Pernambuco*. 26.02.1827. (Microfilme da Fundação Biblioteca Nacional. Acervo do IEB-USP).

da Glória –, os sítios localizavam-se na estrada do Arraial, na Passagem da Madalena, na Estrada do Pinheiro; ou seja, não muito distantes da área urbana, nem muito apartados dela, havendo inclusive sítios “*no lugar da Casa Forte*” e na rua de São Miguel dos Afogados. Caracterizavam no Recife uma forma de habitação semiurbana.

Do mesmo modo que as casas térreas, as casas de sítio podiam ser de taipa ou de pedra e cal. Em alguns sítios parte das construções era de taipa e a outra parte, de pedra e cal:

*“Quem quizer comprar na Povoação de Bebiribe hum Citio com duas cazas de pedra e cal e tres de taipa tudo na rua e o Citio pegado as cazas tem varias arvores de fructo lorangeiras, jaqueiras, &c. dirija-se a caza de Manoel Rodrigues do Passo no aterro da Boa vista onde achará com quem tratar do seu ajuste.”*²⁹⁷

“Vendas

*Um sitio no lugar dos Remedios, perto da Praça, e do porto d'embarque, com algumas arvores de fructo, e grande plantação de capim; casa de pedra, e cal em boa altura; e outra de taipa, e tijolo: na rua do Fagundes caza D.14, e se vende a dinheiro, ou com boas letras.”*²⁹⁸

Esse tipo de habitação também era caracterizado pelas árvores de fruto que cercavam a residência – praticamente todos os anúncios fazem menção a esses elementos.

“Quem quizer comprar hum Citio nas terras do Engenho do Monteiro, com 300 e tantos pes de lorangeiras novas tanto da china como de embigo, e taõ bem

297 *Diário de Pernambuco*. 11.12.1827. (Microfilme da Fundação Biblioteca Nacional. Acervo do IEB-USP).

298 *Diário de Pernambuco*. 23.01.1831. (Microfilme da Fundação Biblioteca Nacional. Acervo do IEB-USP).

alguns pes de limeiras da terra e da peça, 30 pes de jaqueiras, 1000 e tantos de café e 7 de parreiras, 11 de figueiras, 6 rumeiras, 1 oitizeiro, 5 cajueiros, hum pe de maracuja asú, hum grande bananeiral de bananas tanto curtas como compridas, com hum boa baixa para plantaje de campim, e roças, 3 pes de coqueiros, todo o Citio he cercado de dendezeiros e espinho, e tres pes de pinheira, a casa tem quatro portas de frente e tres janellas, por tudo tem 14 portas, 6 camarinhas, de bom tamanho, casa de fazer farinha, forno, prensa, e estribaria, para cavallos, forno para fazer doce, hum cacimba com boa agoa, o dito Citio fica perto da Igreja e perto o rio Capibaribe, qualquer pessoa que o pertender falle com Francisco do Reis na rua do Rozario, que lá achará com quem tratar.”²⁹⁹

Outra observação em relação a esse tipo habitacional, já constatada por historiadores da arquitetura, é o fato de a cozinha situar-se fora da construção principal:

“Aluguel

Um sitio com arvores de fructos, casa nova com seis quartos, e cosinha fora, na estrada do Pinheiro no Caldereiro: falletem a’ Manoel Isidoro de Miranda.”³⁰⁰

No sítio, mais do que na cidade, havia todo um cuidado no preparo dos alimentos. Considerando-se que os ingredientes eram muitas vezes colhidos na hora, existia uma necessidade de mais espaço para o seu preparo – o que justificava a localização da cozinha na área externa da casa, bem como a existência da “*casa de fazer farinha*” e do “*forno para fazer doce*”, muitas vezes também externos à residência.

Mas se por um lado havia o sítio, proporcionando de certo modo maior auto-suficiência em relação à casa urbana,

²⁹⁹ *Diário de Pernambuco*. 12.06.1827. (Microfilme da Fundação Biblioteca Nacional. Acervo do IEB-USP).

³⁰⁰ *Diário de Pernambuco*. 18.02.1831. (Microfilme da Fundação Biblioteca Nacional. Acervo do IEB-USP).

especialmente no que diz respeito à água e aos alimentos, por outro lado, era possível encontrar nessas áreas, entre o campo e a cidade, a casa dita de campo ou a casa “*para passar a festa*” – a casa de veraneio, como observa Gilberto Freyre, ou a “*casa-grande de sítio*”, onde os mais ricos “*iam passar a festa e fazer suas estações de água, tomando banho de rio*”³⁰¹.

Nas proximidades da cidade, alugavam-se casas para temporada; na área urbana, casas térreas e sobrados eram alugados por longos períodos. Havia ainda diversos anúncios de aluguel de pavimentos inteiros de sobrados para homens solteiros ou famílias – fenômeno constatado da mesma forma no Rio de Janeiro e em Salvador. Alugava-se o primeiro, o segundo ou o terceiro pavimento dos sobrados estreitos e magros, ou ainda o mirante no fundo do quintal ou o quarto de uma boa casa. Por vezes, a entrada era independente, estabelecendo uma certa privacidade em relação aos outros moradores do sobrado.

*“Aluga-se parte do sobrado D.14, 3º andar na Boa- vista, contendo uma sala e 5 quartos inteiramente separados da parte ocupada pelos presentes moradores: da mesma sorte o sótão da mesma casa. As pessoas que quizerem poderão se dirigir ao lugar mencionado, e ahí acharão com quem tractar.”*³⁰²

Esse fenômeno caracteriza a existência de uma renda adicional aos proprietários de sobrados e de outras residências urbanas por meio do aluguel de partes da habitação; por outro lado, indica a existência de uma demanda por moradia no espaço urbano não satisfeita por meio das construções individuais.

Outro fenômeno observado em relação à produção da moradia urbana do Recife é a venda de várias casas em conjunto desde as primeiras décadas do oitocentos. Havia anúncios

301 FREYRE, *Op. cit.*, p. 308.

302 *Diário de Pernambuco*. 28.01.1831. (Microfilme da Fundação Biblioteca Nacional. Acervo do IEB-USP).

de venda tanto de duas casas térreas ou dois sobrados, como anúncios de três, quatro, onze, treze casas edificadas em um terreno – algumas com pagamento de foro, caracterizando uma produção para renda ou para obtenção de lucro com a venda das construções.

Em fins do século XIX, continuou comum no Recife o aluguel de partes do sobrado (térreo, primeiro andar, segundo andar, primeiro e segundo andares, terceiro andar e sótão), com uma ou duas salas, dois, três ou quatro quartos e cozinha. Por outro lado, os anúncios de venda e aluguel de casas passaram a dar destaque à existência de água e gás no edifício; vez ou outra sublinhava-se a existência de banheiros na habitação ou de esgoto, “*pelo novo systema*”³⁰³.

Os tipos de residência urbana permaneceram praticamente os mesmos nesse período – casas térreas, casas assobradadas e sobrados –, aparecendo como novidade, embora mais raro nos anúncios, o chalé.

“– O agente Pestana tem para vender os predios abaixo declarados:

(...)

Rua Madre de Deus, sobrado n.16.

Rua Vidal de Negreiros, sobrado com tres andares n.86.

Rua da Imperatriz, sobrado n.5.

(...)

Um chalet na travessa das Pernambucanas (Capungá) n.3.

Todas estas casas acham-se livres e desembaraçadas: a tratar com o agente Pestana, na travessa do Corpo Santo n.27.”³⁰⁴

303 *Diário de Pernambuco*. 20.09.1889. (Acervo da Fundação Biblioteca Nacional).

304 *Diário de Pernambuco*. 27.09.1889. (Acervo da Fundação Biblioteca Nacional).

Os anúncios de casas com jardim não eram muito frequentes, mas quando apareciam enfatizavam esse elemento de valorização do imóvel:

*“Aluga-se
uma excelente casa, sita na campina da Casa Forte;
tendo bastantes commodos para uma grande familia;
jardim na frente, agua, e gaz encanados; a tratar na
rua 1º de Março n. 11, loja.”*³⁰⁵

Eram mais comuns os anúncios que mencionavam quintais murados ou “sítios” com árvores frutíferas. Os quintais ou “sítios”, situados atrás das casas; os jardins, ao lado ou em frente à residência. Hortas e pomares, por esses tempos, separavam-se das áreas ajardinadas propriamente ditas.

Em relação aos materiais construtivos, quando mencionados eram tijolo ou “pedra e cal” – construções de taipa havia apenas nos sítios implantados nos arredores da cidade. Por vezes, eram citados os portões de ferro como elementos de destaque junto ao jardim. A essa altura não era mais necessário fazer menção ao vidro das janelas – a maior parte era envidraçada. Em alguns anúncios, as casas eram descritas como edificações com azulejo na fachada – característica das construções do Recife ressaltada por Gilberto Freyre³⁰⁶.

*“Excelente morada
Aluga-se barato á rua do Hospital Pedro 2º, no lugar
dos Coelhos, uma casa assobradada e outra terrea
com frente de azulejo, ambas com agua e grandes
quintaes murados (...).”*³⁰⁷

A relação dos cômodos internos, entretanto, era mais comum por esses tempos nos anúncios de leilões de prédios.

305 *Diário de Pernambuco*. 18.10.1889. (Acervo da Fundação Biblioteca Nacional).

306 FREYRE, *Op. cit.*, p. 312.

307 *Diário de Pernambuco*. 22.11.1889. (Acervo da Fundação Biblioteca Nacional).

No anúncio referente ao leilão do sobrado de dois pavimentos, com sótão, localizado no Pátio de São Pedro, os cômodos foram descritos da seguinte forma:

*“Pavimento terreo, 2 salas e 1 saguão. Primeiro andar, 2 salas, 2 quartos e cosinha. Segundo andar, 2 salas, 2 quartos, cosinha e sótão; cujo sobrado mede 22 palmos de frente, com 3 portas e 50 ditos de fundo.”*³⁰⁸

Essa descrição dos cômodos lembra muito a do engenheiro Vauthier em relação ao sobrado do Recife de meados do século XIX. Percebe-se que os compartimentos internos de fato se repetiam nos pavimentos superiores dos edifícios.

No anúncio do leilão da casa térrea de número 14 implantada na rua do Bispo Cardoso Ayres, lê-se: *“tendo 2 salas, sendo a sala de frente assoalhada e forrada, 3 quartos internos, 1 salêta, cosinha e 3 quartos externos, sendo um ocupado por um banheiro, agua encanada e gaz, quintal murado e 1 gallinheiro”*³⁰⁹. Banheiro, água encanada e gás eram as novidades do período, e como se pode observar, difundiam-se também nas casas térreas.

Embora fosse menos frequente, a relação dos cômodos internos também aparecia em alguns anúncios de aluguel, como no que foi publicado em treze de junho de 1889, de casa térrea para alugar na rua de São João, em que se lê: *“com 2 salas, 4 quartos, gabinete, portão largo ao lado e grande quintal com duas cacimbas de boa agua e muitos arvoredos de fructo”*³¹⁰. O portão ao lado da residência indica a existência de um recuo lateral – próprio desse período.

Constata-se, assim, que as casas de fins do oitocentos ainda possuíam comumente duas salas em cada pavimento, dois,

308 *Diário de Pernambuco*. 22.02.1889. (Acervo da Fundação Biblioteca Nacional).

309 *Diário de Pernambuco*. 15.03.1889. (Acervo da Fundação Biblioteca Nacional).

310 *Diário de Pernambuco*. 13.06.1889. (Acervo da Fundação Biblioteca Nacional).

três ou quatro quartos e uma cozinha (interna ou externa). Algumas possuíam banheiro e despensa. Eram muito usuais também os sobrados com três janelas na fachada e sótão.

Nos arredores da cidade, continuavam característicos os sítios, com casas de morada e árvores de fruto (coqueiros, sapotizeiros, laranjeiras, árvores de fruta-pão); em localidades próximas, ainda era corrente o aluguel de casas para “passar a festa”:

“Aluga-se para passar a festa uma boa casa com comodidades para família grande á margem do rio Capibaribe, no Ambolé, freguezia da Varzea, tem a frente pintada de vermelho defronte da taverna, está limpa; a tratar em Olinda, sitio defronte da igreja de N. S. do Guadalupe, ou nos domingos na mesma casa.”³¹¹

Das novidades registradas nos anúncios de fins do século XIX, além do banheiro, da água encanada e do gás, pode-se destacar a despensa, alguns sistemas de esgoto, e o jardim em frente à casa, às vezes cercado por grades de ferro. Influências europeias que modificaram não apenas a construção, mas o modo de vida dos brasileiros.

Salvador

A análise dos anúncios de jornal de Salvador das primeiras décadas do século XIX revela a existência de dois tipos de moradia urbana (a casa de sobrado e a casa térrea) e de três tipos de moradia semiurbana (a roça, a casa de sítio e a casa de campo), sendo o número de anúncios de casas de sobrado mais expressivo que o número de anúncios de casas térreas, e o número de anúncios de venda e aluguel de roças mais significativo que o número de anúncios de casas de sítio ou de campo.

As casas de sobrado eram por vezes descritas como “*casas de pedra e cal*”, com dois, três e até cinco sobrados. Parte dessas construções era erguida em “*chãos próprios*”. Algumas

311 *Diário de Pernambuco*. 20.09.1889. (Acervo da Fundação Biblioteca Nacional).

possuíam “*água dentro de beber*”, eirado, quintal grande todo murado, vista para o mar ou lojas com pátio de bom tamanho. Podiam ser anunciadas também como a propriedade nobre, com bons cômodos, havendo ainda casas de sobrado com sótão e casas assobradadas, com grande quintal.

Situavam-se em sua maioria na área urbana: no beco do Queiroz, na rua do Rosário de João Pedreira, na rua da Oração, na rua do Pão-de-ló, na ladeira de São Bento, no Areal de Cima, na Cidade Alta. Algumas localizavam-se nas principais ruas da cidade. Muitas possuíam vista para o mar e boa parte delas acompanhava os desníveis do terreno, estando implantadas em ladeiras e em ruas íngremes.

Curiosamente, nos anúncios de casas de sobrado de Salvador não se fazia menção ao número de portas e janelas da fachada – em alguns casos, mencionava-se apenas o número de lojas no térreo. O quintal, quando era citado, era descrito como murado; o eirado (coberto ou terraço) favorecia a vista para o mar, o contato visual com o entorno. Nesses anúncios, as casas de sobrado ora estavam à venda, ora para alugar ou arrendar.

As casas térreas, da mesma forma que as casas de sobrado, eram de pedra e cal. Algumas estavam implantadas em “*chãos próprios*”, em ruas e ladeiras da área urbana – na ladeira da Soledade, na rua dos Currais Velhos, na rua do Maciel debaixo.

A casa térrea podia ter até três salas, cinco quartos e cinquenta braças de quintal. Em Salvador, havia casas térreas assoalhadas, casas térreas com sótão e bom quintal, e casas térreas com “*fonte dentro*” – requintes de sobrado na construção horizontal.

Em relação à área semiurbana, os anúncios de venda e aluguel de roças apresentavam poucas referências à casa em si, definida apenas como boa casa de vivenda, de pedra e cal; casa de vivenda assobradada; casas novas; casa de morar; boas casas de sobrado, com vidraças; casa de sobrado nova. Observa-se assim que a casa da roça nem sempre era térrea; podia ser assobradada

ou mesmo um sobrado – algumas vezes com vidraças nas janelas (o que estabelecia uma certa distinção social). Mas era quase sempre de pedra e cal – como a casa de sobrado urbana.

Esse tipo de habitação era composto, além da casa, pela água (“*água dentro*”, fonte, poço de água nativa), pelo “*brejo*”, e principalmente pelo arvoredado – de espinho ou de fruta: mangueiras, cajueiros, dendzeiros, coqueiros, jaqueiras e laranjeiras.

Algumas roças estavam implantadas em “*terras próprias*”; outras, em “*terras foreiras*”. A maior parte delas localizava-se em caminhos e estradas: no caminho para o Rio de São Pedro, na calçada do Bonfim, na Estrada das Boiadas, na Barra, no caminho que descia da Piedade para o Barril, ou mesmo dentro de sítios, como a roça no sítio das Barreiras. Ainda assim, havia roças com “*vista para o mar*” – como os sobrados da área urbana.

A roça era então a casa de pedra e cal, erguida em estrada ou ladeira, circundada por arvoredado e com “boa água” no terreno.

A casa de sítio era, da mesma forma, de pedra e cal; às vezes tinha portão, terra baldia nas laterais, quintal plantado de arvoredado de espinho, coqueiros, laranjeiras, terreno para construção de outras casas, estrebaria, enxertos, flores e “*plantações curiosas*”. Situava-se em localidades mais distantes da área urbana: no Barril, em Tapagipe da Ribeira. Talvez estivesse mais próxima das casas de fazenda que das casas de cidade e não tinha vista para o mar.

A casa de campo de Salvador era, à semelhança das outras construções, de pedra e cal. Possuía quintal grande, poço d’água; às vezes era nova e “*moderna*” e ficava à beira-mar – como algumas roças. Podia ter “*sítio*” com laranjeiras, coqueiros e parreiras – como algumas casas em São Paulo ou no Rio de Janeiro, que possuíam “*chácaras*”, um emprego diferenciado dos termos, relacionando-os às plantações e árvores de fruto.

Tanto a roça como o sítio, ou mesmo a casa de campo, eram caracterizados pelo arvoredado e pelas plantações, pelo poço ou pela fonte de água e, na maioria das vezes, pela casa de

pedra e cal. A leitura dos anúncios, entretanto, não evidencia uma hierarquia social desses tipos de habitação a não ser pela proximidade ou distanciamento da área urbana.

Nos anúncios das décadas de 1830 e 1840, persistiram esses tipos edificatórios: casas térreas e sobrados na área urbana; roças, casas de sítio e casas de campo na área semiurbana. Nesse período, anunciavam-se casas térreas com três salas e cinco quartos; casas térreas em chãos próprios, com “*proporções para família*”; casas térreas de pedra e cal, assoalhadas, com sótão e “*bom quintal com fonte dentro*”, em terras próprias; casas de pedra e cal, com sete quartos, sala fechada, forrada e assoalhada, com dez braças de frente e trinta de fundo, com laranjeiras, mangueiras e jaqueiras; casas de pedra e cal, cobertas de telha, com bons cômodos e quintal; casas de pedra e cal, assoalhadas, com “*cinco lojas por baixo*” e quintal grande; casas de sobrado, “*de um andar*”, com boa frente; roças com casa de pedra e cal, e varanda fora; roças com laranjeiras, coqueiros, mangueiras e jaqueiras; roças com bastante arvoredos e poço de água nativa; casas de sítio com enxerto novo, flores e muitas “*plantações curiosas*”; e casas de campo, com seu eirado, cinco quartos, “*cavalharice*”, grande poço, casas para banhos e um grande quintal, com parreiras, laranjeiras e outros arvoredos. Ou seja, em meados do século, as casas urbanas de Salvador continuavam sendo descritas como casas de pedra e cal, muitas delas com quintal, algumas assoalhadas e forradas, outras com lojas no térreo. Na área semiurbana, os tipos de habitação (a roça, a casa de sítio e de campo) eram ainda frequentemente associados às plantações e arvoredos, sendo quase sempre citado o poço de água nativa.

De um modo geral, pode-se dizer que nos anúncios de princípios e de meados do século XIX, o material construtivo das casas urbanas e semiurbanas de Salvador, quando mencionado, era pedra e cal. Nos anúncios analisados, não foram encontradas menções às alcovas, e eram poucas as referências a

quartos – principalmente nas primeiras décadas do século XIX. A imagem do quintal era relativamente frequente: aparecia junto às casas de sobrado, às casas de campo, às casas de sítio e a algumas casas térreas. Lojas, eirados e sôtãos eram comuns aos sobrados, mas havia casas térreas com sôtão e assoalho e casas de campo com eirado.

Em fins do século XIX, da mesma forma que aconteceu nos periódicos de outras cidades brasileiras (como Rio de Janeiro, Recife e São Paulo), observa-se uma drástica redução no número de anúncios de venda e aluguel de casas em jornais de grande importância em Salvador (como o *Diário da Bahia*), em função do aparecimento de agências ou agentes especializados nesse tipo de transação comercial – hipótese esta confirmada pela leitura de um anúncio de “Agência de Casas” publicado no *Diário da Bahia* em 17 de março de 1889:

“Agencia de Casas

Rua das Princezas n.20, 2º andar

Acha-se estabelecida á rua Nova das Princezas n.20, 2º andar, n’esta cidade, uma agencia que tem por fim servir á população d’esta capital e de fóra, no tocante a alugueis e arrendamentos de casas e a informações seguras e circunstanciadas sobre as mesmas, tudo de conformidade com o prospecto publicado e distribuido, e de que ha cópia na mesma agencia para esclarecimento dos Sr. proprietarios e mais pessoas que queirão alugar ou arrendar casas, lojas, quartos, armazens, etc., tanto da capital como de fóra da capital e da provincia.

*Esta agencia incumbe-se tambem de compras e vendas de casas.”*³¹²

Nos raros anúncios de venda e aluguel de casas publicados nesse período, constata-se a difusão do jardim e do chalé e a permanência da roça como tipo de residência semiurbana.

312 *Diário da Bahia*. 17.03.1889. (Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.)

“Casa para alugar

Aluga-se uma grande propriedade de casa no largo do Forte de S. Pedro, contigua ao Passeio Publico, contendo ella grande sala de frente, dita de entrada e de jantar; 7 quartos, cosinha fôra, despensa, banheiro e diversos quartos, encanamento d’agua e gaz, com lustres, toda forrada a papel e de novo pintada, sendo rodeada de jardim e grande terreno com mangueiras, laranjeiras, sapotas e outros arvoredos fructiferos: a tratar com Reginaldo José Falcão na rua Sete de Setembro ao Polytheama.”³¹³

Essa casa ajardinada situava-se nas proximidades do Passeio Público – portanto, em área urbana arborizada – e apresentava uma mistura do tradicional com o novo; do nacional com o europeu. A sala na frente e a cozinha externa foram elementos característicos da arquitetura tradicional brasileira; a existência do banheiro e da despensa, do encanamento de água e de gás confirma a introdução de novos elementos à arquitetura urbana de fins do oitocentos, da mesma maneira que os lustres e o papel de parede indicam a influência europeia. No jardim, a mesma mistura: já não se tratava de um jardim que ficava atrás da residência, como no período colonial, mas de um jardim que circundava a construção, à maneira europeia; todavia, era possível encontrar nesse jardim mangueiras e laranjeiras – como no jardim tradicional brasileiro, pontuado de árvores de fruto.

O chalé que aparece no anúncio de 29 de agosto de 1889 também possuía jardim (neste caso, um jardim “na frente”) e, além desse atrativo, “uma magnífica vista de mar”:

“Casa para alugar

Aluga-se um bonito chalet á ladeira da Jaqueira n.169, com bastantes commodos, jardim na frente, grande quintal, com uma magnifica vista de mar, e perto dos banhos.

A tratar na mesma ladeira n.175.”³¹⁴

313 *Diário da Bahia*. 30.01.1889. (Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.)

314 *Diário da Bahia*. 29.08.1889. (Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.)

Essa mesma residência havia aparecido em anúncio publicado em fevereiro desse ano, mas em vez da denominação “chalet”, falava-se apenas em “*uma boa casa na ladeira da Jaqueira*”, com muitos cômodos, jardim na frente, terraço e grande quintal, vista para o mar e encanamento de água³¹⁵. O termo “chalet” teria sido empregado com o intuito de atrair o futuro morador; o fato de possuir a empena voltada para a rua, à europeia, seria um atrativo a mais da moradia.

Enquanto os chalés e as casas ajardinadas difundiam-se na área urbana, pelas ladeiras da cidade, a roça continuava comum ao longo das estradas:

“Vende-se

Uma boa roça com grande casa de morada, á estrada do Resgate, freguezia de Santo Antonio.

*Quem pretendel a dirija-se a Manuel Ezequiel de Almeida Galeão, á rua da Soledade n.62, ou a Manuel Galeão, ao Pelourinho n. 72.”*³¹⁶

Apesar do número reduzidíssimo de anúncios no período, estes comprovam a influência europeia em Salvador ou a abrangência do processo de re-europeização que caracterizou o Brasil do século XIX, e, por outro lado, a persistência de elementos tradicionais fortemente arraigados à cultura do povo e ligados aos usos e costumes da casa brasileira, que nem mesmo a obsessão por tudo que era europeu conseguiu dirimir.

São Paulo

No primeiro jornal impresso da cidade de São Paulo, o *Fa-rol Paulistano*, lançado em 1827, foram raros os anúncios de venda e aluguel de casas urbanas e semiurbanas. Quando apareciam, traziam poucos detalhes descritivos dos tipos edificatórios. Havia anúncios de casas térreas, casas térreas de dois lanços (forradas, com “paredes de pilão” e “cômodos suficientes”),

315 *Diário da Bahia*. 22.02.1889. (Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.)

316 *Diário da Bahia*. 27.12.1889. (Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.)

casas de dois lanços com quintal, casas com quintal mas sem especificações quanto ao número de pavimentos, e casas de sobrado na área urbana. Nas proximidades da cidade (que nesse período correspondiam à Freguesia do Brás, às estradas que levavam a Santo Amaro e a outros bairros e lugares que posteriormente foram incorporados ao espaço urbano), anunciavam-se a venda e o aluguel de chácaras – algumas com “*deliciosa vista*”, com casas térreas de três lanços, engenho de mandioca e pilão, boas aguadas e um grande tanque; outras com “*umas casas de sobrado*” com doze sacadas além das janelas comuns e vista da cidade inteira; outras ainda com bom quintal para planta e arvoredos, e cercados para animais. Valorizava-se muito a situação da chácara – o lugar, as vistas – e ainda não se falava em jardins, mas em quintais para planta e arvoredo.

Os anúncios de meados do século apresentavam praticamente os mesmos tipos de residência urbana e semiurbana: casas térreas (casas térreas de um lanço, casas térreas de dois lanços), casas com quintal (sem definição do número de pavimentos), casas de sobrado e chácaras. Em alguns anúncios era possível encontrar um detalhamento maior dos compartimentos internos da casa. Havia casas térreas com sala, varanda de jantar, alcova, quartos (um quarto na varanda e mais um quarto no centro), cozinha muito boa e quintal muito grande; casas de um lanço com boa sala de duas janelas, alcova grande, dois quartos (um grande e um pequeno), varanda, boa cozinha e quintal; casas com bons cômodos e grande quintal; casas de dois lanços, com grande frente para a rua e quintal com arvoredos; casas de sobrado com grades de ferro nas janelas, três portas na fachada, “*baixos*” e cômodos para uma família; casas de sobrado com cômodos em cima para moradia e embaixo para negócio, e grande quintal. Havia ainda chácaras muito próximas da cidade, perto da Consolação, no Pary, na Luz, no Brás, no largo da Igreja dos Pinheiros, no Arouche, na rua de Santa Efigênia e na estrada para Santo Amaro. Eram chácaras com grande casa de

morada, rancho e pasto para animais e quintal plantado de arvoredo; chácaras com casa de taipa e grande plantação; chácaras com boa casa térrea (de dois lanços), grande quintal, bastante arvoredo e muito capim; ou chácaras com “*casa sofrível*”, bons pastos, boas águas e excelentes terras para lavoura em lugar “*risonho e salubre*” – no Araçá.

Em meados do século, também foram comuns os anúncios de venda de casas em conjunto – como as duas moradas de casas na rua da Freira ou as quatro moradas de casas na rua do Piques, todas unidas.

Mas a difusão de novos tipos de habitação urbana (permanecendo a venda e o aluguel de chácaras nas áreas semiurbanas) tornou-se característica em fins do século XIX nos anúncios de cortiços, palacetes, casas com jardim (lateral ou frontal) e chales, embora na maioria das vezes com pouco ou quase nenhum detalhamento em relação aos cômodos internos.

“Vende-se na rua da Consolação, 18, cinco casas e onze cortiços, estes estão no padrão da camara; e na rua do Triumpho, 21, uma casa de dois lances, e um chalet na rua do Conde d’Eu, 14.

*Para tratar na rua acima n.18; estas propriedades estão livres de qualquer onus, e o motivo da venda é por sua dona ter de retirar-se para a Europa a tratar de sua saude.”*³¹⁷

“Casa

*Aluga-se a da rua Aurora, 70, tendo commodos para familia numerosa, tendo jardim na frente e ao redor da casa. Aluguel 450\$000. Para tratar á rua Aurora, 66.”*³¹⁸

Como em outras cidades brasileiras, o número de anúncios de casas diminuiu nesse período em função do aparecimento de escritórios responsáveis pela venda de imóveis em grande

317 *Correio Paulistano*. 01.07.1888. (Acervo do Arquivo do Estado).

318 *Correio Paulistano*. 03.12.1900. (Acervo do Arquivo do Estado).

quantidade – às vezes mais de duzentos palacetes, chácaras, casas e terrenos na cidade e no interior, como no anúncio publicado no *Correio Paulistano* em dois de agosto de 1900 (já na passagem do século):

“Casas

Palacetes á venda

*Em número de 238 e bem assim chacaras, terrenos, sitios e fazendas. Escritorio de Augusto Freitas á travessa do Commercio, 18.”*³¹⁹

Ou no anúncio de vinte e cinco de janeiro desse mesmo ano, que apresentava diversas opções de localização dos imóveis:

“Casas á venda

no Escritorio Commercial 10.

Travessa do Commercio 10.

Vendem-se casas na

Rua da Consolação

Avenida Intendencia

Rua da Graça

- Pirapitinguy

- de São Paulo

- José Bonifácio

- Santo Amaro (perto do Piques)

- Tabatinguera

- São João

- Helvetia

- Prudente de Moraes

- Martim Francisco

- General Osorio

(...)

Terrenos

Barra Funda – Rua Lopes de Oliveira

Liberdade – Rua Pedroso

Rua Victoria.

319 *Correio Paulistano*. 02.08.1900. (Acervo do Arquivo do Estado).

Temos casas para vender desde 6:000\$ até 100:000\$ cada uma.

Drovet & Mee

*Travessa do Commercio, 10.*³²⁰

Ainda assim, era possível encontrar em raros anúncios uma descrição de palacete:

“Esplendido palacete

á venda

No florescente bairro da Lapa, servido pelos trens dos suburbios da Estrada de Ferro Ingleza, e brevemente pelo bond electrico.

Vende-se

Com ou sem mobilia, um excellente palacete de luxo, completamente novo, para familia de tratamento, com 11 commodos, latrina ‘Unitas’ e banheiro, com agua encanada em todos os quartos, gaz acetyleno, jardim, horta, galinheiro e estrebaria.

Vende-se

com um abatimento de 50% do preço de custo, tendo o seu dono de retirar-se deste Estado.

*Para mais informações na administração deste jornal – onde se encontram a planta e a photographia do edificio.*³²¹

Esse palacete era provido de várias novidades do período, como água encanada, gás, banheiro e latrina “Unitas”, ao mesmo tempo que preservava características ou elementos da habitação brasileira do período anterior – horta, galinheiro e estrebaria. O antigo se misturava ao novo, e o tradicional ao europeu.

Mais comuns que os anúncios de palacete eram entretanto os anúncios de sobrados (nesse momento, em sua maior parte para alugar) e de casas sem definição quanto ao número de pavimentos:

320 *Correio Paulistano*. 25.01.1900. (Acervo do Arquivo do Estado).

321 *Correio Paulistano*. 29.11.1900. (Acervo do Arquivo do Estado).

“Sobrado

*Aluga-se um com 3 quartos. Rua Brigadeiro Tobias n. 66.*³²²

“Casa

*Vende-se a casa n. 26 da rua da Assembléia. Para tratar na rua José Bonifácio n. 10.*³²³

Os anúncios de venda e aluguel de casas em conjunto eram ainda relativamente frequentes nesse período:

“Cazinhas

*Vende-se trez, de porta e janella, de ns. 66, 68 e 70, na estrada Vergueiro, em frente ao principio do Morro Vermelho, tendo as tres cinco braças de frente e 25 de fundo, com muito boa agua de poço, arvores fructíferas, etc. Para tratar na rua do Senador Feijó n. 34.*³²⁴

Mas os anúncios de chácaras ou de casas *com* chácara, em comparação com o período precedente (meados do século XIX) tiveram uma redução considerável provavelmente em virtude dos escritórios de imóveis – muitas vezes responsáveis também pela venda desse tipo de habitação. Em sua descrição, apareceram novos elementos de valorização do imóvel, como “*bondes à porta*”, cocheiras e o conforto das residências.

“Chacara

Vende-se uma na rua do Vergueiro, n. 114 com bonds a porta com casa de morada, quartos, para camarada ou carro, grande cocheira, immenso capinzal, muitas hortaliças, immenso pomar, agua de poço muito boa, a preço razoavel.

*Para ver e tratar na mesma.*³²⁵

322 *Correio Paulistano*. 28.08.1900. (Acervo do Arquivo do Estado).

323 *Correio Paulistano*. 04.11.1888. (Acervo do Arquivo do Estado).

324 *Correio Paulistano*. 18.08.1888. (Acervo do Arquivo do Estado).

325 *Correio Paulistano*. 25.04.1888. (Acervo do Arquivo do Estado).

“Esplendida vivenda

Nas immediações da rua Aurora, vende-se uma confortável casa com grande chacara, com todas as acomodações necessárias, pelo preço unico de 55 contos. Mede de frente 20 e tantos metros por cerca de 70 de fundos.

Para tratar com Antonio C. da Rocha

41, Rua do Commercio.”³²⁶

A partir desse momento, o conforto e as comodidades consolidaram-se como atrativos de venda.

A análise desses anúncios demonstra que em apenas um século a casa paulistana se transformou em seus aspectos construtivos, em seu programa de necessidades, em sua fachada, em sua forma de implantação no lote. Por outro lado, a ausência de habitação em número suficiente para suprir a demanda por moradia na capital paulista de fins do século XIX contribuiu para a difusão do cortiço na área urbana, apesar das novas tecnologias disponíveis.

* * *

Observa-se, assim, que a casa brasileira dos anúncios do século XIX era a casa térrea (de pau-a-pique, de pedra e cal, de taipa de pilão), a casa de sobrado (de tijolo, de pedra ou de taipa), com dois, três, quatro, cinco pavimentos, a casa assobradada, a casa de esquina, a casa nobre, a casa de telha, a casa com negócio, a casa de chácara (em São Paulo e no Rio), a casa de sítio (em Salvador e no Recife), a casa da Roça (na Bahia), a casa de campo. Uma pluralidade de tipos edificatórios e suas variações e sempre a mesma casa, com sala, alcovas, varanda, corredor e cozinha, e quase sempre um quintal com poço d’água, às vezes com árvores de fruto, horta, pomar, talvez um jardim, mas em todo caso um espaço livre de uso particular a complementar a construção.

A casa brasileira dos anúncios de jornal era a casa com “*cômodos suficientes para uma família*” – uma casa patriarcal,

326 *Correio Paulistano*. 30.08.1900. (Acervo do Arquivo do Estado).

porém com sótão, pavimentos inteiros, salas e alcovas disponíveis para outras famílias ou pessoas solteiras; uma casa com espaços para aluguel e produção de renda; uma casa que se transformava, acompanhando as mudanças sociais: a europeização (ou re-europeização) a partir da chegada da Corte, a abolição, a decadência do patriarcado (rural e urbano), a ascensão da burguesia, a imigração de trabalhadores livres (europeus) para substituição do trabalhador compulsório (o escravo africano).

Alterava-se a sociedade, alteravam-se a paisagem urbana, a rua, os espaços livres públicos, a arquitetura, a fachada das construções, o programa de necessidades, a disposição dos cômodos, a forma de implantar a construção nos lotes, as características do jardim. E os jornais passavam a anunciar, junto aos antigos sobrados, a venda e o aluguel de palacetes, chalés e cortiços – novos tipos edificatórios a suprir os anseios e necessidades de uma sociedade em transformação.

Outras cidades brasileiras

À época da criação da Província do Amazonas, surgiram alguns jornais ao norte do país, como *O Tribuno do Povo* – jornal do partido conservador, com redação de Joaquim Mariano de Lemos e Vitorio de Figueiredo e Vasconcelos, cujo primeiro número foi lançado em 1844 – e *O Cinco de Setembro* – jornal fundado por Manuel da Silva Prado em 1851 que, após a instalação da Província, passou a circular sob o título de “Estrela do Amazonas” e, posteriormente, foi denominado simplesmente “Amazonas”³²⁷. Mas de fato, a “*semente da imprensa no Grão-Pará e Rio Negro*” foi, segundo Augusto Meira Filho, o jornal *O Paraense*³²⁸. Editado por Filipe Alberto Patroni, *O Paraense* foi o primeiro jornal publicado no Pará (a partir de 1822), com tipografia importada de Lisboa e tipógrafos europeus. A este se seguiram vários outros periódicos, como o *Luso Paraense*

327 v. TAPAJÓS, Vicente. *A Amazônia no século XIX*. Manaus: Fundação Cultural do Amazonas, 1979. p. 111, 124 e 125.

328 MEIRA FILHO, *Op. cit.*, p. 822.

(1823), o *Correio do Amazonas* (1831), *O Mercantil Paranaense* (1834), a *Folha Comercial do Pará* (1837), o *Treze de Maio* (1840), *A Gazeta Mercantil* (1847) e o *Diário de Notícias* (1880)³²⁹.

De acordo com Jonas Marçal de Queiroz, ainda que não dispusessem dos recursos dos principais periódicos do país, esses jornais (especialmente aqueles publicados nas últimas décadas do século XIX) contavam com um serviço telegráfico, possibilitando uma relativa rapidez no recebimento e na divulgação de notícias³³⁰.

A centro-oeste do país, teve importância o *Matutina Meyapontense* – jornal que foi adquirido pelo Governo da Província de Goiás em 1836, passando a circular, a partir de julho de 1837, sob a denominação de “Correio Oficial de Goiás”. *O Goiano*, *O Tocantins*, *A Imprensa Goiana* e *O Alto Tocantins* foram outros periódicos lançados nessa região durante o século XIX³³¹.

Ao sul do Brasil, em virtude das várias colônias de imigrantes, surgiram jornais em língua estrangeira ao longo do oitocentos – muitos deles em alemão, como o *Kolonie-Zeitung*, impresso a partir de 1863 –, sendo tardia em algumas cidades a publicação de jornais em português, como *A Gazeta de Joinville* (lançada somente em 1877)³³². Dos jornais publicados em português, pode-se destacar *O Catharinense*, *O Dezenove de Dezembro*, o *Diário de Porto Alegre* e *O Constitucional Rio-Grandense* – a maior parte de caráter político.

A análise de alguns desses periódicos demonstra que ao norte e a centro-oeste do país eram raros os anúncios de venda

329 v. BARATA, *Op. cit.*, p. 231-251.

330 QUEIROZ, Jonas Marçal. “Trabalho escravo, imigração e colonização no Grão-Pará (1877-1888)”. In: *Amazônia: modernização e conflito (séculos XVIII e XIX)*. Belém: UFPA-NAEA, 2001. p. 84.

331 LACERDA, Regina. *Cidade de Goiás: berço da cultura goiana*. Conferência pronunciada na solenidade de reabertura do Gabinete Literário Goiano. Goiás, 04.02.1968. p. 8-9.

332 v. FICKER, *Op. cit.*, p. 287-300.

e aluguel de casas, podendo-se levantar as seguintes hipóteses: em primeiro lugar, o número de residências urbanas e semiurbanas não era muito expressivo nessas localidades (situação que sob certos aspectos se altera em Manaus e Belém nas últimas décadas do século XIX, mas não de forma tão significativa como em algumas cidades próximas à costa leste do Brasil), devendo estar a maioria dessas casas ocupada e sendo mais lento o processo de construção de novas moradias; em segundo lugar, como o número de habitantes também era reduzido, talvez não fosse tão premente a necessidade de se anunciar casas em jornais. Essas hipóteses são igualmente válidas para algumas cidades do sul do país.

Nos exemplares do jornal *O Paraense*, referentes aos anos de 1842, 1843 e 1844 (ano em que o periódico deixou de existir), foram encontrados raríssimos anúncios de venda e de aluguel de casas.

Em 17 de janeiro de 1843, Joaquim Marianno de Lemos anunciou nesse jornal o aluguel dos “sobrados” da propriedade em que morava³³³, demonstrando a difusão dessa prática tão comum em cidades como o Rio de Janeiro, Recife e Salvador, de se alugar os pavimentos superiores da residência para outras famílias – difusão que provavelmente se deu antes por necessidade (de um acréscimo de renda por parte do proprietário e de moradia urbana por parte do futuro inquilino), que por influência do modelo adotado nas grandes cidades da costa leste do Brasil.

Em 21 de julho desse mesmo ano, José Leocadio do Amaral Brazil anunciou a venda de um quarto de casas na rua da Pedreira, número 33³³⁴. Esse anúncio confirma a constatação feita em relação ao anterior: a de que havia de fato uma escassez de moradias urbanas em Belém nesse período. Em ambos os casos, não se faz menção ao tipo de material construtivo ou aos cômodos das residências.

333 *O Paraense*.17.01.1843.(AcervoDigitaldaFundaçãoBibliotecaNacional).

334 *O Paraense*.21.07.1843.(AcervoDigitaldaFundaçãoBibliotecaNacional).

No *Matutina Meyapontense*, referente ao ano de 1830 (antes portanto de sua aquisição pelo Governo da Província de Goiás), não foi publicado nenhum anúncio de venda ou aluguel de casas. Nesse jornal, de caráter político, eram muitas vezes transcritos textos de outros periódicos brasileiros, como o *Fa-rol Paulistano*, a *Aurora Pernambucana* e o *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro.

Nos raros exemplares remanescentes do jornal *O Catharinense*, praticamente não se vê anúncios de casas. Uma das exceções aparece no exemplar do dia 25 de janeiro de 1832:

*“Quem quizer comprar huma morada de casas na rua do Principe, com fundos athè a praia e boas proporções para fazer armazem, e bom porto para embarque e desembarque; dirija-se a outra banda do estreito a tratar com Isidoro Ribeiro, que he seo dono.”*³³⁵

Nesse anúncio, não há qualquer referência ao tipo de material construtivo, aos cômodos internos ou mesmo à dimensão das fachadas e do terreno. Importam antes a localização da moradia urbana e as possibilidades que oferece.

À época da publicação desse anúncio (1832), algumas cidades ao sul do país, como Joinville, ainda não haviam sido fundadas e, mesmo depois de sua fundação, permaneceram por um longo período com um número reduzido de casas:

*“Havia, em fins de 1874, 280 casas residenciais em Joinville (...).”*³³⁶

Com um número tão reduzido de residências urbanas certamente não era preciso anunciar a venda e o aluguel de casas nos jornais. Outra peculiaridade em relação a Joinville e a outras colônias alemãs é que os próprios colonos erguiam suas casas,

335 *O Catharinense*. 25.01.1832. (Acervo Digital da Fundação Biblioteca Nacional).

336 v. FICKER, *Op. cit.*, p. 287.

sendo necessário a eles apenas a aquisição do terreno – que normalmente se dava diretamente com a sociedade colonizadora.

O Dezenove de Dezembro foi o primeiro jornal paranaense – editado em Curitiba entre 1854 e 1890. Não obstante seu caráter político, publicou alguns anúncios de casas, como se observa nos exemplares de 1854. Em maio desse ano, colocava-se à venda uma “*chacara no Rocío*”, com “*casa de telha, grande quintal e potreiro, tudo cercado de moirões de cerne, e com proporções para fazer um bom monjollo*”³³⁷. Um mês depois, foi anunciado o aluguel de uma loja e de um quarto, em “*lugar bom para negocio de fazendas*”, bem como o aluguel do “*restante da casa que serve para uma familia morar*”³³⁸. Esses anúncios, do mesmo modo que a maioria dos que aparecem nesse periódico em 1854, não apresentam detalhes sobre a construção, sendo extremamente raros os que descrevem a casa de forma minuciosa, como o publicado em dois de setembro desse mesmo ano:

*“Vende-se a caza nº12 da rua do Commercio, propria para numeroza familia, com mobilia ou sem ella, tem um sobrado contiguo, grande quintal, murado de pedra, e fundos com paredes já em boa altura para uma grande casa para a rua das Flores, e finalmente sisterna de boa agoa de beber dentro do pateo, ao pé da cosinha. Esta propriedade consta de quatro salas, quatro alcovas, uma loja, um gabinete, uma despensa, cocheira e cosinha terreos e o sobrado tendo 44 palmos quadrados tem duas salas e dois quartos, sendo um que recebe a escada. Quem a pretender pode dirigir-se ao nº acima para ver e tratar.”*³³⁹

337 *O Dezenove de Dezembro*. 06.05.1854. (Acervo Digital da Fundação Biblioteca Nacional).

338 *O Dezenove de Dezembro*. 24.06.1854. (Acervo Digital da Fundação Biblioteca Nacional).

339 *O Dezenove de Dezembro*. 02.09.1854. (Acervo Digital da Fundação Biblioteca Nacional).

Esse anúncio reforça a ideia da existência de sobrados (ou de construções assobradadas) ao sul do país e do emprego da pedra (mesmo que seja mencionado apenas em relação ao muro). Dá uma noção também dos cômodos internos: salas, alcovas, loja, gabinete, cozinha e despensa no térreo e salas e quartos no sobrado.

No *Diário de Porto Alegre*, particularmente em determinados exemplares referentes aos anos de 1827 e 1828, não havia anúncios de casas; mas em *O Constitucional Rio-Grandense*, aparecem vários anúncios de residências urbanas e semiurbanas características do sul do Brasil: chácaras, meias águas, casas de esquina, casas com três portas na frente, casas com “dois lances” e sobrados.

Nas chácaras do sul do país (como em todas as outras chácaras brasileiras) era possível encontrar, segundo esses anúncios, “*arvoredos de toda a especie*” e “*casa para moradia*”³⁴⁰. Às vezes, a morada de casas era “*de sobradinho*” e a chacara era cercada “*de espinhos de Maricá, com agua dentro em hum poço de pedra*”³⁴¹. Algumas chácaras apresentavam até “*fabrica de ollaria*”, como a que foi anunciada em primeiro de outubro de 1828:

“Vende-se ou arrenda-se huma chacara distante desta Cidade 3 leguas, sita na margem do Rio Guahiba, com meia legua de frente e outro tanto de fundo, com madeiras de construcção, fabrica de ollaria e forno para queimar; casa de morar de sobrado, de pedra e tijolo, grande abundancia de arvoredos d’espinho e caroço, que já dão, com cultivados para plantações, e hum grande potreiro cercado: qualquer pessoa que

340 *O Constitucional Rio-Grandense*. 12.07.1828. (Microfilme da Fundação Biblioteca Nacional. Acervo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo).

341 *O Constitucional Rio-Grandense*. 13.08.1828. (Microfilme da Fundação Biblioteca Nacional. Acervo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo).

*a intente comprar ou arrendar dirija-se a fallar com Domingos Ferreira Ribeiro, que tem poderes de tratar preço e prazo.*³⁴²

Na construção, observa-se o emprego da pedra e do tijolo – em outros anúncios de chácara destaca-se também a cobertura de telha³⁴³. Nos espaços livres característicos desse tipo de habitação, enfatiza-se a existência de arvoredos de espinho (ou de árvores de fruto) – da mesma forma que nos anúncios publicados em outras áreas do país.

Os anúncios de venda de “meias-águas” restringiam-se praticamente à menção desse tipo de casa – que pelas suas dimensões não requeria maiores detalhamentos:

*“Vende-se huma Meia agua sita na Rua do Arvoredo Nº 48, quem a pretender pode dirijir-se á rua do Portão Nº 108, que achará com quem tratar.”*³⁴⁴

Essa mesma simplicidade descritiva aparece nos anúncios de casas térreas com três portas na frente:

*“Quem quizer comprar huma casa na rua de Bragança Nº 10, com trez portas na frente; e fundos competentes quem a quizer dirija-se a Rua do Poço casa Nº 3, que achará com quem tratar.”*³⁴⁵

342 *O Constitucional Rio-Grandense*. 01.10.1828. (Microfilme da Fundação Biblioteca Nacional. Acervo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo).

343 v. *O Constitucional Rio-Grandense*. 20.08.1828. (Microfilme da Fundação Biblioteca Nacional. Acervo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo).

344 *O Constitucional Rio-Grandense*. 02.08.1828. (Microfilme da Fundação Biblioteca Nacional. Acervo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo).

345 *O Constitucional Rio-Grandense*. 31.10.1828. (Microfilme da Fundação Biblioteca Nacional. Acervo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo).

Essas moradias – as meias-águas e as casas térreas com três portas na frente – eram algumas das construções mais simples do espaço urbano do sul do país.

Já a casa de esquina aparecia mais detalhada e mais valorizada em certos anúncios:

*“Vende-se (...) huma casa de esquina, com 48 palmos de frente, toda furrada e parte assoalhada, com quintal de 70 braças de fundo, e 40 de largo, com muito arvoredo de toda a qualidade (...).”*³⁴⁶

O forro, o assoalho, o quintal com arvoredo e mesmo a largura da fachada são empregados como elementos de valorização da construção pelo proprietário na descrição da casa.

Havia também para vender casas de tijolo, “com 65 palmos de frente”³⁴⁷, casas cobertas de telha, “com 25 palmos de frente, paredes de tijolo, e assobradada”³⁴⁸; casas com “quintal grande”, para “famílias numerosas”³⁴⁹; e moradas de casas “com dous lances”³⁵⁰.

Embora o jornal fosse publicado em Porto Alegre, essas casas nem sempre estavam implantadas nas ruas dessa cidade (como na rua do Riacho, na rua do Arroio, na rua do Arvoredo ou na rua Formosa). Algumas dessas casas e chácaras situavam-se

346 *O Constitucional Rio-Grandense*. 02.08.1828. (Microfilme da Fundação Biblioteca Nacional. Acervo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo).

347 *O Constitucional Rio-Grandense*. 03.12.1828. (Microfilme da Fundação Biblioteca Nacional. Acervo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo).

348 *O Constitucional Rio-Grandense*. 04.02.1829. (Microfilme da Fundação Biblioteca Nacional. Acervo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo).

349 *O Constitucional Rio-Grandense*. 04.03.1829. (Microfilme da Fundação Biblioteca Nacional. Acervo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo).

350 *O Constitucional Rio-Grandense*. 13.05.1829. (Microfilme da Fundação Biblioteca Nacional. Acervo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo).

no “caminho do Rio Pardo”, “na costa do Rio Guahiba acima da barra do arroio dos Ratos”, “na margem do Rio Guahiba” – a três léguas da cidade; no “caminho da Capella”; ou ainda na “Freguezia de N. S. dos Anjos d’Aldeia” – abrangendo portanto outras localidades ao sul do país, dada a importância regional desse periódico.

Essa análise leva à conclusão de que nas cidades do século XIX onde era maior o número de edifícios, maior o número de habitantes e maior o desenvolvimento econômico e urbano, era mais expressivo o número de anúncios de venda e aluguel de casas, possibilitando um estudo mais abrangente dos tipos de edificação de uso residencial a partir dessas fontes documentais. Nas cidades menores ou menos desenvolvidas em termos econômicos e urbanos, constata-se a escassez desse tipo de documento histórico nos periódicos locais, sendo necessária a recorrência a outras fontes de investigação.

5

A casa brasileira na pintura paisagística, na fotografia de paisagens e nos desenhos dos viajantes

Na arquitetura, a casa é representada em seus aspectos técnicos e construtivos por meio de plantas, cortes e elevações que indicam com precisão a forma de organização do espaço interno, a dimensão dos compartimentos, das aberturas, o tipo de cobertura, o tipo de fundação e outras informações necessárias à construção do edifício. A perspectiva dá uma noção do espaço projetado em sua tridimensionalidade.

Na pintura, a casa pode ser representada como um elemento de composição da paisagem, observada de longe em seus aspectos externos, sem grande detalhamento, ou situada mais

próxima do olhar do observador; pode ser o tema principal de uma tela ou o cenário de determinado acontecimento (vista por dentro ou por fora); pode ser uma entre várias outras casas alinhadas na rua retratada pelo pintor ou aparecer circundando praças, largos, jardins e outros espaços públicos. A casa na pintura não possui a exatidão de um desenho técnico, mas possibilita a avaliação de alguns de seus detalhes construtivos.

Da mesma forma que na pintura, a casa na fotografia pode aparecer retratada de diversas maneiras: mais próxima ou mais distante do observador, em seus aspectos internos ou externos, como tema principal ou cenário, como elemento de composição de paisagens urbanas ou culturais. A diferença está no nível de precisão: a casa na fotografia é representada com “*absoluta semelhança*”, como assinala Boris Kossoy³⁵¹. Tem a mesma proporção do objeto real, embora seja vista em uma outra escala.

Os pintores viajantes retrataram a casa brasileira da primeira metade do século XIX; os fotógrafos brasileiros e estrangeiros, a casa brasileira da segunda metade do oitocentos. Além destes, alguns viajantes ousaram esboçar desenhos da habitação urbana e rural na categoria de amadores, para levar as imagens como lembranças de sua estada no país ou como registro do que tinham visto; outros viajantes (pintores ou engenheiros), mais familiarizados com o desenho técnico, elaboraram desenhos de planta, corte e fachada referentes a exemplares de residências urbanas e semiurbanas com o intuito muitas vezes de mostrar ao europeu, aos seus conterrâneos, como era a casa brasileira desse período.

A pintura, a fotografia e os desenhos elaborados por europeus correspondem a outras formas de representação da casa descrita pelos viajantes, anunciada nos jornais, analisada pelo sociólogo e pelos historiadores da arquitetura.

351 KOSSOY, Boris. *A fotografia como fonte histórica. Introdução à pesquisa e interpretação das imagens do passado*. São Paulo: Museu da Indústria, Comércio e Tecnologia de São Paulo, 1980. p. 14.

A casa brasileira na pintura dos viajantes

“(...) Do ponto em que estávamos, podíamos descortinar cercas de limoeiros em torno das plantações de café e de laranjeiras, situadas no flanco das colinas arborizadas e em parte surribadas a pequena distância das casas de residência, cuja nota de cor branca formava pontos de esmalte na verdura das montanhas circunvizinhas.” Jean Baptiste Debret, Viagem pitoresca e histórica ao Brasil, p. 172.

Na pintura de paisagens urbanas do século XIX, a casa brasileira aparece revelada em seus aspectos externos: suas cores (quase sempre claras), suas portas e janelas (de rótula, de vidro, os antigos muxarabis), seus telhados de duas ou de quatro águas, com beirais às vezes largos, outras vezes mais estreitos, seus jardins situados atrás dos muros, com palmeiras e coqueiros, bananeiras.

A casa brasileira que se visualiza nas pinturas, desenhos e gravuras dos viajantes-artistas (ou dos viajantes-pintores ou pintores viajantes) é sempre a casa vista pelo olhar europeu, que se sentia atraído pelo exótico, pelo anedótico, pelo pitoresco. Deve ser considerada uma forma de representação sujeita ao repertório do artista, às técnicas de que dispunha, ao momento histórico em que viveu.

Dos pintores que retrataram a cidade brasileira da primeira metade do século XIX com suas construções e seus espaços livres de edificação, compõem uma tríade de relevância Thomas Ender, Rugendas e Debret.

Thomas Ender contava apenas vinte e três anos quando veio ao Brasil em 1817, acompanhando a Missão Austríaca, liderada por Spix e Martius, por ocasião do casamento da arquiduchessa Leopoldina da Áustria com D. Pedro I. Segundo Gilberto Ferrez, *“a paisagem e a luz do país impressionaram de tal forma o jovem artista que aqui principiou a segunda fase de sua vida de pintor”*³⁵².

352 FERREZ, Gilberto. *O Brasil de Thomas Ender, 1817*. Rio de Janeiro: FMS, 1976. p. 23.

Thomas Ender elabora no Brasil trabalhos com aquarela, com aquarela e lápis, com lápis aquarelado, lápis e sépia, com bico-de-pena aquarelado. Ao todo são 700 desenhos, como o próprio pintor registra em sua “Pequena Autobiografia”:

“(...) na minha volta a Viena, entreguei na Corte 700 desenhos – de florestas, vales, animais, plantas, pessoas e paisagens – além de 3 panoramas, a maioria em aquarela, feitos a partir de imagens da natureza.”³⁵³

Nas aquarelas de Thomas Ender, há quase sempre uma nuance amarelo-esverdeada, que confere um tom dourado às imagens – a forma de representação da luz do Brasil, que tanto impressionara o pintor. Nas paisagens, destaca-se a vegetação exuberante – com palmeiras, bananeiras e outras plantas tropicais – mesmo nas imagens do Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XIX. A figura humana, quando aparece, é muitas vezes o negro – trabalhando, trazendo cestos à cabeça, caminhando; insígnia de um país escravocrata.

Nas vistas e panoramas, elaborados a distância, não é possível observar os detalhes construtivos das casas térreas e sobrados. Estes são realçados apenas quando o pintor “entra” na cidade para retratar o Paço Real, o Campo do Comércio, o Mercado de Peixe, a Rua Principal do Rio de Janeiro (rua Direita). Parte das aquarelas traz as construções na linha do horizonte, com o céu acima e os espaços livres no plano inferior da pintura, revelando-se aqui e ali as características dos edifícios e dos largos.

A cidade brasileira das aquarelas de Thomas Ender corresponde à “*cidade colonial do século XVIII*” que se perpetuou nas primeiras décadas do século seguinte, como assinala Gilberto Ferrez. Uma cidade pitoresca, de ruas estreitas e mal calçadas, de construções com janela de rótula; cidade com “*cores vivas*

353 ENDER, Thomas. “Pequena autobiografia” *apud* WAGNER, Robert. *Viagem ao Brasil nas aquarelas de Thomas Ender*. Petrópolis: Kapa, 2000, Tomo III, p. 639.

*por toda parte, nas vestes, nas casas, no céu, nas matas, na terra e tudo cintilando à luz forte do sol dos trópicos*³⁵⁴.

O Rio de Janeiro era ainda a cidade das casas térreas e dos sobrados de dois, três e até quatro pavimentos (como se observa nas imagens da rua Direita e do Campo do Comércio). Cidade das construções com telhados de duas ou de quatro águas com cumeeira e estreitos beirais; algumas com janelas de vidro, outras com janelas de rótula ou muxarabis, mas todas em estilo tradicional, sem a influência do neoclássico, e sempre em cores claras (um bege, um creme), tendendo ao branco. Na fachada dessas construções, era comum encontrar apenas duas ou três janelas – as casas térreas eram simplesmente de porta e janela ou possuíam uma porta e duas janelas dando para a rua. Esta era parcialmente iluminada por lampiões pregados à parede dos edifícios; na maioria das vezes não tinha calçamento, nem mesmo de pedra, e não apresentava qualquer indício de arborização urbana.

Em determinadas imagens, como na da “Praça do mercado da praia atrás da Alfândega”, aparecem estruturas de madeira acopladas às edificações, formando varandas cobertas por toda a extensão da fachada. Essa “varanda adicional” foi muito criticada pelos viajantes e abolida da paisagem do Rio de Janeiro depois da chegada da Corte. O pintor provavelmente documenta a existência de um exemplar remanescente dessa forma de ocupação do espaço público pelos proprietários de residências urbanas, que proporcionava aos moradores um contato maior com a rua.

Thomas Ender vai do Rio de Janeiro a São Paulo pelo Vale do Paraíba, onde elabora outros desenhos e aquarelas. Retrata os sobrados de taipa, quase sempre de dois pavimentos, da capital paulista, com seus tons claros que ora tendiam ao branco, ora ao creme, ao cinza, ao rosa. Mas a maior parte de suas paisa-

354 FERREZ, *Op. cit.*, p. 23.

gens urbanas refere-se ao Rio de Janeiro, sendo esta a cidade-tema da maioria de suas pinturas.

Johann Moritz Rugendas participa da Expedição Langsdorff (1821-1829), liderada pelo médico naturalista Georg Henrich Von Langsdorff. Entretanto, após abandonar a expedição, ainda em 1821, Rugendas traça seu próprio caminho, percorrendo algumas cidades das regiões nordeste e sudeste do país, incluindo Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro. Nesse trajeto, elabora desenhos, pinturas, aquarelas e outras composições artísticas. Ao retornar à Europa, re-elabora algumas imagens para litografá-las³⁵⁵, e disto advém uma das maiores críticas em relação à sua obra: a falta de fidelidade ao objeto, ao cenário, ao episódio representado. De acordo com Pablo Diener³⁵⁶, isto se dá principalmente com os desenhos acabados em todos os seus detalhes, compostos com maior rigor acadêmico. Para publicar seus desenhos, Rugendas utiliza seus esboços de forma indiscriminada, modificando cenas e detalhes, e submetendo-os a esquemas de composição em moda na época, que satisfaziam aos interesses europeus³⁵⁷.

Ainda assim, é possível vislumbrar nas paisagens de Rugendas o relevo brasileiro, a fauna, a flora, as construções em meio à vegetação, amoldadas ao relevo, subindo e descendo colinas, revelando características do modo de ocupação do lugar. Contudo, mais do que as casas, foi a vegetação o elemento que atraiu em maior grau a atenção do pintor:

“As florestas nativas constituem a parte mais interessante das paisagens do Brasil; mas também a menos

355 MORAIS, Rubens Borba de. “João Maurício Rugendas”. In: RUGENDAS, Johnn Moritz. *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo: Martins: Edusp, 1972, (sem numeração de página).

356 DIENER, Pablo. “O catálogo fundamentado da obra de J. M. Rugendas”. *Revista USP (Dossiê 30 – Brasil dos Viajantes)*: jun/jul/ago 1996. p. 53-4.

357 Idem, *ibid.*, p. 53-4.

*suscetível de descrição. Em vão procuraria o artista um posto de observação nessas florestas em que o olhar não penetra além de poucos passos; as leis de sua arte não lhe permitem exprimir com inteira fidelidade as variedades inumeráveis das formas e das cores da vegetação de que ele se vê envolvido.*³⁵⁸

Mas o artista caminha também pela cidade, registrando ruas e casas estreitas em suas telas e esboços. No Rio de Janeiro, Rugendas vê sobrados de dois, três e até quatro pavimentos, com duas ou três janelas na fachada principal (às vezes de rótula, outras vezes de vidro), implantados em ruas com calçamento de pedra.

A rua Direita do Rio de Janeiro aparece na obra de Rugendas com uma atmosfera europeia, movimentada, tumultuada, em oposição à imagem da mesma rua elaborada por Thomas Ender alguns anos antes, com a rua principal do Rio de Janeiro quase sem movimento e sem tumulto algum.

Em “Costumes do Rio de Janeiro”, Rugendas elabora a imagem de uma varanda cuja cobertura era formada por madeiras arqueadas, havendo ainda colunas de madeira e uma mureta cercado essa área da construção – imagem que parece imbuída da interpretação do artista.

Em “Costumes da Bahia”, outra varanda em frente a uma construção térrea. Enquanto o corpo principal da residência aparece coberto com telhas capa-canal, a varanda, murada, surge coberta com folhas de palmeira sustentadas por estacas de madeira, correspondendo a um acréscimo posterior à edificação da casa. Uma imagem talvez mais fiel à construção representada que a anterior.

Na cidade de Salvador, Rugendas retrata uma construção térrea de pau-a-pique e sapé, com uma porta e duas pequenas aberturas – com a função de janelas –, cercada por coqueiros, na gravura “Habitação de Negros”. Essa imagem evidencia a precariedade da construção, da habitação mais pobre.

358 RUGENDAS, *Op. cit.*, p. 9.

Na suposta passagem pelo Recife, Rugendas se depara com casas térreas e sobrados de dois pavimentos ladeando ruas sem calçamento, sem passeio, sem iluminação pública e sem árvores sombreando o caminho (embora existam palmeiras ao longo de certas ruas retratadas pelo pintor), que aparecem em imagens como “Venda em Recife”. Nesta última, observa-se uma grande varanda de madeira, acoplada à construção – como era comum no Rio de Janeiro antes da chegada da Corte.

A maior parte das paisagens urbanas registradas por Rugendas refere-se ao Rio de Janeiro. O pintor elabora várias vistas dessa cidade e de suas praias, nas quais o casario aparece por vezes ao longe, com seus telhados de duas ou de quatro águas; outras vezes espalhado ao longo da orla, como em “Bota-fogo”. São, contudo, as imagens tomadas das ruas as que melhor revelam características arquitetônicas do período.

Jean Baptiste Debret veio ao Brasil em 1816, acompanhando a Missão Artística Francesa de Le Breton, e aqui permaneceu até 1831, tendo participado do complicado processo de formação, estabelecimento e consolidação da Academia Nacional de Belas Artes.

Apesar de ser pintor de costumes, elabora diversas vistas da Baía do Rio de Janeiro. Da mesma forma que Rugendas, tem seu olhar atraído pela beleza e exuberância da vegetação e da natureza, registrando a imagem de algumas paisagens naturais do Brasil.

Porém, segundo José Mariano Filho, nem sempre o artista se mantém fiel ao que vê e observa. No que diz respeito à arquitetura, a “*documentação arquitetônica é fidedigna quando o artista estuda o elemento isoladamente*” – o que não acontece quando a arquitetura é empregada como elemento secundário de composição, como nos quadros e cenas de costumes³⁵⁹.

359 MARIANO FILHO, José. *Estudos de arte brasileira*. Rio de Janeiro: s. n., s. d., p. 169-70.

Mas enquanto os quadros de costumes apresentam comumente a arquitetura em seus aspectos internos, a arquitetura representada por Debret em seus aspectos externos está em consonância com aquela representada por Thomas Ender e Ruggendas, particularmente no que diz respeito à Corte.

O Rio de Janeiro registrado por Debret em suas pinturas e gravuras é a cidade das casas térreas e sobrados de dois e três pavimentos, com telhados de duas ou de quatro águas com cumeeira, beirais estreitos, rótulas remanescentes, janelas de vidro, sacadas de ferro, na maior parte das vezes ainda em estilo tradicional, outras vezes com algum detalhe neoclássico adicionado à fachada. É a cidade das ruas com calçamento e passeios de pedra, com lampiões junto às construções e, vez ou outra, um poste de iluminação; a cidade das ruas relativamente largas ou estreitas, sem exemplares arbóreos em seu percurso.

Evidentemente, nos três casos mencionados é preciso enfatizar, ainda outra vez, que se trata do olhar europeu (sobre a casa brasileira, sobre a rua, sobre a cidade do Brasil) e de formas de representação que não estavam isentas à moda, às técnicas, aos princípios artísticos do período. A fidelidade ao assunto representado não atinge o mesmo patamar da fotografia.

De qualquer modo, trata-se de registros, e portanto, de fontes documentais de grande importância para o estudo da arquitetura brasileira das primeiras décadas do século XIX; são retratos das casas térreas e dos sobrados de dois, três e quatro pavimentos implantados em ruas quase sempre sem calçamento, sem iluminação e sem arborização urbana. E coincidem com as descrições dos relatos de viagem e com as construções tradicionais remanescentes que aparecem nas fotografias da segunda metade do oitocentos – com uma ou outra alteração na fachada principal decorrente muitas vezes do processo de re-europeização do espaço urbano, dos gostos e costumes.

A casa na fotografia

Em maio de 1839, o *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro noticiou a descoberta de Daguerre em Paris. No ano seguinte, em 1840, o largo do Paço do Rio de Janeiro foi registrado em um daguerreótipo do abade Louis Compté³⁶⁰. Ainda na década de 1840 os jornais começaram a publicar anúncios de artistas que ofereciam serviços de daguerreotipia. Mas dos trabalhos dos primeiros fotógrafos instalados no Brasil restaram antes retratos de pessoas que imagens de paisagens³⁶¹. Foi principalmente a partir da segunda metade do século XIX que surgiram os fotógrafos paisagistas, efetuando retratos de edifícios públicos, igrejas e paisagens de cidades brasileiras – como Marc Ferrez, Augusto Stahl, Guilherme Gaensly e Militão Augusto de Azevedo.

Marc Ferrez foi um dos poucos fotógrafos que se dedicaram quase exclusivamente à paisagem, em uma época em que a atividade mais lucrativa era o retrato³⁶². Pode-se dizer que foi o fotógrafo do Rio de Janeiro por excelência, tendo fotografado vistas, panoramas, ruas e casas, os arredores da cidade, as construções junto à orla.

Outros fotógrafos que merecem destaque quando se considera o registro do espaço urbano do Rio são Revert Henrique Klumb e Juan Gutierrez. O primeiro, alemão, tendo chegado ao Brasil na década de 1850, tornou-se fotógrafo de Suas Majestades Imperiais e da Academia Imperial de Belas-Artes. Klumb fotografou vários aspectos do Rio de Janeiro e de Petrópolis, onde se instalou definitivamente em 1859³⁶³. São de sua autoria as imagens do Passeio Público anteriores às modificações pro-

360 KOSSOY, Boris. *Origens e expansão da fotografia no Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1980. p. 14.

361 v. FERREZ, Gilberto. *Bahia: velhas fotografias, 1858-1900*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1988. p. 11.

362 FERREZ, Gilberto. *A fotografia no Brasil*. Rio de Janeiro: FNA: FNPM, 1985. p. 68.

363 Idem, *ibid.*, p. 26.

postas por Glaziou. Juan Gutierrez, espanhol, tornou-se conhecido pela cobertura que fez da Revolta da Armada, em 1893³⁶⁴. Gutierrez também produziu várias imagens do Rio de Janeiro oitocentista.

No Recife, dois fotógrafos se destacaram na produção de imagens de casas e ruas desse período: Augusto Stahl e João Ferreira Vilela. Stahl, da mesma forma que Marc Ferrez, foi fotógrafo paisagista. Chegou ao Recife em 1853, onde permaneceu por sete anos, fotografando vistas, a chegada do Imperador (em 1859), as antigas pontes de madeira e diversas ruas com seus altos sobrados, como a rua da Cruz (posteriormente denominada rua do Bom Jesus) e a rua do Crespo. João Ferreira Vilela era pernambucano. Estabeleceu-se no Recife em 1855, trabalhando com imagens em vidro, em papel, em pano encera-do e com outros tipos de retrato³⁶⁵. Além disso, Vilela retratou vistas de bairros e edifícios do Recife, deixando um importante trabalho para o estudo da cidade, da paisagem urbana e de suas construções.

Muitos fotógrafos passaram também por Salvador, registrando aspectos significativos dessa cidade em transformação. Dentre eles, pode-se mencionar Benjamin Mulock, Guilherme William Gaensly e R. Lindemann.

Em 1860, Benjamin Mulock fotografou o primeiro grande panorama da cidade de Salvador, com seus sobrados de três e de quatro pavimentos, cobertos por telhados de duas águas e situados junto ao mar. Nas encostas, bananeiras e extensos muros de arrimo. As construções subiam os morros, acompanhando a topografia e criando um jogo de volumes de fachadas e telhados que se destacavam na paisagem. Na cidade baixa, era possível observar construções precárias. Outra imagem de 1860 retrata a alameda de dendezeiros na calçada do Bonfim, com as construções em meio à vegetação. A fotografia da rua Nova do

364 FERREZ, *Op. cit.*, p. 96.

365 Idem, *ibid.*, p. 145.

Comércio (1860) apresenta construções de três, quatro e cinco pavimentos, erguidas no alinhamento.

A ladeira de São Bento, o teatro São João, o paço municipal. Ruas, edifícios e paisagens atraíram o olhar do fotógrafo. Comparando-se as imagens feitas no período de 1860 a 1880, é possível constatar mudanças na paisagem: alterações na fachada dos edifícios, a introdução de recuos e do jardim frontal, os trilhos de fenda para circulação de bondes e o princípio da arborização urbana – com as árvores plantadas diretamente nas ruas e não ao longo dos passeios.

Guilherme Gaensly, suíço, esteve no Brasil entre 1865 e 1885, destacando-se entre os fotógrafos que retrataram a Bahia no século XIX. Em 1885, fotografou a rua Nova da Princesa, ou rua Portugal, registrando nessa imagem construções de dois pavimentos erguidas no alinhamento. Na rua, observa-se o trilho dos bondes. Em outras imagens, Gaensly registrou construções com traços neoclássicos, demonstrando a influência estrangeira e o prenúncio do Ecletismo na Bahia.

Rodolfo Lindemann fotografou o corredor de Vitória, em Salvador, nas proximidades do largo da Vitória – bairro da elite baiana e de estrangeiros. Essa imagem registra o emprego de plantas tropicais – como cactos e palmeiras – no jardim frontal das residências mais ricas, precedendo o jardim moderno, caracterizado pela utilização de plantas nativas e tropicais. Em relação à arquitetura, demonstra a influência externa (europeia) na composição das fachadas. As ruas, asfaltadas, apresentavam trilhos de fenda por onde começavam a passar os bondes ainda em fins do século XIX. Para o estudioso da arquitetura baiana do oitocentos e para o estudioso de jardins, a imagem é bastante reveladora.

Militão Augusto de Azevedo foi o fotógrafo das paisagens paulistanas. Realizou uma série de fotografias de ruas da capital paulista em 1862 e repetiu a mesma sequência em 1887. A análise comparativa dessas imagens demonstra as transformações

pelas quais passou a cidade de São Paulo em tão curto espaço de tempo – cerca de vinte e cinco anos. A rua do Rosário, a rua do Comércio, a rua da Quitanda e a rua da Glória fazem parte dessa série de imagens de caráter documental. Além destas, há vistas e panoramas da cidade de São Paulo que apresentam características da paisagem e da arquitetura do período – os telhados de duas águas, os largos beirais indicando o emprego da taipa, a predominância de casas térreas e sobrados de dois pavimentos.

O registro por meio de imagens fotográficas de casas, ruas e avenidas, bairros, vistas e panoramas da cidade brasileira revela, por um lado, o olhar do fotógrafo (brasileiro ou estrangeiro); por outro lado, evidencia detalhes das construções e dos espaços livres de edificação em determinado momento, comprovando ou contradizendo os relatos de viagem, as pinturas dos viajantes, os anúncios de jornal.

Para o estudo da arquitetura e do espaço urbano de épocas anteriores, a fotografia de paisagens e de cenas urbanas apresenta um valor documental bastante acentuado. Embora não permita a visualização dos espaços internos das construções, retrata algumas de suas características externas e sua relação com outras construções, com os espaços livres e com o entorno.

Os fotógrafos paisagistas do século XIX deixaram como herança cultural imagens de elevado valor histórico para o estudo da arquitetura brasileira do período.

Rio de Janeiro

Segundo as imagens fotográficas, no Rio de Janeiro de meados do século XIX eram comuns os sobrados de dois e três pavimentos, havendo um ou outro sobrado de quatro pavimentos e casas térreas. Diferentemente de outras cidades brasileiras onde predominavam os telhados de duas águas, no Rio de Janeiro havia também muito telhado de quatro águas com cumeeira.

Boa parte das coberturas possuía beiral, mas já eram correntes as platibandas. Via-se também muita janela envidraçada com sacadas de ferro e praticamente não havia remanescentes das janelas de rótula e muxarabis – ou pelo menos estes não eram captados pelas lentes dos fotógrafos paisagistas.

Se por um lado predominavam as construções em estilo tradicional, por outro lado tornavam-se comuns as construções com detalhes neoclássicos adicionados à fachada, como pilastras greco-romanas, frisos, frontões triangulares e arcos plenos nas janelas.

As casas térreas do Rio de Janeiro normalmente possuíam uma porta e duas janelas, e os sobrados, três janelas no pavimento superior e três portas no térreo – existindo sobrados com a fachada um pouco mais larga, comportando quatro ou cinco janelas no pavimento superior.

Em meados do século XIX, era possível encontrar, no Rio de Janeiro, jardins laterais junto às residências, cercados por muros baixos e grades, onde vez ou outra se notava a presença de palmeiras. Boa parte das ruas do Rio – ou das ruas fotografadas – possuía calçamento, passeio e iluminação pública. Algumas das mais importantes eram arborizadas.

Em fins do oitocentos, a platibanda tornou-se elemento tão comum quanto os beirais nos sobrados, assim como o telhado de quatro águas com cumeeira passou a concorrer em número com o telhado de duas águas e empenas laterais. As construções com detalhes neoclássicos na fachada passaram a ser tão usuais quanto as construções com fachada em estilo tradicional, chegando mesmo a predominar em algumas ruas da cidade.

Difundiam-se o chalé e o palacete; e com esses novos tipos de habitação, difundia-se o jardim, particularmente o jardim lateral. Na imagem de Marc Ferrez da rua São Clemente, de 1870, aparecem vastos jardins com palmeiras ao lado das construções. Outra imagem elaborada por esse mesmo fotógrafo, intitulada “Rua das Laranjeiras” (1887), apresenta grandes áreas

ajardinadas junto às construções, nos recuos lateral e frontal, onde se observa novamente a presença de palmeiras. No espaço público, aparecia com mais frequência a árvore urbana – tanto nas ruas principais como junto à orla, pontuada de árvores e também de palmeiras.

A análise comparativa dessas imagens (de meados do século XIX e de fins do oitocentos) demonstra a consolidação das mudanças na arquitetura, na forma de implantação das casas e no espaço urbano: a platibanda concorrendo com os antigos beirais; o estilo tradicional com o neoclássico; o sobrado erguido no alinhamento passando a ser preterido em relação aos chalés e palacetes ajardinados; e a rua confirmando seu novo *status*, sendo calçada, iluminada e arborizada. Tudo isso registrado por meio da fotografia.

Recife

Nas imagens fotográficas do Recife de meados do século XIX (até por volta de 1870), aparecem muitos sobrados de quatro pavimentos, vários de três e de cinco andares, alguns de dois pavimentos e algumas casas térreas. Embora mais raros, foram localizados também os sobrados de seis pavimentos mencionados por Gilberto Freyre, com o sexto andar formando um bloco um pouco recuado em relação à fachada principal.

O predomínio no Recife era de telhados de duas águas com beirais – não obstante a existência de algumas construções com platibanda nesse período. A maior parte das janelas era envidraçada, sendo possível no entanto encontrar exemplares dos antigos muxarabis em algumas das fachadas principais. Estas se apresentavam, em sua maioria, no estilo tradicional, sendo poucas as construções com detalhes neoclássicos.

Nos sobrados, predominavam entre duas e três janelas no pavimento superior e entre duas e três portas no térreo, existindo exemplares desses edifícios com número maior de portas e janelas – estas últimas podendo chegar ao número de sete.

Poucas vezes aparece a imagem do jardim nas fotografias do Recife. Situado em pátios circundados pelas construções, não era visualizado a partir da rua. Aqui e ali sobressaíam palmeiras e coqueiros junto às residências urbanas.

Parte das ruas já era calçada por esses tempos (algumas possuíam calçamento de pedra); outra parte – considerável – ainda estava por calçar. Em um caso ou no outro, era figura constante o passeio nas laterais junto às construções. A iluminação pública era feita por meio de lampiões pregados à fachada dos edifícios – à maneira de arandelas. Essas ruas eram geralmente mais largas que as ruas de São Paulo ou do Rio de Janeiro, mas ainda não se viam árvores ao longo dos passeios.

As imagens de fins do século retratam, da mesma forma, casas térreas e sobrados de até cinco pavimentos com telhados de duas águas – parte destes com platibanda na fachada substituindo os antigos beirais. Os muxarabis haviam se tornado exceção; e, ao lado das construções em estilo tradicional, passaram a ser comuns as fachadas com detalhes neoclássicos. Permaneceu a fachada estreita, com duas ou três janelas, sendo ainda raras as construções com número maior de aberturas.

As ruas de fins do século XIX eram cobertas com paralelepípedos; os lampiões haviam sido substituídos por postes de iluminação, e alguns espaços públicos – como a rua do Imperador, o Largo do Livramento e a área ao longo do Cais – já estavam arborizados.

Enquanto as ruas e áreas públicas recebiam uma atenção maior dos governantes, com melhorias urbanas de evidente influência europeia, nas construções as mudanças muitas vezes ficavam restritas a um ou outro detalhe da fachada. Mas tudo contribuía para a transformação da paisagem recifense.

Salvador

Em Salvador, havia muito sobrado de três e de quatro pavimentos em meados do século XIX e alguns locais eram

marcados por panos de sobrados de cinco andares. Havia ainda construções de dois pavimentos e casas térreas – não sendo localizadas nas imagens edificações com seis andares como no Recife. A maioria desses altos sobrados possuía sótão sob os telhados de duas águas com beirais estreitos.

Se no Recife de meados do século XIX havia alguns muxarabis remanescentes, em Salvador restaram gelsias e persianas do período anterior em meio às janelas envidraçadas, então prevaletentes. Eram raras as fachadas com detalhes neoclássicos nesses sobrados, quase sempre com três ou quatro janelas no pavimento superior e três ou quatro portas no térreo (um pouco mais largos, portanto, que os do Recife).

As casas térreas, por sua vez, possuíam comumente apenas uma porta, variando o número de janelas: uma, duas, três, quatro janelas, de acordo com a dimensão da fachada.

Enquanto no Recife o jardim não era visualizado a partir da rua, em Salvador era possível encontrar, na segunda metade do século XIX, jardins com grades em frente às construções e jardins com muros ou cercas ao lado e atrás das casas. Nas áreas ajardinadas, sobressaíam palmeiras, bananeiras e cactos.

As ruas de meados do século em Salvador eram em parte calçadas, em parte sem calçamento; às vezes com passeio, outras vezes sem passeio para o pedestre; às vezes com iluminação pública, outras vezes sem iluminação; às vezes estreitas, outras vezes um pouco mais largas. De qualquer modo, não eram arborizadas.

Nas imagens de fins do século, continuavam comuns as casas térreas e os sobrados de até cinco pavimentos, com sótão, beirais, janelas de vidro, sacadas de ferro no primeiro pavimento e três ou quatro janelas na fachada. Entretanto, um outro tipo de habitação começava a atrair o olhar dos fotógrafos: o palacete.

Em 1870, Guilherme Gaensly fotografou dois palacetes com detalhes neoclássicos na fachada, situados no Campo Grande (antigo Campo da Cidade). Um desses palacetes era térreo

e o outro, um sobrado de três pavimentos. Ambos tinham a empena voltada para a rua, à maneira dos chalés, e possuíam um jardim frontal, cercado por grades, com palmeiras de espécies variadas e alguns pinheiros. A rua onde estavam implantados não possuía nem calçamento nem passeio – era uma rua de terra. Ainda assim, havia postes de iluminação nesse espaço público, em frente às construções.

Além desses palacetes, existiram outros, com detalhes neoclássicos ou ecléticos, com ou sem jardim frontal ou lateral, implantados nesse mesmo bairro, fotografado por Gaensly e Lindemann. Em contraposição, esses fotógrafos registraram a existência de “palhoças de pescadores” – ou mucambos – no Morro do Ipiranga, em Salvador.

Em fins do século, o jardim frontal já havia se tornado elemento comum na paisagem, especialmente nos bairros mais ricos, como o subúrbio de Vitória, fotografado por Rodolpho Lindemann, em imagem que comprova o emprego de vegetação tropical nas áreas ajardinadas anterior à difusão do modernismo.

Uma imagem clássica da cidade de Salvador oitocentista é a da Ladeira de São Bento – registrada várias vezes e por diversos fotógrafos. Na imagem de autoria de Marc Ferrez, datada de 1885, aparecem áreas ajardinadas em frente às construções (sobrados de dois e três pavimentos), separadas por grades – lote a lote –, com um pequeno muro à frente. Nessas grades, estendiam-se roupas ao sol. No espaço público, estacas de madeira indicavam o plantio de árvores alinhadas junto ao leito carroçável. Difundia-se a arborização urbana e consolidava-se o processo de calçamento e iluminação das ruas de Salvador.

São Paulo

A análise das imagens produzidas por Militão Augusto de Azevedo em 1862 demonstra que a paisagem urbana da cidade de São Paulo em meados do século era composta, predominan-

temente, por casas térreas e sobrados de dois pavimentos, quase sempre com telhados de duas águas. Havia poucos sobrados de três pavimentos e um único sobrado de quatro pavimentos (erguido pelo comerciante Domingos de Paiva em 1854), que aparece na fotografia intitulada “Rua das Casinhas”. Segundo Pedro Côrrea do Lago, era “*o prédio mais alto de São Paulo na época*”³⁶⁶.

A maior parte dos edifícios apresentava largos beirais, mas já havia edificações com platibanda. As janelas eram envidraçadas, existindo alguns remanescentes de janelas de rótula; a maior parte não possuía sacada mesmo no pavimento superior – quando apareciam, eram de ferro.

As construções apresentavam feitiço tradicional, com uma ou outra exceção com detalhes neoclássicos na fachada. As casas térreas possuíam de uma a cinco janelas na fachada ou de uma a quatro portas – o número maior de portas indicando a existência de venda ou negócio junto à rua. Nos sobrados, o número de janelas do pavimento superior variava de dois a cinco, e o número de portas no térreo ficava entre um e três.

Poucas vezes as áreas ajardinadas de uso particular (normalmente atrás de muros, onde vez ou outra se destacavam palmeiras e bananeiras) aparecem nas imagens de Militão Augusto de Azevedo – a não ser nas chácaras, como na Chácara do Charpe, que possuía uma grande área ajardinada com palmeiras e bananeiras; na Chácara do Loskiell, onde o “jardim-hortapomar” ficava em frente à construção; ou na chácara do Senhor Jaby, onde as áreas ajardinadas eram marcadas por palmeiras.

Grande parte das ruas da cidade de São Paulo nesse período era estreita, sem calçamento, sem iluminação pública e sem arborização. Mas sempre com passeios nas laterais, junto às casas, ainda que fosse um passeio bastante rudimentar – às vezes até mesmo de terra.

366 LAGO, Pedro Corrêa do. *Militão Augusto de Azevedo. São Paulo nos anos 1860*. Rio de Janeiro: Marca d'Água, 2001. p. 66.

As imagens de 1887 indicam um aumento no número de sobrados de dois e de três pavimentos (embora mais raros). O predomínio continuava a ser dos telhados de duas águas com beirais, mas aumentava o número de construções com platibanda. As janelas com sacadas de ferro nos sobrados permaneciam menos comuns que as janelas sem sacada. Havia mais construções com detalhes neoclássicos na fachada em meio às antigas construções em estilo tradicional – ainda numerosas. Em algumas imagens aparecem residências ecléticas e chalés, denotando a difusão de novos estilos arquitetônicos e novas formas urbanas de morar.

Nessa época, muitas ruas da cidade já haviam sido calçadas, possuíam passeios de melhor qualidade e iluminação pública. Entretanto, continuavam estreitas e sem arborização – exceção feita a algumas vias, como a rua João Alfredo (antiga Ladeira do Palácio), que aparece arborizada em uma das imagens das últimas décadas do oitocentos.

No caso da cidade de São Paulo, a influência dos imigrantes (além de outros fatores) contribuiu sobremaneira para a transformação da paisagem urbana de fins do século XIX. A cidade de 1887 apresenta mudanças profundas em relação à cidade de 1862 – ambas fotografadas por Militão Augusto de Azevedo. Isso avaliando-se as ruas mais importantes e mais conhecidas da cidade. As transformações dos bairros mais afastados, ocupados pelas pessoas mais simples, e seus problemas urbanos não foram retratados pelo fotógrafo.

* * *

Apesar de muitas vezes parecer similar a descrição das casas urbanas do Rio de Janeiro, Recife, Salvador e São Paulo, a fotografia revela diferenças em seus aspectos externos. Os beirais, por exemplo, eram mais largos em São Paulo do que no Rio de Janeiro, em Recife ou em Salvador, em virtude do emprego da taipa de pilão; as construções com cunhais de pedra eram mais comuns nas cidades litorâneas; nas fotografias do Recife

da segunda metade do século XIX, observam-se remanescentes de muxarabis, que não eram muito comuns em São Paulo, onde era mais frequente a janela de rótula; as sacadas de ferro ou de madeira e muxarabis aparecem em maior número nas imagens de cidades onde o sobrado alcançava três, quatro, cinco e até seis pavimentos, cidades mais verticalizadas, com a frente das construções mais estreita.

As diferenças de materiais e de técnicas construtivas e mesmo de modos de vida resultaram em variações arquitetônicas talvez mais na fachada que na forma de distribuição interna dos cômodos. A sobreposição de um número diverso de pavimentos resultou em paisagens urbanas ora mais verticais, ora mais horizontais. A forma do relevo – às vezes mais plano, outras vezes mais inclinado – e as variações hidrográficas conferiram, do mesmo modo, peculiaridades às paisagens da cidade brasileira.

O fotógrafo paisagista do século XIX retratou paisagens naturais, culturais e urbanas. Registrou as cenas e os cenários que atraíram seu olhar, buscando o melhor ângulo, o melhor enquadramento, a melhor composição, os lugares que ele desejou documentar para a posteridade. Embora não seja possível ter uma ideia das imagens da cidade que ele não captou em suas lentes, por meio do olhar do fotógrafo tem-se ao menos uma noção de como era a cidade de Salvador com seus altos sobrados junto ao mar; de como eram as antigas ruas do Recife, ladeadas por sobrados de três, quatro e cinco pavimentos; de como era o Rio de Janeiro dos chalés e das construções com detalhes neoclássicos na fachada; e de como era a cidade de São Paulo das ruas de terra, calçadas de terra, casas de terra socada, cobertas com telhas de barro, do tipo capa-canal. A casa variando de acordo com o olhar, com o lugar, com o período histórico; registrada e datada por meio da fotografia de paisagens urbanas.

Plantas, cortes, elevações e outros desenhos de casas

Foi talvez Vauthier um dos viajantes a registrar com maior número de detalhes um sobrado brasileiro do século XIX, por

meio de textos explicativos e desenhos de planta, corte e fachada. Tratava-se, neste caso, de um sobrado recifense.

Antecedendo as análises tipo-morfológicas em cerca de um século, antes de abordar o edifício propriamente dito, Vauthier estabelece relações entre a casa e a quadra, entre a casa e a rua:

“As quadras na cidade brasileira dividem-se em um grande número de habitações interdependentes. Seja por tradição da mãe-pátria, seja por necessidade de construção local, essas habitações são estreitas e longas. Cada casa ocupa sobre a rua apenas uma largura de 5 a 8 metros; as que ultrapassam essa dimensão constituem fenômenos. (...)

Vedes todos esses retângulos, paralelogramos ou trapézios? Cada um deles representa uma casa.”³⁶⁷

As quadras possuíam desenho irregular e variado; as ruas eram estreitas e tortuosas e do mesmo modo irregulares – ora se alargavam, ora se estreitavam. Para essas ruas, davam as fachadas estreitas e altas dos sobrados implantados em lotes igualmente estreitos e compridos. Tudo relacionado: o lote estreito à fachada estreita; as quadras de traçado e desenho irregular à irregularidade das ruas. A planta da casa também, estreita e comprida, acompanhando o lote:

“(...) que serão essas construções alongadas, que não recebem ar e luz senão pelas extremidades? (...)

Uma sala na frente, uma sala nos fundos; comunicando-se a cada uma dessas peças, há uma ou duas alcovas fechadas por meio de portas envidraçadas; entre esses dois grupos, um corredor, mais ou menos comprido, de onde parte a escada e para onde dão, às vezes, diversos cubículos sem iluminação. Tal é a disposição geral dos andares acima do rés-do-chão.”³⁶⁸

367 VAUTHIER, *Op. cit.*, p. 33-4.

368 Idem, *ibid.*, p. 37-9.

Vauthier entra na casa brasileira para descrevê-la. Observa não apenas a disposição dos cômodos, encarreirados, mas os modos e costumes dos moradores e o mobiliário, simples e escasso, composto basicamente por mesas, canapés, cadeiras e pela rede pendurada na parede por meio de ganchos – de clara influência indígena. Aliás, nessa casa, notam-se três influências: a do negro, a do índio e a do branco. A porta da rua aberta, o negro de chapéu de palha, a sala de visitas na frente da residência, a escassez de mobiliário, o assento de palhinha, a rede, a alcova, escravas sentadas ao chão sobre esteiras, fazendo renda, o doce tirado da tigela, a cozinha com fogão de tijolos e um forno de assar bolos³⁶⁹. Uma mistura de culturas em uma única morada – brasileira –, anterior ao processo de re-europeização, que cobriu a casa de adornos e objetos da França, da Inglaterra e de outros países da Europa, descaracterizando essa casa resultante dos três primeiros séculos de colonização.

O engenheiro observa ainda “*o emprego quase exclusivo de tijolos na obra de alvenaria*” e a disposição simples do vigamento do telhado, com as traves horizontais repousando sobre as duas empenas da construção³⁷⁰.

Deste sobrado, não considerado um dos mais opulentos da cidade, Vauthier apresenta três plantas, um corte e a fachada principal.

Na planta do pavimento térreo (ou rés-do-chão), aparecem um “vestíbulo” junto à entrada, um corredor estreito que levava ao pátio e à cocheira, um dormitório para escravos junto à rua, um quarto de hóspedes junto ao pátio e, entre eles, alcovas sem luz direta e a escada que dava acesso ao primeiro pavimento (ou primeiro andar). Neste, havia uma sacada ao longo de toda a fachada principal, junto à sala de frente, que possuía uma alcova e ligava-se à sala posterior (onde havia outra alcova), por um estreito corredor; entre as salas, a escada que dava

369 VAUTHIER, *Op. cit.*, p. 39.

370 Idem, *ibid.*, p. 43-44.

acesso ao sótão, onde se encontravam a sala de jantar (ou varanda), a copa, a cozinha e o quarto de engomar. O corte mostra a circulação vertical, feita por meio das escadas, o sótão junto à cobertura, o telhado de duas águas com travejamento simples e a divisão interna da casa, com um lado próximo à rua composto por áreas mais sociais e um lado próximo ao pátio, composto por áreas mais íntimas. Na fachada principal, uma composição quase simétrica: uma porta no térreo com uma janela de cada lado, três portas-janela no pavimento superior, abrindo-se para a sacada e, acima, uma cobertura alta, correspondendo à área do sótão.

Além dos desenhos dessa residência, Vauthier apresenta a planta do pavimento térreo e a planta do primeiro pavimento de um sobrado que pertencia a um homem rico e “*bem educado*”, que conhecia a Europa e falava um pouco de francês e de italiano³⁷¹. Nesta casa, o “vestíbulo” ocupava toda a extensão da fachada no térreo, sendo seguido por um quarto de serviço e pela escada que dava acesso ao pavimento superior. Atrás destes, localizavam-se o dormitório dos escravos e do cocheiro e um corredor que levava ao pátio onde ficava a cocheira. Depois do pátio, Vauthier assinala a existência de um jardim.

No pavimento superior, havia uma sala de recepções, com duas alcovas, que dava para a rua e ligava-se à sala de jantar, também com duas alcovas, por meio de um estreito corredor junto à escada, que garantia o acesso a outros dois compartimentos sem janelas.

Embora não tenha representado em planta o segundo e o terceiro pavimentos, nem o sótão, Vauthier observa o seguinte em relação a estes:

*“(...) o segundo e o terceiro são exatamente a repetição do primeiro e o sótão adapta-se à mesma disposição.”*³⁷²

371 VAUTHIER, *Op. cit.*, p. 44.

372 *Idem, ibid.*, p. 44.

Em relação ao segundo andar, registra a existência de uma sala de visitas, de um quarto de dormir, de alcovas, de um corredor e de um escritório; em relação ao terceiro, menciona o quarto das crianças, uma sala de jantar, alcovas, outro corredor e a copa³⁷³. O engenheiro não faz referência aos compartimentos do sótão.

As imagens apresentadas por Vauthier representam o sobrado estreito e magro do Recife, com o térreo destinado aos escravos; o primeiro pavimento (local de maior permanência do homem) subdividido em uma área mais social, junto à rua, e uma área mais íntima, dando para o pátio, quintal ou jardim; o sótão ou os andares mais altos ocupados pelas mulheres e correspondendo também à área de serviços e ao local das refeições familiares. Quanto mais distantes da rua (no sentido vertical ou horizontal), maior a intimidade dos ambientes da casa.

Jean Baptiste Debret, em *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, apresenta, da mesma forma, plantas e elevações da casa brasileira – uma casa pequena do Rio de Janeiro, uma casa de chácara, um sobrado urbano com sete janelas na fachada principal e uma “*grande casa de campo*”, segundo a definição que emprega.

Sobre as casas térreas contíguas, Debret afirma serem habitadas por uma única família e, em geral, estreitas e profundas. Compunham-se de um rés-de-chão e, vez ou outra, de um sótão. Um corredor conduzia à sala de jantar, à cozinha e aos aposentos para os escravos domésticos; a sala de visitas dava para a rua (como o sótão) e a esta se seguiam os quartos de dormir ou alcovas³⁷⁴. Debret registra ainda a existência de um jardim atrás da construção, e, no fundo do lote, a presença da estrebaria. Na fachada, demonstra por meio de seus desenhos a falta de simetria e representa o telhado com as terminações à maneira oriental.

373 VAUTHIER, *Op. cit.*, p. 42.

374 DEBRET, *Op. cit.*, p. 306.

A casa de chácara também possuía um primeiro andar além do rés-do-chão – “*luxo já notável nessas modestas habitações rurais que são, em geral, simplesmente térreas*”³⁷⁵.

A casa de chácara desenhada por Debret possuía uma varanda (uma espécie de alpendre) junto à entrada, onde existia um pequeno oratório. Passando-se a varanda, entrava-se na sala de visitas, que era ladeada por dois quartos com janelas, destinados aos “*senhores da casa*”; à sala de vistas, seguiam-se a sala de jantar, um pátio interno à construção e um corredor de serviço ligado à cozinha e à copa; em torno do pátio interno, localizavam-se as alcovas e, nos fundos da construção, um quarto para os negros doentes. Atrás da casa, havia outro pátio e, ao redor da construção, áreas ajardinadas com palmeiras. A varanda precedendo a entrada, o pátio interno, o pátio externo e as alcovas caracterizando esse tipo de habitação. A elevação revela, mais uma vez, a influência oriental no telhado.

A residência urbana com sete janelas na fachada principal possuía no térreo um “vestíbulo” (onde, segundo Debret, era “*guardada a carruagem*”), uma escada que dava acesso ao primeiro pavimento, selaria, estrebaria, um armazém (ou depósito) e um quarto para os negros. No pavimento superior ficavam a sala de visitas e o “*quarto dos senhores*”, seguidos por outros quartos, alcovas e por um gabinete envidraçado (ou escritório), com claraboia. Corredores estreitos ligavam essas áreas à sala de jantar e, nos fundos da construção, localizavam-se a cozinha, a copa e o quarto dos negros.

A casa de campo mencionada por Debret correspondia, segundo ele, a um exemplo da “*mais nobre construção de uma antiga residência rural, bem diferente das mais belas chácaras do Brasil*”³⁷⁶. Situava-se, contudo, no “*arrabalde de Mata Porcos*”, ao pé das montanhas da Tijuca – a meio caminho do campo e da cidade. Pertencendo ao bispo do Rio de Janeiro, era sede episcopal no momento da visita do pintor³⁷⁷.

375 DEBRET, *Op. cit.*, p. 306.

376 Idem, *ibid.*, p. 308.

377 Idem, *ibid.*, p. 310.

A entrada dessa construção era precedida por uma escadaria. No centro do edifício havia um amplo “vestíbulo”, circundado por um gabinete, uma sala de recepção, uma secretaria e dois quartos. Uma extensa varanda conduzia à capela, depois da qual existia um jardim. Mais uma vez observa-se a influência oriental na cobertura do corpo principal da edificação.

Enquanto um Vauthier, engenheiro, e um Debret, pintor, representam a casa brasileira por meio de plantas, cortes e elevações, uma viajante inglesa como Maria Graham elabora desenhos bem mais simples de construções urbanas e semiurbanas, na qualidade de amadora. Ao retornar à Inglaterra, Edward Finden cria gravuras a partir de alguns de seus esboços, para ilustrar seu *Diário de viagem*.

Apesar da simplicidade e fragilidade do traço, e dos erros de perspectiva e de composição que se percebem nos desenhos a lápis, essas imagens apresentam detalhes da arquitetura brasileira das primeiras décadas do século XIX, como se observa em “A porta norte do Recife” (da varanda da casa do Sr. Stewart), em que foram representados detalhes das casas de dois, três e quatro pavimentos do Recife, com seus telhados de duas águas, suas áreas avarandadas e seus muxarabis. Muitas vezes as construções aparecem em meio à vegetação ou em meio a jardins, como em “Larangeiras”, “Rua do Catete” e “O Rio visto do Outeiro da Glória”. O Rio de Janeiro nos desenhos de Maria Graham é retratado com sobrados de dois pavimentos e casas térreas entre bananeiras e coqueiros, enquanto as imagens do Recife apresentam construções mais altas, de até quatro pavimentos.

Esses desenhos são simples, quase sempre feitos a lápis – algumas vezes Graham trabalha com pinturas em sépia –, mas demonstram o olhar curioso da viajante inglesa e a intenção de registrar características da paisagem brasileira, da cidade brasileira e da arquitetura do Brasil para apresentar a seus conterrâneos.

Ainda que não possuam o nível de detalhamento de um desenho técnico, revelam traços da arquitetura e aspectos da casa brasileira e dos espaços livres junto à residência urbana e semiurbana. Se por um lado a ausência de técnica limita a verossimilhança em relação ao objeto representado, por outro lado, o menor rebuscamento compositivo torna o desenho mais fidedigno ao modelo original.

A análise dos desenhos de planta, corte e fachada ou mesmo dos esboços feitos a lápis por esses viajantes não contradiz, ao contrário, confirma e reforça as descrições da casa brasileira que constam em seus relatos de viagem. O texto muitas vezes explica o desenho e o desenho clarifica o texto, dando uma noção mais aproximada de como eram as construções nas primeiras décadas ou quase em meados do século XIX, antes da difusão da fotografia.

A casa brasileira nesses desenhos, afora um ou outro detalhe arquitetônico, uma ou outra diferença na forma de distribuição interna, uma ou outra variação na forma de ocupação dos espaços livres e no emprego de pátios, átrios, varandas e alpendres, é a casa que aparece retratada em parte das imagens fotográficas da segunda metade do século XIX, que aparece descrita em outros relatos de viagem, e que aparece nos anúncios de jornal; tratando-se, evidentemente, de tipos habitacionais que se repetem com variações e não de modelos repetidos sem quaisquer alterações na fachada, na planta ou nos materiais construtivos. Surge exemplificada e tipificada com o intento de transmitir ao observador uma noção da casa brasileira do período.

Outras cidades brasileiras

As dificuldades de comunicação e transporte, as dimensões continentais do país e a importância de determinados portos junto à costa leste do Brasil explicam, ao menos em parte, o número reduzido de imagens (desenhos, gravuras e fotografias) de cidades situadas ao norte, ao sul e a centro-oeste do país, nas quais aparece a casa brasileira do século XIX.

Se em relação ao Rio de Janeiro, Recife, Salvador e São Paulo, foram muitas as imagens produzidas nesse período, não se pode dizer o mesmo no que diz respeito à maior parte das cidades brasileiras, apenas eventualmente retratadas – com algumas exceções. Ainda assim é possível constatar, por meio de uma análise comparativa dessas raras imagens, as transformações da casa e da cidade brasileira ao longo do oitocentos.

Albert Frisch esteve em Manaus em 1865, retratando grupos de residências, predominantemente térreas, algumas das quais ainda cobertas de palha, à semelhança dos mucambos. Os sobrados, mais raros, aparecem com uma fachada extremamente simples, com três ou quatro janelas no pavimento superior e cobertura de duas águas. Entre esses grupos de construções às vezes não se nota sequer a existência de ruas (muito menos de vias calçadas, iluminadas ou arborizadas), fazendo lembrar as observações do viajante que esteve na cidade em 1859: “As ruas da cidade, se é que se pode falar de ruas ou duma cidade, consistem em meros lanços, términos, esquinas e interrupções”³⁷⁸. De fato não há ruas propriamente ditas em algumas áreas da cidade retratadas por Frisch.

Em “Vista urbana da cidade de Manaus”, também de autoria de Albert Frisch, observa-se uma ponte junto à qual aparecem alguns postes de iluminação e árvores em fase de crescimento (recém-plantadas no espaço público). A rua apresenta um calçamento rudimentar (recoberto pela vegetação) e passeios estreitos em frente às casas, sem regularidade alguma. As construções são térreas, quase sempre com telhados de duas águas; algumas têm paredes de taipa de mão. Palmeiras e árvores de grande porte completam a paisagem urbana conformada pelas construções e pelos espaços livres.

Nas imagens de Manaus de 1875, elaboradas por um fotógrafo anônimo, essa paisagem ainda não aparece transformada. Casas térreas de taipa de mão, cobertas com telhados de duas

378 AVÉ-LALLEMANT, *Op. cit.*, p. 101.

águas (algumas vezes com telhas do tipo capa-canal), podem ser vistas em meio à vegetação, onde se sobressaem algumas árvores e palmeiras. Junto às construções, é constante a figura do jardim, muito simples, cercado por estacas de madeira.

É de fato nas fotografias de 1890, de autoria de George Huebner, que a paisagem urbana de Manaus surge alterada de modo significativo. O contraste entre as imagens de 1865 e de 1890 é notável. Nestas últimas, além das casas térreas e dos sobrados de dois pavimentos, foram retratados sobrados de três pavimentos e construções com detalhes neoclássicos e ecléticos na fachada. Essas imagens registram as alterações da casa (em seus aspectos externos) e da rua – que nesse momento estava sendo calçada, iluminada e arborizada. Palmeiras marcam presença no espaço público, denotando a mistura do tropical com o europeu das construções.

As imagens da Belém do oitocentos, da mesma forma que as de Manaus, são raras em comparação com as de cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo. Em gravura elaborada por Spix e Martius ainda nas primeiras décadas do século XIX, verifica-se a existência de sobrados de dois e de três pavimentos, alguns deles com beirais, ao lado de construções térreas, conformando uma paisagem de altos e baixos, onde se destacam as torres das igrejas.

Os sobrados de dois e de três pavimentos tornam a aparecer nas fotografias da cidade tiradas no ano de 1875, de autoria de Marc Ferrez – o fotógrafo do Rio de Janeiro.

Na imagem denominada “Chegada a Belém do Pará”, nota-se a predominância dos sobrados de três pavimentos (ao lado dos sobrados de dois pavimentos e das construções térreas) nessa área da cidade, lembrando a gravura de Spix e Martius; entretanto, vários edifícios aparecem com detalhes neoclássicos na fachada, embora alguns ainda apresentem estilo tradicional.

Em “Uma rua de Belém”, observa-se mais uma vez a predominância de sobrados de dois e de três pavimentos em rela-

ção às casas térreas. Parte dessas construções ainda apresenta beirais; outra parte exhibe platibandas na fachada principal. Em 1875, como se constata por meio da análise dessa fotografia, essa rua estava calçada com paralelepípedos, possuía passeio de pedra, postes de iluminação e uma espécie de canteiro central com palmeiras e árvores em crescimento. Palmeiras ao longo da calçada e árvores plantadas no leito carroçável aparecem nas fotografias de outras ruas de Belém desse mesmo período – da mesma forma que o calçamento de paralelepípedos, os passeios de pedra e os postes de iluminação pública.

Nem sempre é possível confirmar a existência de jardins junto às construções nessas imagens. Às vezes aparecem atrás das casas (sobressaindo-se as palmeiras); outras vezes, atrás de cercas de madeira; e outras vezes ainda atrás de muros baixos, com grades de ferro – como na fotografia da rua do Conselheiro João Alfredo ou da avenida Nazaré, onde as áreas ajardinadas localizam-se ao lado das casas térreas, sendo mais facilmente percebidas.

Algumas das construções de Belém retratadas por Marc Ferrez apresentam um revestimento na fachada semelhante aos azulejos; outras apresentam uma balaustrada em torno da cobertura no lugar comumente ocupado pela platibanda, sendo estas, da mesma maneira que o emprego de pedras de cantaria, características bastante peculiares à arquitetura urbana da Belém do oitocentos.

Nas fotografias de Marc Ferrez, algumas ruas aparecem em obras, já marcadas pelos trilhos de fenda por onde passavam os bondes. Ambas estavam em processo de transformação: a rua e a casa.

As imagens de Cuiabá, por outro lado, não expressam grandes transformações da paisagem ao longo do século XIX.

Entre 1825 e 1829, Hercules Florence elaborou quatro desenhos da cidade de Cuiabá para ilustrar seus relatos de viagem. No primeiro desenho, a cidade é avistada ao longe, com as casas

térreas esparsas, em meio à vegetação. No segundo, a cidade é retratada com suas casas térreas erguidas no alinhamento de lotes estreitos e compridos, com jardins nos quintais, compostos por árvores de grande porte e palmeiras. As construções são muito simples, quase sempre com uma porta e duas janelas na fachada e telhados de duas águas com beirais. As ruas parecem de terra, não têm calçamento, passeios, iluminação ou arborização. A extensão da cidade é tão reduzida que, do ponto onde Florence se encontrava ao elaborar as imagens, era possível ver o limite da área urbana.

Nos dois últimos desenhos, constata-se a existência de sobrados de dois pavimentos na cidade, que se destacam na paisagem horizontal. É digna de nota a quantidade de áreas ajardinadas (ou arborizadas) atrás ou ao lado das residências, compondo com a vegetação ao redor do espaço urbano uma paisagem verdejante pontuada pelos edifícios. Do mesmo modo que no segundo desenho de Florence, essas áreas ajardinadas aparecem cercadas por muros não muito altos, parecendo de fato um complemento da habitação – não havia casas sem jardim.

Por meio da análise das fotografias de Cuiabá da segunda metade do século XIX, percebe-se que essa paisagem pouco se alterou. Continuaram comuns os jardins atrás das moradias urbanas, com palmeiras aqui e ali; continuaram predominando as casas térreas em relação aos sobrados (de dois pavimentos) – que permaneceram raros; mesmo as rótulas persistiram na fachada de algumas casas em uma modalidade mista de janela: metade de vidro e metade de rótula, abrindo para a rua.

Por outro lado, surgiram algumas construções com detalhes neoclássicos na fachada, outras com jardim na frente cercado por muros baixos com grades de ferro; algumas ruas foram calçadas com pedra, subdivididas em passeio e leito carroçável e iluminadas por lampiões pregados às paredes das casas ou por meio de postes de iluminação.

Essa análise reforça a ideia de que em Cuiabá, assim como em outras cidades do centro-oeste do Brasil (como em Vila-Boa de Goiás), as transformações urbanas se processaram lentamente ao longo do século XIX – o mesmo podendo ser dito em relação a algumas cidades situadas ao sul do país.

No texto de Avé-Lallemant (*Viagem pela província do Rio Grande do Sul, 1858*), há uma gravura de Pelotas – originalmente publicada no jornal *O Constitucional* – em que aparece um agrupamento de construções de um, dois e três pavimentos, com cobertura de duas ou de quatro águas, de telhas de barro com beiral³⁷⁹.

Em uma fotografia da segunda metade do século XIX, é possível verificar a existência de casas térreas e casas térreas com sótão atrás da igreja matriz de Pelotas – todas com telhados de duas águas; mas enquanto uma parte aparece com beirais, outra parte apresenta platibanda e detalhes neoclássicos na fachada. A rua junto às construções possui calçamento (de paralelepípedos), passeios para os pedestres e postes de iluminação, sendo marcada também pelos trilhos de fenda, como as ruas de tantas outras cidades brasileiras do período.

Joinville foi retratada em “Vista da Colônia Dona Francisca” (Joinville, 1866), com um número razoável de construções ao longo de uma rua sem calçamento – casas térreas, mas com um sótão bastante acentuado configurando quase um segundo pavimento. Constata-se o emprego da madeira e de telhas planas nessas construções e o caráter europeu de suas fachadas. As casas estão recuadas em relação à rua de terra, isoladas no lote e cercadas por vegetação. Compõem de fato um cenário europeu nos trópicos.

A fotografia “Rua do Príncipe em 1885” evidencia poucas alterações na cidade. Uma rua estreita, sem calçamento, sem iluminação pública e sem arborização, com alguns terrenos vagos, aparece ladeada por casas isoladas no lote, com um

379 v. AVÉ-LALLEMANT, *Op. cit.*, p. 397.

pequeno recuo frontal e áreas ajardinadas em seu entorno. Essas residências são invariavelmente térreas, mas possuem um sótão de altura bastante elevada – como as que são vistas na fotografia de 1866.

A povoação de Tocantins (com moradias esparsas, térreas, cobertas de palha à maneira dos mucambos), a cidade de Tefé (em gravura de Louis Agassiz), Cametá na segunda metade do século XIX, Porto Alegre ao sul do país, Ouro Preto e Diamantina, em Minas Gerais, assim como tantas outras cidades e povoações do Brasil, também foram retratadas por meio de fotografias e desenhos (ou gravuras) que evidenciam as diferenças regionais da arquitetura e os diferentes graus de desenvolvimento urbano e tecnológico – os sobrados de dois e três pavimentos integrando a paisagem das áreas mais desenvolvidas, e as casas térreas, com cobertura vegetal, caracterizando lugares muitas vezes mais distantes do litoral, em menor contato com a Europa.

6

A casa brasileira em Sobrados e mucambos – a tipologia edificatória na obra de Gilberto Freyre^{380*}

À época das publicações das primeiras edições de *Sobrados e mucambos*, uma das críticas levantadas em relação à obra freyriana dizia respeito a uma eventual simplificação dos tipos de habitação existentes no período em estudo ou à ausência de referências a outras formas de moradia, como por exemplo a tejudaba – espécie de cabana coletiva de influência indígena³⁸¹.

Gilberto Freyre contra-argumentou que havia uma diferença de ponto de vista entre sua análise, sociológica, e os

^{380*} A versão inicial deste capítulo foi publicada sob a forma de artigo na revista *Pós- Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-USP*, n.25.

³⁸¹ FREYRE, *Op. cit.*, p. 53.

estudos de história da arquitetura civil no Brasil. O critério de estudo era outro. Para Freyre interessava, naquele momento, reconstituir e interpretar a sociedade brasileira patriarcal a partir dos contrastes entre tipos de habitação e formas de habitar, entre tipos de residência e modos de vida³⁸².

Outra crítica auferida foi a de que apenas a um pequeno trecho do Brasil (ao nordeste ou à área Recife-Olinda) eram aplicáveis as generalizações do sociólogo³⁸³. Para Freyre, entretanto, os binômios “casa-grande-senzala” e “sobrado-mucambo” foram complexos trans-regionais no Brasil – “*no sentido da superação da região natural ou da área geográfica por considerações de espaço social*”³⁸⁴. Além disso, seu estudo não era de cunho etnográfico, etnológico, étnico, econômico ou geográfico, mas sociológico³⁸⁵.

*“Que existem no Brasil consideráveis diferenças de região para região e até de sub-região para sub-região ou de província para província, nenhum estudioso de ciência social familiarizado com a situação do nosso país é capaz de negar. Somos, há anos, dos que vêm procurando pôr em destaque não só tais diferenças com a conveniência de as conservarmos, em vez de nos submetermos a qualquer espécie de nacionalismo anti-regional que tenda a esmagá-las ou anulá-las. Mas o estudo das diferenças não nos deve fazer abandonar, em estudos sociais, o do espaço social, dentro do qual podem estender-se complexos sociais, ou de cultura, de configuração própria e até caprichosa.”*³⁸⁶

De fato, a leitura de *Sobrados e mucambos* indica uma predominância de informações e de exemplos referentes antes

382 FREYRE, *Op. cit.*, p. 54-5.

383 Idem, *ibid.*, p. 68.

384 Idem, *ibid.*, p. 70.

385 Idem, *ibid.*, p. 70.

386 Idem, *ibid.*, p. 73.

às atuais regiões nordeste e sudeste, que às regiões norte, sul e centro-oeste, quando se leva em consideração o espaço físico, em vez do espaço social – de maior interesse ao sociólogo. Gilberto Freyre descreve e analisa, com maior nível de detalhamento, duas formas de habitação: o sobrado e o mucambo, sendo este último característico da região nordeste do país. Mas apresenta outros tipos de moradia urbana e semiurbana, principalmente aquelas de alguma forma relacionadas ao sobrado, ao mucambo ou mesmo à casa-grande e à senzala (consideradas em trabalho anterior). Trata, assim, da casa-grande de sítio, da chácara, das casas térreas, dos sobrados de esquina e mesmo do cortiço, estabelecendo relações entre um tipo de habitação e outro, entre os tipos de habitação e o entorno, entre os tipos de habitação e os tipos sociais a que davam abrigo. Desse modo, ainda que predominem as informações referentes a esta ou aquela região, a este ou aquele tipo de moradia (urbana, semiurbana, rural), não se pode negar a importância da obra freyriana para a historiografia da arquitetura brasileira, não apenas por ter sido precursora da tipologia edificatória entre nós, mas também por se tratar de um dos primeiros trabalhos a abordar de modo abrangente o tema da casa brasileira, servindo de fundamento para teóricos e estudiosos da arquitetura.

Se Gilberto Freyre não analisa todos os tipos de habitação existentes no Brasil no período colonial ou durante o século XIX é porque seu trabalho não tem a intenção de ser um tratado da arquitetura produzida no país, sendo antes resultado da pesquisa de um sociólogo interessado em demonstrar como a casa contribuiu para a formação social e cultural do homem brasileiro e de que maneira explicitou e reiterou as regras e os costumes de uma sociedade patriarcal e escravocrata (ortodoxa ou em declínio).

Caracterização dos tipos de habitação

Em *Sobrados e mucambos*, além de estudar esses dois tipos de habitação, Gilberto Freyre faz referência a outras

construções de uso residencial comuns à paisagem brasileira do oitocentos: a casa térrea, o sobrado de esquina, o chalé, o cortiço e a casa de sítio ou de chácara.

Mas enquanto o sobrado (de frente para a rua ou de esquina), a casa térrea, o chalé e o cortiço estavam implantados no espaço urbano, o mucambo localizava-se nas áreas menos valorizadas da cidade ou em seus arredores, e a casa de sítio ou de chácara ficava a meio caminho, entre a cidade e o campo. Enquanto o sobrado, a casa térrea, o mucambo e as casas de sítio ou de chácara foram comuns desde as primeiras décadas do século XIX, o chalé e o cortiço difundiram-se em fins do oitocentos.

Ao analisar esses tipos edificatórios, Gilberto Freyre elabora uma tipologia que estabelece comparações e hierarquias entre as residências, distinções e semelhanças entre os tipos habitacionais, e relações entre a casa e o meio onde está implantada. Freyre avalia sempre a “*a casa maior em relação com a menor; as duas em relação com a rua, com a praça, com a terra, com o solo, com o mato, com o próprio mar*”³⁸⁷.

A esses tipos de habitação estudados por Freyre, pode-se acrescentar outros três que se difundiram na paisagem brasileira do século XIX – todos de influência claramente europeia: o palacete, a vila operária e as casas de enxaimel. Os dois primeiros correspondendo ao processo de re-europeização, e o último a uma transposição do modo de construir europeu para cidades situadas ao sul do país – transposição esta promovida pelos próprios imigrantes.

– O sobrado

O sobrado da paisagem recifense era diferente do sobrado de Salvador, que por sua vez diferia dos sobrados implantados no Rio de Janeiro ou em São Paulo. Mas era sempre o sobrado

387 FREYRE, *Op. cit.*, p. 30.

– em oposição à casa térrea, ao mucambo, ao cortiço – a casa-grande patriarcal urbanizada.

Antes de tudo, é preciso salientar que o termo, como enfatiza Carlos Lemos, não designava apenas a construção de dois ou mais pavimentos. Inicialmente, indicava o “*espaço sobrado*” ou o espaço que se adquiria em virtude de um “*soalho suspenso*”, podendo estar acima ou abaixo desse piso – como nas construções implantadas em terrenos inclinados, que possibilitavam a criação de um pavimento inferior, atualmente denominado “porão”, mas que, segundo o significado mais antigo, também constituía um “sobrado”³⁸⁸.

O sobrado aparece nos anúncios de jornal ainda nos primeiros anos de consolidação da imprensa no Brasil, após a chegada da Corte, especialmente nas cidades litorâneas com maior número de habitantes, como Rio de Janeiro, Salvador e Recife.

*“Quem quizer comprar huma morada de cazas de sobrado com frente para Santa Rita falle com Anna Joaquina da Silva, que mora nas mesmas cazas, ou com o Capitão Francisco Pereira de Mesquita que tem ordem para as vender.”*³⁸⁹

Desde os primeiros séculos de colonização, os sobrados variaram em relação à natureza do material, dependendo dos recursos de seus habitantes, do maior ou menor contato com a civilização europeia e das características do solo onde se estabeleceram³⁹⁰ – como salienta Gilberto Freyre e como se tem procurado demonstrar neste ensaio. Assim, em São Paulo predominaram os sobrados de taipa, com telhados de duas águas e largos beirais a proteger as paredes contra as águas da chuva; no Rio de Janeiro, em Salvador e no Recife, foram comuns os

388 LEMOS, Carlos. *História da casa brasileira*. São Paulo: Contexto, 1996. p. 32-3.

389 *Gazeta do Rio de Janeiro*. 17.09.1808. (Acervo da Fundação Biblioteca Nacional).

390 FREYRE, *Op. cit.*, p. 301.

sobrados de tijolo ou de pedra e cal – nas construções urbanas do interior, o barro predominou na argamassa; no litoral, predominaram o marisco e a areia³⁹¹.

Com o tempo, o material construtivo passou a ser elemento de diferenciação social, estando a nobreza da casa caracterizada pelo emprego de materiais mais duradouros em sua composição: “pedra e cal, adobe, telha, madeira de lei, grade de ferro”³⁹².

*“Quem quizer comprar huma propriedade de casas de pedra e cal de tres andares, ás portas da Ribeira; e hum grande sobrado de pedra e cal á quintada da Ilha de Itaparica; e huma boa casa de campo de pedra e cal com seu quintal grande; venhão fallar com Francisco Salustiano Cordeiro de Araújo Frio.”*³⁹³

A própria madeira utilizada na construção foi elemento de distinção social, sendo comuns nos sobrados brasileiros (como nas casas-grandes) as madeiras de lei, o pau-ferro, o pau d’arco, o pau-amarelo e o cedro indígena³⁹⁴.

*“Quem quizer comprar huma morada de cazas de sobrado, de duas braças de frente, acabadas a 3 mezes, bem construídas de boas madeiras, bem repartidas, com quintal e bom poço com muito boa agoa, e com muitos bons commodos, as quaes são na rua nova da Princesa; fale com seu dono que mora na Cidade nova, rua do Sabão, passando a caza de Manoel Joaquim do Carmo para a banda do mangue a segunda caza (...).”*³⁹⁵

Ainda em relação ao material empregado na construção dos sobrados, é importante ressaltar o uso do azulejo, muito comum

391 FREYRE, *Op. cit.*, p. 303-7.

392 Idem, *ibid.*, p. 299.

393 *Idade d’Ouro do Brazil*. 14.06.1811. (Acervo da Fundação Biblioteca Nacional).

394 FREYRE, *Op. cit.*, p. 332.

395 *Diário do Rio de Janeiro*. 19.01.1822. (Microfilme da Fundação Biblioteca Nacional. Acervo da FFLCH-USP).

em Recife e em São Luís do Maranhão. Segundo Freyre, foi no Recife que o sobrado de azulejo alcançou maior esplendor – influência dos mouros, que chegou ao Brasil por meio dos portugueses³⁹⁶.

Outra influência nos sobrados do Recife (especialmente os mais antigos que permaneceram no espaço urbano do século XIX) foi a holandesa: as empenas laterais dos edifícios, os telhados extremamente inclinados, a construção mais estreita³⁹⁷. Essa influência, no entanto, foi contestada por alguns historiadores da arquitetura brasileira, como Carlos Lemos, para quem esses sobrados são de origem portuguesa, estando ligados à cidade do Porto, onde existem construções muito semelhantes³⁹⁸. Aderbal Jurema, em seu texto *O sobrado na paisagem recifense*, defende a tese apresentada por Freyre, de que a prioridade do sobrado magro do Recife cabe ao holandês (o primeiro a erguer edificações desse tipo), sem deixar de observar que em Lisboa já havia de fato sobrados magros de dois e três andares³⁹⁹. Entretanto, mais importante do que a discussão sobre a origem dessa influência é a caracterização desse tipo edificatório e a análise de seu papel na constituição ou na conformação das paisagens urbanas do Brasil.

No Recife oitocentista, existiram sobrados de três e de quatro pavimentos – alguns chegaram a cinco e até seis andares⁴⁰⁰. O armazém e a senzala ficavam no térreo e o escritório, no pavimento superior; o terceiro e quarto andares eram destinados à sala de visitas e aos quartos de dormir; o quinto andar, às salas de jantar; e o sexto, à cozinha⁴⁰¹, segundo alguns relatos de viagem.

396 FREYRE, *Op. cit.*, p. 312.

397 Idem, *ibid.*, p. 272-3.

398 LEMOS, *Op. cit.*, p. 34.

399 JUREMA, Aderbal. *O sobrado na paisagem recifense*. Recife: Nordeste, 1952. p. 46.

400 FREYRE, *Op. cit.*, p. 306.

401 FLETCHER, James & KIDDER, Daniel. *O Brasil e os brasileiros*. Trad. Elias Dolianiti. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941. p. 247-9. (Primeira edição: 1857). Acima do sexto andar, às vezes existia um mirante, de onde se observava a cidade. (Idem, *ibid.*, p. 249)

Esse tipo de estruturação arquitetônica naquele período só foi possível porque se tratava de uma sociedade escravocrata – era o escravo que transportava a água, a carne e tudo mais que fosse necessário para o preparo dos alimentos até o sexto andar, onde se situava a cozinha⁴⁰². A existência desses sobrados mais altos resultou em paisagens mais verticalizadas, com um *skyline* recortado em virtude da variação do número de pavimentos dos edifícios.

De modo semelhante, na capital da Bahia, os sobrados atingiram quatro ou cinco andares, sendo mais comuns, entretanto, as construções de um ou dois pavimentos. Somente na região do porto, na cidade baixa de Salvador, predominaram os altos sobrados, em sua maioria de pedra, com três, quatro e cinco pavimentos, como os observados por Spix e Martius em sua viagem ao Brasil⁴⁰³. Junto a essas construções, havia áreas ajardinadas onde sobressaíam as árvores de fruto e as palmeiras⁴⁰⁴.

No Rio de Janeiro, outra cidade litorânea, também existiram sobrados com três ou quatro pavimentos, mas foram mais frequentes na paisagem os que possuíam apenas dois andares. Seu programa de necessidades era similar ao do sobrado de outras regiões do país, com sala de visitas, varanda (ou sala de jantar), alcovas, cozinha e estábulo⁴⁰⁵.

As críticas dos europeus em relação às construções do Rio de Janeiro não eram poucas. Sublinhava-se o fato de serem mal ventiladas e de não possuírem a leveza necessária às residências implantadas nos países quentes; ressaltava-se a ausência de alinhamento e a falta de proporção entre a altura e a largura – considerada muito exígua. Aos olhos do estrangeiro, as casas apareciam “*espremidas entre a colina e o mar*”⁴⁰⁶.

402 FREYRE, *Op. cit.*, p. 311.

403 SPIX & MARTIUS, *Op. cit.*, p. 157.

404 FREYRE, *Op. cit.*, p. 272.

405 Idem, *ibid.*, p. 319.

406 Idem, *ibid.*, p. 325.

Em São Paulo, os sobrados de taipa possuíam em média dois pavimentos – como é possível verificar em parte considerável das fotografias tiradas por Militão Augusto de Azevedo em meados e em fins do século XIX. Nas sacadas e nas venezianas, predominava o tom esverdeado, e já em princípios do século XIX, os sobrados exibiam vidraças. Os beirais dessas construções tinham largura suficiente apenas para proteger os transeuntes (e as paredes de taipa) da chuva⁴⁰⁷.

De acordo com Carlos Lemos, as casas urbanas paulistanas dos primeiros séculos, de um modo geral, não possuíam o corredor interno que ligava a rua ou a sala da frente às dependências posteriores. A casa era composta por cômodos em sucessão, de passagem obrigatória. Outra característica dessas construções era o “armazém” – *“nome que davam ao sótão, espaço sob as telhas-vãs, provido de pequenos vãos de iluminação rasgados entre o assoalho e o frechal, tendo como altura cerca de 1,20m”*. Lemos lembra também dos sobrados decorrentes da declividade do lote⁴⁰⁸. Esta última observação é enfatizada por Gilberto Freyre, que afirma que algumas casas eram híbridas: *“meio lanço de sobrado e meio lanço térreo”*; outras apresentavam assobradada apenas uma camarinha⁴⁰⁹. Existe uma discordância, entretanto, com relação à existência do corredor, pois o sociólogo argumenta que *“todas tinham seu corredor, seus compartimentos de taipa de mão, suas câmaras e camarotes”*⁴¹⁰.

Em outras regiões do país (afora nas cidades de maior importância, como Belém do Pará e Porto Alegre, onde existiram sobrados de pedra, alguns com até três pavimentos), o sobrado foi construção menos vertical, possuindo comumente não mais do que dois andares; foi também construção mais simples, erguida com materiais disponíveis no entorno, e muito mais raro na paisagem.

407 FREYRE, *Op. cit.*, p. 309-10.

408 LEMOS, *Op. cit.*, p. 41-2.

409 FREYRE, *Op. cit.*, p. 310.

410 Idem, *ibid.*, p. 310.

Invariavelmente, entretanto, o sobrado foi habitado pelas pessoas mais ricas da sociedade (como antigos aristocratas ou novos burgueses), passando a simbolizar o tipo de habitação mais civilizada nos trópicos:

“Não eram poucos os brasileiros da primeira metade do século XIX para quem a gente boa, o casal de bem, a família bem constituída segundo a ortodoxia patriarcal, devia residir, nas cidades, em sobrado ou casa assobradada, deixando para os indivíduos socialmente menos sólidos as casas térreas de qualquer espécie. Alguns apologistas do sobrado como residência da gente de bem partiam de considerações higiênicas, a que não eram estranhas preocupações de classe, de raça e de status patriarcal; outras partiam francamente de preocupações sociais impregnadas de patriarcalismo. (...)

(...)

Essa concepção – a de que o sobrado ainda patriarcal e já burguês é que representava a melhor ou mais alta civilização brasileira, ao findar o século XVIII e começar o XIX – parece ter sido geral entre os homens esclarecidos da época. Não só brasileiros como europeus do norte da Europa – estes, quase todos, impregnados até à alma de noções burguesas e urbanas de civilização.”⁴¹¹

Mas a “*casa-nobre de cidade*” ou o sobrado, “*antes senhoril que burguês*”, foi aos poucos diminuindo de volume e de complexidade social, com as senzalas se transformando em quartos para criados ou dependências – enquanto “*engrossavam as aldeias de mucambos e de palhoças*” nas proximidades dessas construções⁴¹².

411 FREYRE, *Op. cit.*, p. 420-1.

412 Idem, *ibid.*, p. 270.

– O mucambo

“(...) built of stakes of bamboo, & C., interwoven with pliant twigs. These net-like walls are built double, and the intertices are filled up with mud and clay. The roof is thatched with palm leaves, and this is frequently finished previous to the walls being commenced, so as to preserve the earthen walls from destruction by rain during the process of building (...).” James Wetherell apud Gilberto Freyre, Sobrados e mucambos, p. 423.

Os mucambos eram construções muito simples, normalmente situadas em áreas alagadiças ou em terrenos pouco valorizados. Internamente, possuíam uma sala junto à entrada, um ou dois quartos, às vezes um corredor e, ao fundo, a sala de jantar⁴¹³.

No século XIX, havia mucambos de influência indígena e mucambos de influência africana. Os primeiros eram cobertos por duas ou três camadas de sapé – uma boa proteção contra a chuva e o calor segundo Gilberto Freyre. Já os mucambos de influência africana eram cobertos com palha de coqueiro – material que foi tão utilizado quanto as palmas de carnaúba em palhoças rurais, de praia ou mesmo de cidade⁴¹⁴.

Além da diferenciação de acordo com a influência (indígena ou africana), o sociólogo ressalta a variação de natureza regional “*conforme o material empregado na sua construção – folha de buriti, palha de coqueiro, palha de cana, capim, sapé, lata velha, pedaços de flandres ou de madeira, cipó ou prego*”, sendo esta variação ainda mais notável que a própria diferenciação pelo tipo – mais africano ou mais indígena de mucambo⁴¹⁵.

413 FREYRE (1937), *Op. cit.*, p. 20. O termo é de origem africana (“mu” + “kambo”) e significa “esconderijo”. (Idem, *ibid.*, p. 20)

414 FREYRE (1936), *Op. cit.*, p. 298.

415 Idem, *ibid.*, p. 347.

Para Gilberto Freyre, quando o mucambo estava implantado em terreno seco e enxuto, com a cobertura dupla resguardando-o da chuva, era mais higiênico (em virtude da iluminação e ventilação que proporcionava aos cômodos internos) que o sobrado ou a casa térrea⁴¹⁶.

Mas enquanto os habitantes do sobrado eram burgueses e aristocratas e as casas térreas eram habitadas pelo pequeno burguês, o habitante do mucambo era o negro, o caboclo, o parido livre, o “*próprio branco integrado na situação social de caboclo*”⁴¹⁷.

Para o olhar estrangeiro, como o de Andrew Grant, as “*classes inferiores*” habitavam as casas térreas, cabanas e mucambos⁴¹⁸. Mesmo o brasileiro desdenhava o mucambo:

*“Grande parte do desdém do brasileiro ‘progressista’ pela casa de palha ou pelo mucambo – sob vários aspectos, habitação boa para o meio tropical – parece vir do fato de ser o mucambo ou a palhoça um tipo de habitação associado durante séculos a classe, raça e região consideradas inferiores e das quais, muitas vezes, provém o ‘progressista’ ou ‘reformador’ ansioso de desembaraçar-se das marcas dessas origens.”*⁴¹⁹

Os mucambos persistiram de modo bastante expressivo junto a algumas localidades, como Recife, chamando a atenção de fotógrafos, pintores, escritores e outros profissionais e artistas nas primeiras décadas do século XX, como demonstra José Tavares Correia de Lira⁴²⁰. A permanência desse tipo de habitação na paisagem explica-se não apenas pelo agravamento do

416 FREYRE (1936), *Op. cit.*, p. 301.

417 Idem, *ibid.*, p. 350.

418 Idem, *ibid.*, p. 422.

419 Idem, *ibid.*, p. 504.

420 LIRA, José Tavares Correia de. “A cidade em preto-e-branco e a cor local: a imagem do Recife através dos mocambos”. In: SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de (coord.). *Habitação e cidade*. São Paulo: FAUUSP: FA-PESP, 1998. p. 83-100.

problema habitacional nas cidades ou pelos antagonismos sociais existentes, mas também pelo tipo de material empregado e pela técnica construtiva elementar.

– O sobrado e o mucambo

Do sobrado, Gilberto Freyre afirma que, de início, foi um pouco mucambo:

“(...) As coberturas de capim ou sapé parecem ter sido gerais, nos primeiros tempos; de sapé teriam sido cobertas as próprias casas dos colonos mais ricos dos primeiros tempos; em São Paulo, as casas das câmaras, as igrejas, os edifícios mais nobres. As primeiras casas-grandes, os primeiros sobrados, foram um pouco mucambos, na sua primeira fase: cobertos de sapé.”⁴²¹

E dos mucambos, afirma que alguns foram um pouco sobrados:

“Também se ergueram mucambos-sobrados, isto é, com sótão ou primeiro andar; imitação ainda mais ousada de arquitetura patriarcal e européia, por parte de negros e pardos livres, que os numerosos mucambos com alpendre à frente ou ao lado. Mas foi talvez o alpendre patriarcal (...) o elemento mais ostensivo de enobrecimento de mucambos em habitações patriarcais (...).”⁴²²

Na comparação entre o sobrado e o mucambo, uma das maiores críticas de Gilberto Freyre em relação ao primeiro diz respeito às alcovas – ou quartos sem janelas, desprovidos de luz natural e ventilação adequada –, que tinham a finalidade de resguardar a mulher, a menina, a moça, do exterior, da rua.

421 FREYRE (1936), *Op. cit.*, p. 298.

422 Idem, *ibid.*, p. 414.

Todavia, em uma situação em que as casas eram implantadas no alinhamento de lotes estreitos e sem recuo lateral (com as paredes das construções vizinhas colocadas lado a lado), não havia a possibilidade de abrir janelas nos dormitórios, uma vez que na distribuição interna a sala dava para a rua e a cozinha, para o quintal (como é comum ainda hoje em residências horizontais urbanas). Dessa forma, sem o isolamento da casa no terreno, não era possível colocar janelas nos quartos. É provável que essa solução arquitetônica fosse antes de cunho construtivo que social – embora seja necessário considerar também as influências culturais na produção desse tipo de habitação.

Isolado das construções vizinhas, estava o mucambo; implantado nas áreas alagadiças e menos valorizadas. Mas não era apenas a existência do alpendre ou de um sótão ou primeiro andar que indicavam uma semelhança entre o mucambo e o sobrado ou as casas térreas. A própria forma de distribuição interna dos cômodos era semelhante à das casas térreas e sobrados, com a sala na frente, dormitórios (neste caso com aberturas laterais) e corredor na parte central da habitação, e varanda (ou sala de jantar) nos fundos, junto à cozinha. Em termos de disposição dos cômodos internos, os mucambos se assemelhavam às construções urbanas erguidas com materiais construtivos de melhor qualidade.

Ao olhar arguto do sociólogo, não passaram despercebidas as diferenças de localização do sobrado e do mucambo no espaço urbano. Aos antagonismos sociais corresponderam um antagonismo de qualidade de material, com as pessoas mais ricas habitando as construções com elementos mais duradouros em sua composição – um tipo menos “*vegetal de casa*”, em comparação à habitação dos mais pobres⁴²³; e um antagonismo de situação ou de localização da casa – o mucambo sendo implantado na “*zona-lama, mangue, beira de riacho*”, o sobrado,

423 FREYRE (1936), *Op. cit.*, p. 299.

nas melhores áreas urbanas⁴²⁴. Gilberto Freyre relaciona o tipo de habitação ao local em que está implantado. Compara o sobrado ao mucambo, anota semelhanças e diferenças, justifica uma hierarquia, considera o entorno, os habitantes, a sociedade, o período histórico.

– Casas Térreas

“(...) a casa térrea: meio-termo entre o sobrado e o mucambo; entre o palácio de rico e a palhoça de pobre ou miserável.” Gilberto Freyre, Sobrados e mucambos, p. 555.

Na hierarquia dos tipos de habitação, a casa térrea ficava no entremeio – entre o sobrado e o mucambo –, correspondendo a um tipo intermediário de habitação caracteristicamente brasileiro, que aparecia nos anúncios de jornal “*sob a forma de ‘casas térreas para pequenas famílias’, de ‘casas de porta e janela’, de ‘sobrados pequenos’. Sinal de que não foram de todo insignificantes*”⁴²⁵.

“Quem quizer comprar huma morada de cazas térreas na rua de Santa Luzia nº 4, de 3 portas, com bastantes commodos para huma familia; dirija-se a rua da Quitanda, entre a rua do Ouvidor e a do Rozario na loja de Sirigueiro de Manoel Carneiro de Souza.”⁴²⁶

“Vende-se humas casas térreas, em chão próprio, sitas no principio da ladeira da Soledade; quem as quizer comprar; dirija-se a fallar na Loja da Gazeta, que se lhe dirá quem as vende.”⁴²⁷

424 FREYRE, *Op. cit.*, p. 349-50.

425 *Idem, ibid.*, p. 53.

426 *Diário do Rio de Janeiro*. 07.01.1822. (Microfilme da Fundação Biblioteca Nacional. Acervo da FFLCH-USP).

427 *Idade d’Ouro do Brazil*. 14.08.1818. (Acervo da Fundação Biblioteca Nacional).

*“Quem quizer comprar duas moradas de cazas ter-
rias no lugar dos Martírios, dirija-se a rua Direita
casa nº 187 (...) que lá achará com quem tratar.”*⁴²⁸

As casas térreas eram habitadas pela pequena burguesia, composta por “*artífices ou pequenos negociantes europeus recém-chegados ao Brasil, por brancos de casa-grande empobrecidos e por gente de cor, bem-sucedida nas artes e nos ofícios manuais*”. Eram construções de baixas dimensões, erigidas ao nível do solo, cobertas com telha, possuindo um número pequeno de janelas na fachada (janelas de rótula em vez de vidraça) e, em sua maioria, destituídas de assoalho⁴²⁹. Internamente, o mesmo sistema de distribuição dos cômodos: sala na frente, alcova e corredores na área central, e cozinha nos fundos. A sala, arejada, e “*o resto da casa, úmido, escuro*”⁴³⁰.

Esse casario médio influía na “*beleza do ‘prospecto’ ou do conjunto urbano*”⁴³¹. Compunha a paisagem ao lado dos sobrados e quase em contraste com o mucambo – construção horizontal ainda mais simples e estigmatizada como habitação das classes inferiores.

– O sobrado de esquina

São poucas as anotações feitas por Gilberto Freyre referentes ao sobrado de esquina. Assinala apenas que representava “*o máximo de aproximação entre o patriarcalismo em declínio e a rua já triunfal*”; representava o “*fim da fase de grande distância*” entre a rua e o sobrado⁴³².

Nestor Goulart Reis Filho acrescenta pouco a essas observações:

428 *Diário de Pernambuco*. 08.06.1827. (Microfilme da Fundação Biblioteca Nacional. Acervo do IEB-USP)

429 FREYRE (1936), *Op. cit.*, p. 297-8.

430 Idem, *ibid.*, p. 327.

431 Idem, *ibid.*, p. 555.

432 Idem, *ibid.*, p. 36.

“As variações mais importantes apareciam nas casas de esquina. Tendo a possibilidade de aproveitar duas fachadas sobre a rua, alteravam em parte o esquema de planta e telhado, menos para inovar, do que para conseguir o enquadramento de ambas nos modelos tradicionais.”⁴³³

Havia aberturas nas duas faces voltadas para a rua – como se observa em diversas fotografias de meados e de fins do século XIX. Os quartos eram então iluminados e ventilados? O sobrado de esquina apresentava essa vantagem em relação aos outros sobrados? Qual era a diferença no que diz respeito à forma de distribuição interna dos cômodos? Se representavam “o máximo de aproximação entre o patriarcalismo em declínio e a rua”, quem eram os habitantes dos sobrados de esquina? Eram estas construções preferidas ou preteridas em relação aos sobrados com apenas uma fachada voltada para a rua?

Os sobrados de esquina, pode-se dizer, não representavam uma ruptura ou uma exceção em relação ao sobrado tradicional; eram antes uma variação desse tipo habitacional, em função de sua disposição ou situação na quadra urbana.

– O chalé

*“Só no século XIX viriam certas modas européias de casa quebrar a uniformidade portuguesa – a moda do florentino, do gótico e principalmente do chalet. O chalet, este incorporou-se de tal modo à paisagem regional que em alguns trechos venceu a casa acachapada de quatro águas.” Gilberto Freyre, *Mucambos do Nordeste*, p. 19.*

Gilberto Freyre associa o aparecimento dos chalés à época em que se instalaram, nas cidades brasileiras, europeus que

433 REIS FILHO, *Op. cit.*, p. 26.

trabalhavam como operários e artífices, ainda nas primeiras décadas do século XIX. Segundo Freyre, os chalés foram substituindo as casas do antigo estilo colonial, já acomodado à paisagem – casas quadradas, com telhados de quatro águas e beiral com as pontas arrebidadas à maneira do Oriente⁴³⁴.

As próprias casas de engenho foram influenciadas pela europeização da arquitetura (no plano e na técnica), com muito sobrado largo substituído por chalé esguio⁴³⁵.

De acordo com Nestor Goulart, o chalé foi um tipo de arquitetura que resultou da intenção de se adotar as características de residências rurais construídas em madeira, típicas de algumas regiões europeias, particularmente a Suíça, sendo uma solução de “*sentido romântico*”⁴³⁶.

Segundo a caracterização do historiador, era uma casa implantada no centro do lote, com telhados de duas águas cujas empenas voltavam-se para os lados menores (frente e fundos) e as águas, para os lados maiores (as laterais) – em sentido contrário ao da tradição luso-brasileira. Tal disposição da cobertura exigia um afastamento da construção em relação aos limites laterais do terreno, uma vez que os beirais (característicos desse tipo de habitação) avançavam cerca de cinquenta centímetros sobre as paredes, impossibilitando o contato direto com as construções vizinhas – como era comum nas casas urbanas do período colonial. As águas dos telhados eram bastante inclinadas (como nos países onde neva), e o emprego da madeira era vasto – nos pisos, forros, nas portas e janelas, no arremate dos telhados, com peças decoradas⁴³⁷.

“Por chalé passou-se portanto a entender, no Brasil, um esquema de residência com acabamento romântico, sugerindo habitação rural montanhosa da

434 FREYRE (1936), *Op. cit.*, p. 455.

435 Idem, *ibid.*, p. 455.

436 REIS FILHO, *Op. cit.*, p. 157-8.

437 Idem, *ibid.*, p. 158.

*Europa, mas com variações que incluíam um uso mais frequente de madeira, paredes de tijolos aparentes, equipamentos de ferro fundido, como colunas, grades e alpendres e até mesmo revestimento com elementos decorativos de inspiração greco-romana.*⁴³⁸

Enfim, tipo de construção de influência nitidamente europeia, que se contrapôs ao sobrado brasileiro tradicional dos três primeiros séculos de colonização, difundindo-se inicialmente nas capitais e, em seguida, no interior do país.

– O cortiço

Além de analisar o mucambo, Gilberto Freyre talvez seja um dos primeiros estudiosos a dar atenção aos cortiços do ponto de vista do tipo de habitação. Uma das observações mais importantes que faz diz respeito à preferência do proletariado europeu ao cortiço em detrimento do mucambo:

*“Com a maior urbanização do país, viriam os cortiços, preferidos aos mucambos pelo proletariado de estilos de vida mais europeus.”*⁴³⁹

O mucambo era habitado por descendentes de índios e africanos, pessoas que aceitavam morar em construções cobertas por folhas de palmeira ou sapé – pode-se pensar até em herança cultural, de modo de vida. Por piores que fossem os cortiços, eram no entanto preferidos aos mucambos pelos estrangeiros.

A origem do cortiço, para Gilberto Freyre, poderia estar no Recife holandês, onde as condições topográficas comprimiram a população e verticalizaram a arquitetura. Nessa cidade, as consequências anti-higiênicas dos cortiços teriam sido atenuadas pela existência de dois grandes rios que a banhavam e

438 REIS FILHO, *Op. cit.*, p. 159.

439 FREYRE (1936), *Op. cit.*, p. 299.

serviam – toda ela praticamente plana e sem morros que criassem as bases naturais para altos e baixos sociais⁴⁴⁰.

Já a origem do esquema de implantação do cortiço horizontal, de acordo com Nestor Goulart, pode estar nas estalagens ou hospedarias, como aquela descrita por Saint-Hilaire em seus relatos de viagem:

*“Indicaram-me a hospedaria de um indivíduo conhecido por Bexiga, que tinha mesmo em São Paulo, vastas pastagens. Para essa hospedaria me dirigi. (...) Fizeram entrar meus animais num terreno lamacento, cercado de um lado por um fosso e dos outros dois lados por pequenas construções, cujas numerosas portas davam para o referido terreiro. Essas construções eram os quartos ou aposentos destinados aos viajantes.”*⁴⁴¹

O fato é que, no ano de 1869, só a cidade do Rio de Janeiro possuía 642 cortiços, com 9.671 quartos habitados por 21.929 pessoas⁴⁴². Cortiços horizontais e sobrados transformados em cortiços. Depois de 1888, esse tipo de habitação aumentou ainda mais de densidade:

*“Assenhoreou-se de muito sobrado velho. De muito morro. O destino dos sobrados maiores tem sido este: transformarem-se, os mais felizes em armazéns, hotéis, colégios, pensões (...). Os outros, em cortiços (...).”*⁴⁴³

Em 1893, a Comissão de Inspeção das Habitações Operárias e Cortiços no Distrito de Santa Ephigênia apresentou um

440 FREYRE (1936), *Op. cit.*, p. 299.

441 SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de São Paulo*. 2. ed. São Paulo: Martins, 1945 *apud* REIS FILHO, *Op. cit.*, p. 60; v. SAINT-HILAIRE, *Op. cit.*, p. 121.

442 FREYRE (1936), *Op. cit.*, p. 301.

443 Idem, *ibid.*, p. 301.

relatório com os tipos de cortiço existentes na cidade de São Paulo: sobrados convertidos em cortiços; o “*hotel-cortiço*”, segundo a Comissão, espécie de restaurante onde a população operária se aglomerava à noite para dormir em aposentos reservados ou em dormitórios comuns; a “*casinha*”, com prédio independente e frente para a via pública, apenas considerada cortiço por seu “*destino e espécie de construção*”; e o cortiço propriamente dito, ocupando uma área no interior do quarteirão, muitas vezes no quintal de uma venda⁴⁴⁴. Neste caso, um portão lateral marcava a entrada de um corredor estreito e comprido que conduzia a um pátio com três ou quatro metros de largura. Para esse pátio, abriam-se “*as portas e janelas de pequenas casas enfileiradas, com o mesmo aspecto, com a mesma construção, as mesmas divisões internas e a mesma capacidade*”. Essas casas não possuíam mais do que três metros de largura e seis metros de fundo; eram geralmente assoalhadas e forradas na sala e nos quartos. A cozinha, entretanto, não possuía assoalho, nem forro, nem mesmo ladrilhos, segundo a Comissão de Inspeção⁴⁴⁵.

Essa estrutura espacial assemelhava-se à de alguns cortiços das grandes cidades europeias, com espaços livres exíguos (onde se lavava roupa e se criavam animais) e uma única latrina para mais de uma dezena de pessoas⁴⁴⁶.

*“Enquanto isso, havia na área urbana gente morando em casas assobradadas, com cafezais e matas, águas e gado dentro dos sítios.”*⁴⁴⁷

444 v. LEMOS, Carlos. “Os primeiros cortiços paulistanos”. In: SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de (coord.). *Habitação e cidade*. São Paulo: FAUUSP: FAPESP, 1998. p. 24-6.

445 Idem, *ibid.*, p. 24-5.

446 FREYRE (1936), *Op. cit.*, p. 351.

447 Idem, *ibid.*, p. 351.

– Casas de sítio e casas de chácara

O termo “sítio” pode designar tanto o “estabelecimento agrícola de pequena lavoura”, como a “moradia rural ou chácara nas imediações da cidade”. A chácara é definida como uma “pequena propriedade campestre, em geral perto da cidade, com casa de habitação”, a “casa de campo” ou o “terreno urbano de grandes dimensões, com casas de moradia, jardim, horta, pomar, etc.”⁴⁴⁸. O próprio sociólogo passa de uma denominação a outra, alterando apenas a localização geográfica:

“Essas casas de sítio, com capela, baixa de capim, muita árvore de fruta, olho-d’água ou cacimba de onde se vendia água à gente mais pobre da vizinhança, existiam também nas imediações do Rio de Janeiro e do Recife. Os anúncios de jornal estão cheios delas. No Recife, dos últimos anos da era colonial e dos primeiros da Independência, as casas-grandes de sítio floresceram menos como residências do ano inteiro do que como casas de verão, onde os moradores mais ricos, sem se afastarem muito dos seus sobrados da cidade, iam passar a festa e fazer suas estações de água, tomando banho de rio e chupando caju para limpar o sangue. Modificado, o costume prolongou-se até o fim do século XIX.

*Eram em geral casas de um pavimento só, como as chácaras paulistas. Edifícios de quatro águas, como as casas de engenho. Protegiam-nos terraços acachapados ou copiares. As árvores mais comuns nessas casas do Norte eram as goiabeiras, os araçazeiros, os cajueiros, as laranjeiras, os coqueiros; depois se generalizaram as mangueiras, as jaqueiras, as árvores de fruta-pão.”*⁴⁴⁹

448 FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 450 e p. 1867. (Primeira edição: 1975).

449 FREYRE (1936), *Op. cit.*, p. 308.

Não obstante as variações de significação, na hierarquia dos tipos de moradia, tanto a casa de sítio como a casa de chácara estariam entre a casa-grande de engenho e o sobrado urbano.

Na cidade de São Paulo, as chácaras tiveram prestígio social acima dos sobrados de residência. Eram o tipo de habitação preferido pelos paulistas mais ricos, pois preservavam nessa vida semiurbana o sabor da vida rural⁴⁵⁰.

*“Alluga-se ou vende-se uma chácara perto da cidade, com grande casa de morada, rancho e pasto para animaes e quintaes plantados de arvoredos &c. &c. Quem a pretender, dirija-se á esta typographia.”*⁴⁵¹

*“Vende-se uma chácara no lugar denominado Pary com muito boa casa de taipas bem repartida com grande plantação, (...) com dois grandes poteiros para animaes passando-lhe por dentro o rio Tamanduatehy (...).”*⁴⁵²

As casas de sítio ou de chácara conservaram, nas proximidades das áreas urbanas, alguns benefícios das casas de engenho ou de fazenda. Eram cercadas por vastos jardins, com árvores de fruto e parreirais. Segundo Gilberto Freyre, o sítio foi o ponto de confluência do sobrado e da casa de engenho – as duas especializações de habitação patriarcal e arquitetura paisagística no Brasil. Na arquitetura, a casa de sítio ou de chácara foi antes casa de fazenda que de cidade, antes horizontal que vertical, antes casa assobradada que sobrado, sendo sua massa quase um cubo, de acordo com o sociólogo⁴⁵³.

Característica bastante comum a essas construções, tanto no nordeste como no sul do país, foi o alpendre, a varanda em frente à casa, sustentada por pilares⁴⁵⁴.

450 FREIRE, *Op. cit.*, p. 307.

451 *Correio Paulistano*. 25.08.1854. (Acervo do Arquivo do Estado).

452 *Correio Paulistano*. 22.11.1854. (Acervo do Arquivo do Estado).

453 FREYRE (1936), *Op. cit.*, p. 322-3.

454 *Idem, ibid.*, p. 323.

“Os estudiosos da arquitetura sempre encontram nas regiões meridionais, como as do Levante, o uso de um abrigo colocado do lado externo das habitações: a galeria mouresca, a ‘loggia’ italiana e a varanda brasileira aqui representada. É muito natural que com uma temperatura que atinge às vezes 45° de calor, sob um sol insuportável durante seis a oito meses no ano, o brasileiro tenha adotado a varanda nas suas construções (...).”⁴⁵⁵

As casas de sítio ou de chácara foram quase sempre construções mais amplas que o sobrado implantado nas cidades; possuíam paredes grossas, às vezes com dois, três palmos de largura, sendo mais arejadas que o sobrado urbano patriarcal⁴⁵⁶.

Levando-se em consideração a qualidade de vida dos moradores e a salubridade da habitação, a casa de sítio ou de chácara correspondeu a moradia melhor que o sobrado na hierarquia dos tipos – uma residência mais ampla, com jardins, situada em terreno de maiores dimensões. Em relação à casa-grande de engenho, tinha a vantagem de estar localizada nas proximidades da cidade. Nas áreas semiurbanas, representou o extremo oposto do mucambo e do cortiço – os tipos de habitação mais precários do oitocentos.

– Ainda o chalé

Em *Ordem e Progresso*, ao tratar das mudanças sociais que ocorreram nas três últimas décadas do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, Gilberto Freyre retoma a questão dos chalés, cita o palacete e, embora não mencione as vilas operárias, escreve sobre Luís Tarquínio e sua ação humanitária na Bahia.

Freyre faz as seguintes observações em relação ao chalé erguido no período que vai de 1870 à passagem do século:

455 DEBRET, *Op. cit.*, p. 200-1.

456 FREYRE (1936), *Op. cit.*, p. 324.

“(...) Foi ainda no período de vida nacional considerado no ensaio que se segue (...) que se manifestaram com intensidade: (...) a voga do chalé, (...) a voga das terrasses de hotel e café (...).”⁴⁵⁷

Sobre o morador do chalé, escreve:

“(...) Os baús do mascate pareciam aos olhos de um menino burguês de chalé ou de sobrado verdadeiros baús mágicos, tanto era o que reuniam (...).”⁴⁵⁸

“(...) O que mostra ter havido então, através da música, comunicação entre os salões aristocráticos e burgueses e a rua; e que música composta para regalo da burguesia dos sobrados e chalés tornou-se popular, no sentido de ser gostosamente assobiada pela gente do povo e por ele adotada em suas reuniões (...).”⁴⁵⁹

“(...) Burguês elegante, morador de chalé cor-de-rosa com jardim francês e ‘court’ de tênis à inglesa para os filhos rapazes.”⁴⁶⁰

No que diz respeito ao chalé erguido em outras cidades da América Latina, observa:

“(...) Com efeito, Montevideú – cidade republicana e incaracterística – se antecipara ainda mais que Buenos Aires, ao Rio de Janeiro ainda monárquico, em tornar-se um aglomerado de chalés suíços, vilas italianas, estruturas góticas, pavilhões mouriscos (...).”⁴⁶¹

E estabelece uma sutil relação entre o chalé e o pitoresco:

457 FREYRE (1959), *Op. cit.*, p. 161 e 163.

458 Idem, *ibid.*, p. 294.

459 Idem, *ibid.*, p. 320.

460 Idem, *ibid.*, p. 753.

461 Idem, *ibid.*, p. 864.

*“(...) mulheres que os mais requintados instalavam em chalés discretos e em recantos pitorescos (...).”*⁴⁶²

Estava em voga o chalé. Com isso o sociólogo quer dizer que esse tipo de habitação importado da Europa se espalhou pela paisagem urbana de várias cidades brasileiras, como Rio de Janeiro, São Paulo e Recife. Difundiu-se não como um tipo de habitação rural – como era originariamente –, mas como um tipo de habitação urbana que apenas pelas características de seus telhados de duas águas com a empena voltada para a fachada principal lembrava, muitas vezes de maneira vaga, o chalé suíço.

O morador do chalé, como evidencia o sociólogo, era o burguês: o menino burguês, a burguesia, o burguês elegante, havendo uma comunicação entre o chalé e a rua. O mascate entrava no chalé com seus baús que regalavam os olhos do menino burguês; e as modinhas da burguesia dos chalés e sobrados iam para as ruas, sendo assobiadas pela gente do povo. O burguês elegante morava em chalé cor-de-rosa com jardim francês e quadra de tênis à inglesa. O chalé, suíço; o jardim, francês; a quadra de tênis, inglesa. O ecletismo do chalé burguês de fins do século XIX prolongava-se nos espaços livres de uso particular. Para o gosto burguês, não havia necessidade de coerência entre o partido arquitetônico e o paisagismo. Bastava ser de estilo europeu.

Ao lado das vilas italianas, dos palacetes renascentistas, das estruturas góticas ou neo-góticas e dos pavilhões mouriscos, o chalé se espalhou não apenas pelas cidades brasileiras, mas por outras cidades da América Latina, como Buenos Aires e Montevideú. Estava em voga o Ecletismo.

Havia também uma relação entre o chalé e o pitoresco. Em seu texto “Chalés paulistanos”, Eudes Campos considera o chalé como “*fruto do Romantismo do século XIX*” e como um tipo de habitação extremamente popular nas últimas déca-

462 FREYRE, *Op. cit.*, p. 909.

das do século XIX⁴⁶³. De acordo com o arquiteto, o Pitoresco, que se difundiu com os jardins e paisagens inglesas a partir de meados do setecentos, contribuiu para a concepção de novos tipos de arquitetura burguesa de uso residencial, inspirados em construções como o *cottage* e a vila suburbana⁴⁶⁴. O chalé, que em sua forma original era simples construção de madeira com planta retangular e telhado de duas águas com uma das empenas voltada para a fachada principal, típica das áreas rurais da Suíça francesa, passou a ser bastante apreciado na Europa a partir de meados do século XIX⁴⁶⁵. Esse interesse pelo chalé suíço estava em consonância com o Romantismo, com a difusão das residências inspiradas em *cottages* e vilas no espaço urbano sob a forma de casas rústicas com jardins, e com a estética do Pitoresco. No Brasil, a ideia do chalé se difundiu principalmente nas últimas décadas do século XIX, como uma das manifestações pitorescas da arquitetura:

“(...) Na arquitetura brasileira, seria talvez possível reconhecer como manifestações pitorescas, além do chalé, as grutas de jardim, os lagos em miniatura, cruzados por pontes e cercados com peças de cimento imitando troncos de árvore, como os bancos do mesmo gênero ou mesmo os jardins de inverno, que vieram formalizar o uso das antigas varandas, mais francas e mais diretamente voltadas para a paisagem local.”⁴⁶⁶

Na cidade de São Paulo, o chalé popularizou-se a tal ponto que chegou a ser objeto de medidas restritivas municipais⁴⁶⁷. Um dos elementos mais característicos desses chalés oitocentistas foram os lambrequins, que não existiam nas construções

463 CAMPOS, Eudes. “Chalés paulistanos”. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v.16, n.1, jan/jun. 2008. p. 47.

464 Idem, *ibid.*, p. 49-50.

465 Idem, *ibid.*, p. 51-2.

466 REIS FILHO, *Op. cit.*, p. 184.

467 CAMPOS, *Op. cit.*, p. 47.

originais, mas se espalharam pela paisagem urbana nos telhados de duas águas com a empena voltada para a frente tanto no Brasil como na Europa.

A crítica mais contundente que Gilberto Freyre faz em relação à propagação dos chalés no Brasil aparece à página 432 de *Ordem e progresso*, embasada no discurso de Vieira Souto. Em 1876, esse engenheiro chamou atenção para a necessidade de se eliminar a prática “*de moldar as nossas construções pelas estrangeiras, sem a mínima atenção às condições de clima, riquezas e costumes do país*”⁴⁶⁸. Souto criticou ainda a cópia desregrada de modelos de revistas de arquitetura na construção de edifícios do Rio de Janeiro, ansiando por uma arquitetura mais brasileira e mais racional. No que diz respeito ao chalé, o engenheiro questionou em 1876: “*E que diremos dessa conhecida forma de chalé, tão própria para os arrabaldes quanto absurda para ser adotada nas ruas do comércio, como já se vai fazendo entre nós?*”⁴⁶⁹. Ao que acrescenta o sociólogo: “*A voga desse tipo de construção rural, importado da Suíça, e indevidamente situado no Brasil em ruas até de comércio, não foi somente no Rio de Janeiro que alcançou extremos por vezes ridículos: também no Recife (...)*”⁴⁷⁰. No Recife, no Rio de Janeiro e em São Paulo – onde surgiram prédios de comércio na área central com telhados de duas águas rendilhados de lambrequins⁴⁷¹.

No que concerne ao palacete e à vila operária, embora não tenham sido analisados pelo sociólogo, corresponderam a outros dois tipos de habitação muito comuns na paisagem de algumas cidades brasileiras em fins do oitocentos. Da mesma forma que o chalé, resultaram da importação de modelos de habitação europeia.

468 SOUTO, Vieira. *O melhoramento*, p. 121 *apud* FREYRE (1959), *Op. cit.*, p. 432.

469 *Idem*, *ibid.*, p. 432.

470 FREYRE (1959), *Op. cit.*, p. 432.

471 CAMPOS, *Op. cit.*, p. 79.

– O palacete

Em *Ordem e progresso*, Gilberto Freyre chega a citar o palacete em passagens como esta:

“(...) Todos um tanto desorientados ao que fazer com seu dinheiro ganho de repente; ou com o seu poder ou a sua cultura, também adquiridos às vezes às pressas. Fortunas assim rápidas foram a do conde de Leopoldina; a de Delmiro Gouveia, que de pequeno chefe de estação de estrada de ferro suburbana subiu quase da noite para o dia, nos primeiros anos da República, a grande industrial, modernizando sua residência, antiga casa de subúrbio do Recife, num palacete com banheira quase imperial de mármore: palacete a que deu um tanto liricamente, o nome da esposa: Villa Anunciada.”⁴⁷²

O palacete foi muitas vezes a habitação dos “*novos-ricos*”, dos “*novos-poderosos*”, dos “*novos-cultos*”, para empregar as expressões de Gilberto Freyre⁴⁷³. A habitação das pessoas deslumbradas com a Europa, obcecadas por tudo que era europeu. O fato de ter sido várias vezes denominado “*villa*” – Villa Anunciada, Villa Penteado, Villa Maria, Villa Horácio Sabino – indica sua origem, europeia.

Foram as vilas italianas renascentistas, dos séculos XVI e XVII, como aquelas projetadas por Andrea Palladio, que serviram de inspiração para as vilas inglesas e francesas dos séculos XVIII e XIX, as quais, por sua vez, especialmente as francesas, tornaram-se o ideal de habitação das famílias brasileiras mais ricas da passagem do século XIX para o século XX.

Transplantada para o Brasil a ideia das vilas europeias, construíram-se aqui palacetes em vez de palácios, implantados em lotes que poucas vezes ultrapassavam as dimensões de uma

472 FREYRE (1959), *Op. cit.*, p. 663.

473 Idem, *ibid.*, p. 663.

quadra. Esses palacetes eram cercados por jardins à francesa ou à inglesa, apresentavam em sua arquitetura uma notória mistura de estilos e, em seu programa de necessidades, adaptações tanto em função das dimensões reduzidas, como em função de hábitos e costumes da família brasileira. O palacete correspondeu assim a uma miniaturização da arquitetura produzida na Europa; à criação de um cenário europeu em pleno país tropical.

Maria Cecília Naclério Homem analisa o palacete paulistano como uma das formas urbanas de morar da elite cafeeira. Segundo a historiadora, o palacete foi a casa mais luxuosa da capital paulista em fins do século XIX e nas primeiras décadas do século XX; um tipo de residência construído em alvenaria de tijolos em contraposição aos antigos sobrados de taipa⁴⁷⁴.

A forma de implantação do palacete – isolado das divisas do lote – e parte de suas dependências internas assemelhavam-se às da casa francesa (sendo não raro designadas segundo a mesma nomenclatura). Entretanto, persistiram nesse tipo de habitação urbana elementos do sobrado e da chácara brasileira, como a sala de jantar próxima à cozinha, de maiores dimensões que os outros cômodos, e o quarto independente destinado aos hóspedes, situado no térreo⁴⁷⁵.

A partir da análise e estudo de vários palacetes implantados na cidade de São Paulo, Maria Cecília Naclério Homem estabelece um conceito de palacete: “*tipo de casa unifamiliar, de um ou mais andares, com porão, ostentando apuro estilístico, afastada das divisas do lote, de preferência dos quatro lados, situada em meio a jardins, possuindo área de serviços e edículas nos fundos*”⁴⁷⁶.

O palacete possuía um programa de necessidades bem mais complexo que o do sobrado, havendo espaços específi-

474 HOMEM, Maria Cecília Naclério. *O palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira: 1867-1918*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 13.

475 Idem, *ibid.*, p. 14.

476 Idem, *ibid.*, p. 14.

cos para cada função ou atividade desenvolvida na residência. Como salienta a historiadora, o estar foi desmembrado no palacete em sala de recepção, sala de visitas, sala de música, sala de estar, de jogo, de bilhar, *fumoir*, sala de estudos, biblioteca, sala de senhoras, *hall*, gabinete. Entre a cozinha e a sala de jantar, foram introduzidas a copa, a sala de almoço e a sala de refeição infantil⁴⁷⁷. Na distribuição interna do palacete, os cômodos apareciam agrupados em três zonas – estar, repouso e serviços –, separadas entre si por meio do vestíbulo ou *hall* de distribuição. Os serviços passaram a ser realizados não somente na cozinha, como nos porões e nos fundos – as áreas menos valorizadas da casa; o estar acomodou-se ao térreo e às áreas ajardinadas; e o repouso ficou restrito aos dormitórios, comumente localizados no primeiro andar da construção⁴⁷⁸.

É importante ressaltar ainda a relação entre o palacete e a imigração de fins do século XIX e a relação entre o palacete e a importação de materiais e técnicas construtivas. Se por um lado o oitocentos foi caracterizado pelo processo de re-europeização, salientado por Gilberto Freyre, e pela obsessão por tudo que era europeu, que levou à importação de modelos de palacetes por brasileiros que visitaram Paris ou outras cidades europeias, por outro lado, a presença de imigrantes em terras brasileiras também favoreceu a implantação desse tipo de habitação. Muitos imigrantes enriquecidos com a indústria ergueram palacetes ecléticos cercados por jardins. No que diz respeito à importação de materiais e técnicas construtivas, o palacete marcou a passagem da taipa, da pedra e do granito para o tijolo, em algumas cidades brasileiras, e a difusão de materiais construtivos que requeriam novas técnicas (como o cobre, a ardósia, o mármore e as telhas francesas), ao mesmo tempo que possibilitavam mudanças na arquitetura de uso residencial:

“O uso de calhas, condutores e águas furtadas de folha de Flandres, ou de cobre, por exemplo, nas casas

477 HOMEM, *Op. cit.*, p. 125.

478 Idem, *ibid.*, p. 129.

mais ricas, permitiu a adoção de corredores laterais descobertos e de pátios internos, o que era praticamente impossível anteriormente, tempo dos grandes telhados de duas águas. Agora, não mais alcovas escuras e abafadas e sim dormitórios, todos eles providos de janelas para o exterior.”⁴⁷⁹

A arquitetura do palacete possuía também a função simbólica de conferir *status* ao seu proprietário – o que fez Gilberto Freyre afirmar sobre o brasileiro: “o rico, logo que faz fortuna, levanta palacete bem à vista da rua”⁴⁸⁰. O palacete, com seus vastos jardins valorizando a construção, era arquitetura para ser vista e admirada em todo seu caráter europeu e “civilizado”; era expressão maior da riqueza e da fortuna de seus moradores. Por outro lado, alguns ricos industriais, depois de erguerem seus palacetes nas áreas mais nobres das cidades, ergueram também habitações para os operários de suas fábricas, às quais, agrupadas, também se atribuiu a denominação de “vilas”, neste caso, vilas operárias.

– Vilas Operárias

As primeiras vilas operárias, denominadas “Vilas Modelo”, decorreram de experiências realizadas na Inglaterra e Escócia durante o século XVIII. Seus construtores foram proprietários, agricultores e industriais que fixaram seus trabalhadores junto ao local de trabalho, oferecendo a eles todos os recursos necessários à sua sobrevivência – moradia, escolas, farmácias, hospitais e institutos para a “*formação de seu caráter*”⁴⁸¹. Esse modelo de habitação do trabalhador foi importado para o Brasil

479 LEMOS, *Op. cit.*, p. 54.

480 FREYRE (1936), *Op. cit.*, p. 36.

481 CARPINTÉRO, Marisa Varanda Teixeira. “Imagens do conforto: a casa operária nas primeiras décadas do século XX em São Paulo”. In: BRESCIANI, Stella (org.). *Imagens da cidade*. São Paulo: Marco Zero: FAPESP, 1993. p. 129-30.

na segunda metade do século XIX da mesma forma que o palacete, ou seja, após o contato de pessoas das camadas mais altas da sociedade com as cidades europeias.

Na vila operária brasileira, as casas eram quase sempre geminadas, possuindo um ou dois pavimentos e dimensões bastante reduzidas. Correspondiam ao abrigo mínimo. Em alguns casos, havia outros edifícios na vila operária, além das casas dos trabalhadores, como escolas, creches, armazéns, farmácias e igrejas, que faziam com que os operários não tivessem necessidade de sair da vila. Isso aconteceu na vila da Fábrica de Boa Viagem em Salvador, na Vila Maria Zélia (exemplar das primeiras décadas do século XX) em São Paulo, e na Vila Ruy Barbosa no Rio de Janeiro – vilas que ocupavam grandes terrenos. Os espaços livres dessas vilas eram compostos pelas ruas que separavam os blocos de habitação, normalmente dispostos ortogonalmente, e por praças e jardins para sociabilidade dos trabalhadores e de suas famílias.

Mas o termo “vila operária” designou não apenas esses grandes agrupamentos de habitação proletária, como todo e qualquer conjunto de residências, destinado à habitação operária, que se enquadrasse nos padrões estabelecidos pela municipalidade, sendo construídos segundo suas normas de higiene e com as dimensões mínimas exigidas pelo governo. Com a intenção de combater o cortiço e outras formas de habitação insalubres que se tornaram focos de epidemias nas últimas décadas do oitocentos, o governo não só favoreceu como estimulou a construção desses conjuntos de residências ditas higiênicas para moradia do operariado, oferecendo isenção de impostos e outros benefícios aos seus construtores.

Do ponto de vista sociológico, a vila-operária correspondeu à habitação dos trabalhadores da indústria, que cediam parte de seu salário e muito de sua vida individual para morar perto da fábrica, a serviço de seus patrões. Segundo Eva Blay, a vila operária foi um “*sucedâneo da senzala*”⁴⁸².

482 BLAY, *Op. cit.*, p. 30.

Enquanto Gilberto Freyre vê nas ações de um industrial como Luís Tarquínio uma preocupação social em uma época em que o país era recém-saído do sistema de trabalho escravo, preservando muitas de suas idiossincrasias, Eva Blay percebe na construção das vilas operárias uma continuidade do sistema anterior, com os patrões encontrando meios de manter sua mão-de-obra sob controle contínuo, como à época da escravidão, e com a devolução de parte do salário dos trabalhadores sob a forma de aluguel e dos pagamentos de compras efetuadas no armazém da vila (que correspondiam aos suprimentos básicos de alimentação e higiene, anteriormente garantidos pelos próprios senhores de escravos, da mesma forma que a habitação).

Para Freyre, Luís Tarquínio foi “*pioneiro industrial*” ao fundar a Companhia Empório Industrial do Norte em 1891, cuidando dos aspectos financeiros, técnicos e sociais. Do ponto de vista do sociólogo, Tarquínio organizou a relação patrão-operário sobre novas bases e sua iniciativa na Bahia, embora de interesse econômico, teve um valor social ao efetuar a contratação de ex-escravos e descendentes de escravos que foram “*integrados em novo sistema de atividade, de recreação e de cultura*”⁴⁸³. Na mesma linha de Luís Tarquínio, Freyre cita outros industriais, como Jorge Street, em São Paulo, os Mascarenhas, em Minas Gerais, e o engenheiro Carlos Alberto de Meneses, em Pernambuco⁴⁸⁴.

Eva Blay menciona a iniciativa de Luís Tarquínio na Bahia: “*Em 1892, Luís Tarquínio inaugura em Salvador, Bahia, o Empório Industrial do Norte, ainda hoje [1985] em pleno funcionamento, ocupando uma área de 19.337m², para produzir tecido branco e colorido*”. E acrescenta: “*Do conjunto industrial fazia parte uma vila operária com 258 residências, escola, jardim de infância, enfermaria, e outros serviços coletivos, com água, calçamento*”⁴⁸⁵. Entretanto,

483 FREYRE (1959), *Op. cit.*, p. 924-5.

484 Idem, *ibid.*, p. 925.

485 BLAY, *Op. cit.*, p. 31.

considera a vila operária como uma das soluções encontradas pelos industriais para fixar a mão-de-obra, sobretudo a especializada, junto à fábrica. A intenção do industrial era não apenas atrair, mas “*reter a força de trabalho*”⁴⁸⁶.

Inegável é a influência mais uma vez europeia nesse tipo de iniciativa. O próprio Luís Tarquínio esteve na Inglaterra para escolher e adquirir as máquinas de sua indústria⁴⁸⁷. Junto com as máquinas trouxe a ideia da vila operária. Jorge Street, já no século XX, ergueu a Vila Maria Zélia em São Paulo com programa inspirado na Vila Operária de Saltaire, construída na Inglaterra em 1851. Mas embora o programa fosse importado, o projeto dessas vilas foi muitas vezes elaborado não apenas por engenheiros civis ou engenheiros-arquitetos, mas também por mestres-de-obras nem sempre identificados⁴⁸⁸.

As casas de vila do Brasil possuíam programa básico semelhante ao programa das casas operárias voltadas para a rua: uma sala (ou varanda), uma cozinha, um quarto e uma latrina ou banheiro no quintal. Eram normalmente térreas e erguidas com materiais de melhor qualidade que os cômodos dos cortiços. Ainda assim, eram casas pequenas, com intensa sobreposição de funções em oposição ao palacete – moradia do empregador. Em alguns casos, foram construídas casas de vila com dois dormitórios; as casas com três dormitórios constituíram exceções e foram destinadas principalmente aos funcionários especializados. De qualquer modo, não possuíam grandes dimensões – economizava-se espaço e material construtivo por meio da construção de casas mínimas geminadas; como consequência, essas residências eram funcionais e exibiam racionalidade construtiva. Seus lotes eram estreitos e retangulares, contendo um pequeno quintal ao fundo; conseqüentemente, a planta

486 BLAY, *Op. cit.*, p. 30-1.

487 v. FREYRE (1959), *Op. cit.*, p. 924.

488 BENCLOWICZ, Carla Milano. *Prelúdio modernista: construindo a habitação operária em São Paulo*. Dissertação de mestrado. São Paulo: FAUUSP, 1989. p. 264.

das casas tendia ao retângulo. As construções eram erguidas na maioria das vezes no alinhamento dos lotes, sem recuo frontal. A sala e o quarto dividiam a fachada principal, com suas janelas voltadas para a rua da vila. A cozinha ficava depois da sala e, após a cozinha, situava-se o banheiro, com entrada pelo quintal – a disposição do banheiro junto à cozinha tinha como objetivo a redução de gastos com a tubulação de água e esgoto.

Em termos gerais, a casa da vila operária foi o tipo de habitação mínima destinada ao trabalhador (livre) da fábrica, implantada no Brasil da segunda metade do século XIX às primeiras décadas do século XX. Proporcionou algum conforto a seus moradores, possuindo a salubridade exigida por lei – ventilação e iluminação nos cômodos internos, distanciamento do solo por meio de porões quando necessário; cozinhas e latrinas individuais para cada residência. Era funcional e racional, renunciando a modernidade, como observa Carla Milano Benclowicz⁴⁸⁹. Independentemente das razões que justifiquem sua existência no Brasil – ações humanitárias ou meio de reter e explorar o trabalhador – foi um tipo de habitação de influência claramente europeia, como o palacete. Ambos resultaram da importação de formas de morar da Europa – o palacete para o patrão, a vila para os operários; os mais ricos definindo, mais uma vez, a habitação dos trabalhadores segundo modelos que lhes eram convenientes.

– Casas de “enamel” ou enxaimel

O termo “enxaimel” designa cada uma das estacas que em conjunto com as varas compõe o engradado das paredes de taipa que recebe e mantém o barro amassado⁴⁹⁰. Designa também um tipo específico de construção de influência anglo-saxônica, com estrutura de madeira e espaços preenchidos com tijolos,

489 v. BENCLOWICZ, *Op. cit.*

490 v. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 775. (Primeira edição: 1975).

que se tornou comum nas colônias alemãs fundadas no sul do Brasil durante o século XIX.

A “casa de ‘enchamel’” (ou enxaimel) é descrita por Paul Hellmuth Keller em seu texto sobre a arquitetura de Joinville⁴⁹¹. Segundo Keller, esse tipo de habitação, introduzido no Brasil pelos saxões, resultou, entre outros fatores, da necessidade de se erguer moradias secas, de piso elevado, com paredes que constituíssem uma defesa contra as intempéries⁴⁹². No caso de Joinville, o granito existente no entorno só podia ser extraído com o uso de explosivos; além disso, a dificuldade de transporte, conseqüente também da escassez de estradas, restringiu o emprego da pedra nas construções. Desse modo, restou aos colonos de origem alemã a opção de erguer suas casas fazendo uso da madeira, do barro e da argila⁴⁹³.

Nas construções de enxaimel, a madeira garante a estabilidade estrutural. A armação, composta por vigas, colunas, escoras e travessas, é preenchida com tijolos, segundo formas e disposições variadas, uma vez que as paredes, nesse tipo de construção, servem apenas de vedação – não têm função estrutural. Cria-se, assim, um contraste nas casas de enxaimel entre o vermelho vivo dos tijolos e os tons escuros da madeira que compõe o desenho da fachada – cuja empena volta-se para a rua, à maneira dos chalés⁴⁹⁴.

A cobertura dessas construções é formada por telhas planas, de fabricação manual, em formato de escamas, que exigem um declive acentuado, contribuindo para a existência de um sótão nessas residências, com um melhor aproveitamento do espaço⁴⁹⁵.

491 v. *Álbum histórico do centenário de Joinville, 1851-1951*. Curitiba: Gráfica Mundial Ltda, 1951. p. 65-9.

492 KELLER, Paul Hellmuth. “Joinville na arquitetura”. In: *Álbum histórico do centenário de Joinville, 1851-1951*. Curitiba: Gráfica Mundial Ltda., 1951. p. 67.

493 Idem, *ibid.*, p. 67.

494 Idem, *ibid.*, p. 67.

495 Idem, *ibid.*, p. 68.

Essa inclinação do telhado, necessária para a colocação das telhas planas em escamas, não tem no Brasil a mesma função dos países da Europa, onde a neve deve deslizar para não sobrecarregar a cobertura. Indica uma nítida influência europeia na construção e, de certo modo, a transposição de um estilo arquitetônico europeu (considerando-se ainda a forma de construção da moradia) para um país tropical – ainda que se considere que ao sul do Brasil as condições climáticas se assemelhassem às da Europa.

As casas de enxaimel foram características das colônias alemãs (ou nórdicas), fundadas no Brasil do século XIX, desvencilhadas naquele momento da mistura de culturas e raças que marcou a formação do povo brasileiro e dos tipos de casa existentes em território nacional. Constituíram um tipo de habitação específico de imigrantes que por um determinado período se mantiveram apartados do processo de miscigenação. Corresponderam à transladação de um estilo europeu de habitação anterior à difusão do ecletismo, segundo outros objetivos (antes culturais que acadêmicos ou de re-europeização).

* * *

A casa brasileira do século XIX foi, assim, marcada por profundas transformações que acompanharam as mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do período e dependeram muitas vezes da importação de novas tecnologias, novos materiais, novas técnicas construtivas, de profissionais especializados e de modelos europeus de habitação. Se nas primeiras décadas do oitocentos o sobrado, já então caracteristicamente brasileiro e adaptado aos trópicos, correspondeu ao tipo de habitação mais requintada no espaço urbano (como a casa de chácara nos arredores das cidades), em fins do século XIX foi o palacete ajardinado a construção mais rica; enquanto o mucambo correspondeu à habitação menos valorizada de princípios do oitocentos (menos ainda que a casa térrea sem assoalho), em fins do século XIX, o cortiço foi o tipo de habitação mais pobre

do espaço urbano; se na primeira metade do século XIX, o trabalhador compulsório habitou o térreo dos sobrados no espaço urbano ou as senzalas diminutas junto às chácaras, em fins do oitocentos foram erguidas vilas operárias para os trabalhadores livres junto ao local de trabalho – a fábrica; foi também na segunda metade do século XIX que se difundiu o chalé, como um dos tipos de habitação favoritos da burguesia enriquecida. Tudo isso no sentido da europeização ou re-europeização – do espaço urbano, da arquitetura, da casa brasileira.

7

Significados da casa brasileira

Em *A poética do espaço*, Gaston Bachelard apresenta um estudo fenomenológico da casa – “*nosso canto do mundo*”, “*nosso primeiro universo*”⁴⁹⁶. O filósofo investiga os significados do porão e do sótão (com sua polaridade e oposição entre o irracional e o racional, o inconsciente e o consciente), os significados dos cantos e corredores, da escada (que conduz ao porão, que conduz ao sótão, que sobe até o quarto), com seu signo de ascensão⁴⁹⁷. Para cada espaço da casa, atribui um significado, um sentido.

Considerando-se o sobrado brasileiro do oitocentos e tomando como exemplo aquele visitado por Vauthier, é possível

496 BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 24. (Primeira edição: 1957).

497 Idem, *ibid.*, p. 36-42.

investigar os significados da casa, não do porão⁴⁹⁸ ao sótão, mas do térreo, do rés-do-chão, ao espaço situado sob a cobertura.

De um modo geral, o sobrado apresentava quartos de escravos e hóspedes no térreo; uma área de domínio do homem no pavimento superior com frente para a rua; e espaços ocupados pelas crianças, mulheres e escravas, afastados da rua tanto no sentido longitudinal (nos pavimentos intermediários) como no sentido vertical (incluindo o uso do sótão).

O dormitório destinado aos escravos situado no térreo era o primeiro indício forte de uma casa construída para e por uma sociedade escravocrata. Esse dormitório, ao rés-do-chão e próximo à rua, localizava-se na área menos valorizada da residência. Ao vestíbulo, situado logo à entrada da construção, também não se atribuía grande valor; localizado no térreo, ao lado do quarto de escravos, não apresentava luxo ou requinte, representando antes um espaço de transição entre a rua e os compartimentos destinados aos proprietários da casa. O estreito corredor que ligava o vestíbulo ao pátio era escuro e sombrio, iluminado apenas pelas aberturas das extremidades da casa; um local de passagem e circulação, que unia e separava o espaço público do privado.

O quarto de hóspedes, da mesma forma que o dormitório dos escravos, ficava ao rés-do-chão, com um sentido ambíguo: ao mesmo tempo em que indicava uma gentileza do proprietário, garantia a hospedagem apartada de seus familiares – o hóspede era abrigado junto aos escravos e não junto à família do proprietário, impondo-se um distanciamento espacial e social.

498 A casa brasileira urbana do século XIX na maioria das vezes não teve porão que atemorizasse ou incitasse a imaginação; era uma casa erguida acima do solo, que assumia um sentido vertical ao mesmo tempo em que se estendia ao longo de lotes estreitos e compridos. A ideia do porão tornou-se comum somente em fins do século (seja por questões de higiene e de salubridade, seja por influência estrangeira), no momento em que o antigo sobrado deu lugar ao palacete e o mucambo deu lugar ao cortiço e às casas e vilas operárias – com porão, mas sem sótão.

O pátio, quando não estava circundado pelas paredes da habitação, era às vezes quintal, outras vezes jardim, correspondendo ao único espaço livre da residência de uso particular. A cocheira no fundo do lote era o espaço destinado à guarda e manutenção dos animais. Antecedeu a garagem no modo individualista de proteger e guardar os meios de transporte particulares empregados na circulação urbana.

O acesso ao primeiro pavimento dava-se por meio de uma escada estreita disposta no sentido transversal da construção – pode-se dizer que dividindo a casa em duas partes quase simétricas. Essa escada dava para o corredor estreito do térreo, podendo facilmente passar despercebida, não fosse a claraboia na cobertura que iluminava seus degraus em algumas edificações.

O primeiro pavimento era o primeiro espaço verdadeiramente familiar dessa construção, sendo ocupado de fato pela família do proprietário. De um lado da escada encontrava-se a sala de frente, dando para a rua – domínio do *pater familias*; do outro lado, a sala posterior, dando para o pátio – lugar mais íntimo e reservado. Ambas as salas eram iluminadas por meio de aberturas dispostas nas fachadas principal e posterior da residência, que possibilitavam um contato visual com a rua e com as áreas externas do edifício.

À esquerda e à direita da escada, ficavam as alcovas sem iluminação direta, mas fechadas com portas envidraçadas. Eram os dormitórios dos senhores, das filhas e crianças da família.

A sala da frente era a área mais social da residência, onde se recebiam as visitas. Seu mobiliário era simples e escasso, não revelando opulência. As portas-janela desse compartimento abriam para uma pequena sacada que garantia um contato ainda maior entre os moradores da casa e o espaço público – a rua.

O corredor do térreo praticamente se repetia no primeiro pavimento, como área de circulação que interligava e separava espaços mais sociais e espaços de maior intimidade. A mesma escada que dava acesso ao primeiro pavimento seguia para o

sótão – a área de serviço da residência, onde estavam localizadas a copa e a cozinha e uma área íntima configurada pela sala de jantar ou varanda. Se o dormitório dos escravos ficava no térreo, junto ao rés-do-chão, as escravas tinham seu alojamento no sótão, junto à área de serviço – estavam mais distanciadas e mais protegidas da rua.

Enquanto a sala de frente do primeiro pavimento era o local cotidiano do homem da casa, a sala posterior e o sótão eram os lugares onde a mulher passava a maior parte do dia; os espaços sociais de maior intimidade.

Esquemáticamente, tinha-se o seguinte: o térreo junto à rua não era ocupado pela família, mas por escravos e hóspedes; o primeiro pavimento era ocupado pela família, mas a sala voltada para a rua era antes área do homem que da mulher e a sala voltada para o pátio era área antes da mulher e das crianças e suas mucamas, que do homem; o sótão era a área social mais íntima e também área de serviço, sendo predominantemente ocupado durante o dia pela mulher e pelas escravas.

O sótão da casa brasileira oitocentista não era portanto lugar de sonho, como propõe Bachelard em sua análise da casa, mas local de trabalho e refeições. O térreo não era ocupado pela família, sendo tratado quase como um prolongamento da rua e, portanto, desprezado na sua condição de parte da habitação – era o lugar dos escravos e dos outros, não era o lugar da família. A esta se destinava o primeiro pavimento e outros pavimentos intermediários, separados do térreo por uma escada estreita e iluminada, conformando espaços sociais e íntimos; as áreas mais valorizadas da residência.

O sobrado oitocentista era uma casa com dormitório para escravos – resultado de uma sociedade escravocrata; uma casa onde se percebia uma clara segregação espacial entre a família e os escravos, entre a família e os hóspedes, entre o homem e a mulher, com áreas de domínio deste ou daquele ocupante da habitação, que no entanto conviviam no mesmo espaço e muitas vezes se misturavam na própria residência – no sobe-e-desce

das escadas, no entra-e-sai da construção, no transporte de alimentos, na retirada de detritos orgânicos, nos afazeres domésticos, na dinâmica social do dia-a-dia; era a casa patriarcal onde curiosamente o proprietário ocupava uma área bastante restrita em comparação aos domínios da mulher; uma casa que se protegia da rua e dos espaços públicos por meio de um distanciamento vertical. Não lembra a casa sonhada, mas a casa produzida para suprir as necessidades da sociedade brasileira do século XIX. Pode-se dizer, à maneira de Gilberto Freyre, que era lugar de guardar escravos, lugar de guardar mulheres, mais do que abrigo sonhado e imaginado.

Em oposição ao sobrado, estava o mucambo, que muitas vezes podia representar o sonho do sobrado. Repetia em sua organização interna a divisão do primeiro pavimento deste último: sala na frente, quartos e varanda. Entretanto não possuía escadas, nem sótão, nem andar algum além do térreo – à exceção dos mucambos com sótão ou com um pavimento adicional, como observa Gilberto Freyre⁴⁹⁹. Além disso, era construído com os materiais mais simples; uma construção quase vegetal. Ecológico, integrava-se perfeitamente à natureza do entorno.

O mucambo talvez tenha sido mais sonho de casa que o sobrado; erguido pelas próprias mãos do futuro morador, era quase ninho, aconchego, o sonho de abrigo realizado, efetivado, ainda que nas áreas menos apropriadas, alagadiças, áreas de mangue. Compunha harmoniosamente a paisagem entre palmeiras e coqueiros.

Não era a casa com abrigo para o escravo, mas a casa do ex-escravo, do escravo fugido, que trançava as paredes, arranjava a cobertura. Não era a casa do patriarca, mas a casa da família mais simples, sem recursos. Não era a casa efetivamente urbana, mas a casa rejeitada e negada pela cidade.

O mucambo não era construção sólida, para uma vida inteira, mas construção efêmera que a enchente levava, que o

499 FREYRE (1936), *Op. cit.*, p. 414.

vento mais forte podia derrubar. Neste caso, erguia-se o mucambo outra vez e quantas vezes fossem necessárias – bastava a vontade própria, o esforço próprio, o exercício próprio. Casa tão bem acomodada à natureza, que a natureza levava embora e a paciência refazia.

Sala, dois quartos e varanda – o abrigo mínimo planejado pelo morador. Casa auto-construída, de palha, de folha de coqueiro, de capim. A antítese do sobrado, no que este possuía de sólido, de urbano, de escravocrata, de patriarcal. O mucambo representava a liberdade de se habitar em qualquer lugar, a possibilidade da mudança, a quase ausência de raízes fixas, de sedentarismo.

Era horizontal. Não possuía nem sótão, nem porão; realizava-se inteiro no térreo, junto à terra. Casa de quartos com janelas que se abriam para a natureza, para a paisagem.

A ausência de solidez, de peso no chão, de cobertura com telhas fez do mucambo a habitação desprezada pelos moradores do sobrado, subestimando-se também seus moradores. Para estes, o mucambo significava tudo o que possuíam, pois não possuíam nada além dele e dos poucos objetos nele contidos.

Mais do que o sobrado, o mucambo era o sonho de casa, o sonho de abrigo, ainda que não fosse a casa dos sonhos ou o abrigo sonhado.

Era um tipo de habitação que sintetizava culturas – a do negro e a do índio, misturadas à do branco na forma de distribuição dos cômodos internos. Era a casa que não se queria perder ou abandonar por ter sido construída pelas próprias mãos; a casa-natureza do homem, apesar de todas as suas carências de maior salubridade.

Palacetes, vilas e cortiços

Enquanto o sobrado urbano oitocentista resultou dos três séculos de formação da sociedade brasileira, patriarcal e escravocrata, o palacete correspondeu ao resultado do processo de-

nominado por Gilberto Freyre de “*re-europeização*”, consubstanciado na arquitetura de uso residencial, na forma urbana de morar.

Se o sobrado representava a tradição, o palacete representava o novo; se o sobrado era um dos tipos de casa já então tipicamente brasileiros, o palacete era a habitação de influência europeia, produzida segundo um programa de necessidades diferenciado, uma técnica construtiva diferenciada, com o emprego de materiais construtivos importados e de acordo com outros padrões estéticos. No espaço urbano, denotava a consolidação das mudanças sociais, políticas e econômicas.

Alguns dos primeiros palacetes possuíam porão, jardim lateral e quartos com janelas, tendo sido suprimido o sótão. O porão afastava a construção do solo, favorecendo o uso do térreo pela família. As janelas do térreo, a maior altura, distanciavam-se do olhar dos transeuntes. A implantação do jardim ao lado do edifício denotava a valorização dos espaços livres ajardinados do ponto de vista estético e social. Os quartos com janelas, além de suas condições mais salubres, simbolizavam uma liberdade maior para a mulher no sentido de poder ver e ser vista pelos transeuntes. Permitiam uma aproximação, ao menos visual, entre a mulher e o espaço público. A supressão do sótão e a maior extensão da fachada indicavam uma diferença essencial entre o sobrado e o palacete: enquanto o primeiro se estendia verticalmente, chegando a cinco ou seis pavimentos em algumas cidades, o palacete se estendia horizontalmente, com um número de janelas bem mais expressivo nas fachadas. Parte dos primeiros palacetes urbanos foi decorada externamente com detalhes e ornamentos neoclássicos – frontões triangulares, pilastras, frisos na platibanda que ocultava o telhado, estátuas greco-romanas; influência direta da Missão Artística Francesa no Rio de Janeiro e indireta nas demais cidades brasileiras.

O palacete se consolidou como a casa urbana mais rica e requintada nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras

décadas do século seguinte, com um programa de necessidades que incluía áreas como saguão, *hall* de entrada ou vestíbulo, sala de piano, biblioteca, *fumoir*, banheiro e w.c., de influência nitidamente europeia. A essa altura, o jardim circundava a residência, sendo projetado também segundo as tendências europeias e contribuindo não apenas para a valorização da arquitetura, como para a valorização do espaço urbano.

No palacete, o térreo abrigava as áreas sociais (vestíbulo, salas, biblioteca, escritórios) e de serviço (copa, cozinha, despensa, refeitório), sendo o pavimento superior destinado às áreas íntimas (dormitórios, *toilette*, banho). Em substituição aos antigos quartos de escravos, alguns palacetes possuíam no térreo um “*quarto de criada*” – normalmente estrangeira.

A mulher participava então ativamente da vida social, mas o palacete apresentava ainda resquícios da segregação interna do sobrado, com áreas de domínio do homem, áreas de domínio da mulher e áreas ocupadas predominantemente pelos serviços.

Para as crianças, talvez mais do que para o adulto, não faltavam lugares de sonho no palacete: o *hall* com pé direito duplo, o banco de madeira sob a escada, os terraços e varandas, o gazebo no jardim. Lugares que ficaram guardados na memória onírica dos habitantes do palacete.

Se por um lado o sobrado não correspondia exatamente ao “*sonho de abrigo*”, à “*casa sonhada*”, o palacete era o “sonho de abrigo europeu”, era o querer-se morar aqui como na Europa, o desejar-se usufruir a cultura europeia e seu modo de vida; o palacete configurava arquitetonicamente o sonho de ser como o europeu, de apreciar o que o europeu apreciava, de morar como o europeu morava, de esquecer as tradições brasileiras, o passado colonial e escravocrata, as influências indígenas, africanas, orientais.

A arquitetura do palacete da passagem do século era eclética, produzida à francesa, à inglesa, à alemã, à suíça. Misturava todos os estilos e em cada palacete de modo peculiar, atribuindo

do um tom de ecletismo à própria paisagem. Eram ecléticos a arquitetura e os jardins, simbolizando ambos o poder e a riqueza de seu proprietário. O palacete e o jardim eram símbolos de *status* de modo semelhante à casa-grande de engenho do período colonial, com suas palmeiras marcando a entrada da edificação. O palacete era a arquitetura mais rica e mais opulenta, mas contraditoriamente nem sempre bem visto pelos europeus, a quem tudo parecia mesquinho e tacanho, falseado. Os primórdios da arquitetura do simulacro.

Mas enquanto o palacete simbolizava *status* e poder, a vila operária era o símbolo da opressão e do domínio dos industriais sobre os trabalhadores de fábrica. Possuía horários e regras rígidos numa forma de controle do modo de vida do operariado.

A vila operária correspondeu à concretização, no espaço urbano, da passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, da substituição, muitas vezes, de trabalhadores negros por imigrantes, da introdução do sistema industrial com suas consequências econômicas; correspondeu a um novo contexto histórico-social.

A casa da vila era a casa higiênica em oposição ao cortiço; possuía banheiro individual, assoalho, piso na cozinha, às vezes porão baixo e espaços de uso comum pavimentados. Era, entretanto, a casa mínima, com sala, cozinha, um ou dois quartos e banheiro nos fundos, em que se observava uma sobreposição de funções em quase todos os cômodos: serviços realizados na sala e nos quartos, a cozinha utilizada como sala de jantar e copa, a sala de visitas utilizada como sala de jantar. Era a casa que fazia seu habitante buscar espaços mais amplos no exterior, na rua, no pátio – espaços de estar, de lazer e de sociabilidade; a casa que precisava do espaço público ou semipúblico (de uso comum) como complemento. A casa que de tão pequena diminuía a distância entre as pessoas: o pai, a mãe, o filho pequeno. Estes não se mantinham apartados como no palacete, permanecendo juntos dentro de casa, ainda que de modo não intencional.

A casa de vila não era a casa sonhada, mas a casa precisa; o abrigo mínimo pelo qual se lutava para que se tivessem as condições mínimas e essenciais para o trabalho cotidiano. Era a casa-salário, a casa como parte do salário, pela qual o trabalhador se submetia às exigências do patrão. Uma casa pequena, térrea, com ou sem jardim na frente, que simbolizava a luta e o modo de vida do operariado.

De qualidade inferior e de menor salubridade era o cortiço em comparação com a vila operária. O tipo de habitação mais simples e menos higiênico do espaço urbano de fins do século XIX. Preferido aos mucambos pelos imigrantes, como observa o sociólogo⁵⁰⁰, o cortiço muitas vezes correspondeu ao conjunto de cubículos insalubres dispostos lado a lado ao longo de um corredor estreito e sujo ao fim do qual se encontravam vasos sanitários e tanques de uso comum a todos os moradores. Esses cubículos, com um ou dois cômodos, destinavam-se a famílias inteiras. Erguidos com materiais de baixíssima qualidade, não possuíam cômodos suficientes, iluminação e ventilação adequadas, assoalho ou piso regular em todos os cômodos internos, banheiro individual, pavimentação nos espaços de uso comum. Eram menos que o abrigo mínimo necessário. Espaços degradantes que simbolizavam a luta pela sobrevivência nas piores condições de vida. Lembravam também a senzala na forma de distribuição (com os cômodos encarreirados) e muitas vezes se situavam nas proximidades de bairros operários ou em bairros abandonados pela camada mais rica da população.

Carlos Lemos⁵⁰¹ afirma que o cortiço “*não era bem uma casa, mas um conjunto de habitáculos singelos onde havia a superposição total de todas as funções da habitação*”. Um habitáculo e não uma casa propriamente dita. Nem a casa sonhada, nem a casa almejada, nem a casa de que se tem orgulho e saudade, nem a casa de que se quer lembrar. Habitação

500 FREYRE (1936), *Op. cit.*, p. 299.

501 LEMOS (1998), *Op. cit.*, p. 9.

diminuta onde tudo se passava no mesmo espaço e onde atividades como lavar roupa, cozinhar, estender a roupa no varal realizavam-se fora do âmbito privado, em áreas de uso comum. Construção sem porão e sem sótão, com fachadas de porta e janela que se repetiam, originando uma horizontalidade compartilhada por várias famílias separadas por paredes estreitas que não impediam a propagação do som, das vozes, das conversas íntimas. Habitação que suplantava o indivíduo, o individual, o estar só, o silêncio reflexivo.

Nas áreas de mangue, os mucambos apareciam distanciados na paisagem, garantindo a privacidade das famílias; no cortiço não havia lugar para privacidade, nem distanciamento entre os cômodos que promovesse arejamento e iluminação – os cubículos escuros tinham suas paredes manchadas de bolor.

Forma de habitação triste e tacanha, produzida por capitalistas que objetivavam uma renda extra por meio do aluguel. Estigmatizado pela promiscuidade que impunha e como foco de epidemias, foi banido da paisagem, embora continue existindo em outras formas arquitetônicas.

É possível estabelecer uma oposição (ou polarização) entre o cortiço e o palacete, ou entre o palacete e a vila operária, respeitadas as diferenças históricas e sociais, de forma semelhante à estabelecida por Gilberto Freyre entre o sobrado e o mucambo, a casa-grande de engenho e a senzala. São antagônicos, mas se complementam. O palacete só existiu porque havia uma massa de trabalhadores que habitava os cortiços e as vilas operárias.

8

A casa brasileira do século XIX

*“[...] Não há assunto mais complexo que a casa: sobretudo a patriarcal, paradoxalmente materna, como foi a que presidiu a formação social do Brasil e continua projetada sobre o ‘ethos’ do brasileiro através de tipos menos absorventes de casa.” Gilberto Freyre, *Oh de casa!*, p. 2*

A casa brasileira do século XIX foi o sobrado, o mucambo, a casa térrea, a casa assobradada, a casa de esquina (ou casa de canto de rua), a casa com negócio, a casa nobre, a casa de sítio, a casa de chácara, a casa da roça, a casa de campo; a casa de pedra, a casa de taipa, a casa de tijolo, a casa de pau-a-pique e sapé; a casa de janela de rótula – substituída pela vidraça, a casa dos muxarabis e gelosias; a casa cujos tigres anteriormente carregados pelos escravos todo fim de tarde foram substituídos

por aparelhos sanitários com a implantação de sistemas de coleta de esgoto e, por outro lado, a casa que passou a usufruir de sistemas de distribuição de água; a casa cujo jardim que ficava no fundo do lote, junto às árvores de fruto, passou para a área lateral do terreno e, em seguida, para o recuo frontal, provido principalmente de plantas ornamentais; a casa cujos beirais, às vezes largos, às vezes mais estreitos, foram substituídos por platibandas e cuja fachada recebeu ornamentos neoclássicos ou ecléticos; a casa onde a senzala ou os quartos de escravos foram substituídos por dormitórios de empregada; a casa onde as alcovas deram lugar a quartos iluminados e ventilados com o afastamento da construção dos limites laterais do terreno; a casa tradicional que aos poucos se europeizou (ou re-europeizou).

A casa brasileira do século XIX foi uma casa em transformação, assim como a paisagem urbana e a sociedade do período. Uma casa que se modificou para se ajustar aos novos gostos, aos novos costumes, às novas técnicas construtivas, aos novos materiais de construção, aos novos padrões de higiene e salubridade, a um novo sistema de trabalho, recebendo as influências externas sem que houvesse um questionamento em relação à adequação dessas influências ao clima, ao relevo, às características próprias do lugar.

Desse modo, passou-se dos sobrados e mucambos aos palacetes e cortiços, aos chalés e vilas operárias. O imigrante rico desejando habitar o palacete; o imigrante pobre preferindo o cortiço ao mucambo – a habitação do ex-escravo. Esses tipos habitacionais surgiram na paisagem urbana brasileira ainda no século XIX e se espalharam pelo tecido urbano nas primeiras décadas do século XX, sendo substituídos posteriormente por outros tipos de habitação de um modo ainda mais acelerado, especialmente a partir da difusão do concreto armado e do elevador.

Como definir, então, a casa brasileira do século XIX em toda sua pluralidade, sua complexidade de significados e de significações, e sua propensão ou inclinação às mudanças?

Pode-se dizer que existiu uma casa brasileira (tradicional) no início do século XIX, outra casa (com traços neoclássicos) em meados do século, e uma casa (ecclética) em fins do século XIX? Ou existiram várias casas? A casa do índio, a casa do negro, a casa do branco rico, a casa do branco pobre, a casa do caboclo, a casa do europeu, a casa do imigrante, a casa do trabalhador livre, a casa do profissional liberal, a casa do operário. Diversos tipos de casa a compor paisagens diferenciadas ou, às vezes, uma única e mesma paisagem.

A casa brasileira do século XIX foi tão complexa e plural e tão multi-cultural quanto a sociedade que a construiu, moldou, adaptou e transformou, como revela a análise dos relatos de viagem, dos anúncios de jornal, das pinturas e fotografias paisagísticas do período. Poderia talvez ser definida por seus antagonismos: transformação e permanência; influências externas e herança cultural; o tradicional e o novo; materiais duradouros e materiais efêmeros – algumas vezes indicando habitações distintas, outras vezes presentes na mesma habitação, na mesma casa (brasileira).

A obra de Gilberto Freyre faz parte de um contexto histórico específico no qual teve início a valorização de fontes documentais como relatos de viagem, memórias, diários e anúncios de jornal para a construção da História Nacional. Foi inovadora por considerar não apenas a habitação rica, mas também a habitação mais simples, e por apresentar um estudo desses tipos edificatórios para explicar a sociedade, sendo por isso de notável importância para a História da Arquitetura Brasileira.

Em *Sobrados e mucambos*, Gilberto Freyre contrapõe o sobrado ao mucambo, o cortiço ao mucambo, a casa térrea e a casa de sítio ou de chácara ao sobrado urbano patriarcal – o sobrado de esquina aparece apenas como uma variação deste último.

O sobrado, construção mais vertical, correspondeu ao melhor tipo de habitação urbana de princípios do oitocentos, de

acordo com a sociedade da época, em oposição ao mucambo, mais horizontal e erguido com materiais disponíveis no entorno imediato, que serviu de moradia às “*classes inferiores*”; a casa térrea, na hierarquia dos tipos, ficaria no entremeio, entre o sobrado e o mucambo. Não foi tão valorizada como o primeiro, nem tão desprezada como o segundo.

Ampliando-se o recorte espacial, quase nos limites da área urbana, ou ultrapassando esses limites, encontrava-se a casa de chácara ou de sítio, esta sim apresentando muita vantagem em relação ao sobrado urbano, não obstante sua horizontalidade. Mas não era apenas a construção em si que a tornava mais apreciada, tanto pelos brasileiros mais ricos, como pelo olhar estrangeiro. O terreno mais amplo, a existência de jardins, hortas e pomares, a proximidade dos cursos d’água, a paisagem do entorno faziam com que fosse o tipo de habitação (semiurbana) de maior prestígio.

Com o processo de re-europeização, surgiram outros tipos de casa na paisagem brasileira: o chalé, o palacete, a vila operária. Difundiu-se o cortiço. O chalé tornou-se moda no cenário urbano justamente pelo seu aspecto europeizado – apesar de ser quase sempre uma construção térrea, em alguns casos com porão alto. Em relação ao palacete, sabe-se que muitos projetos foram importados da Europa, transplantando-se assim uma forma urbana de morar. Foi muitas vezes construção com mais de um pavimento (como os sobrados), com detalhes neoclássicos ou ecléticos na fachada e os cômodos internos decorados à europeia, indicando a difusão de novos gostos e costumes entre os brasileiros. No extremo oposto, situavam-se a vila operária e os cortiços, como tipos de habitação mais simples nas últimas décadas do oitocentos. A vila operária, seja em seus aspectos externos, seja em seu arranjo espacial, seja em suas conotações sociais, apresentava uma nítida influência europeia. O cortiço foi a habitação da mão-de-obra excedente da indústria, composta em grande parte por imigrantes.

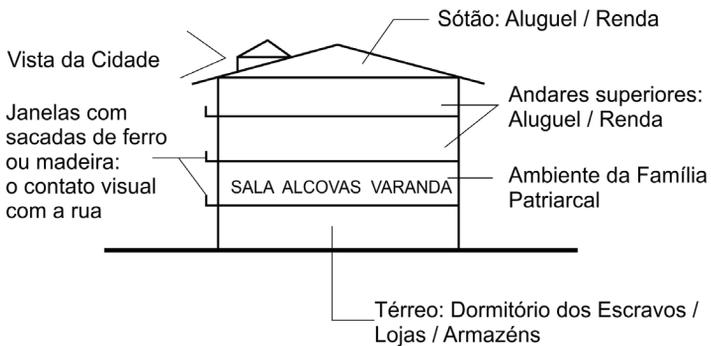
Há que se mencionar ainda as construções do sul do Brasil, erguidas por outros imigrantes, como as casas de enxaimel, que não corresponderam à importação de projetos europeus ou ao desejo de re-europeização do país, mas à adaptação aos trópicos de modos de construir por colonos originários da Alemanha, da Noruega e de outros países da Europa.

Com a obra *Sobrados e mucambos*, Gilberto Freyre introduz entre nós a necessidade de se estudar não apenas os grandes edifícios – projetados por arquitetos de renome –, mas a casa – elemento fundamental na composição do espaço e da paisagem urbana; e não apenas a casa mais requintada, mas também a mais humilde (o mucambo, o cortiço, a favela) e a intermédia (como algumas casas térreas e chalés). Ensina a importância da análise da casa para a compreensão da sociedade brasileira. Ao contrapor uma casa com a outra, a maior com a menor, ambas com o entorno, com o local onde foram implantadas, dá lições da tipologia edificatória mais genuína, que está além da análise formal do edifício, e considera o entorno, os jardins, os espaços livres (a rua, a beira-mar), a hierarquia dos tipos, o período histórico, a sociedade.

A leitura do texto de Gilberto Freyre é, sob muitos aspectos, uma leitura densa. Mas independentemente das críticas colocadas em relação à sua obra, é inegável o fato de que proporciona um conhecimento mais aprofundado (e imprescindível) da sociedade brasileira e de suas formas urbanas (semiurbanas e até mesmo rurais, se pensarmos em *Casa-grande e senzala*) de morar.

Apêndice 1

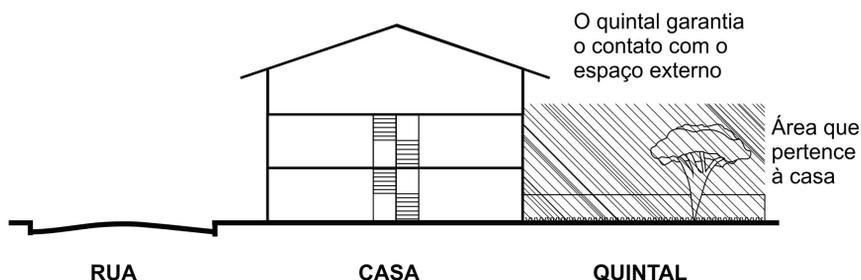
Figura 1: Exemplo da Forma de Ocupação da Casa Brasileira do Século XIX (Núcleo da Família Patriarcal)



Na área urbana:

- Habitação e trabalho no mesmo edifício
- Habitação do trabalhador compulsório no mesmo edifício da família patriarcal
- Cômodos ou pavimentos para renda no edifício da família patriarcal - situação muito comum em Salvador, Recife e no Rio de Janeiro, onde havia sobrados mais altos

Figura 2: Relação entre a rua e a casa, e a casa e o quintal / jardim no Brasil do século XIX



Rua x Casa

[Relação de Oposição]

Espaço Externo x Espaço Interno

Espaço Público x Espaço Privado

Casa & Quintal

[Relação de Complemento]

Funções do Quintal:

lugar para estender roupas ao sol,
para conversas, descanso e contemplação,
para permitir a iluminação e ventilação
dos cômodos posteriores da residência,
para o cultivo de plantas, ervas e árvores
de fruto para o preparo de alimentos, chás, doces
e remédios caseiros (área ajardinada com sentido útil).

Figura 3: Exemplo de Ocupação Social da Casa Brasileira na Sociedade Patriarcal e Escravocrata

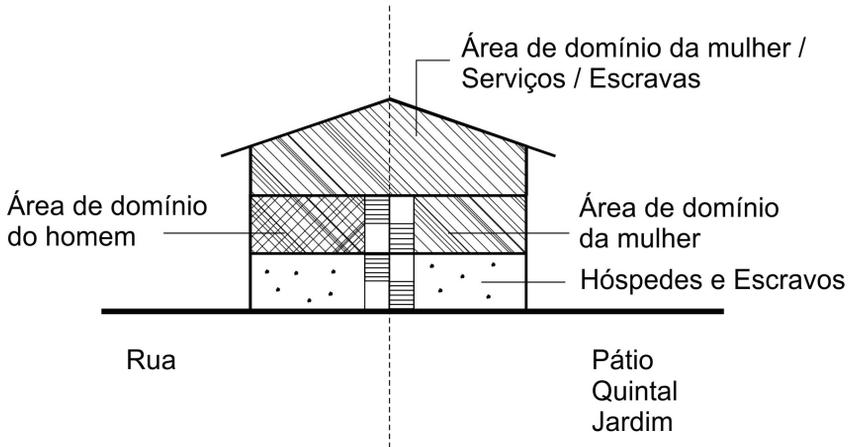
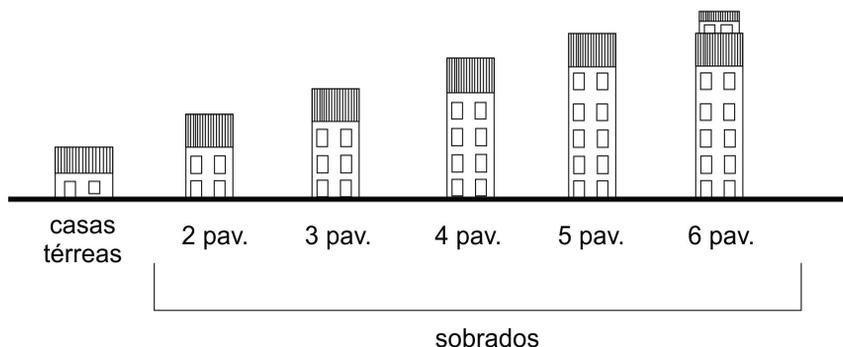


Figura 4: Esquema das casas urbanas no Brasil do século XIX, mostrando a variação na altura



São Paulo: Casas térreas e sobrados de 2 pavimentos /
Alguns sobrados de 3 pavimentos
Material: Taipa

Rio de Janeiro: Sobrados de 2, 3 e 4 pavimentos e casas térreas
Material: Pedra e cal

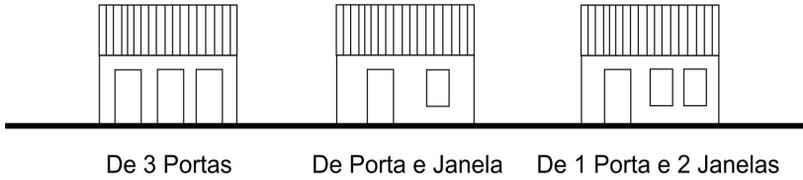
Salvador: Sobrados de 2, 3, 4, 5 e 6 pavimentos e casas térreas
Material: Pedra e cal

Recife: Sobrados de 2, 3 e 4 pavimentos e casas térreas /
Eventualmente sobrados de 5 e de 6 pavimentos
Material: Pedra / Tijolo / Em alguns casos: taipa

Cidades Litorâneas: Paisagem relativamente verticalizada,
especialmente em alguns trechos da orla

Figura 5: Casas térreas e Casas de sobrado no Brasil do século XIX

Casas Térreas



Casas de Sobrado

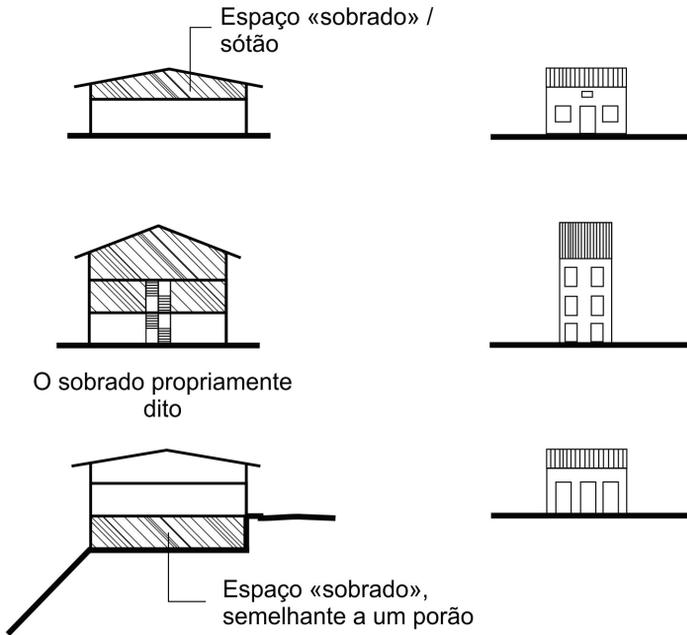
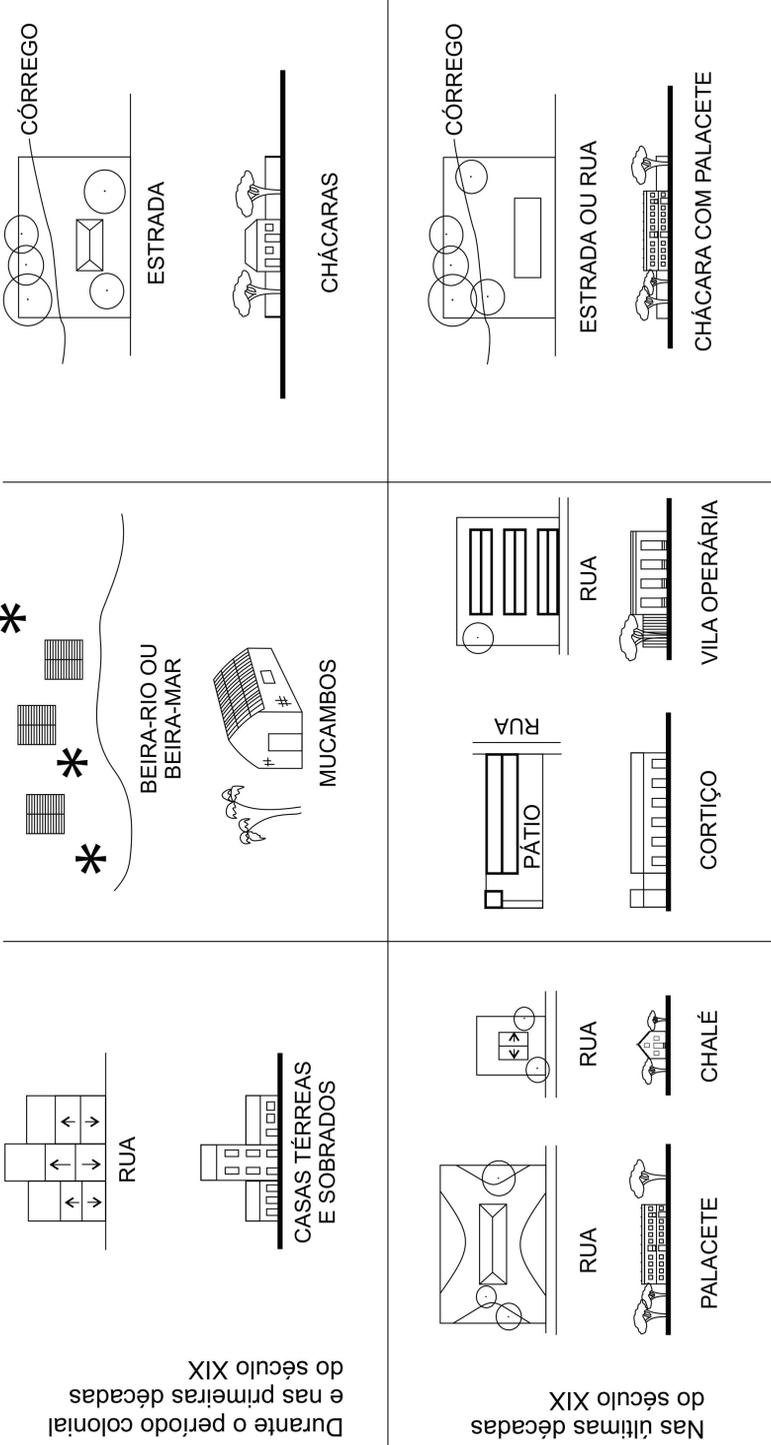


Figura 6: A casa brasileira do século XIX na área urbana e semi-urbana



Durante o período colonial e nas primeiras décadas do século XIX

Nas últimas décadas do século XIX

Apêndice 2

VILA RICA

Vila Rica é a cidade setecentista por excelência. Tendo sua origem no arraial fundado por Antônio Dias de Oliveira em 1698¹, passa por um período de esplendor e decadência ao longo do século XVIII – o século do ouro, sendo este aliás o minério que impulsiona seu desenvolvimento econômico e urbano.

A topografia da vila é composta em sua quase totalidade por terrenos extremamente inclinados, com as ruas conformando ladeiras íngremes e as casas dispostas em lotes ora em alicive, ora em declive. Essa característica do sítio interfere sobremaneira na constituição da casa (ou na arquitetura de uso residencial), inviabilizando o emprego da taipa (utilizada apenas em suas primeiras construções) e condicionando a criação de plantas e fachadas antes quadrangulares que retangulares e de lotes com traçado irregular que nem sempre compõem quadras como nas demais cidades brasileiras².

As ruas de Vila Rica já estavam quase todas calçadas com pedras no setecentos – outra consequência de sua topografia, favorável às grandes enxurradas, tornando necessária e indis-

1 VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vila Rica: formação e desenvolvimento, residências*. São Paulo: Perspectiva, 1977. p. 15-6. (Primeira edição: 1956)

2 Idem, *ibid.*, p. 66-8.

pensável a pavimentação do espaço público. A água também não constituiu um problema para os habitantes da vila, havendo muitas casas com nascentes situadas no próprio terreno ou conduzidas a ele por meio de bicames de madeira ou canais – isso para não falar nas fontes públicas, sempre bem supridas³. A iluminação pública, esta sim, foi relativamente tardia, prevalecendo durante muito tempo as tigelas de barro nos frontispícios das casas, com pavios alimentados por azeite, e os oratórios externos iluminados durante a noite⁴.

O casario de Vila Rica compunha-se basicamente de casas térreas e sobrados, em sua maior parte com alicerce de pedra – no caso dos sobrados, era comum encontrar-se o térreo feito de pedra e o primeiro pavimento, de pau-a-pique. Ambos aparecem na paisagem amoldados ao terreno, subindo e descendo ladeiras.

Sendo uma cidade do setecentos, com sua paisagem urbana configurada ao longo do século XVIII, observam-se poucas alterações no século seguinte, seja em relação às ruas e demais espaços livres públicos, seja em relação às construções.

Difunde-se, entretanto, o emprego de novas técnicas construtivas e de novos materiais (como o tijolo e o ferro fundido), embora concomitantemente à permanência de técnicas e materiais tradicionais, e constata-se ainda o aparecimento de construções ecléticas durante o oitocentos – como alguns chales com lambrequins – e o uso de certos elementos decorativos de caráter eminentemente neoclássico nas fachadas (especialmente platibandas, pilastras e arquitraves), não obstante o distanciamento da Corte e a situação isolada de Vila Rica⁵.

3 VASCONCELLOS, *Op. cit.*, p. 162.

4 *Idem, ibid.*, p. 83.

5 *Idem, ibid.*, p. 200. Apesar do distanciamento da Corte e de sua situação isolada, Vila Rica estava em permanente contato com o Rio de Janeiro, para onde era encaminhado o ouro, e de onde eram trazidos materiais e suprimentos.

CASAS TÉRREAS E SOBRADOS DE VILA RICA

Em seu texto sobre Vila Rica, Sylvio de Vasconcellos apresenta uma análise minuciosa das casas térreas e sobrados erguidos no espaço urbano da Capital da Província de Minas Gerais, particularmente aqueles que datam do século XVIII. Após revelar dados sobre a criação da vila e sobre seu meio físico e social, Vasconcellos apresenta informações referentes ao loteamento, aos materiais construtivos, às plantas, interiores e fachadas dessas construções urbanas, e também das casas dos morros e arbalades (incluindo as casas de fazenda e de chácara).

No que diz respeito ao material construtivo, Sylvio de Vasconcellos observa que enquanto os primeiros edifícios foram erguidos com madeira, em sistema de estrutura independente, logo em seguida adotou-se a pedra como material primordial da construção⁶. Um dos motivos para essa substituição foi a escassez de exemplares arbóreos aproveitáveis no entorno⁷ e, por outro lado, a abundância de quartzitos e de outras rochas empregadas nas edificações⁸. Em construções precárias, fez-se uso do sapé, de folhas de palmeira e de outras espécies vegetais⁹ – embora em 1720 já não houvesse mais construções de palha em Vila Rica¹⁰. Mas a maior parte das residências foi erguida com paredes mestras e pilares em alvenaria de pedra, restringindo-se o uso da madeira às divisões internas e pavimentos superiores (em alguns casos, de pau-a-pique, o material utilizado nas casas mais simples)¹¹. O uso da taipa também foi abandonado logo de início, em função da acentuada inclinação do terreno¹².

As plantas das casas térreas eram muitas vezes caracterizadas pela existência de cômodos em sucessão, sendo geral-

6 VASCONCELLOS, *Op. cit.*, p. 111.

7 *Idem, ibid.*, p. 112.

8 *Idem, ibid.*, p. 109.

9 *Idem, ibid.*, p. 114.

10 *Idem, ibid.*, p. 29.

11 *Idem, ibid.*, p. 114-5.

12 *Idem, ibid.*, p. 66-8.

mente mais largas que as das casas urbanas de outras áreas do país. Elemento comum a essas construções foi o corredor, que estabeleceu não apenas a ligação entre os diversos compartimentos da residência, mas também entre a via pública e o quintal¹³. Segundo Vasconcellos, algumas dessas casas térreas apresentavam apenas quatro cômodos: sala, varanda e dois dormitórios (ou alcovas)¹⁴ – nas casas mais simples, havia apenas um dormitório¹⁵. Suas dimensões eram em geral reduzidas. De acordo com Sylvio de Vasconcellos, os corredores possuíam em média de 1,00 a 1,30m de largura; as salas, cerca de 12m²; e os dormitórios, não mais que 10m². Vasconcellos salienta ainda que essas dimensões aumentavam em função da largura das casas. Assim, nas casas mais estreitas, as dimensões dos cômodos eram menores; nas casas mais largas, os cômodos eram mais amplos. Nestas últimas, o corredor podia situar-se no centro da construção, entre as salas e os dormitórios¹⁶.

Avaliadas em conjunto, as fachadas das casas térreas urbanas de Vila Rica denotavam uma predominância de linhas horizontais – efeito este obtido tanto pela continuidade das vergas, como pela ampliação lateral da fachada, para criação de uma entrada para o jardim, ou ainda pelo emprego de pés-direitos mais baixos¹⁷. Por influência da tradição ibérica, ao longo de todo o século XVIII, as fachadas dessas edificações (assim como as dos sobrados) foram caiadas de branco. As cores vivas apareciam apenas nos elementos de madeira (portais e folhas, esquadrias), contrastando com o branco das paredes¹⁸.

Os sobrados repetiam no pavimento superior o arranjo das plantas das casas térreas – alguns deles apresentando plantas

13 VASCONCELLOS, *Op. cit.*, p. 133.

14 Idem, *ibid.*, p. 131.

15 Idem, *ibid.*, p. 137.

16 Idem, *ibid.*, p. 137-9.

17 Idem, *ibid.*, p. 180.

18 Idem, *ibid.*, p. 175.

quadrangulares e apenas quatro cômodos¹⁹. O térreo ficava reservado a lojas, depósitos ou senzalas. A escada que interligava os pavimentos do sobrado era sempre transversal ao edifício; às vezes situava-se entre dois cômodos, com acesso pelo corredor lateral; outras vezes, no caso específico de Vila Rica, dividia-se em dois lances, com um patamar intermediário – o primeiro lance ficava na própria área do corredor, no sentido longitudinal da construção, repetindo-se do lado oposto ao patamar, de tal forma que, para atravessar o corredor, subia-se e, em seguida, descia-se alguns degraus²⁰.

Outra observação importante ressaltada pelo historiador é a de que muitos sobrados se ergueram sobre casas térreas adaptadas então às novas funções e ao novo agenciamento da edificação²¹. Assim, da mesma forma que as plantas de algumas casas térreas eram quadrangulares, as plantas desses sobrados muitas vezes tendiam ao quadrado. Não obstante, nota-se uma “tendência vertical” na fachada desses edifícios, acentuada pelo desenho das aberturas²².

Ainda como consequência dessa sobreposição de pavimentos de épocas distintas, constata-se, em primeiro lugar, diferenças facilmente perceptíveis na fachada, com o térreo com um número menor de esquadrias e estruturado em pedra, e o pavimento superior com aberturas mais verticais; em segundo lugar, diferenças no tratamento da fachada no térreo e no pavimento superior; e, em terceiro lugar, variações nos sistemas construtivos empregados. Além disso, às vezes o térreo era concebido como pavimento de apoio e, portanto, secundário, enquanto o pavimento superior era o espaço mais nobre da habitação²³.

19 VASCONCELLOS, *Op. cit.*, p. 147.

20 Idem, *ibid.*, p. 142.

21 Idem, *ibid.*, p. 142.

22 Idem, *ibid.*, p. 186.

23 Idem, *ibid.*, p. 185.

O interior das residências urbanas, tanto das casas térreas como dos sobrados, era invariavelmente simples, com as divisões internas feitas de pau-a-pique, um tratamento modesto nos pisos e forros, as paredes pintadas a cal, sempre brancas, um mobiliário escasso, ainda que bem torneado, a água acumulada em grandes vasos ou tonéis, nichos com prateleiras embutidos nas paredes, bancos de alvenaria por vezes revestidos de tábua, a iluminação em candeias de barro alimentadas a óleo de mamona ou de baleia. Notáveis, apenas os leitos das casas dos proprietários mais ricos, com cortinas e colchas adamasçadas²⁴.

Como herança cultural portuguesa, valorizava-se mais a fachada que a área interna das edificações; mais a fachada principal que as fachadas laterais ou a fachada posterior da construção. A opulência gerada pelo ouro não se fazia notar nas residências urbanas – à exceção de algumas casas mais ricas, normalmente pertencentes a comerciantes. E assim a arquitetura das igrejas sobressaiu na paisagem, não apenas pela sua implantação no alto dos morros, como também pelo requinte e riqueza. O casario era mais simples, amoldado à topografia, com plantas quadrangulares ou retangulares, dependendo das características do terreno, sem o jogo de volumes da arquitetura das igrejas, em lotes de traçado irregular, com hortas e pomares muitas vezes situados ao lado dos edifícios para suprir a necessidade dos moradores – dada a carência de gêneros alimentícios em Minas nesse período –, com a fachada pintada de branco, em contraste com o colorido marcante das portas e janelas, às vezes também dos balcões e sacadas; no interior, quase nenhum mobiliário.

Importante é salientar o papel da topografia na determinação das características do lote, da planta e da fachada. A própria inclinação do terreno impossibilitou a existência de lotes estreitos e compridos, tão comuns nas outras cidades brasileiras do setecentos e de princípios do oitocentos, condicionando a cria-

24 v. VASCONCELLOS, *Op. cit.*, p. 153-169.

ção de lotes mais largos, que resultaram em fachadas igualmente mais largas e em plantas quadrangulares.

O tipo de solo determinou o material e o sistema construtivo empregado e, neste caso também, a escassez de madeira nos arredores da vila. O clima, do mesmo modo, influenciou nos detalhes arquitetônicos dos edifícios, com a difusão das “beiradas” para proteção das paredes externas e a redução do número de vãos na habitação²⁵.

Constata-se, dessa forma, que as características geográficas (e topográficas) de Vila Rica resultaram em casas térreas e sobrados com aspectos muito singulares em relação às residências urbanas de outras áreas do país, apesar das similaridades existentes.

O CASARIO URBANO NA PINTURA E NA FOTOGRAFIA

Na pintura de paisagens das primeiras décadas do século XIX, o casario urbano de Vila Rica aparece perfeitamente amoldado ao relevo e cercado pela vegetação. Observa-se uma variação constante na altura das edificações, em parte em função das características topográficas, em parte em função de variações no número de pavimentos das habitações. Áreas ajardinadas atrás das residências são comuns nessas imagens e completam ou complementam o cenário verdejante, não obstante a escassez de árvores nas montanhas que circundam a vila.

Nas construções, predominam os telhados de duas águas – existindo entretanto casas com telhados de quatro águas –, e as fachadas de fato relativamente mais largas que as de outras regiões do país. Há também mais sobrados do que casas térreas – outra peculiaridade de Vila Rica no período colonial, considerando-se que estava situada mais ao interior do país e não junto ao litoral como Recife ou Salvador.

25 v. VASCONCELLOS, 1977. p. 64-5.

Apesar da irregularidade dos lotes e da quase ausência de conformação de quadras, o casario delineia as ruas – lineares mas curvilíneas, que unem as partes mais baixas às partes mais altas da vila. Na paisagem, destacam-se as torres das igrejas, imponentes em comparação com o casario que em seu conjunto acompanha as formas do relevo com discrição.

Nas fotografias de fins do oitocentos, constata-se um aumento considerável no número de residências urbanas, ainda que esse período tenha sido antes de decadência que de ascensão econômica, precedendo inclusive a mudança da capital de Minas, com a criação de Belo Horizonte. Nota-se a existência de altos sobrados, com até quatro pavimentos em relação ao fundo dos lotes, com fachadas que comportavam três, quatro, cinco ou mais janelas por pavimento (mais espaçadas em comparação com as construções de outras áreas do país), em sua maioria com telhados de duas águas, que na paisagem conformavam um jogo de coberturas com seus altos e baixos. Da mesma forma que na pintura de princípios do oitocentos, é notável o modo como as construções se amoldam à topografia e a maneira como as igrejas se destacam na paisagem urbana – dependendo do ângulo de visão, sobressaindo-se inclusive em relação às montanhas do entorno.

Quando o artista percorre a cidade, fotografando suas ruas, registra da mesma maneira o jogo de coberturas resultante da variação do número de pavimentos das construções e da inclinação dos caminhos. Registra ainda as fachadas mais largas, com aberturas espaçadas, as janelas com balcões, a proteção das empenas laterais no pavimento superior (provavelmente em razão do uso de pau-a-pique nos andares mais altos do edifício), e a relação da casa com a rua, relativamente estreita e coberta de pedra, tendo como consequência uma franca aproximação entre as edificações que a ladeiam.

O OLHAR DOS VIAJANTES SOBRE A CASA, OS JARDINS E A PAISAGEM DE VILA RICA

“Vila Rica – a rica vila! Capital da Província de Minas Gerais e sede do governo, lugar durante muitos anos considerado o mais rico do Brasil (...).”

John Mawe, Viagem ao interior do Brasil, p. 121.

John Mawe, Auguste de Saint-Hilaire, Spix, Martius, Johann Moritz Rugendas e Johann Emanuel Pohl foram alguns dos viajantes que estiveram em Vila Rica na primeira metade do século XIX. Em seus relatos de viagem, no entanto, é quase sempre muito breve a descrição do lugar e das casas, seja pelas irregularidades do relevo, que tornavam difícil essa descrição, seja pelo interesse maior em escrever sobre as minas e sobre o processo de fundição do ouro.

John Mawe reconhece em seus relatos que Vila Rica, à época de sua visita, conservava apenas uma sombra de seu antigo esplendor²⁶. Das cerca de duas mil casas existentes na cidade, um número considerável não estava alugado, e tanto o valor do aluguel como o valor de venda dessas construções estavam em declínio²⁷.

Segundo Mawe, em princípios do oitocentos as ruas de Vila Rica já estavam calçadas. Eram quase sempre dispostas em degraus e providas de chafarizes²⁸. O viajante salienta ainda a boa qualidade do abastecimento de água – “*conduzida a muitas casas de maneira muito cômoda e agradável*” – e escreve sobre os nichos de imagens iluminados por cêrios durante a noite nas esquinas das ruas²⁹, mas não faz menção ao material

26 MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. Trad. Selena Benevides Viana. São Paulo: Edusp, 1978. p. 129. (Primeira edição: 1812)

27 Idem, *ibid.*, p. 123.

28 Idem, *ibid.*, p. 122.

29 Idem, *ibid.*, p. 122.

construtivo das casas ou mesmo ao seu arranjo interno. Mais do que a casa, é o jardim situado junto às residências, disposto em pequenos terraços em níveis diferenciados, com “*profusão de belas flores*”, que chama a atenção de John Mawe³⁰.

Saint-Hilaire também menciona esses jardins escalonados, embora tenha uma outra impressão desses espaços livres³¹. A disposição das casas em grupos desiguais, erguidas todas em diferentes planos, parece intrigar mais o naturalista que as áreas ajardinadas³².

Spix e Martius, por sua vez, salientam em seus relatos a existência de “*casas construídas de pedra, de dois pavimentos, cobertas de telhas, na maioria caiadas de branco, e, se não de bom aspecto exterior, todavia cômodas e adequadas a situação alta da cidade*”³³.

Confirmando as observações de Spix e Martius, Johann Emanuel Pohl faz referência, da mesma maneira, a edifícios “*construídos de pedra e assobradados*”, alguns com janelas envidraçadas, como os situados no bairro central da cidade³⁴. Nota, contudo, que as casas da classe mais pobre eram feitas com paredes de barro e que na entrada da cidade havia “*choças baixas, não caiadas*”, que tornavam “*negativa a primeira impressão (...) de Vila Rica*”³⁵.

30 MAWE, *Op. cit.*, p. 122-3.

31 SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Trad. Vivaldi Moreira. São Paulo: Edusp, 1975. p. 70. (Primeira edição: 1822 – resumo das viagens / 1887 – texto completo)

32 Idem, *ibid.*, p. 70-1.

33 SPIX, Johan Baptist von & MARTIUS, Carl Friedrich Philipp Von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Trad. Lúcia Furquim Lahmeyer. São Paulo: Edusp, 1981. p. 205. (Primeira edição: 1824-1832)

34 POHL, Johann Emanuel. *Viagem ao interior do Brasil, empreendida nos anos de 1817 a 1821*. Trad. Milton Amado e Eugênio Amado. São Paulo: Edusp, 1976. p. 397. (Primeira edição: 1832-1837)

35 Idem, *ibid.*, p. 397.

Sobrados e casas térreas de pedra, casas térreas mais simples, de barro, e “choças” não caiadas compunham o casario urbano da Capital da Província de Minas Gerais em princípios do oitocentos, segundo o olhar dos viajantes. Junto às construções, quase sempre um jardim formado por vários terraços, onde flores, verduras e legumes, e árvores de fruto se misturavam. Por todos os lados, as montanhas circundando a cidade das ruas estreitas e tortuosas, extremamente íngremes, cobertas de pedra e pontuadas de chafarizes.

CASAS DE VILA RICA NOS ANÚNCIOS DE JORNAL

Apesar de os viajantes afirmarem que parte considerável das residências urbanas estava desocupada em princípios do oitocentos, em virtude da escassez do minério, que em muitos casos levou ao abandono do lugar, não se constata um número significativo de anúncios de casas térreas e sobrados em periódicos do século XIX, como *O Universal*, de Ouro Preto.

Nos anúncios de casas sem referência ao número de pavimentos, raras vezes se menciona mais do que a localização do edifício e o nome do responsável pela negociação. Todavia, em alguns casos, como no anúncio publicado em 15 de julho de 1833, enfatiza-se o quintal plantado com árvores de fruto e cafezais:

*“Vende-se uma morada de Casas no Padre Faria com alguns Cafezeiros, Laranjeiras, doces, e azedas, o quintal é grande, está plantado e tapado com paredes de pedra, quem as quizer dirija-se a Luiz Justiniano Carneiro morador nas mesmas cazas.”*³⁶

Essas vantagens, ou benfeitorias, aparecem com maior frequência nos anúncios de casas de sobrado, em que se desta-

36 *O Universal*. 15.07.1833. (Microfilme da Fundação Biblioteca Nacional. Acervo do Instituto de Estudos Brasileiros da USP).

cam a dimensão do terreno, a existência de água, o quintal (às vezes murado de pedra), a comodidade do preço e o número suficiente de cômodos da habitação:

*“Vende-se uma propriedade de cazas de sobrado N.45 sitas na rua direita desta I.C., com agoa limpa dentro e sufficientes comodos, quem as quizer comprar dirija-se á Fazenda do S. M. Francisco José Pereira de Velasco na Freguezia do Ouro Branco, que é seu dono, ou a Caza n.15 do T. C. Antonio da Cruz Machado na mesma rua que tem poderes para os ajustes.”*³⁷

Mais comuns que os anúncios de moradas de casas e de sobrados são os anúncios de chácaras nesse período. Estas podiam apresentar casas de vivenda, pomares, matos de lenha, plantações, água dentro e arvoredo de espinho – como era usual nas chácaras do Rio de Janeiro e de São Paulo – ou elementos bastante peculiares a Vila Rica:

*“Quem quizer comprar huma Chacara por cima do Morro das Lages, com o seu serviço de mineração de talho aberto e tanques de agoa por cima, mundéos e minas de tirar ouro, dirija-se a casa de João José de Araujo no Largo de Nossa Senhora da Guia.”*³⁸

Com efeito, chácaras com serviços de mineração de talho aberto existiram somente nas cidades das Minas Gerais.

Vila Rica foi a cidade do setecentos – cidade do Século do Ouro – e, sob vários aspectos, constitui uma exceção. Suas ruas

37 *O Universal*. 03.09.1832. (Microfilme da Fundação Biblioteca Nacional. Acervo do Instituto de Estudos Brasileiros da USP).

38 *O Universal*. 17.03.1826. (Microfilme da Fundação Biblioteca Nacional. Acervo do Instituto de Estudos Brasileiros da USP).

já estavam praticamente todas calçadas de pedra ao iniciar-se o século XIX e eram iluminadas à noite pelos nichos (com imagens) dispostos nas quinas dos edifícios. O abastecimento de água não representou um problema para os habitantes da vila, posto que a água muitas vezes brotava dos morros onde se localizavam as construções; além disso, ainda em pleno século XVIII, foram construídos reservatórios que distribuíam a água por meio de canos para todos os pontos da cidade, e foram criados diversos chafarizes nas ruas e praças de maior importância³⁹.

A irregularidade do terreno determinou o traçado de plantas antes quadrangulares que retangulares, com a fachada principal mais larga que em outras cidades brasileiras; a topografia levou também à criação de jardins dispostos em terraços consecutivos, muito peculiares a Vila Rica. No mais, foi uma cidade erguida entre montanhas, marcada por áreas extremamente íngremes que resultaram em “ruas-ladeira”, ladeadas por sobrados de dois pavimentos, quando vistos a partir da rua, que apresentavam na paisagem pavimentos adicionais na fachada posterior em razão do declive acentuado dos terrenos.

39 v. MAWE, *Op. cit.*, p. 128.

Referências

AGASSIZ, Louis. *Viagem ao Brasil: 1865-1866*. Trad. João Etienne Filho. São Paulo: Edusp, 1975. [1868]

Álbum histórico do centenário de Joinville, 1851-1951. Curitiba: Gráfica Mundial Ltda., 1951.

ALINCOURT, Luís d'. *Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá*. São Paulo: Edusp, 1975. [1825]

ALENCAR, José de. *Senhora*. 15 .ed. São Paulo: Ática, 1987. [1875]

ALVES, Marieta. *História, arte e tradição da Bahia*. Salvador: Prefeitura Municipal do Salvador, Departamento de Cultura, Museu da Cidade, 1974.

- ARAGÃO, Solange de. *Ensaio sobre o jardim*. São Paulo: Global, 2008.
- _____. “O estudo dos tipos: interfaces entre tipologia e morfologia urbana e contribuições para o entendimento da paisagem”. *Geosul* (21): 2006. p. 29-43.
- ARAÚJO, Emanuel (apresentação). *A fotografia no Brasil do século XIX: 150 anos do fotógrafo Marc Ferrez (1843-1993)*. Texto: Pedro Vasquez; Curadoria: Gilberto Ferrez. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 1993.
- ARAÚJO, José Goes de. *Da velha cidade de Bahia: história & estórias*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, Fundação Cultural, 1998.
- ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar. *O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCHUSP, 2001.
- ASSIS, Machado de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. [séculos XIX e XX]
- AVÉ-LALLEMANT, Robert. *No rio Amazonas (1859)*. Trad. Eduardo de Lima Castro. São Paulo: Edusp, 1980. [1860]
- _____. *Viagem pela província do Rio Grande do Sul (1858)*. São Paulo: Edusp, 1980. [1859]
- _____. *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)*. Trad. Teodoro Cabral. São Paulo: Edusp, 1980. [1859]
- AZEVEDO, Aroldo de. *A cidade de São Paulo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.
- BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. [1957]

- BARATA, Mario. *Formação histórica do Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973.
- BATES, Henry Walter. *Um naturalista no rio Amazonas*. Trad. Regina Régis Junqueira. São Paulo: Edusp, 1979. [1863]
- BELTRÃO, Jane Felipe. *Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará*. Belém: Goeldi: UFPA, 2004.
- BENCLOWICZ, Carla Milano. *Prelúdio modernista: construindo a habitação operária em São Paulo*. Dissertação de mestrado. São Paulo: FAUUSP, 1989.
- BLAY, Eva. *Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1985.
- BRUNO, Ernani da Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954. [1953]
- BURFORD, Robert. *Description of a view of the city of St. Sebastian, and bay of Rio de Janeiro (1823)*. London: J. and C. Adlard, Bartholomew Close, 1827.
- CAMPOS, Eudes. “Chalés paulistanos”. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v.16, n.1, jan/jun. 2008. p. 47-108.
- CARPINTÉRO, Marisa Varanda Teixeira. “Imagens do conforto: a casa operária nas primeiras décadas do século XX em São Paulo”. In: BRESCIANI, Stella (org.). *Imagens da cidade*. São Paulo: Marco Zero: FAPESP, 1993.
- CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- COARACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965. [1955]

- CONDE D'EU. *Viagem militar ao Rio Grande do Sul (agosto a novembro de 1865)*. São Paulo: Edusp, 1981. [1936]
- CRULS, Gastão. *Aparência do Rio de Janeiro (Notícia histórica e descritiva da cidade)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.
- DEBRET, Jean Baptiste. *Jean Baptiste Debret: estudos inéditos*. Rio de Janeiro: Fontana, 1974.
- DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Edusp, 1978. [1834-1839]
- DENIS, Ferdinand. *Brasil*. Trad. João Etienne Filho e Malta Lima. São Paulo: Edusp, 1980. [1838]
- DIENER, Pablo. "O catálogo fundamentado da obra de J. M. Ruggendas". *Revista USP* (Dossiê 30 – Brasil dos Viajantes): jun/jul/ago 1996. p. 53-4.
- DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1961. [1839]
- ENDER, Thomas & FERREZ, Gilberto. *O velho Rio de Janeiro através das gravuras de Thomas Ender*. São Paulo: Melhoramentos, 1956.
- ERMAKOFF, George. *Juan Guitierrez*. Rio de Janeiro: Capivara, 2001.
- FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem filosófica ao Rio Negro*. s. n.t. [século XVIII]
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. [1975]
- FERREZ, Gilberto. *A fotografia no Brasil*. Rio de Janeiro: FNA: FNPM, 1985.

- FERREZ, Gilberto. *Bahia: velhas fotografias (1858-1900)*. Rio de Janeiro: Salvador: Kosmos, 1989.
- _____. *O Brasil de Thomas Ender, 1817*. Rio de Janeiro: FMS, 1976.
- _____. *Rio antigo do fotógrafo Marc Ferrez*. 3. ed. São Paulo: Ex Libris, 1989. [1984]
- _____. *Velhas fotografias pernambucanas (1851-1890)*. 3. ed. Rio de Janeiro: Campo Visual, 1988. [1956]
- FERREZ, Marc. *Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Marc Ferrez, s. d.
- FICKER, Carlos. *História de Joinville: subsídios para a crônica da colônia de Dona Francisca*. 2. ed. Joinville: Imprensa Ipiranga, 1965. [1965]
- FLEIUSS, Max. *História da cidade do Rio de Janeiro*. São Paulo: s. n., 1928.
- FLETCHER, James & KIDDER, Daniel. *O Brasil e os brasileiros*. Trad. Elias Dolianiti. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941. [1857]
- FLORENCE, Hercules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas: 1825 a 1829*. Trad. Visconde de Taunay. São Paulo: Cultrix: Edusp, 1977. [1875]
- FRAGOSO, Danillo. *Velhas ruas do Recife*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1971.
- FREYRE, Gilberto. *Açúcar: uma sociologia do doce, com receitas de bolos e doces do Nordeste do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. [1939]
- _____. *Casa grande & senzala*. 2. ed. Rio de Janeiro: Schmidt, 1936. [1933]

- FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. 51. ed. São Paulo: Global, 2006. [1933]
- _____. *Mucambos do Nordeste*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, s. d. [1937]
- _____. *Nordeste*. Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 1989. [1937]
- _____. *Novo mundo nos trópicos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks: UniverCidade, s. d. [1959 – versão em inglês / 1971 – versão em português]
- _____. *Oh de casa! Em torno da casa brasileira e de sua projeção sobre um tipo nacional de homem*. Recife: Artanova: Fundação Joaquim Nabuco, 1979.
- _____. *Ordem e progresso*. 6. ed. São Paulo: Global, 2004. [1959]
- _____. *Problemas brasileiros de antropologia*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959. [1943]
- _____. *Região e tradição*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.
- _____. *Sobrados e mucambos*. 16. ed. São Paulo: Global, 2006. [1936]
- _____. *Sobrados e mucambos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.
- _____. *Sobrados e mucambos*. São Paulo: Record, 2000. [1936]
- _____. *Um engenheiro francês no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960. [1940]

- GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*. Trad. Milton Amado. São Paulo: Edusp, 1975. [1846]
- GLEZER, Raquel. *Chão de terra e outros ensaios sobre São Paulo*. São Paulo: Alameda, 2007.
- GOMES, Edvânia Torres Aguiar. *Recortes de paisagens na cidade do Recife: uma abordagem geográfica*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCHUSP, 1997.
- GOULART, Jorge Salis. *A formação do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Livraria do Globo, 1927.
- GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823*. São Paulo: Edusp, 1990. [1824]
- GUERRA, Flávio. *Evolução histórica de Pernambuco*. Recife: Companhia Editôra de Pernambuco, 1970.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 .ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. [1936]
- HOMEM, Maria Cecília Naclério. *O palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira: 1867-1918*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- JUREMA, Aderbal. *O sobrado na paisagem recifense*. Recife: Editora Nordeste, 1952.
- KIDDER, Daniel. *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Sul do Brasil: Rio de Janeiro e província de São Paulo*. São Paulo: Edusp, 1980. [1845]
- KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. [1816]

KOSSOY, Boris. *Militão de Azevedo e a documentação fotográfica de São Paulo (1862-1887)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: s. n., 1978.

_____. *Origens e expansão da fotografia no Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1980.

_____. *A fotografia como fonte histórica*. Introdução à pesquisa e interpretação das imagens do passado. São Paulo: Museu da Indústria, Comércio e Tecnologia de São Paulo, 1980.

LACERDA, Regina. *Cidade de Goiás: berço da cultura goiana*. Conferência pronunciada na solenidade de reabertura do Gabinete Literário Goiano. Goiás, 04.02.1968.

LAGO, Bia Corrêa do. *Augusto Stahl*. Rio de Janeiro: Capivara, 2001.

LAGO, Pedro Corrêa do. *Militão Augusto de Azevedo. São Paulo nos anos 1860*. Rio de Janeiro: Marca d'Água, 2001.

LE MOS, Carlos. *Arquitetura brasileira*. São Paulo: Melhoramentos: Edusp, 1979.

_____. "Ecletismo em São Paulo". In: FABRIS, Annateresa. *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel: Edusp, 1987. p. 72.

_____. *História da casa brasileira*. São Paulo: Contexto, 1996.

_____. "Os primeiros cortiços paulistanos". In: SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de (coord.). *Habitação e cidade*. São Paulo: FAUUSP: FAPESP, 1998. p. 9-38.

- LIRA, José Tavares Correia de. “A cidade em preto-e-branco e a cor local: a imagem do Recife através dos mocambos”. In: SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de (coord.). *Habitação e cidade*. São Paulo: FAUUSP: FAPESP, 1998. p. 83-100.
- LISBOA, Alfredo. *Projecto de esgotos da cidade de Pelotas*. Pelotas: Livraria Universal de Echenique Irmãos & Cia., 1900.
- _____. *Projecto de novo abastecimento d’agua a cidade de Pelotas*. Pelotas: Livraria Universal de Echenique Irmãos & Cia., 1900.
- LUCCOCK, John. *Aspectos sul-riograndenses*. Trad. Nelson C. de Mello e Sousa. Rio de Janeiro: Record, 1935. [1820]
- MACEDO, Joaquim Manoel de. *Passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial, 1862-1863.
- MANSFIELD, Charles B. *Paraguay, Brazil and the Plate. Letters written in 1852-1853*. Cambridge: Macmillan, 1858.
- MARIANO FILHO, José. *Estudos de arte brasileira*. Rio de Janeiro: s. n., s. d.
- MARX, Murillo. *Cidade brasileira*. São Paulo: Edusp, 1980.
- MATOS, Odilon Nogueira de. “São Paulo no século XIX”. In: AZEVEDO, Aroldo de. *A cidade de São Paulo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958. vol.II. p. 49-100.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. Trad. Selena Benevides Viana. São Paulo: Edusp, 1978. [1812]

- MEIRA FILHO, Augusto. *Evolução histórica de Belém do Grão-Pará: fundação e história*. vol. II: O século XVIII. Belém: Grafisa, 1976.
- MONBEIG, Pierre. *Aspectos geográficos do crescimento de São Paulo*. São Paulo: Anhambi, 1958.
- MOREIRA DE AZEVEDO, Manuel Duarte. *O Rio de Janeiro: sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades*. Rio de Janeiro: Garnier, 1877.
- NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. [1883]
- ORBIGNY, Alcide d'. *Viagem pitoresca através do Brasil durante os anos de 1826 a 1833*. Trad. David Jardim. São Paulo: Edusp, 1976. [1824-1847]
- OUSELEY, W. M. Gore. *Description of views in South America*. London: Thomas Mc Lean, 1852.
- POHL, Johann Emanuel. *Viagem ao interior do Brasil, empreendida nos anos de 1817 a 1821*. Trad. Milton Amado e Eugênio Amado. São Paulo: Edusp, 1976. [1832-1837]
- QUEIROZ, Jonas Marçal. "Trabalho escravo, imigração e colonização no Grão-Pará (1877-1888)". In: *Amazônia: modernização e conflito (séculos XVIII e XIX)*. Belém: UFPA-NAEA, 2001. p. 83-116.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- REZENDE, Antonio Paulo. *O Recife: histórias de uma cidade*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2002.
- ROCQUE, Carlos. *História geral de Belém e do Grão-Pará*. Belém: Distribel, 2001.

RUGENDAS, Johann Moritz. *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro, s. d. [1835]

_____. *Brasil antigo por Rugendas*. São Paulo: Cultura, s. d.

_____. *Rugendas*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1981.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822)*. Trad. Vivaldi Moreira. São Paulo: Edusp, 1974. [1822 – resumo das viagens / 1887 – texto completo]

_____. *Viagem à província de São Paulo*. Trad. Regina Regis Junqueira. São Paulo: Edusp, 1976. [1822 – resumo das viagens / 1887 – texto completo]

_____. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Trad. Vivaldi Moreira. São Paulo: Edusp, 1975. [1822 – resumo das viagens / 1887 – texto completo]

_____. *Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820-1821*. São Paulo: Edusp, 1974. [1822 – resumo das viagens / 1887 – texto completo]

_____. *Viagem a Curitiba e Santa Catarina*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978. [1822 – resumo das viagens / 1887 – texto completo]

_____. *Viagem a província de Santa Catarina, 1820*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. [1822 – resumo das viagens / 1887 – texto completo]

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goiás, 1819*. Trad. Clado Ribeiro de Lessa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944. Tomos I e II. [1822 – resumo das viagens / 1887 – texto completo]

_____. *Viagem à província de Goiás*. Trad. Regina Régis Junqueira. São Paulo: Edusp, 1975. [1822 – resumo das viagens / 1887 – texto completo]

SCHLEE, Andrey Rosenthal. *A arquitetura das charqueadas desaparecidas*. Tese de doutoramento. São Paulo: FAUUSP, 1998.

SETTE, Mário. *Arruar: história pitoresca do Recife antigo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Casa do Estudante, s. d. [1948]

SILVA LISBOA, Balthazar de. *Annaes do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Seignot-Plancher, 1837.

SILVA, Alberto. *A cidade do Salvador: aspectos seculares*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1957.

SOUZA, Affonso Ruy de. *História política e administrativa da cidade do Salvador*. Bahia : Tip. Beneditina, 1949.

SPIX, Johan Baptist von & MARTIUS, Carl Friedrich Philipp Von. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Melhoramentos, 1968. [1824-1832]

_____. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Trad. Lúcia Furquim Lahmeyer. São Paulo: Edusp, 1981. [1824-1832]

TAPAJÓS, Vicente. *A Amazônia no século XIX*. Manaus: Fundação Cultural do Amazonas, 1979.

TAUNAY, Afonso de E. *História da cidade de São Paulo sob o Império: 1842-1854*. São Paulo: Divisão do Arquivo Histórico, 1956-1977.

_____. *História das bandeiras paulistas*. 3 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975. [1961]

TOLEDO, Benedito Lima de. *A imperial cidade de São Paulo vista por Militão Augusto de Azevedo*. São Paulo: DPH, 1981.

_____. *São Paulo: três cidades em um século*. São Paulo: Duas Cidades, 1983.

TOURINHO, Eduardo. *Revelação do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

TURAZZI, Maria Inez. *Marc Ferrez*. São Paulo: Cosac & Naify, 2000.

VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vila Rica: formação e desenvolvimento, residências*. São Paulo: Perspectiva, 1977. [1956]

VASQUEZ, Pedro Karp. *Fotógrafos alemães no Brasil do século XIX*. São Paulo: Metalivros, 2000.

_____. *Revert Henrique Klumb*. Rio de Janeiro: Capivara, 2001.

VAUTHIER, Louis Léger. "Casas de residência no Brasil". In: *Arquitetura Civil I*. São Paulo: FAU-USP: MEC-IPHAN, 1975. [escritas entre 1840 e 1846]

VEIGA, Débora de Fátima Lima. *Os mercados de Belém: um estudo sobre a preservação da arquitetura do ferro*. Dissertação de mestrado. São Paulo: FAU-USP, 2007.

VICENTINI, Yara. *Cidade e história na Amazônia*. Tese de doutoramento. São Paulo: FAU-USP, 1994.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá, 1850-1888*. Tese de doutoramento. São Paulo: FFLCH-USP, 1990.

WAGNER, Robert. *Viagem ao Brasil nas aquarelas de Thomas Ender*. Petrópolis: Kapa, 2000.

WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelos rios Amazonas e Negro*. Trad. Eugênio Amado. São Paulo: Edusp, 1979. [1853]

Periódicos

Almanak Litterario e Estatístico da Provincia do Rio Grande do Sul (1889-1897). Organizado por Alfredo Ferreira Rodrigues. Pelotas: Typographia da Livraria Americana, 1889-1897. (Acervo do IEB-USP)

Almanaque para a cidade da Bahia ano 1812. Salvador: Typographia de Manoel Antonio da Silva, 1812. (Acervo do IEB-USP)

Arquivo histórico de Joinville. Joinville: Arquivo Histórico, 1984-1988. (Acervo do IEB-USP)

Correio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: s. n., 1823. (Microfilme da Fundação Biblioteca Nacional. Acervo do IEB-USP)

Correio Paulistano. São Paulo: Tip. Imparcial, 1854-. (Acervo do Arquivo do Estado)

Diário da Bahia. Salvador: Tipografia do Diário, 1835. (Microfilme da Fundação Biblioteca Nacional. Acervo do IEB-USP)

Diário da Bahia. Salvador: Tipografia do Diário, 1889. (Acervo da Fundação Biblioteca Nacional)

Diário de Pernambuco. Recife, 1827-1831. (Microfilme da Fundação Biblioteca Nacional. Acervo do IEB-USP)

Diário de Pernambuco. Recife, 1889. (Acervo da Fundação Biblioteca Nacional)

Diário de Porto Alegre. Porto Alegre: Typographia Rio-Grandense, 1827-1828. (Acervo Digital da Fundação Biblioteca Nacional)

Diário de São Paulo. São Paulo: s. n., 1883-1885. (Acervo do IEB-USP)

Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Real Tipografia, 1821-1878. (Microfilme da Fundação Biblioteca Nacional. Acervo da FFLCH-USP)

Diário Fluminense. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1824-1831. (Microfilme da Fundação Biblioteca Nacional. Acervo do IEB-USP)

Farol Paulistano. São Paulo: Imprensa de Roa, 1827-1828. (Acervo do MP-USP)

Gazeta da Bahia. Salvador: [s. n.], 1828-1835. (Microfilme da Fundação Biblioteca Nacional. Acervo do IEB-USP)

Gazeta do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: s. n., 1808-1822. (Acervo Digital da Fundação Biblioteca Nacional)

Jornal do Comércio. Rio de Janeiro: s. n., 1823-. (Microfilme da Fundação Biblioteca Nacional. Acervo da FFLCH-USP)

Matutina Meyapontense. Goiás: Typ. De Oliveira, 1830-1834. (Acervo Digital da Fundação Biblioteca Nacional)

O Abolicionista. Rio de Janeiro: Tip. da Gazeta de Notícias, 1880-1881. (Acervo do IEB-USP)

- O Catharinense*. Desterro, SC: Typ. Catharinense, 1831,1832, 1860. (Acervo Digital da Fundação Biblioteca Nacional)
- O Constitucional Rio-Grandense*. Porto Alegre, RS, 1828-1831. (Microfilme da Fundação Biblioteca Nacional. Acervo do IEB-USP)
- O Dezenove de Dezembro*. Curitiba: Typ. Paranaense, 1854-. (Acervo Digital da Fundação Biblioteca Nacional)
- O Paraense*. Belém, 1842-1844. (Acervo Digital da Fundação Biblioteca Nacional)
- O Universal*. Ouro Preto, 1825-1842. (Acervo do IEB-USP)
- Relatorios da Provincia de Goyaz*. Goyaz: Typographia Goyazense, 1858-1888. (Acervo do Museu Paulista da USP)
- Relatórios da Província de Manaus*. Manaus: Typographia do Amazonas, 1869-1887. (Acervo do Museu Paulista da USP)
- Relatórios da Província do Amazonas*. Assembléia Legislativa Provincial. Manaus: Typographia de Francisco José da Silva Ramos, 1861-1868. (Acervo do Museu Paulista da USP)
- Relatorios da Provincia do Gram-Pará*. Pará: Typographia do Diario do Gram-Pará, 1867-1885. (Acervo da FFLCH-USP)